

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NÍVEL MESTRADO

ANDREISA DAMO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, QUALIDADE ALIMENTAR E SAÚDE:
ESTUDO DE CASO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS CONSUMIDORES
DA FEIRA ECOLÓGICA DA FURG**

RIO GRANDE – 2012

ANDREISA DAMO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, QUALIDADE ALIMENTAR E SAÚDE:
ESTUDO DE CASO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS CONSUMIDORES
DA FEIRA ECOLÓGICA DA FURG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental.

ORIENTADOR: Prof. Dr. LUIS FERNANDO MINASI

RIO GRANDE – 2012

D163e Damo, Andreisa
Educação ambiental, qualidade alimentar e saúde: estudo de caso das representações sociais dos consumidores da feira ecológica da FURG/ Andreisa Damo; orientação do Prof. Dr. Luis Fernando Minasi - Rio Grande, 2012.
176 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – Mestrado em Educação Ambiental.

1. Representação Social 2. Educação Ambiental 3. Qualidade Alimentar 4. Saúde I. Minasi, Luis Fernando II. Título.

CDU: 504:37

Catálogo na fonte: Bel. Me. Cibele Vasconcelos Dziekaniak CRB10/1385.

ANDREISA DAMO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, QUALIDADE ALIMENTAR E SAÚDE:
ESTUDO DE CASO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS CONSUMIDORES
DA FEIRA ECOLÓGICA DA FURG**

Prof. Dr. Luis Fernando Minasi – Orientador

Prof^a. Dr^a. Magda Maria Colao (UCS)

Prof^a. Dr^a. Marlene Teda Pelzer (FURG)

Prof^a. Dr^a. Marta Regina Cezar-Vaz (FURG)

AGRADECIMENTOS

A minha família, meu pai Zelito, meu irmão Flávio e minha irmã Flaviane, pelo apoio incondicional que dedicaram a mim, cada um à sua maneira, para que esta conquista fosse possível.

A minha mãe, que em memória me visita e faz sentir o quão falta fazem as pessoas que amamos, principalmente nos momentos importantes de nossa vida, ansiosos por serem compartilhados...saudades.

A minha mãe

Quando ela acabou, foi colocada na terra

Flores nascem, borboletas esvoejam por cima...

Ela, leve, não fez pressão sobre a terra

Quanta dor foi preciso para que ficasse tão leve!

Bertolt Brecht

A ti, Marco, quem estive mais próximo e presente ao longo desses seis anos de cidade grande, em que me afastei do conforto bucólico de minha terrinha, para viver na pele os desafios que a nova trajetória pediu, e especialmente pelo amor e pelo apoio nesses dois anos de mestrado.

Ao Professor Dr. Luis Fernando Minasi, orientador desse trabalho, pela amizade, carinho e sabedoria com que me acompanhou nesse processo de formação pessoal e intelectual.

Ao Povo Brasileiro, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela Bolsa de Mestrado a mim concedida, na forma de condição material indispensável à realização deste estudo.

Aos amigos do grupo de estudos Pão, Manteiga e Marx – Café de Sábado: Minasi, Dani, Ricardo, Bruno, Percila, Diego, Edu, Max, Sabrina, Stéfani – com quem compartilhei sábados matutinos de grande ensino-aprendizado na produção conjunta de saberes libertadores.

A teoria também se converte em graça material uma vez que se apossa dos homens.

Karl Marx

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e as suas circunstâncias.

Paulo Freire

RESUMO

Essa dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande apresenta uma investigação acerca das representações sociais dos consumidores da Feira Ecológica da FURG em relação aos alimentos ali comercializados, e buscou desvelar as contradições existentes na escrita/fala dos sujeitos da pesquisa, e como elas se manifestam em suas práticas alimentares cotidianas. As representações sociais e as contradições nelas existentes foram relacionadas às ligações e relações da totalidade do fenômeno material social estudado, e às contradições que são próprias da realidade. Os resultados dessa investigação podem nos possibilitar uma compreensão dialética de como o Modo de Produção Capitalista tem transformado o alimento em mercadoria desviando sua função que é a de engendrar saúde e qualidade de vida para os seres humanos. Essa constatação, afirma para nós a necessidade de rompermos com a lógica do agronegócio, ambientalmente insustentável, para produzirmos uma sociedade baseada em princípios coerentes com o desenvolvimento da humanidade e com a saúde do ambiente do qual fazemos parte, produzindo o alimento de acordo as leis da natureza, e não em função dos imperativos de mercado. Esse movimento dialético de superação das condições materiais que mercantilizam a vida e transformam o alimento, de elemento vital à vida, em fonte de concentração de riquezas, exige a socialização coletiva de saberes libertadores, e tem por base o processo educativo emancipador, que se realiza nos sujeitos pela compreensão crítica da realidade para a transformação desta. Essa pesquisa dedicou-se a investigar um tema que para nós revela a totalidade abrangente à Educação Ambiental, em razão da qualidade alimentar ser determinante para a saúde e a qualidade de vida das pessoas. O estudo proposto materializou-se na forma e conteúdo de um Estudo de Caso de natureza Qualitativa Dialética Marxista, realizado a partir das categorias do Materialismo Dialético, do Materialismo Histórico e da Economia Política. A escolha do tema deu-se, a princípio, em função de um anseio pessoal que se confirmou ao longo da pesquisa como necessidade coletiva e a delimitação do fenômeno de investigação foi influenciada pelas condições adequadas da existência da Feira Ecológica da FURG como um espaço riograndino de relações e vivência dos princípios agroecológicos e a valorização do alimento em seu valor de uso, condizente com o projeto de sociedade que almejamos.

Palavras-Chave: Representação Social, Educação Ambiental, Qualidade Alimentar, Saúde.

RESUMEN

Esta disertación a cabo en el Programa de Posgrado en Educación Ambiental de la Universidad Federal de Río Grande presenta una investigación sobre las representaciones sociales de los consumidores de la Feria Ecológica de la FURG para alimentos que se venden allí, que tenía por objeto revelar las contradicciones en la redacción / habla de los sujetos de investigación, y cómo se manifiestan en sus hábitos alimenticios diarios. Las representaciones sociales y las contradicciones existentes en ellos estaban relacionados con las conexiones y relaciones de todo el fenómeno material social estudiado, y las contradicciones que son características de la realidad. Los resultados de esta investigación pueden nos permitir una comprensión dialéctica de la forma en que el modo de producción capitalista ha transformado a los alimentos en una mercancía desviando su función que es generar salud y la calidad de vida de los seres humanos. Este hallazgo, dijo a nosotros la necesidad de romper con la lógica de la agroindustria, el medio ambiente insostenible, para producir una sociedad basada en principios coherentes con el desarrollo de la humanidad y la salud del medio ambiente que son parte, produciendo alimentos conforme a las leyes de la naturaleza, y no en términos de los imperativos del mercado. Este movimiento dialéctico de superar las condiciones materiales que la vida mercantilizam y transformar los alimentos, de elemento vital para la vida, en una fuente de concentración de la riqueza, requiere la socialización colectiva de los conocimientos libertadores, y se basa en un proceso de Educación emancipadora, que se lleva a cabo en los sujetos por comprensión crítica de la realidad para transformarla. Esta investigación se dedicó a investigar un tema que nos revela toda la totalidad de la Educación Ambiental, ya que la calidad de los alimentos es crucial para la salud y la calidad de vida. El estudio propuesto se materializó en la forma y el contenido de un Estudio de Caso de la naturaleza cualitativa de la dialéctica marxista, elaborados a partir de las categorías del Materialismo Dialéctico, Materialismo Histórico y la Economía Política. El tema se llevó a cabo en un primer momento debido a un deseo personal de que se confirmó durante la investigación como una necesidad colectiva y la definición del fenómeno de la investigación fue influenciado por la existencia de condiciones adecuadas de la Feria Ecológica de la FURG como un espacio de riograndino relaciones y la experiencia de los principios agroecológicos y la apreciación de los alimentos en su valor de uso, de conformidad con el proyecto de sociedad que queremos.

Palabras clave: Representación Social, Educación Ambiental, Calidad de los Alimentos, Salud.

SUMÁRIO

DA NOSTALGIA AO FENÔMENO DE PESQUISA	12
1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	13
2. SOBRE O FUNDAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO UTILIZADO NESSE ESTUDO	23
3. SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE QUEREMOS	27
4. ALIMENTAÇÃO E SAÚDE – CATEGORIAS EMPÍRICAS DO NOSSO ESTUDO.....	36
5. OS ALIMENTOS QUE TEMOS NO MUNDO CAPITALISTA EM QUE VIVEMOS	45
5.1 Considerações gerais a respeito da sustentabilidade no paradigma socioambiental contemporâneo.....	45
5.2. Algumas breves reflexões sobre a questão alimentar	53
5.3. Compreendendo o agronegócio: a agricultura como atividade produtora de riqueza.....	56
6. PARA UMA OUTRA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.....	63
6. 1. Agroecologia: a agricultura como atividade produtora de alimentos	63
6.2. Produção Orgânica.....	67
6.3 Produtos orgânicos.....	71
6.4. A Feira Ecológica da FURG.....	74
7. SOBRE OS ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	77
7.1. Motivação de pesquisa.....	77
7.2. Justificativa.....	78
7.3. Metodologia de pesquisa	81
7.4. Fenômeno e Problema de Pesquisa.....	86
7.5. Hipóteses e objetivos perseguidos na investigação	89
7.6 Das informações às análises	94
8 PREÂMBULOS: O CONSUMIDOR E A FEIRA	96
8.1 Quem são os consumidores da feira?.....	99
8.2 Considerações sobre o natural, o artificial, e o orgânico	105
8.3 A agricultura e o Modo de Produção Capitalista.....	116
9 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS CONSUMIDORES DA FEIRA ECOLÓGICA DA FURG	123
10 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROCESSO EDUCATIVO PARA A LIBERDADE E A EMANCIPAÇÃO HUMANA.....	156
10.1 Para além do capital: o processo educativo emancipador.....	157
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170

ANEXOS

Anexo A – Decreto nº6.323/2007, que regulamenta a Lei Federal nº10.831/2003

Anexo B – Programa Costa Sul

Anexo C – Relatório de Avaliação da Feira Ecológica da FURG – 2010

Anexo D - Imagem das bancas fixas construídas em 2011 para abrigar a Feira Ecológica da FURG.

Anexo E – Notícia do Jornal Agora de 03/05/2011.

Anexo F – Modelo do Questionário de Identificação.

Anexo G – Roteiro de entrevista semiestruturada.

DA NOSTALGIA AO FENÔMENO DE PESQUISA

A qualidade, o sabor e o fator nutricional dos alimentos nunca me foram indiferentes. Filha da atividade familiar agropecuária, os alimentos de que dispúnhamos tinham sua origem, em sua maioria, do que poderíamos chamar de produção orgânica própria. Dessa forma, desde cedo aprendi a consumir alimentos produzidos sem adição de substâncias químicas, com aproveitamento de adubos resultantes dos processos de produção em nossa atividade rural. Desde cedo meu paladar foi se acostumando ao sabor bem definido, ao “doce do que era doce”, à textura diferenciada, apesar do tamanho modesto de alguns frutos e verduras produzidos de forma orgânica.

Comprávamos “de fora” somente o que era indispensável e não era produzido em nossa atividade familiar. Mas a maior parcela de nossas fontes de nutrientes, a proteína do leite e da carne, o carboidrato dos grãos integrais, das batatas, as vitaminas e os minerais das frutas e hortaliças, tudo era produzido organicamente, sem agrotóxicos, hormônios e aditivos. Muito diferente dos alimentos que hoje encontramos à venda nos supermercados e feiras convencionais.

O pomar de meu pai, ainda hoje me convida a momentos de nostalgia da infância, a sentar sob a sombra da bergamoteira, ou escalar um elegante pé de ameixas amarelas, e degustar o seu doce fruto, colhido da planta. Experiência gustativa sem igual. Comíamos com a casca, sem nos preocuparmos com os compostos químicos denunciados pelo sabor desagradável de alguns frutos, belos, enormes e coloridos das prateleiras dos mercados. Comíamos pelo sabor e pela saúde.

Adaptada desde cedo aos sabores, à textura, aos aromas, enfim, à qualidade dos alimentos produzidos sem a adição de agrotóxicos e outras substâncias sintéticas, hoje, e desde há seis anos habitante da cidade, simplesmente não me acostumo à falta dos frutos e verduras colhidos direto do “pé”. É com certa nostalgia da infância/adolescência que me dedico a este trabalho, mas sempre pensando alternativas para o problema presente da produção de alimentos, e principalmente por que compreendo o alimento como um aspecto fundamental na busca e na manutenção constante da saúde e da qualidade da vida humana.

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Alimentar-se é um ato político, diz expressão conhecida. Político por que parte de escolhas. Escolhas que não são imparciais, quando por meio de relações de causa e efeito passam a contribuir para o estabelecimento e a manutenção das funções orgânicas vitais, saúde e qualidade de vida, bem como, no âmbito social, para a perpetuação de um modelo econômico baseado na obtenção do lucro por meio da exploração da natureza e do trabalho humano.

Quando escolhemos o que vamos pôr em nossa mesa, não estamos apenas suprimindo uma necessidade básica de sobrevivência, mas estamos implicitamente contribuindo para a manutenção de um modelo de produção o qual pouco ou nada se preocupa com o bem estar das populações, mas sim, com maneiras de lucrar mais. Em se tratando das formas de produção e distribuição dos alimentos, este modo produtivo vem se mostrando cada vez mais predatório, injusto e alienante. Tal atitude tão fortemente reacionária vem trazendo nas manifestações naturais e sociais um sinal de que a insustentabilidade praticada nessa forma de organização social não poderá continuar.

A qualidade dos alimentos que ingerimos não é uma preocupação supérflua; a não ser para um modo de produção¹ que não se preocupa com pessoas, mas com o capital. O alimento, quando em quantidade e qualidade nutricional adequada, está diretamente associado à melhoria de nossas condições de saúde.

¹ Em texto de autoria de Vera Corazza, intitulado *Ideologia: categoria do Materialismo Histórico*, de 2008, a autora conceitua modo de produção da seguinte forma: “O modo de produção é a essência da sociedade. É a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e os distribui. Isto é, a forma histórica de como se organizou a produção da sociedade. Tem duas categorias fundamentais: as forças produtivas e as relações de produção. As forças produtivas são o conjunto de meios de produção, dos homens e dos conhecimentos adquiridos ao longo do processo de trabalho. As relações de produção englobam; a) as formas de propriedade dos meios de produção; b) as formas de distribuição e consumo dos bens produzidos. Ou seja, a produção e apropriação da mais-valia. No modo de produção estão todas as categorias (em seus aspectos essenciais, gerais e específicos) do Materialismo Histórico”.

Essa investigação partiu de nossa preocupação com a qualidade dos alimentos produzidos, particularmente no que se refere aqueles provenientes da produção agrícola. Reconhecemos no cenário da produção de alimentos dois principais modelos de agricultura: o agronegócio e a agroecologia. Nosso estudo pretendeu focar o aspecto da produção orgânica de alimentos, dentro de uma proposta agroecológica, sem deixar de tocar nas características do agronegócio, enquanto modelo dominante de agricultura.

Com uma proposta de estudo que situou a Educação Ambiental numa perspectiva dialética, buscamos compreender o nosso fenômeno de pesquisa como parte de uma totalidade, mediado por determinado contexto social, de forma a nos orientar em práticas transformadoras, comprometidas com o bem estar social - que não é o “bem estar de mercado”, destinado a manter a ordem por meio de uma democracia ilusória - e com a conservação dos recursos naturais, sem nos rendermos aos discursos ingênuos de falsa sustentabilidade, do progresso que se faz sobre a ruína de vidas humanas e da natureza.

Buscamos dessa forma, e conforme delimitação do fenômeno de pesquisa proposto para essa etapa de nossa formação, uma Educação Ambiental que tem como indispensável a sua constituição o cuidado também com a qualidade alimentar das pessoas, enquanto necessidade humana básica a ser respeitada, mas também como importante aspecto na promoção da saúde e qualidade de vida.

Em nosso estudo, na discussão ora engendrada sobre a Educação Ambiental, a agroecologia, o agronegócio e a produção orgânica de alimentos foi-nos necessário, a fim de manter o foco da pesquisa - as representações sociais dos consumidores da Feira Ecológica da FURG - dedicarmo-nos preferencialmente à relação indissociável entre alimentação e saúde, ou, na mesma relação antagônica de causalidade, alimentação e doença. Lembramos que o interesse maior que nos motivou em nossa investigação foi a questão da qualidade alimentar, ressaltada, de uma forma ou outra, no conteúdo desta dissertação.

Também em nosso estudo das representações sociais, sob o enfoque das categorias empíricas alimentação e saúde, elaboramos algumas considerações a respeito do paradigma socioambiental focando o aspecto da sustentabilidade, já que pensamos ser importante discutir tal assunto, quando vivemos em uma sociedade que vem afirmando em suas relações a insustentabilidade, tendo em vista que está

estruturada sob a lógica da exploração da natureza e do ser humano. Ressaltamos a importância deste tema quando nossa dissertação é fruto de um curso de Educação Ambiental, fato que, na totalidade do meio ambiente, delega-nos o compromisso com ambas as causas: natureza e ser humano.

Nos referenciais embaixadores de nossa pesquisa, chamamos em diversas oportunidades, a contribuição do educador Paulo Freire, autor muito bem vindo na utopia² compartilhada de que outra sociedade é possível, sociedade na qual as necessidades humanas não serão esquecidas, negligenciadas ou substituídas pelo valor da coisa, isto é, o fetiche.

A opção pelo Materialismo Dialético como visão de mundo e fundamento teórico metodológico dessa investigação deveu-se pela razão de o consideramos um método justo para a compreensão da realidade, que nos leva a refletir sobre as contradições da realidade social e natural que oprimem e, muitas vezes, impedem o desenvolvimento humano e as possibilidades de solucionar os problemas ambientais nascidos das relações de exploração dentro da lógica capitalista.

A adoção por esse método de análise da realidade partiu do entendimento de que o mesmo não é um mero “instrumento para o conhecimento”, mas um método que nos conduz a conhecer para transformar. Sendo assim, dedicamo-nos a conhecer e compreender a realidade, nos limites possíveis da totalidade que constitui nosso fenômeno de pesquisa, com a profundidade possível, buscando a aproximação com a essência do fenômeno real de pesquisa.

² O dicionário Aurélio em sua versão *online* traz como conceito para o termo utopia: o “*local ou situação ideais onde tudo é perfeito; o substantivo utopia vem das palavras gregas ou e topos, que significam sem lugar. Refere-se especialmente a um tipo de sociedade com uma situação econômica e social ideal. Frequentemente a palavra é empregada para designar sistemas ou planos de reformas considerados pouco práticos ou irrealizáveis*”. O educador Paulo Freire, em sua obra *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*, em sua terceira edição publicada em 1980 entende que o utópico não é o irrealizável, quando traz que “*a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico*” (p. 27). No contexto desta dissertação estamos considerando a utopia como uma forma de plano para a produção de uma organização social que, embora não tenha a pretensão de ser perfeita, o que realmente seria uma proposta irrealizável, vem atender às necessidades reais dos seres humanos, objetivando o seu desenvolvimento. Sendo assim, partindo da necessária análise crítica da realidade, e do reconhecimento das contradições existentes, passamos a constituir uma utopia possível de que uma nova forma de sociedade “ideal” possa ser produzida pela transformação social. Esse processo de reflexão crítica sobre a nova realidade é constante, e, portanto não esgota o movimento histórico da transformação.

Dessa forma, buscamos relacionar nos referenciais embaixadores de nossa pesquisa qualitativa, alguns parágrafos que pensamos ser necessários e relevantes para uma compreensão mais abrangente de nosso fenômeno de investigação, de acordo como se constituiu o próprio processo da pesquisa, e a possibilidade da transformação social pelo conhecimento produzido e objetivado na prática.

Esses parágrafos trazem consigo o sentido de Educação Ambiental, saúde e sustentabilidade, revelando a forma (e o conteúdo) como compreendemos no processo da pesquisa estes elementos e como eles se articulam direta ou indiretamente, por meio das relações e ligações que constituem uma totalidade, com nosso fenômeno de pesquisa.

A alimentação foi compreendida por nós no processo da pesquisa como uma necessidade essencial dos seres humanos. Deste modo, o enfoque de nosso estudo foi a importância - para a vida humana, e para o ambiente, na forma de uma produção de alimentos realizada em harmonia com as leis da natureza - da qualidade dos alimentos que são disponibilizados para consumo.

Sabemos que, muitas vezes os setores produtivos no Modo de Produção Capitalista não colocam em primeiro plano a qualidade dos alimentos produzidos, mas preocupam-se apenas com produtividade e lucratividade, desrespeitando o direito das pessoas a consumir alimentos livres de substâncias prejudiciais à saúde. O fator que vem movendo os processos produtivos, e nesta gama envolvemos a produção de alimentos, baseia-se apenas na relação produto final e o lucro por ele gerado.

O discurso insistente da fome, embora não se questione a sua importância, mas sim o enfoque dado a esse aspecto, faz-nos por vezes esquecer um problema da vida moderna que tem atingido proporções preocupantes: a alimentação inadequada em questão de qualidade. A fome traz consigo um sofrimento humano injustificável. Mas a alimentação inadequada vai cumulativamente minando a saúde, a vitalidade, as energias das pessoas que são submetidas diariamente a uma dieta alimentar insalubre. Algumas vezes por ignorância, por falta de opção, ou de condições financeiras para buscar um alimento saudável, outras vezes por força das leis de consumo, que são primariamente comandadas por leis de produção.

Encontramos em nossas prateleiras alimentos artificiais, processados, refinados, contendo em sua composição inúmeras substâncias químicas, as quais muitas vezes estão associadas ao surgimento de enfermidades, alergias e intoxicações em humanos, devido à rejeição do organismo a esses compostos (MCGEE, 1986). Parece-nos, e esta suspeita não está apenas na aparência, mas na realidade que envolve a produção de alimentos, que a preocupação principal das empresas é disponibilizar ao consumidor alimentos visualmente atraentes e aprazíveis em questão de olfato e paladar, além de boa durabilidade, a fim de extrair o máximo de valor sobre aquele produto, além de recuperar na venda os custos de produção.

Para isso, fazem uso - muitas vezes sem estudos suficientes para avaliar os riscos à saúde - de substâncias que melhoram o sabor dos alimentos, sua textura e aparência, além de conferir a eles melhor durabilidade. Conservantes, açúcares, gorduras, realçadores de sabor, essências artificiais, estabilizantes, acidulantes, entre outros. Basta olharmos o rótulo dos alimentos que consumimos. Iremos então constatar que, entre os ingredientes, estão diversas substâncias as quais muitas, e na maioria das vezes não conhecemos o que são, nem os potenciais comprometimentos de seu consumo à nossa saúde.

Com base nessas considerações, buscamos as palavras do médico e escritor Charles McGee³, que em seu livro *Como sobreviver à tecnologia: um guia para escapar dos poluentes da vida moderna*, nos confirma o que estamos trazendo a respeito da invasão química que a indústria de alimentos sob a lógica capitalista tem nos proporcionado:

[...] a maioria das fontes comerciais de alimentos contém produtos químicos sintéticos não intencionais, como resíduos de pesticidas, herbicidas, substâncias de revestimento de latas e chumbo de soldas. [...] Milhares de aditivos químicos sintéticos aparecem em nossos alimentos. Estas substâncias são misturadas para atingir certos objetivos comerciais e freqüentemente são usadas porque são mais baratas que as fontes de alimento natural que substituem (1986, p. 136).

³ A obra deste autor foi utilizada com frequência nessa pesquisa, em razão de sua leitura ter nos causado grande e positivo impacto na compreensão de como o estilo de vida moderno, principalmente em relação à (má) alimentação, afeta a saúde das pessoas; o autor faz uma análise profunda da relação sociedade moderna-alimentação, que na maioria das vezes, não encontramos nos artigos científicos do meio da nutrição e saúde, em razão da crítica social não ser a razão de sua existência, mas apenas a divulgação das descobertas da ciência.

A expressão popular “Somos aquilo que comemos” leva-nos, de início, a concordar vivamente com tal metáfora, pois ela procede, se considerarmos a extrema importância da alimentação adequada para o equilíbrio das funções orgânicas e para a qualidade de vida das pessoas. Porém, invadidos por uma insatisfação, proveniente de nossa perspectiva teórica, quanto ao significado, um tanto quanto reducionista da expressão aqui colocada permitimo-nos então transformar a afirmação em pergunta: somos aquilo que comemos? Pensamos que para este questionamento a resposta seria “também”. Somos aquilo que comemos, mas não apenas isso. Somos totalidade, unidade de diversos elementos que nos condicionam socialmente. E, dentre estes elementos, assumindo importante papel em nossa constituição, estão nossos hábitos alimentares. É por isso que afirmamos em nossa perspectiva teórica: somos biologicamente o que comemos, e socialmente o que fazemos e pensamos.

Nossa concepção de Educação Ambiental como representante de uma totalidade, o ambiente onde são mediadas as relações que nos permitem coexistir como seres humanos em um espaço habitado por diversas outras formas vivas, permite-nos afirmar que a forma como nos alimentamos, ou melhor, os alimentos os quais escolhemos (ou temos possibilidades financeiras ou culturais de escolher) é um fator essencial à manutenção das nossas funções vitais, à promoção de saúde e bem estar. É nesse sentido que qualidade alimentar também é Educação Ambiental. Os benefícios atribuídos aos alimentos a quem os consome, são por extensão transferidos ao ambiente na forma como nos relacionamos com o mundo, com a natureza e socialmente com outros seres humanos.

Quando nos alimentamos bem, quando suprimos adequadamente nossas necessidades orgânicas por alimento, a relação que estabelecemos conosco mesmos e com o ambiente do qual somos parte é outra do que quando estamos subalimentados ou alimentados inadequadamente. O alimento é vida, saúde, bem estar. Quando esse alimento não cumpre tais funções, por consumo insuficiente ou inadequado, se instala a fome, o mal estar, a doença.

Podemos dizer que os alimentos que ingerimos “moldam” nossos corpos, mantêm ou modificam nossa constituição interna e nossas funções metabólicas. São

energéticos, reguladores, enfim, nutritivos⁴ e funcionais⁵. São, portanto, promotores e mantenedores da saúde ou, no caso do efeito inverso, causadores de doenças. Hoje reconhecemos inúmeras doenças cuja causa ou agravo estão relacionados aos nossos hábitos alimentares, como o diabetes mellitus tipo 2⁶.

McGee (1986, p. 136-137), baseado em evidências médicas, vem nos alertar sobre os riscos do uso indiscriminado – movido pela intencionalidade comercial - de substâncias químicas sintéticas, muitas delas largamente utilizadas na produção de alimentos:

A indústria química nos diz que as substâncias químicas são boas, seguras e que não podemos passar sem elas. [...] 80% dos cânceres são causados por produtos químicos sintéticos no ambiente. Muitas companhias químicas têm demonstrado um verdadeiro descaso quanto à segurança pública quando há lucros envolvidos.

Tendo em vista o que o autor denuncia, não podemos negligenciar a relação dialética existente entre saúde-doença e a forma como a nossa sociedade está organizada, afastando as causas do surgimento de diversas doenças degenerativas, como o câncer, as enfermidades cardíacas e do sistema nervoso ao modo de vida que estamos levando.

⁴ "Alimento nutritivo" não pode ser considerada uma classificação para um tipo específico de alimento, já que, diferentemente, e em menor ou maior grau, todos os alimentos são, de alguma forma nutritivos, pois, no mínimo fornecem energia para o funcionamento do organismo. As propriedades nutricionais presentes nos alimentos são essenciais para a manutenção das funções orgânicas, e para o funcionamento adequado das mesmas. Os açúcares, por exemplo, fornecem energia para o corpo realizar todas as suas funções vitais. As vitaminas e minerais agem como reguladoras destas funções vitais. As proteínas ajudam na formação da massa muscular e do sistema imunológico. As fibras ajudam na digestão e no controle dos níveis de açúcar e colesterol do sangue.

⁵ Os alimentos funcionais ou nutracêuticos são aqueles que colaboram para melhorar o metabolismo e prevenir problemas de saúde. Esta ação é atribuída à presença no alimento de propriedades funcionais. Geralmente estas propriedades estão associadas a uma determinada substância, ou a um conjunto de substâncias presentes no alimento que adicionam um efeito benéfico ao organismo, regulando ou tonificando as funções metabólicas. São exemplos de substâncias presentes em alimentos que apresentam ação funcional: betacaroteno, isoflavonas, ômega 3, licopeno, flavonóides. Os alimentos funcionais também podem conter microrganismos vivos benéficos à saúde, como a exemplo dos probióticos.

⁶ Enfermidade adquirida, associada a hábitos alimentares inadequados, como a ingestão excessiva de açúcares em conjunto com um estilo de vida sedentário, entre outros fatores de influência. Essa e outras enfermidades as quais podemos chamar de "doenças dos tempos modernos" estão vinculadas principalmente aos maus hábitos alimentares, incluindo outros fatores como sedentarismo, predisposição genética, níveis de estresse físico e mental.

Os desequilíbrios fisiológicos podem ser direta ou indiretamente associados ao desequilíbrio, à desordem do ambiente no qual vivemos e das relações sociais que desenvolvemos, à “loucura” de nossos tempos.

Diversas patologias têm origem e agravo associados à ingestão inadequada e em excesso de determinados gêneros alimentares. Podemos questionar as possibilidades de nossos organismos metabolizarem as inúmeras substâncias químicas adicionadas aos produtos industrializados que consumimos diariamente. Como exemplificam estudos da Organização Mundial da Saúde (World Health Organization - WHO) (1998), e do Fundo Mundial de Pesquisa sobre Câncer (World Cancer Research Fund – WCRF) (1997) o desenvolvimento de várias das formas mais comuns de câncer resulta de uma interação entre fatores endógenos e ambientais, sendo o mais notável desses fatores a dieta.

Essa relação indissociável entre dieta alimentar e saúde-doença, bem como os riscos decorrentes da perda de qualidade alimentar são demonstradas por McGee (1986, p. 26):

O homem tem ficado livre das doenças degenerativas enquanto se mantém autossuficiente em seu próprio suprimento de alimento. [...] O fator comum no desenvolvimento das doenças degenerativas tem sido o abandono das dietas tradicionais de alimentos frescos, não processados, por alimentos modernos processados.

Nesse paralelo que o autor traça entre a existência ou a ausência de doenças degenerativas entre as populações humanas autossuficientes na questão alimentar em relação às populações modernas o autor deixa claro que o aspecto ambiental envolvido refere-se às diferenças nas dietas das populações consideradas. A autossuficiência alimentar das primeiras se expressa no consumo de alimentos originados de produção própria, livres de resíduos químicos sintéticos, integrais, não processados e, portanto sem aditivos alimentares. Já nas populações modernas, há uma perda gradual em nutrientes, pela substituição dos alimentos frescos e integrais por aqueles processados, ao mesmo tempo em que se observa a adição de substâncias químicas nos processos de industrialização, o que pode oferecer risco concreto para a saúde daqueles que são submetidos diariamente a essa dieta insalubre.

McGee contesta a crença amplamente divulgada de que o homem primitivo, ou as populações tradicionais que vivem hoje à base de uma dieta rica em alimentos frescos e não processados - embora muitas vezes enfrentando péssimas condições sanitárias e médicas - não vivem tempo suficiente para desenvolver doenças degenerativas, já que padecem antes por doenças infecciosas ou parasitárias. Em seus estudos o médico comprova a existência de pessoas em idades avançadas nessas populações que nunca desenvolveram doenças degenerativas.

Na sociedade moderna a medicina se vangloria de ter sob controle a maioria das doenças infecciosas (causadas principalmente por vírus, bactérias e fungos). No entanto, quando priorizam a abordagem ao aspecto sintomático e ao tratamento medicamentoso das doenças, esquecem que há causas ambientais para estas doenças, como a alimentação, que estão constantemente agredindo o organismo humano a ponto de cronificar estas doenças e mesmo levar pessoas cada vez mais jovens a padecer por enfermidades degenerativas.

Retornar a uma dieta de alimentos frescos não processados, já que o processamento reduz a qualidade nutricional e adiciona aditivos potencialmente danosos à saúde parece ser a solução radical para restabelecer essa saúde deteriorada pela perda da qualidade alimentar. Isso implica, obviamente, na necessidade de transformarmos primeiramente a lógica em que estamos nos organizando socialmente. O obstáculo a esse propósito reside no fato de que os interesses comerciais envolvidos, sob a lógica da sociedade capitalista, não têm sua atenção voltada às necessidades humanas, mas sim para os lucros advindos da comercialização do alimento.

Em vista disso, uma Educação comprometida em educar sobre os riscos à saúde associados ao consumo de alimentos potencialmente tóxicos ou alergênicos, e de baixa qualidade nutricional é fundamental para que as pessoas possam buscar formas alternativas de alimentar-se, que não aceitar cegamente os produtos fornecidos por uma indústria de alimentos mentirosa, que garante mesmo sem estudos sérios e rigorosos a sua segurança e qualidade. Infelizmente, com as novas tecnologias, o uso e a aplicação destas se espalham antes da pesquisa do perigo potencial que podem representar à saúde das pessoas, graças à enorme pressão das grandes corporações para que estas tecnologias cheguem cedo ao mercado para consumo.

O processo da pesquisa, em razão do estudo de caso realizado na Feira Ecológica da FURG, determinou como objeto de estudo os produtos orgânicos, um tipo de alimento produzido de forma diferenciada, incluindo um manejo livre de aditivos e insumos agrícolas químicos e produzido em escala reduzida e rendimento limitado, devido às particularidades de sua produção. Esse produto significa para o consumidor um alimento diferenciado, saudável, sem adição de químicos, o que está associado a uma qualidade de paladar e nutricional melhor, quando comparada aos alimentos produzidos em larga escala pelo setor agrícola convencional, onde o compromisso está no lucro das empresas que produzem, processam e/ou comercializam.

A adição de defensivos agrícolas, nesse caso, vem assegurar uma produção livre de pragas agrícolas e com maior produtividade e rendimento final. Também há preocupação com a aparência do alimento, já que isso influencia diretamente na aceitação do mesmo pelo consumidor. Tamanho, formato, textura e coloração adequados, conforme determinados padrões de consumo, são quesitos indispensáveis para que o produto seja comercializado com o máximo de rendimento pelas empresas.

Na sociedade capitalista, os orgânicos perdem em concorrência, já que sua produção é limitada, e o aspecto dos alimentos muitas vezes foge ao “padrão comercial”, pois em geral, possuem tamanho reduzido⁷. Isso nos leva a pensar que esse tipo de alimento é característico de um novo modelo societário – onde a preocupação não será mais a lucratividade do agronegócio, mas a qualidade da vida humana.

⁷ No caso da produção convencional de alimentos, a adição de fertilizantes e adubos químicos sintéticos potencializa o crescimento do vegetal, bem como algumas modificações genéticas podem favorecer esta característica. O alimento orgânico apresenta um tamanho que, na verdade é o tamanho natural para aquela espécie de cultivar, já que sua produção não utiliza sementes geneticamente modificadas nem aditivos químicos sintéticos potencializadores do crescimento. O que diferencia o alimento orgânico do produzido convencionalmente é que o primeiro tem seus componentes concentrados, já que o crescimento do vegetal não é “acelerado” artificialmente. Quando o vegetal se desenvolve naturalmente, em condições adequadas e com saúde, seu sabor e qualidade nutricional - ou seja, seu valor como alimento - não são perdidos ou diminuídos.

2. SOBRE O FUNDAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO UTILIZADO NESSE ESTUDO

Adotamos em nosso estudo o referencial teórico-metodológico do Materialismo Dialético e do Materialismo Histórico, enquanto visão de mundo que nos permite analisar a realidade sócio-histórica da humanidade por meio de suas categorias e leis. Também a natureza, na forma dialética como a estamos concebendo, é passível de análise a partir deste método, já que as categorias que se aplicam aos fenômenos sociais, por serem universais, também podem ser o fundamento teórico-metodológico para a análise dos fenômenos naturais.

O Materialismo Dialético constitui-se em uma filosofia científica para a análise da realidade, e implica necessariamente no desenvolvimento de uma visão científica do mundo, que se apóia em princípios conceituais baseados na materialidade, e, portanto, plenamente aplicáveis à realidade. De acordo com Kaprívine (1986, p.12) *“a visão científica do mundo ajuda o indivíduo a formar um sistema conceitual íntegro e coerente, proporciona-lhe uma metodologia científica para conhecer a realidade e agir de acordo com as necessidades do desenvolvimento social”*.

Assegurando o caráter de teoria desta forma de visão do mundo, além de seu aspecto metodológico que nos permite conhecer, compreender e transformar a realidade, o mesmo autor traz nesse sentido, referindo-se à visão científica do mundo, que todos os seus *“postulados, conceitos e idéias são teoricamente fundamentados e confirmados com os fatos da vida, a experiência humana e os dados científicos”* (KAPRÍVINE, 1986, p. 13).

O aspecto fundamental da filosofia materialista, ou seja, seu aspecto essencial é que a mesma considera todos os objetos, processos e fenômenos da realidade objetiva como materiais, contando que existem objetivamente, isto é, fora e independentemente da consciência humana. Já o que existe na consciência, a qual chamamos realidade subjetiva, é caracterizado como ideal, ou espiritual (KAPRÍVINE, 1986). Ambas estas formas de realidade são concretas, pois existem

no campo do real, porém a primeira é material, objetiva, e a segunda é ideal, ou subjetiva.

Numa concepção materialista, os seres humanos fazem o mundo, e o fazem a partir da matéria, do que existe antes da consciência humana. Sendo assim, tudo o que existe são convenções humanas. O mundo toma forma, corporeifica-se, materializa-se, ganha significado e sentido pela ação humana.

Homens e mulheres se humanizam ao mesmo tempo em que se desnaturalizam. A sua natureza humanizada, que continua sendo natureza em sua composição orgânica e organização fisiológica, passa a tornar-se cada vez mais – irreversivelmente - cultural e social.

Ratificando o fundamento da filosofia marxista, o Materialismo Dialético, ao propor duas formas de realidade, a realidade objetiva ou material, e a realidade subjetiva, ou consciência coloca que a primeira sempre vem antes da segunda - por isso o termo materialismo - já que a realidade material determina a formação da consciência. Nesse sentido podemos dizer que há uma realidade, que é material e uma compreensão desta realidade, que é a subjetividade de cada sujeito. Ambas são concretas, pois existem independentemente de nossa vontade. A unidade destas duas formas de realidade constitui a realidade em si. Os sujeitos têm, portanto, uma representação do real, que corresponde à compreensão destes sobre o mundo. Quando dizem a palavra, materializando o pensamento através da fala, estão expressando a sua visão de mundo, a representação social que eles têm dele.

Sabendo então, que a realidade subjetiva é uma representação singular do real, não podemos ler o mundo falsamente, pelo que o outro diz. Precisamos buscar conhecer a realidade por nós mesmos, buscando aproximarmo-nos ao máximo possível da essência do fenômeno real. A realidade dos sujeitos não está no lugar onde ele vive, mas na compreensão que o mesmo possui da realidade onde ele vive, a sua realidade subjetiva. E o sujeito é o que ele faz, como age, o que diz. O sujeito é o limite de sua consciência. A prática é a materialização dessa consciência, quando essa se objetiva.

O método Materialismo Dialético baseia a sua análise da realidade em categorias filosóficas (e históricas, no caso do Materialismo Histórico). Categoria é um tipo de conceito que se aplica a todas as coisas. No Materialismo Dialético, as

categorias são formas de conceitos, que refletem as propriedades essenciais, universais, comuns a todos os objetos, fenômenos materiais e coisas. Como exemplos temos a matéria, a forma, o conteúdo, a contradição, a totalidade, entre outras de cunho filosófico e universal.

Em nosso estudo trabalhamos prioritariamente com as categorias da totalidade e da contradição, embora as demais categorias do Materialismo Dialético estejam no contexto da análise de nosso fenômeno de pesquisa, junto a algumas categorias do Materialismo Histórico enquanto análise sócio-histórica.

A perspectiva dialética, ao colocar a origem da consciência nas condições materiais, ou na realidade objetiva, nos atenta para o fato de que nada acontece por acaso, mas nas condições que vão se organizando para tal. Quando produzimos as condições necessárias para que determinadas coisas aconteçam, é necessário que estas realmente venham a se tornar realidade.

Nada é fatalidade, fruto do acaso. O fatalismo é uma estratégia utilizada pelos que regem o modelo de sociedade vigente, para que aceitemos a realidade existente como algo natural, ou “que sempre existiu”, portanto, impossível de ser transformada. É importante que tenhamos consciência de que nada é eterno sob as leis da dialética. Portanto, se organizarmos outra forma de ser e estar no mundo, reunindo as condições necessárias para esta nova estruturação e organização social, então teremos a possibilidade de um mundo diferente do que aí está.

É nesse sentido que a filosofia dialética e materialista é revolucionária e crítica pela sua essência, pois respeita o movimento de desenvolvimento dos objetos, processos e fenômenos sociais e naturais, compreendendo-os como elementos localizados historicamente e condicionados por determinadas forças contextuais. É crítica por que se dedica não apenas a conhecer superficialmente, ao nível da aparência, os fenômenos e os processos da realidade, mas busca compreender sempre o movimento destes, dentro da aproximação dialética possível em relação a um fenômeno que “não é”, mas “está sendo”. É revolucionária por que direciona seu método de análise da realidade para a transformação das condições existenciais da experiência humana no mundo. Ao descobrir as leis mais gerais do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento humano, a dialética materialista fornece, desta maneira, aos seres humanos um método de

conhecimento e de transformação prática do mundo real, baseada nesse conhecimento.

3. SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE QUEREMOS

Trazemos neste capítulo de nossa dissertação uma explanação sobre a Educação Ambiental que queremos, segundo o que estamos compreendendo ser realmente necessário para o desenvolvimento humano. Partindo do entendimento de que o ambiente inclui todas as formas de relações que podem existir ao nível da materialidade entre o mundo e as formas vivas que o habitam, destacamos o papel fundamental de uma Educação Ambiental direcionada ao desenvolvimento humano em harmonia com as demais formas vivas e seu espaço físico, livre de amarras ideológicas de uma sociedade alheia a este interesse.

Na delimitação fenomênica proposta para essa investigação compreendemos que a qualidade alimentar representa um dos aspectos fundamentais de ação e pesquisa no campo da Educação Ambiental, já que sua adoção enquanto necessidade humana essencial está diretamente ligada à melhoria nas condições de saúde e qualidade da vida humana.

Compreendemos que o meio ambiente seja o aspecto geral, que inclui em si e mediatiza outras totalidades particulares, como a Educação Ambiental, a qualidade alimentar e a saúde. O sentido que buscamos dar ao nosso estudo, ressaltando as inter-relações envolvidas entre os elementos citados foram por nós representados no seguinte esquema:

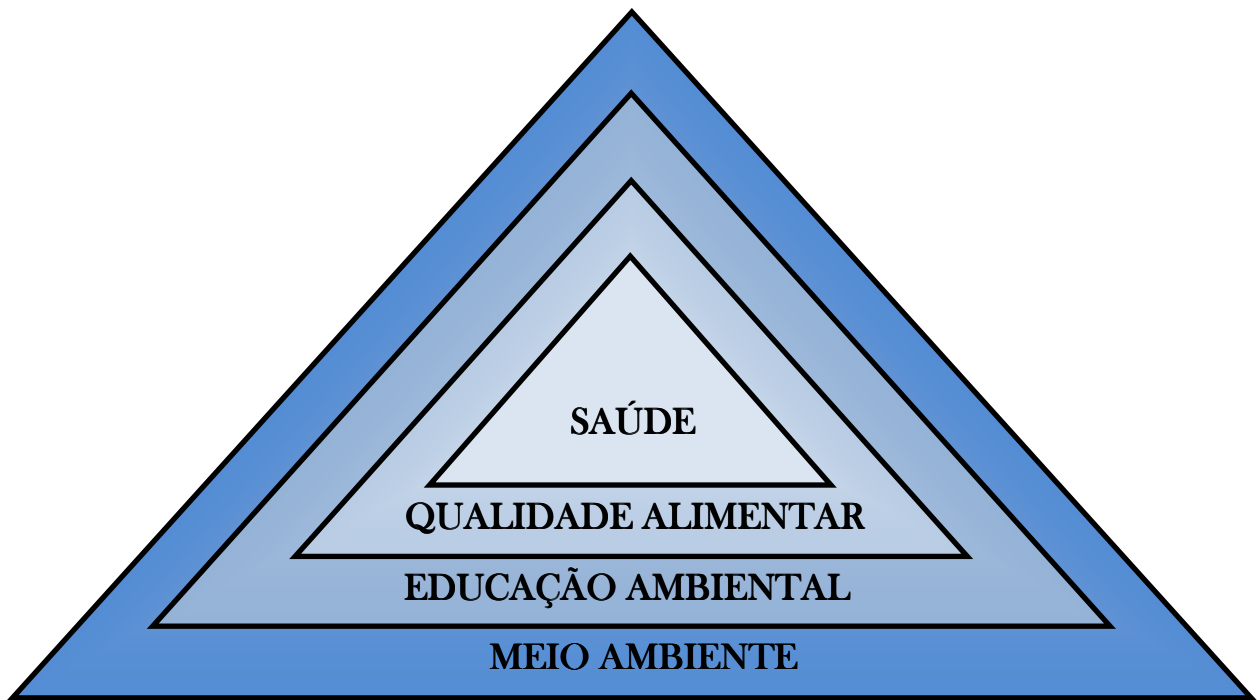


Fig.1. Esquema representativo das relações dialéticas de inclusão e interdependência entre os elementos: Meio Ambiente, Educação Ambiental, Qualidade Alimentar e Saúde.

Neste esquema estão contidos fenômenos reais que constituem, cada um deles, totalidades. O triângulo externo representa, de acordo com a nossa perspectiva dialética, o meio ambiente enquanto uma totalidade que inclui em sua constituição o campo do conhecimento que o estuda e que vem objetivar práticas transformadoras em favor deste: a Educação Ambiental. O meio ambiente, em todas as suas propriedades, processos e fenômenos é a totalidade real-material, sob o qual se dedica reflexivamente a Educação Ambiental para então desenvolver novas práticas direcionadas a superar as contradições existentes.

A Educação Ambiental, por sua vez, inclui em si um elemento, como procuramos defender em nossa investigação, indispensável ao âmbito de sua pesquisa e prática transformadora: a qualidade alimentar. Compreendemos, finalmente, que a qualidade alimentar influencia nos processos de saúde humana, por se tratar de um importante fator ambiental que interage com esta na forma de relações de causa-efeito. Todos os elementos do esquema representativo são totalidades, que interagem constantemente uns com os outros em processo dinâmico e, portanto, contraditório.

Referenciamos novamente McGee (1986, p. 48) em sua contribuição à relação que fazemos entre a Educação Ambiental, a qualidade alimentar e a saúde; o autor entende

a comida como uma de nossas maiores exposições ambientais, e uma das mais efetivas por que entra diretamente em nosso corpo. Desta forma, estamos interessados em cada efeito que o alimento possa ter em nosso corpo. Isto vai desde os efeitos naturais esperados, como o de nos dar sustento, até os prejudiciais, relacionados com o que está faltando no alimento e que precisamos, ao que foi adicionado ao alimento e nos adocece, a como nosso corpo pode responder anormalmente a alimentos, como no caso das alergias.

Compreendemos, com base no que nos coloca este autor, e relacionando seu pensamento ao tema desta dissertação, que a adição de químicos sintéticos, a exemplo dos pesticidas e herbicidas, largamente utilizados na agricultura convencional e que permanecem residuais nos alimentos e no ambiente pode ser considerada uma severa alteração ambiental, já que influi direta ou indiretamente nas condições de saúde e, conseqüentemente, na qualidade da vida humana e no equilíbrio dos ecossistemas.

Para que pudéssemos, então, dar continuidade ao nosso estudo se fez necessário explanarmos que Educação Ambiental queremos. Uma educação Ambiental baseada em princípios que não ignorem ou releguem ao segundo plano nenhuma das necessidades humanas, como é o caso da qualidade alimentar. É importante salientar, no entanto, que a satisfação das necessidades humanas não pode significar a falência dos recursos naturais, a degradação da natureza e a exploração de outras formas de vida. Essa tem sido a lógica do Modo de Produção Capitalista, ao qual buscamos superar.

Muito se fala no atual paradigma socioambiental sobre a necessidade de implementarmos uma Educação Ambiental crítica. Porém, esta qualidade atribuída à Educação Ambiental não pode resumir-se a uma palavra vazia de significado, isenta de conteúdo, sem que se reconheça nela a sua possibilidade prática. Caso contrário nada mais é que discurso. Freire (2001) vem nos dizer em *Pedagogia dos sonhos possíveis* que não podemos separar a leitura das palavras da leitura do mundo, assim como não é possível separarmos a leitura do mundo da escrita do mundo.

Neste ponto, podemos perceber uma crítica às palavras vazias, aos meros discursos, que não carregam em si a possibilidade da prática.

As palavras, assim como quaisquer outros elementos concretos, obedecem ao movimento dialético. Sendo assim, não podemos desligá-las do contexto em que elas existem e se desenvolvem. Seu sentido literal não basta para explicar o conteúdo que as mesmas portam, pois a palavra assume o sentido das relações e ligações que a condicionam em um determinado tempo histórico.

O que estamos querendo dizer com isso é que, quando falamos insistentemente nesta tal Educação Ambiental *crítica*, precisamos nos perguntar o que é ser crítico em uma sociedade em cuja lógica está justamente a alienação desta capacidade de crítica, a depredação da capacidade de pensar, a atrofia da consciência. Esta investida contra o elemento intelectual dos sujeitos tem por objetivo manter as relações sociais inalteradas, preservando o modelo de sociedade vigente.

Não podemos, no entanto, conscientes da sociedade da qual fazemos parte, permanecermos estagnados pelas amarras da sua lógica de funcionamento. Negar inocentemente a realidade esperando que se estabeleça magicamente sobre esta uma outra forma de realidade não é ser crítico. Assim como não é ser crítico aceitar as coisas como estão, contribuindo para a continuidade de uma forma de sociedade injusta e desumana.

Em nosso entendimento, ser crítico é, partindo do conhecimento mais próximo da realidade que podemos elaborar ao nível da consciência, assumir o compromisso de instrumentar a transformação desta sociedade em que vivemos, sem limitarmos ao plano ideológico da transformação, mas partindo da unidade teoria e prática. Se rompermos esta unidade, focando apenas o plano teórico, sem reunir condições para a materialidade, corremos o risco de sermos iludidos pelo discurso vazio. Da mesma forma, se nos lançarmos à prática sem o necessário fundamento teórico, podemos tornar a situação material produzida, insustentável.

Em nosso estudo, não basta adjetivar a palavra se este adjetivo está vazio. Isso serve apenas para embelezar o substantivo que o acompanha. O adjetivo, ou a qualidade atribuída ao substantivo, no caso, a criticidade da Educação Ambiental, só

tem valor quando vem instrumentar o substantivo diretamente, para uma determinada prática social.

O adjetivo só tem valor quando implica no compromisso com o conteúdo especificado na palavra. Sendo assim, quando aderimos à Educação Ambiental a adjetivação “crítica”, precisamos conhecer o sentido contido na palavra, sabendo que a palavra é ação, precisa materializar-se para existir. Nossa prática é o critério de verdade para dizer que o que estamos pensando ou fazendo é válido.

Nesse nosso estudo fortalecemos nossa compreensão do tipo de Educação Ambiental a qual queremos e com a qual nos comprometemos. Não uma Educação que se estrutura e organiza a fim de constituir um mero aparelho ideológico⁸ do Modo de Produção Capitalista, servindo a este enquanto reprodutora de sua ideologia.

No anseio e projeto de uma outra sociedade, diferente da que vivenciamos, a Educação Ambiental cumprirá uma função social no sentido de contribuir para o desenvolvimento de uma organização social justa, igualitária e fraterna, no processo mesmo em que a sociedade se reestrutura e constitui uma nova forma de entender o meio ambiente, que foge ao conceito equivocado de ambiente puramente “ecológico”, separado do seu constituinte social, que é o ser social, natureza humanizada.

Nesse sentido trazemos Paulo Freire (1981), educador comprometido com a legitimação de uma Educação transformadora, humanizadora e libertadora na medida em que considera o sujeito da aprendizagem enquanto *sujeito*, ou seja, *participante* na produção desses saberes, e não como objeto, desprovido de

⁸ Termo utilizado por Althusser (1985) para designar os elementos que contribuem para a divulgação/reprodução da ideologia dominante, que, por serem elementos integrantes da estrutura social, tornam a ideologia fortemente atrelada a esta estrutura. Althusser entende a estrutura social capitalista como totalidade orgânica articulada em níveis ou instâncias. Dessa forma, através de uma concepção estruturalista de sociedade, o autor sugere que os aparelhos ideológicos constituem um dos elementos essenciais à coesão da estrutura social capitalista, já que por meio deles faz-se o contato direto dos sujeitos sociais com a ideologia dominante. Esta ideologia perpassa todas as esferas sociais, a exemplo da política, economia, educação, religião, cultura, e seus aparelhos de divulgação são a escola, a igreja, os meios midiáticos, a família, e o próprio Estado.

autonomia, de escolha, capacidades, criatividade, vontades. A produção dessa Educação dar-se-á pela adoção coletiva de uma forma de agir e pensar movidas de tal criticidade e fundamentada em uma compreensão humanizadora de mundo que nos possibilite transformá-lo à medida que dele participamos. É preciso clareza para entender que na concepção de educação partimos sempre da reflexão sobre um contexto concreto para responder adequadamente às suas exigências reais.

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia* (1996) Freire elucida o processo educativo, de acordo com seu entendimento, sua visão de mundo, quando diz que ensinar não é transmitir conhecimento, mas significa oferecer condições para que o sujeito da aprendizagem se desenvolva. Reconhecemos, neste ponto em que falamos da mera transmissão de conhecimentos o que o autor chama de Educação Bancária.

Transpomos criativamente de Freire em nosso estudo o conceito de “Educação Bancária” explicado pelo autor em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, de 1981. Conforme a compreensão de Freire, a Educação Bancária estabelece uma relação de poder entre educador e educando, sendo que, ao primeiro enquanto detentor do conhecimento cabe a função de transmitir, e em referência ao próprio termo “Educação Bancária”, cabe depositar os saberes aos segundos, estando estes na condição de recipientes vazios a serem preenchidos pelos conhecimentos “doados” por essa forma de Educação.

Foi-nos oportuno valer-nos do pensamento freireano para fundamentar a Educação Ambiental a qual defendemos e queremos, rompendo com aquela por nós rejeitada devido às suas práticas antagônicas. Ousamos aqui aproximar essa nossa compreensão de Educação Ambiental ao pensamento de Freire, já que entendemos ser a Educação Ambiental, antes de tudo, Educação.

Nesse sentido, parafraseando Freire e adaptando dele alguns termos que trouxemos para o nosso estudo entendemos que a “Educação Ambiental Bancária” não está comprometida com a transformação, pois foge ao real, quando não se permite enxergar a totalidade das coisas (sociedade, meio ambiente, ser humano), bem como as inter-relações inerentes às mesmas. Essa forma de Educação Ambiental ignora a historicidade dos fenômenos isolando-os da realidade. Desliga-os de suas origens, de suas causas: descaracteriza-os, tornando-os ideais. Quando não parte de uma concepção ampla, de totalidade do meio ambiente e de sua

historicidade passa a guiar-se com base em fundamentos ingênuos, distanciados da prática social.

Ao considerar uma sociedade fragmentada, constituída por elementos isolados, fixos, não relacionados, esta Educação Ambiental não se presta à resolução dos problemas socioambientais concretos, nem ao incentivo de práticas benéficas ao meio ambiente, pois sua base é ideológica (a ideologia hegemônica⁹). Nesse caso, limita-se ao mero apelo conservacionista, elegendo como alvo de seus esforços a natureza na sua concepção ecológica, desligando-a do todo: o meio ambiente humanizado.

Em contraposição, uma Educação Ambiental Problematizadora não se ancora em pressupostos ingênuos, simplificadores, idealistas. Mas aceita o existente, o concreto, o real como critério de verdade. Torna-se então realizável, pois passa a existir não apenas no pensamento, na ideia, mas habita o campo do real, ou seja, concretiza-se na prática social, categoria que legitima a existência humana.

Uma Educação Ambiental que se pretende Problematizadora não se contenta com a condição existencial de nossa sociedade, alicerçada sobre a base de um modo produtivo não condizente com os princípios de sustentabilidade socioambiental tão enfaticamente palavreados neste mesmo antro produtivo. Não aceita este contexto insustentável em que vivemos, mas lança-lhe um olhar crítico, não isoladamente, mas partindo da sua totalidade. Questiona-o, investiga as origens, as causas do desenvolvimento de seus fenômenos. Não se reduz ao plano das idéias, mas constitui-se prática social.

Parafraseando Freire: queremos uma Educação (Ambiental) como prática da liberdade, que possibilite ao ser humano conscientizar-se de sua existência no mundo e de sua historicidade no processo de constituição social (e de sua própria constituição como sujeito), para que possa desenvolver-se, num movimento dialético de superação, de transcendência de suas possibilidades. É nesse sentido que a Educação Ambiental assume o caráter de práxis humana, pois é na práxis que a

⁹ O conceito de hegemonia, um dos pontos centrais no pensamento gramsciano representa o pensamento dominante, ou a liderança cultural-ideológica de uma classe sobre as outras. Antes dos escritos de Antonio Gramsci este conceito não era utilizado na literatura marxista, embora o próprio Gramsci tenha recusado a paternidade do termo, atribuindo a Lenin a formulação do princípio teórico-prático da hegemonia. A função exercida pela hegemonia, ou seja, a direção política, ideológica e cultural é essencial à constituição de uma determinada forma de estruturação e organização social.

unidade teoria e prática reúne em si a possibilidade concreta de transformar-se em realidade.

A Educação Ambiental Problematizadora como prática humanizadora deve estar comprometida com práticas sociais transformadoras (e aqui permitimo-nos um pouco de esperança) e com os sujeitos sociais, suas necessidades concretas. Não como reprodutora da ideologia e dos interesses dominantes, não como mais uma peça dessa engrenagem fortemente estruturada pelas suas estratégias de persuasão (e/ou controle) que mantém o capital.

Toda a proposta só é legítima quando o sujeito se reconhece nos objetivos esperados. Ou então é pura ideologia, prática alienadora. Criar condições para que o sujeito se desenvolva, esta, sem dúvida, é a essência da Educação. Constituí-lo autônomo, emancipar-lhe os sentidos para que perceba e viva o mundo por si (e para si) próprio.

Ao educador cabe comprometer-se com o projeto de uma Educação Ambiental Problematizadora e com a formação de sujeitos críticos, nos quais reconhecemos a capacidade de compreender a realidade agindo conforme o contexto do problema. Em tais sujeitos deve então se desenvolver uma consciência crítica, a qual, de acordo com Freire, difere inconfundivelmente em sua essência da consciência que o autor denomina de ingênua. Freire, ao comparar essas duas formas de consciência, a ingênua e a crítica, enumera as características da segunda, como a trazemos adiante:

1. Anseio de profundidade na análise de problemas. Não se satisfaz com as aparências. Pode-se reconhecer desprovida de meios para a análise do problema;
2. Reconhece que a realidade é mutável;
3. Substitui situações ou explicações mágicas por princípios autênticos de causalidade;
4. Procura verificar ou testar as descobertas. Está sempre disposta às revisões;
5. Ao se deparar com um fato, faz o possível para livrar-se de preconceitos. Não somente na captação, mas também na análise e na resposta;
6. Repele posições quietistas. É intensamente inquieta. Torna-se mais crítica quanto mais reconhece em sua quietude a inquietude, e vice-versa. Sabe que é na medida que é e não pelo que parece. O essencial para parecer algo é ser algo; é a base da autenticidade;
7. Repele toda transferência de responsabilidade e de autoridade e aceita a delegação das mesmas;
8. é indagadora, investiga, força, choca;
9. Ama o diálogo, nutre-se dele;
10. Face ao novo, não repele o velho por ser velho, nem aceita o novo por ser novo, mas aceita-os na medida em que são válidos (FREIRE, 1979, p. 40-41)

É esse sentido que buscamos incorporar em nosso estudo uma consciência crítica que, nos limites do processo da pesquisa, possibilitou-nos desvelar a totalidade de nosso fenômeno as contradições existentes na relação deste com seu contexto. Isso vem ao encontro novamente ao que Freire (1979, p. 10) quer nos dizer quando constata que *“a atitude crítica no estudo é a mesma que deve ser tomada diante do mundo, da realidade, da existência. Uma atitude de adentramento com a qual se vá alcançando a razão de ser dos fatos cada vez mais lucidamente”*.

4. ALIMENTAÇÃO E SAÚDE – CATEGORIAS EMPÍRICAS DO NOSSO ESTUDO

Antes que pudéssemos adentrar na compreensão da saúde enquanto conceito mutável, polemizado pelas próprias circunstâncias históricas de seu desenvolvimento real, foi-nos preciso salientar sobre um aspecto interessante de nosso processo de aprendizado através dessa pesquisa. Nossos estudos até aqui nos conduziram a compreender a saúde como o próprio processo da vida em interação dinâmica com o meio ambiente. A vida expressa o sentido da relação saúde-doença sempre em razão do meio que a influencia. É assim que compreendemos a vida sempre em processo de adaptação ao meio, e, portanto, nunca alheia a este. Os estados de saúde e doença são desencadeados pelas condições reais-materiais do mundo.

Portanto, é possível conceber a sociedade capitalista como um ambiente a tensionar constantemente a vida humana e as demais formas de vida. No entanto, lutando pela vida (e por qualidade de vida), na busca de superar certas condições adversas surgidas no e por meio da ordem social vigente - que é o processo próprio da busca pela saúde - os seres humanos e os animais não humanos, os vegetais, etc, têm sofrido os efeitos nefastos de um modo de produção baseado no lucro, que o coloca como indiferente e mesmo destrutivo à vida.

O capitalismo falha, pela sua essência, em fornecer um ambiente adequado à vida humana e aos demais seres vivos, pois sua lógica está em desumanizar o homem e explorar a natureza na medida em que age sobre ela de forma irracional, movido pelo interesse unilateral de obter lucro.

Traçamos nos parágrafos subsequentes considerações sobre a compreensão de saúde e como o entendimento deste conceito vem se desenvolvendo historicamente. A necessidade de dissertar, embora brevemente, sobre a saúde deveu-se ao motivo de a considerarmos, na totalidade do fenômeno de pesquisa, como uma categoria empírica fundamental do nosso estudo. Sendo assim, a saúde, na concepção dialética materialista analisada pelas categorias do Materialismo

Dialético e do Materialismo Histórico, conjuntamente – orientou-nos na investigação que engendramos desenvolver no âmbito de nosso fenômeno de pesquisa.

Foi-nos preciso, para melhor compreender o nosso fenômeno de pesquisa, dissertar, embora brevemente, sobre o que vem sendo entendido por saúde, considerando que a alimentação, assim como o trabalho, é um dos fatores capazes de instaurar saúde ou ao contrário, a doença. Sustentamos o princípio de que a relação dialética entre alimentação e saúde é indissociável, do qual podemos reconhecer causas e consequências provenientes desta relação.

A elaboração quanto à compreensão do que seja o conceito de saúde é uma busca constante da ciência. Essa busca geralmente se apóia em um modelo explicativo de saúde, como forma de instrumentar ações de assistência, que direcionem as condutas dos profissionais da área, tendo em vista a uniformização da assistência em saúde sob a forma de atendimento igualitário.

Começamos por onde se desenvolveu a abordagem científica em saúde: Hipócrates, médico e filósofo grego frequentemente associado ao termo “pai da medicina” superou o condicionamento divino da relação saúde-doença, conferindo-lhe um caráter científico. Suas obras fornecem uma série de descrições clínicas pelas quais se pode diagnosticar doenças, além de escritos sobre anatomia.

Desde este importante pensador a saúde vem sendo submetida ao modelo cartesiano de ciência, baseado em uma visão linear da saúde, já que implica quase sempre nas relações de adaptação/desadaptação, ou equilíbrio/desequilíbrio dos seres humanos em relação a um meio externo que tende a perturbar sua harmonia. Esta visão linear da saúde-doença supõe duas formas de estado: a adaptação ou o equilíbrio como a condição de saúde, e ao contrário: a desadaptação ou o desequilíbrio como a condição de doença. Isso condiciona o ser humano a padrões que oscilam entre a normalidade e o estado patológico.

Em razão disso, aproximamo-nos do pensamento de Georges Canguilhem (2007), quando, em discordância ao modelo positivista que vem conduzindo a epistemologia na medicina, entendemos que esta oscilação entre o normal e o patológico não se expressa em termos quantitativos, mas sim qualitativamente, sempre em relação a um meio ambiente que influencia a vida e a convoca a lutar para manter-se em estado de saúde.

É preciso que façamos um esforço na direção de compreender a saúde como o processo da vida, pois é assim que ela se apresenta na consciência das pessoas. Sendo assim, na visão do doente, a doença é realmente uma forma diferente de vida. Camguilhem (2007, p. 67) confirma esse ponto de vista a partir da contribuição do cirurgião francês R. Leriche, para quem *“a saúde é a vida no silêncio dos órgãos”*. De forma inversa, a *“doença é aquilo que perturba os homens no exercício normal de sua vida e em suas ocupações e, sobretudo, aquilo que os faz sofrer”*.

Encaminhando a compreensão da saúde como o próprio processo da vida Camguilhem nos lembra que *“a medicina existe porque há homens que se sentem doentes, e não porque existem médicos que os informam de suas doenças”* (p. 59). Esse ponto é importante, já que trabalhamos nessa pesquisa com representações sociais. E, se pensarmos que as representações que temos dos fenômenos da realidade determinam nossa prática cotidiana.

Camguilhem nos conduz a entender como as doenças, assim como a saúde, compreendidas pela consciência humana, representam a própria vida nas manifestações de risco à existência, sofrimento, ou de normalidade, ausência de preocupação, respectivamente. Interessante notar que, na representação do indivíduo, *“o estado de saúde apresenta-se como a inconsciência de seu próprio corpo. Inversamente, tem-se a consciência do corpo pela sensação dos limites, das ameaças, dos obstáculos à saúde”* (p. 57).

Ou seja, na vida em harmonia (o estado de saúde) o corpo passa despercebido pela consciência humana. A saúde, caracterizada na inaparencia de nosso próprio organismo, leva-nos a uma representação de “vida normal”. Ao contrário, a presença de dor, calor, paralisia, o sofrimento do corpo que grita e pulsa pela doença, faz-nos, enquanto seres ontologicamente em busca da felicidade, notar a existência do corpo, dos órgãos, dos mecanismos e das funções fisiológicas, como uma “vida diferente”, pois o sofrimento nos faz crer que algo ameaça a vida, limita-a, desarmoniza-a.

Assim como discorda Camguilhem da compreensão “quantificadora” de herança positivista na explicação da relação entre o normal e o patológico, nossa compreensão da dialeticidade existente na relação saúde-doença não nos permite concordar com o modelo cartesiano, já que, por meio de uma visão linearizada, este tende a excluir relações de interdependência que estão muito mais próximas de uma

compreensão de totalidade da saúde e do ser humano, do que de uma compreensão reducionista e fragmentada de ambos.

O modelo cartesiano de ciência sob o qual surgiu a abordagem científica da saúde subdividiu o ser humano em sistemas, e seu enfoque voltado ao diagnóstico e tratamento das doenças (o estado de desequilíbrio). A visão dialética de totalidade pela qual compreendemos o desenvolvimento do conceito de saúde e os seres humanos não pretende reduzir-se ao aspecto da remediação, mas busca as causas que influenciam os processos de saúde-doença, por meio de práticas que não se restringem ao aspecto clínico individual, mas podem ser realizadas no âmbito coletivo, ou seja, trazem benefício social. É possível supor que esta abordagem em saúde aproxima-se de um modelo preventivo¹⁰.

Com a ascensão do modo de produção capitalista, desenvolveu-se, a partir de 1850 e perdurou por um século até cerca de 1950, um modelo de saúde muito bem adaptado ao modo produtivo que surgia, baseado no cientificismo positivo, e no método pragmático-positivista. Sobre a influência do cientificismo positivo no campo da saúde, Granda e Breilh, na segunda edição de sua obra *Saúde na sociedade*, publicada em 1989 colocam que:

O “cientificismo positivo”, no terreno da saúde, apareceu como um modo de atuar e pensar, absolutamente adequado às necessidades de reprodução do capitalismo monopolista. Como forma dominante da prática sanitária, deslocou o social na análise dos problemas médicos e concentrou a atenção nos processos biológicos e físicos, com a finalidade de manipular com alto grau de especificidade e eficiência, as condições de reprodução dos setores-chave da força de trabalho e os objetos naturais, em torno dos quais se organizaram novas linhas de produção na agricultura e na indústria (p. 10).

A partir do que os autores colocam, podemos reconhecer também a saúde, quando conformada no modelo do cientificismo positivo, enquanto um importante elemento de reprodução do Modo de Produção Capitalista, da mesma forma como

¹⁰ Modelo de abordagem em saúde desenvolvido por Leavell e Clark (1976) por meio do que se convencionou chamar de história natural da doença. Esse modelo admite que a influência do meio ambiente enquanto causa externa pode contribuir para o desenvolvimento de doenças, do qual se supõe que o mesmo afeta, desta forma, o processo de saúde dos sujeitos. Esta abordagem, baseada em causas “externas” ao sujeito, e, portanto, não intrínsecas a este, parte de sua constituição, não considera ainda a dimensão social nos processos de saúde-doença.

vem ocorrendo com a Educação e outras instituições sociais. Ao deslocar, ou ocultar da abordagem em saúde a sua dimensão social, esse modelo anula o próprio ser humano enquanto ser social e historicamente constituído, em cujos processos¹¹ de saúde-doença se reconhecem causas sociais intrínsecas que os condicionam, e não somente causas externas às quais se reconhecem clinicamente, e individualmente em cada sujeito.

Granda e Breilh ainda trazem que após o ano de 1950, em razão das críticas frequentes ao modelo cientificista positivo em saúde, o mesmo se reformula em uma nova vertente, o neopositivismo:

O neopositivismo em saúde, que apareceu com novos brios, a partir da década de 50 e atingiu o apogeu durante os anos 60, continuou em essência com os princípios positivistas precedentes, revestindo-os da roupagem ecológica cientificista e utilizando complementarmente alguns instrumentos de sociologia empírica apoiada, fortemente, nos princípios funcionalistas da teoria de sistemas (1989, p. 10)

Esse modelo de abordagem em saúde surgiu juntamente a uma outra linha de interpretação dos processos de saúde-doença, que se direcionou em sentido oposto: a linha científico-social. Diante das manifestações sociais no campo da saúde advindas do Modo de Produção Capitalista, como aquelas causadas ou agravadas pela estruturação social em torno da propriedade privada e da concentração de riqueza, esta linha, a qual vem se fortalecendo contemporaneamente com base nas condições objetivas de alguns países, desenvolvendo-se no sentido de conhecer e compreender a saúde em sua dimensão social pelo compromisso que assume com as necessidades reais da humanidade, necessidades históricas de transformação (GRANDA e BREILH, 1989).

O desenvolvimento desta nova abordagem em saúde sugere a superação das bases idealistas do modelo pragmático-positivista, a ser substituído por um método de análise em saúde das condições reais de existência dos seres humanos em sociedade, o que implica no reconhecimento das reais necessidades destes. Isso não sugere, no entanto, o abandono a tudo o que tange ao modelo convencional de saúde, já que certos elementos pertinentes a este último permanecem válidos e

¹¹ Estamos compreendendo “processo” enquanto movimento dialético, ou seja, tudo o que integra a realidade e que está em constante movimento e transformação.

podem ser redirecionados para o que realmente interessa: o atendimento e as soluções às necessidades reais da humanidade no que se refere à saúde vista em sua dimensão coletiva, e, portanto, eminentemente social.

Dentro da abordagem preventiva julgamos importante citar - na tentativa feita a fim de relacionar a influência que certas alterações ambientais negativas têm nos processos de saúde-doença - um campo relativamente recente da medicina: a ecologia clínica, o qual foi se desenvolvendo à medida que se tornava *“evidente que os fatores ambientais estavam causando doenças com que nossas abordagens médicas convencionais não estavam conseguindo lidar”* (MCGEE, 1986, p. 145). De acordo com o autor citado a ecologia clínica baseia-se:

no conceito de que os indivíduos podem ficar doentes pelo desenvolvimento de sensibilidade a várias substâncias do ambiente físico. Cada paciente pode se tornar sensível à sua própria lista individual de alimentos, produtos químicos, pólen, remédios, etc. Novas técnicas de diagnósticos permitem a demonstração destas relações, assim como, pela primeira vez, permitem o tratamento de muitas doenças crônicas, ao nível de causa-efeito (MCGEE, 1986, p. 143).

Em relação à questão alimentar, a ecologia clínica, ancorada no pressuposto de que tudo o que está no mundo estabelece relações, e que estas relações (especialmente aquelas entre o indivíduo e seu ambiente) trazem efeitos que podem ser benéficos ou maléficos para quem se relaciona, irá voltar-se à investigação da relação entre a alimentação e os processos de saúde-doença, buscando identificar a (s) causa (s) ambientais, ou seja, as alterações na dieta humana que melhoram ou deterioram sua saúde.

A fim de ilustrar o trazido, citamos o exemplo da substituição de uma dieta alimentar rica em alimentos integrais e livres de aditivos químicos, para uma outra dieta, dita moderna e marcadamente ocidental (em concordância à lógica econômica), rica em alimentos refinados e industrializados, repletos de substâncias químicas sintéticas. Essa mudança tem se mostrado (MCGEE, 1986) um erro no processo de desenvolvimento da humanidade, já que contribui para o surgimento de doenças, principalmente as degenerativas, como às que acometem os sistemas cardíaco, muscular e nervoso.

A mesma advertência serve para os alimentos produzidos pelo agronegócio. Esses alimentos não podem ser considerados saudáveis por que não o são. O preço que pagamos pela ingestão das vitaminas, fibras e minerais presentes em frutos, legumes e verduras não pode justificar a contaminação por resíduos de venenos adicionados aos alimentos durante os processos produtivos. O agronegócio foi uma modificação ambiental que nós próprios, obedecendo à lógica capitalista, implementamos; cabe a nós buscar formas alternativas de produção de alimentos, que não sejam responsáveis pela doença e pela degradação ambiental.

Enquanto a produção de alimentos estiver condicionada aos interesses das grandes corporações seremos vítimas, na condição de consumidores, dos prejuízos à saúde provenientes desta relação que coloca os seres humanos como meras mercadorias, esquecendo-os em sua própria razão de ser. Ignorar as causas socioambientais que levam ao desenvolvimento de doenças e continuar insistindo em soluções paliativas e provisórias no âmbito da saúde é esquecer que nosso compromisso social é com seres humanos, não com manutenção de capital alheio a nossa saúde.

Essa cegueira social da qual falamos vem ao encontro do que, de certa forma, constata-nos McGee (1986, p. 120–121):

Enfartes, câncer e outras doenças degenerativas surgiram entre nós e parece que somos incapazes de compreender sua causa ou sua prevenção. Nosso sistema médico evoluiu no sentido de tratar as doenças à medida que aparecem. Não foi feito quase nada para mudar os fatores ambientais negativos envolvidos.

Com isso o autor nos atenta que a abordagem em saúde precisa ser redirecionada, a fim de buscar compreender as causas ambientais que levam ao desenvolvimento de muitas doenças “modernas”, e não limitando sua atenção ao tratamento imediato e de caráter remediativo. Compreender a(s) causa(s) concretas para o surgimento de doenças e a permanência das mesmas - o que sugere uma abordagem preventiva em saúde - é um passo importante para evitar que as doenças apareçam e se cronifiquem, levando a um sofrimento humano que poderia ser evitado.

Temos uma tendência, que parte do nosso fundamento teórico-metodológico, a enxergar a saúde numa perspectiva dialética, quando os diversos elementos que constituem o sujeito participam, por meio da existência de contradições, no estabelecimento da saúde ou da ausência desta, a doença. Partindo de uma concepção de ser humano em sua totalidade, não podemos considerar somente o aspecto orgânico, a biologia do indivíduo, mas também os demais fatores que, em seus diferentes graus influenciam os processos de saúde e doença em cada sujeito.

A autora Bader Burihan Sawaia, em seu texto *O sentido ético-político da saúde na era do triunfo da tecnobiologia e do relativismo* (2003, p. 83 in GOLDENBERG; MARSIGLIA e GOMES), de certa forma vem afirmar o que estamos dizendo, quando coloca que:

É preciso revolucionar a ontologia da saúde e da doença, concebendo-a como um processo dialético em que o subjetivo e o objetivo, o ético e o biológico nem estão cindidos, nem se confundem, mas se dilaceram, acrescentam-se, identificam-se e superam-se ao mesmo tempo.

Ao colocar nesta sua escrita o que a autora vem chamar de o sentido ético-político da saúde, a mesma traz uma crítica ao sentido dado à saúde num contexto neoliberal, que, ao contrário de utilizar as biotecnologias para *promover a felicidade e a emancipação*, faz uso desta para a *disciplinarização desumanizadora*.

Um ponto importante discutido pela autora ainda é o questionamento aos modelos tradicionais de medicina, os quais tendem a focar o aspecto orgânico na constituição do sujeito, defendendo o confinamento da saúde ao funcionamento biológico. Nesse sentido é sugerida uma abordagem que considere a saúde em sua complexidade, com ênfase na importância das forças sociais e culturais, sem, contudo negar o elemento orgânico dela. Isso significa dizer que saúde e doença não são determinadas apenas pelo aspecto biológico, à função ou disfunção orgânica, mas envolvem também, em importância compatível, os condicionantes sociais e culturais.

O que buscamos atentar, com essa nossa discussão sobre a saúde, e também sobre a alimentação, categorias empíricas de nosso estudo, é que precisamos incluir o sentido da saúde em nossa existência. A forma como estamos

nos produzindo na sociedade presente muitas vezes nos faz esquecer a importância desse sentido em nossas vidas. Naturalizar, ou seja, tornar normal a anormalidade da doença quando esta encontra uma de suas causas na alimentação inadequada, é justificar a continuidade desta situação desumanizadora como uma anomalia normal do Modo de Produção Capitalista de estarmos existindo.

5. OS ALIMENTOS QUE TEMOS NO MUNDO CAPITALISTA EM QUE VIVEMOS

5.1 Considerações gerais a respeito da sustentabilidade no paradigma socioambiental contemporâneo

Essa é uma discussão necessária diante da evidente insustentabilidade praticada pelo agronegócio em uma sociedade dominada pelas leis do capital. Seguimos, pois, questionando a própria compreensão do termo “sustentável”, que vem sendo utilizada equivocadamente como forma de *marketing* comercial, e não como um princípio essencial, em seu caráter de legitimidade, para uma sociedade saudável.

Falamos tanto em nossos tempos sobre a tal, famigerada sustentabilidade, sobre formas mais viáveis, menos degradantes de relacionarmos-nos com a natureza e em sociedade, formas mais humanas de agir e pensar, que, seduzidos pelo discurso, acabamos por esquecer um detalhe indissociável do modo de produção ao qual participamos: não existe sustentabilidade quando a preocupação com a saúde e a qualidade da vida humana, bem como com a conservação da natureza é substituída, estrategicamente, sutilmente camuflada, pela busca incansável do lucro.

Diversas questões surgem quando nos referimos à relação entre homem e natureza, estabelecida desde a origem da espécie na escala evolutiva dos mamíferos primatas até o desenvolvimento do homem atual (*Homo sapiens sapiens*). A capacidade de alterar o meio ambiente em benefício próprio sempre foi uma característica inerente aos humanos. Porém, essa alteração da natureza, à medida que se intensifica com o surgimento de organizações sociais mais complexas e elaboradas, cujas demandas antes inexistentes ou existentes em menor grau exigem hoje a exploração, cada vez mais evidente, dos recursos naturais. A maneira como nós humanos estamos nos produzindo, e a forma como intervimos na natureza em nossa sociedade contemporânea tem sido responsável por um crescente paradigma de insustentabilidade ambiental.

O atual Modo de Produção Capitalista se articula em torno de uma tal opacidade, repleto de sutilezas e eufemismos, que, muitas vezes, a sua natureza exploradora e predatória não é evidente aos olhos de mulheres e homens. E quando essa forma complexa e elaborada de organização da sociedade tenta se passar por “mocinho” da história acaba, muitas vezes, sendo bem recebido, nos deixamos enganar pelo discurso – no que toca às questões ambientais - de uma sustentabilidade a qual, se olharmos para a forma como vem se dando a continuidade e expansão do capitalismo - embora pontuado por crises - iremos perceber que a mesma se trata de uma falácia, mais um discurso baseado na suspeita possibilidade de coexistência entre o progresso, o desenvolvimento, ou, o crescimento de origem puramente econômica juntamente a uma política de proteção ambiental.

Tal coexistência não pode ser admitida como padrão de vida para que possamos amenizar o ônus de sermos participantes de um modo de produção baseado na exploração humana e da natureza, no desperdício, na geração de resíduos, poluentes, na destruição dos ecossistemas, e no agravamento dos problemas ambientais. Desenvolvimento sustentável, ou ainda sustentabilidade, são conceitos construídos sob pressupostos desejáveis, quando se referem à necessidade de minimizarmos os danos causados ao meio ambiente pelo processo, o qual chamamos desenvolvimento da humanidade.

Esse desenvolvimento se faz legítimo quando seu intuito é atender às necessidades humanas, sem que isso venha a comprometer o suprimento das necessidades das cargas geracionais futuras. Porém - e aqui reside o grande equívoco desse tão divulgado modelo de desenvolvimento em nossa sociedade organizada sob a égide de um modo de produção incompatível com o bem estar de homens e mulheres, bem como da natureza - não da forma exploratória e predatória como esse modo produtivo vem se mantendo, por que esta é sua característica principal: obter o máximo de lucro à custa da degradação humana e da natureza. Exaurir a força de trabalho de homens e mulheres, exaurir os recursos naturais. Sustentabilidade construída sobre uma forma organizacional de sociedade mantida pelas referidas práticas, não é sustentabilidade.

Em artigo publicado em maio de 2010 no Portal *online* EcoDebate – Cidadania e Meio Ambiente – o autor Atílio A. Boron nos traz importante contribuição

para o entendimento de como procede o modo de produção capitalista quando diz que *“o sistema obedece a uma lógica implacável centrada na obtenção do lucro, o que concentra a riqueza e aumenta incessantemente a pobreza e a desigualdade econômico-social”*. O mesmo ainda nos mostra uma consequência desse modelo de organização social quando acrescenta: *“nenhuma sociedade sobrevive quando seu impulso vital reside na busca incessante do lucro, e seu motor é a ganância. Mais cedo do que tarde, isso provoca a desintegração da vida social, a destruição do meio ambiente, a decadência política e uma crise moral”*.

Os impactos gerados pelas relações sociais estabelecidas no Modo de Produção Capitalista são inegáveis. Por mais que o mesmo se defenda e tente amenizar a impressão negativa causada pelos excessos decorrentes de sua prática, a causa ambiental vem emergindo de forma crescente, tanto nos meios de comunicação quanto nas representações feitas pelas pessoas diante do cenário marcado por catástrofes ambientais, poluição, destruição dos recursos naturais e comprometimento de ecossistemas, incluindo a viabilidade da própria espécie humana frente aos padrões produtivos e, por conseguinte, de consumos proliferados em nossa organização social contemporânea.

Frente a essa grande projeção da causa ambiental surgem novas alternativas de minimizar os impactos causados à natureza, muitos dos quais encontram suas causas ou agravo em grande parte nas atividades humanas. Surgem então novas formas de aliar progresso e proteção ambiental quando falamos em termos como sustentabilidade, responsabilidade ambiental, consumo consciente, produtos ecologicamente corretos. Esses termos, e suas diversas atribuições, significados e apropriações, vêm impregnando a sociedade nos mais variados âmbitos da produção de mercadorias e fornecimento de serviços, às relações de consumo e descarte de resíduos e das mercadorias inutilizadas, não funcionais ou obsoletas.

As formas de utilização dos recursos naturais também vêm sendo contaminadas por essas novas alternativas de produção, consumo e descarte. As empresas, as indústrias e os fornecedores de serviços vêm sofrendo grande pressão para se adequarem às novas tendências a fim de assegurar-se frente à competitividade de mercado e às exigências do consumidor. Portanto temos uma notável tendência à apropriação de alternativas de proteção ambiental aliada ao progresso por parte da classe empresarial.

Muitas vezes os interesses são meramente lucrativos e visam melhorar a imagem da empresa frente ao mercado competitivo e frente ao consumidor, o qual vem se tornando cada vez mais exigente em relação às políticas de proteção ambiental implementadas pelas empresas, tanto nos seus processos de produção, quanto na comercialização de seus produtos e destino adequado dos resíduos gerados.

Na ordem social capitalista, o consumo tem lugar bem definido e consistente quando comparado ao passado. O ritmo constante e incansável de produção exige que haja consumo a fim de que o metabolismo capitalista se mantenha ativo e “saudável”. Aqui verificamos que a origem da questão está na verdade condicionada à produção do modo específico e particular do Modo de Produção Capitalista, sendo este o estopim para a proliferação das práticas consumistas. Cessar o consumo significa a falência orgânica do modo de produção resultando em crise econômica. No entanto, o que nos interessa aqui é a consolidação e o agravamento de uma outra forma de crise, a crise socioambiental, a qual devemos maior atenção, já que a mesma diz respeito à degradação, à falência do aspecto humano e do ambiente que o mediatiza.

O meio ambiente já foi considerado, no mundo dos negócios, como um obstáculo ao crescimento empresarial. Atualmente, e de forma cada vez mais evidente, o mesmo vem sendo visto como aliado para o crescimento das empresas. Trata-se do chamado desenvolvimento sustentável: uma forma de manter o progresso empresarial, em acordo com algumas políticas de pseudoproteção ao meio ambiente.

Aqui, é preciso atentar para o caráter estratégico - embora essa responsabilidade ambiental possa ser vista como uma forma altamente desejável de proceder diante da crise socioambiental da qual participamos, e quanto a isso, não há discordância - largamente utilizado pelo ramo empresarial, de aliar ao seu processo produtivo ações de proteção e conservação ambiental, como forma de desviar a atenção dos consumidores e nas relações de concorrência dentro do mercado empresarial para o fato dessas empresas serem em grande parte responsáveis pelo agravamento dos problemas ambientais. Como exemplos podemos citar a ação exploratória sobre os recursos naturais, liberação de poluentes e resíduos de produção, destruição de ecossistemas, danos à saúde dos seres

vivos, incluindo a saúde humana, entre outros fatores que comprometem o meio ambiente no sentido em que o utilizam de maneira inadequada e incompatível com o equilíbrio e capacidade de recuperação deste ambiente.

Sob o ponto de vista dos negócios, é importante tecermos um pouco sobre as implicações do tema ambiental nesse contexto. De acordo com publicação do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), organizada por Rocha, Dorresteijn e Gontijo (2005), sob o título: *Empreendedorismo em negócios sustentáveis – Plano de Negócios como ferramenta do desenvolvimento*, várias empresas apostam hoje em suas estratégias de negócios no tripé da sustentabilidade: respeito ao meio ambiente, variabilidade econômica e responsabilidade social.

No texto *O que são negócios sustentáveis?* contido na publicação referida acima, o autor Frank Lam define sustentabilidade como “a característica que permite ao negócio a satisfação das atuais necessidades sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas necessidades” (p.23). Nesta definição podemos perceber claramente a tendência a considerar o termo em seu caráter de “negócio”. Porém, não podemos esquecer que as necessidades a que o autor se refere são necessidades humanas. O empenho em torno destas não deve estar voltado à satisfação do “mundo dos negócios”, mas deve preocupar-se com a continuidade, com o desenvolvimento da humanidade. Não deve ser a causa de seu retrocesso, de sua degradação, de sua inviabilidade social, e nas relações com a natureza.

Importante contribuição ao que vem sendo por nós defendido nestes parágrafos iniciais nos fornece a segunda edição de *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, publicada pela Editora da UNICAMP, sob a organização de Hogan e Vieira (1995) na qual, em um de seus textos: *Limites Ecológicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a Sociedade*, escrito por Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira, encontramos referência ao conceito de insustentabilidade da civilização contemporânea, a médio e longo prazos, sendo essa condição associada a quatro fatores principais:

crescimento populacional exponencial e concentração espacial da população, depleção do suporte de recursos naturais, sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética e, finalmente, um sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material (p.28).

Neste ponto, pensamos ser conveniente esclarecer que não nos colocamos contra as propostas de sustentabilidade sugeridas como uma forma de desenvolvimento diferenciada, que leve em conta as questões socioambientais. Ações de preservação/conservação da natureza, redução de impactos ambientais, equidade social, todas são, sem dúvida, desejáveis e necessárias para que possamos nos desenvolver como espécie em harmonia social e nas relações que estabelecemos com a natureza. Almejamos, porém, a existência de uma criticidade própria de quem, após sistematizar uma série de conhecimentos necessários, possa ter uma tal “consciência de mundo” que lhe permita enxergar as motivações do Modo de Produção Capitalista para reconhecer os interesses envolvidos nessa aproximação cada vez mais artificial, pragmática e estratégica entre homem e natureza.

Podemos inferir que nos discursos “ambientais” amplamente difundidos está contida toda a intencionalidade de um modo produtivo que deseja manter-se dentro de uma condição de aceitação dos envolvidos. Para tal reveste-se com as melhores intenções frente à crise socioambiental instalada em nosso contexto. Demonstrar preocupação¹² com os problemas ambientais e sociais vem se tornando o “clichê” das empresas e indústrias como forma de sustentar-se frente às cobranças dos consumidores e garantir competitividade nas relações de mercado.

Os autores Vellani e Nakao (2009) de alguma forma afirmam esta pressuposição quando constatam que, abandonando a atitude de não reflexão quanto às consequências de suas atividades produtivas, as empresas vêm permitindo espaço ao pensamento ecológico em seu cotidiano, devido ao fato de

¹² A ação de só preocupar-se já foi criticada por Marx na 11ª tese sobre Feuerbach, quando ele coloca que “*Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; agora é preciso transformá-lo*”. Na relação que fazemos aqui entre essa tese e a preocupação demonstrada pelas empresas e indústrias em relação à crise socioambiental se expressa na compreensão de que o interesse dessas últimas não está em transformar o mundo, mas justamente em mantê-lo como está. É assim que a “preocupação” que demonstram, por meio de suas práticas ditas sustentáveis, ecologicamente corretas e socialmente justas não são mais que estratégias de sobrevivência frente à evidência cada vez maior das contradições da ordem capitalista.

que o investimento voltado ao desenvolvimento sustentável pode trazer vantagem competitiva.

Em similar sentido Silva sinaliza esta alteração nas prioridades das empresas:

as pressões mundiais acerca da questão ambiental e os danos provocados pelas empresas ao meio ambiente têm levado parte dos empresários a uma reflexão quanto à realização de investimentos no desenvolvimento de ferramentas gerenciais, que garantam ou amenizem os efeitos ambientais gerados pela consecução de suas atividades operacionais, sejam estas no setor industrial ou de serviços (2003; p.15).

As atitudes “verdes” adotadas pelas empresas representam interesses de negócios, ou seja, são uma estratégia de *marketing* cujo objetivo é angariar formas de lucrar mais, iludindo a opinião pública sobre elas próprias e sobre seus produtos. Essa é essencialmente uma estratégia de autopreservação da empresa, já que, caso não modifique sua forma de explorar os recursos naturais e sociais adequando a técnica de produção e as formas de apropriação desses recursos, a degradação ambiental será evidente aos olhos do povo. Sendo assim, para que a opinião pública seja de satisfação com a empresa e seu produto, se torna essencial o investimento em ações sustentáveis. Uma consciência, desenvolvida nos sujeitos consumidores, de que a empresa pode ser muitas vezes a causa, e não a solução para os problemas ambientais poderia levá-los a rejeitar o produto e olhar com maus olhos a empresa.

O exemplo em seu nível particular, no caso da empresa, leva-nos a verificar que o mesmo ocorre no âmbito do modo de produção, quando este se obriga a reestruturar suas técnicas de produção e suas formas de apropriação a fim de manter a continuidade da produção, sem, contudo, modificar a essência do modelo produtivo, que é a obtenção do excedente gerador de lucro, explorando nesse processo a natureza e os seres humanos. Portanto, caso continue em numa atitude agressiva, predatória, alheia à crise socioambiental que se instala, poderá o modo produtivo antecipar o seu próprio término, à medida que se acentua o paradigma de insustentabilidade no âmbito social e nas relações com a natureza.

Essa capacidade de moldar-se, ou melhor, reestruturar-se frente à determinada conjuntura lhe permite continuar existindo por meio de mudanças, adaptações, reformas sem transformar sua essência de funcionamento. A reestruturação, portanto é algo necessário para que o capital possa continuar

concretizando a sua lógica e impedir, ou, ao menos, minimizar a possibilidade da ocorrência de processos revolucionários que significariam o seu término, já que pretendem estes transformar a própria essência do capital.

O que estamos dizendo se aproxima com o que Mészáros (2009) vem chamando de metabolismo do capital. Ao entender, analogamente aos sistemas orgânicos, que o capital estrutura-se e funciona de forma metabólica, o autor coloca que, o mesmo precisa de todos os seus elementos constitutivos para que possa funcionar, sendo este conjunto de relações essencial para a continuidade do sistema. Quando um, ou vários dos órgãos não responde adequadamente ou simplesmente fale, isso compromete todo o metabolismo. No entanto, e aqui temos o que Mészáros pretende nos dizer com a analogia, por se tratar de uma estrutura viva, o metabolismo tenta de todas as formas recuperar-se do dano causado, das agressões externas: implementa mutações a si próprio, cria processos alternativos, reorganiza-se, a fim de manter-se vivo.

Em nossa sociedade, as práticas ditas sustentáveis são práticas compensatórias, imediatistas ou de remediação, já que esta sociedade se sustenta com a estratégia de resolver o urgente na questão social e ambiental a fim de não tornar os conflitos - ou seja, as contradições - insustentáveis, atenuando-os. Porém, não se trata de uma sustentabilidade legítima (pelo menos não são confiáveis os interesses que a legitimam) nos princípios proferidos em seu próprio discurso; é uma sustentabilidade que visa manter a estrutura social inalterada, evitando a atenção ao foco dos conflitos ambientais e sociais existentes.

Explanamos aqui a forma e conteúdo como entendemos a sustentabilidade em nossa sociedade e falamos um pouco sobre o exemplo dos “produtos ecologicamente corretos” enquanto estratégia de *marketing* dentro de uma política supostamente sustentável adotada por diversas empresas como forma de conquistar e/ou garantir seus espaços no mercado, pois julgamos conveniente conduzir o leitor, e a nós próprios, a um melhor entendimento do estudo feito no âmbito da produção de alimentos enfocando a questão da qualidade alimentar. Tal discussão não está separada da análise de realidade que realizamos ao fazer a delimitação de nosso fenômeno de pesquisa.

A produção de alimentos não se dá fora do Modo de Produção Capitalista; sendo assim os discursos de sustentabilidade que vêm sendo veementemente

proferidos nas discussões socioambientais como forma de desviar o foco dos problemas dessa ordem de quem realmente os está causando, também tocam o setor da produção de alimentos na medida em que não apenas as relações de mercado, mas também os consumidores vêm modificando a atitude de passividade frente à qualidade dos alimentos fornecidos para consumo, passando a exigir maior controle nesse sentido.

Prova disso é que nas prateleiras dos mercados já se encontra boa variedade de alimentos de origem orgânica. Isso revela uma mudança na postura do consumidor, que passa a buscar alimentos mais saudáveis, livres de resíduos químicos de produção, o que vem a fortalecer, mesmo que em ainda tímida contribuição, o avanço da produção orgânica de alimentos, embora a maior parcela da população esteja “excluída” do setor de produtos orgânicos, já que os mesmos têm preço elevado, devido a fatores já mencionados.

Na agricultura convencional ou agronegócio temos importante exemplo de insustentabilidade, já que sua estruturação baseia-se apenas no aumento da produtividade, rendimento, baixos custos de produção, ou seja, doa a quem doer, custe a quem custar, o interesse está centrado no lucro. E assim segue o agronegócio, contaminando, explorando, distribuindo pequenas doses (ou às vezes grandes doses) de veneno nas prateleiras dos postos de venda. E então, quando escolhemos nosso alimento, quando o preparamos e o ingerimos, retomemos aqui expressão anteriormente referida, estamos sim praticando um ato político. Somos nós também participantes de um processo de exploração da terra e da força de trabalho humana, forças produtivas sem as quais a sociedade não se desenvolve.

5.2. Algumas breves reflexões sobre a questão alimentar

Se apurássemos nossos sentidos, todos eles, os naturais e os produzidos - aqueles mencionados por Marx¹³: o pensamento, a vontade, a emoção - para a

¹³ Marx elege, além dos cinco sentidos natos (visão, audição, olfato, tato e paladar), mais três sentidos: o pensamento, a vontade, e a emoção. O teórico assim os considera por entender que os sentidos são propriedades que permitem aos seres humanos conhecerem a realidade. Sendo assim, tudo o que nos permite conhecer a realidade é considerado sentido. Os sentidos nos permitem perceber, experienciar a realidade. De acordo com a dialética, a percepção o nível mais baixo de conhecimento da realidade, ao qual chamamos percepção, a apreensão imediata da realidade, que não exige ainda reflexão sobre o experienciado. A esta forma de conhecimento chamamos “concreto

experiência de alimentar-se, que não se limita ao aspecto gustativo imediato, à sensação do sabor; estaríamos atentos a outros aspectos anunciados neste alimento, não presentes no nível da aparência. Esse sentir minucioso, crítico, nos faria no mínimo refletir quanto ao se queremos continuar ingerindo alimentos contaminados e doentes pelo uso de agrotóxicos no modelo convencional de agricultura, ou se queremos alimentos de qualidade, condição esta indissociável ao ato próprio da valoração humana. E, finalmente, se seremos nós, consumidores, pelo nosso ato cúmplice do consumir, aparentemente desvinculado, alheio ao modo produtivo, dar continuidade ao modelo convencional de agricultura, ou engendrar alternativas de mudanças radicais deste.

É preciso que apuremos também nossos sentidos de tal forma que sejamos capazes de modificar nossa relação com o alimento que ingerimos. Que sintamos realmente o sabor, a textura, a cor, a forma, o aroma deste alimento, vivenciando o mais profundamente possível o ato de alimentar-se. Quando compreendermos que o alimento é saúde, vitalidade, energia, bem estar, tônico benéfico para as relações que estabelecemos com o ambiente que nos mediatiza, com nossos companheiros de espécie, e com as outras formas de vida, transformamos então a forma como percebemos, e compreendemos o mundo, num ato profundamente humano de apreensão da realidade, compreensão e transformação desta.

Qual a razão de consumirmos frutos e verduras pelo conhecimento empírico que temos quanto aos seus benefícios à saúde, quando nos alimentos provenientes da agricultura convencional - que utiliza agrotóxicos e outras substâncias sintéticas no processo produtivo - têm seus efeitos potencialmente benéficos anulados, ou mesmo superados pelo efeito prejudicial, danoso dos venenos que se misturam às vitaminas, aos minerais, e ao invés de prevenir disfunções orgânicas, são a causa delas?

sensível". Esta forma de conhecimento necessariamente antecede uma outra, que se desenvolve no âmbito da consciência, por meio de abstrações, ou seja, reflexões sobre o real percebido ao nível dos sentidos. Esta forma outra de conhecimento existe em graus distintos de desenvolvimento, passando pelas representações dos fenômenos reais e podendo chegar ao que chamamos "concreto elaborado", ou conceito científico, nível mais alto que o conhecimento humano pode alcançar na compreensão da realidade.

Essas substâncias adicionadas aos alimentos têm efeitos concretos em nosso organismo. Não é algo que podemos ignorar, quando temos o desejo real de nos mantermos saudáveis, livres de doenças e manifestações orgânicas e espirituais¹⁴ que acometem o corpo em sua totalidade.

A leitura deste trabalho poderá levantar o questionamento de por que nos referimos tanto ao Modo de Produção Capitalista vigente em nossa sociedade. Nossa resposta nesse sentido estaria direcionada a atentar para o fato de que a produção de alimentos, especialmente aqueles provenientes do modelo do agronegócio, não está fora da lógica empregada para a manutenção do capital¹⁵. Portanto, falar sobre o modelo que condiciona a produção de alimentos não é um discurso inútil ou irrelevante, mas, ao contrário, é fundamental para a compreensão do nosso fenômeno de pesquisa. Este, por ser um fenômeno real, não está fora do contexto que o condiciona e também não pode ser desvinculado do processo histórico que o originou.

A lógica do agronegócio acompanha a lógica do capital: obter o excedente que gera o lucro. É por isso que não nos é equivocado dizer que o capitalismo não produz alimentos, mas produz lucro. Sendo este o seu objetivo, o alimento passa a ser mera mercadoria, não havendo preocupação com a saúde e com a qualidade de vida das pessoas que irão consumi-lo. Não há preocupação com o acréscimo de substâncias nos alimentos que são potencialmente prejudiciais à saúde humana. A atenção do capital está voltada, sim, para o aumento da produtividade geradora de lucro.

Da mesma forma que ocorre em se tratando da produção de alimentos - a qual deveria suprir a necessidade essencial da humanidade por alimentos de qualidade, mas, monopolizada pelo capital, essa produção torna-se mero gerador de lucro - também vem ocorrendo em relação à ciência e à tecnologia. Apropriadas de forma indevida, estas forças produtivas são afastadas de sua função, que é melhorar

¹⁴ Ao fazermos uso deste termo, não o estamos compreendendo em seu possível sentido religioso, mas enquanto realidade subjetiva dos sujeitos.

¹⁵ Quando falamos em capital precisamos entender que este não é dinheiro, bens, uma coisa. Mas materializa-se nas relações estabelecidas socialmente em determinado tempo histórico, e que lhe são características, sendo as responsáveis pela sua continuidade. Esse modelo de relações permeia todas as esferas sociais, como a política, a religião, a educação e a cultura.

a vida em sociedade e contribuir para o desenvolvimento humano, passando a servir ou compactuar com os interesses do capital.

Outra questão importante quando falamos de produção de alimentos seria: como alimentar quase sete bilhões de pessoas sem que se faça uso do modelo do agronegócio, se considerarmos fatores como produtividade e rendimento, técnicas eficientes de produção e controle de pragas? A questão aqui não está no risco de faltar alimento caso não se utilize o agronegócio como modelo dominante na produção de alimentos. A questão permanece na necessidade de lucro – que é a essência do capitalismo. É importante que compreendamos que o problema não está no aumento populacional, ou na quantidade de alimento produzido, mas sim na lógica do desperdício e na distribuição desigual do recurso alimentar.

5.3. Compreendendo o agronegócio: a agricultura como atividade produtora de riqueza.

No estudo que ora realizamos sobre as representações sociais dos consumidores dos produtos ecológicos¹⁶ comercializados na Feira Ecológica da FURG, bem como para a compreensão das relações entre alimentação e os processos de saúde-doença enfocando a qualidade alimentar como aspecto a ser considerado na práxis da Educação Ambiental torna-se indispensável dissertarmos sobre o modelo dominante de produção de alimentos em nossa sociedade dentro da ordem capitalista: a agricultura industrial travestida na denominação de agronegócio. Assim estaremos trazendo também uma breve compreensão de agroecologia enquanto modelo que se põe contrariamente à lógica do agronegócio, que é organicamente a lógica mesma do capital.

As consequências danosas do agronegócio, que não são poucas, recaem sobre o meio ambiente, a saúde e a sociedade. O abandono às práticas agrícolas amigáveis - que não carregam em si o ônus da degradação dos ecossistemas, da contaminação do ambiente, da perda de biodiversidade - bem como a

¹⁶ O termo “ecológico” refere-se ao conjunto de técnicas pertencentes ao âmbito da produção agroecológica, como a exemplo da biodinâmica, da permacultura e da produção orgânica. Em nosso estudo estaremos conferindo especial atenção à produção orgânica de alimentos, tendo em vista que a qualidade de alimento orgânico, ou seja, aquele produzido sem a adição de defensivos químicos agrícolas, é requisito principal para a comercialização na Feira Ecológica da FURG.

despreocupação com a qualidade dos alimentos produzidos, que se expressa na total ausência de cuidado com a saúde humana e dos demais animais a quem são destinados esses alimentos, e as mazelas sociais decorrentes da lógica injusta que caracteriza esse modelo de produção agrícola são exemplos da insustentabilidade que vem sendo praticada desde a disseminação da agricultura convencional, ou industrial sob a lógica capitalista.

No Brasil, as transformações na agricultura começaram a ganhar corpo a partir de 1970¹⁷, com os processos de mecanização das etapas produtivas e com a expansão do uso de químicos sintéticos agrícolas, caracterizando a conformação da agricultura industrial, marcada pela dependência dos agricultores à compra de pacotes tecnológicos de produção destinados a desenvolver alguns setores industriais, o uso indiscriminado e exagerado de agrotóxicos, que levou ao aparecimento de pragas resistentes que exigiam novos produtos para o seu controle, e a eliminação dos inimigos naturais das pragas (RÜEGG, et al, 1991).

De acordo com MCGee (1986, p. 50):

As maiores mudanças envolvem a conversão para a monocultura, fertilizantes e pesticidas. Um exemplo de monocultura seria o uso perpétuo de uma terra para apenas uma cultura. Algumas culturas ainda são rotativas, porque não fazer isto leva a uma queda da produção. Produção é o nome do jogo. As colheitas são vendidas pelo peso e não pela qualidade nutritiva.

Confluindo com o que nos traz McGee e atentando para a insustentabilidade do sistema de monoculturas largamente utilizadas pelo agronegócio, Ivani Guterres, resgatando os saberes de Enio Guterres no livro *Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres*, publicado em sua primeira edição de 2006 pela Expressão Popular nos diz que “A monocultura é um dos principais desastres da agricultura química e um dos principais meios de concentrar renda e inviabilizar os

¹⁷ Esse período coincide com o advento da chamada “Revolução Verde”, que consistiu em uma série de modificações nas práticas de produção agrícola, com o surgimento de novas técnicas de plantio, irrigação, colheita, controle de pragas, o uso em larga escala de insumos químicos, como os fertilizantes e os agrotóxicos, além de sementes melhoradas geneticamente (particularmente as sementes híbridas) e mecanização. Essas inovações permitiram o aumento considerável da produção agrícola, caracterizando a agricultura industrial, que vem se expandindo nos países em desenvolvimento, como o Brasil, subjugando-os à compra de “pacotes tecnológicos” destinados a alimentar certos ramos industriais.

pequenos agricultores, bem como esgotar o solo e desequilibrar o meio ambiente” (p. 23).

Guterres (2006, p.19) ainda em relação ao sistema de monoculturas, denuncia:

As monoculturas criam cada vez mais pragas e aumentam dramaticamente os problemas com insetos, fungos e ervas chamadas “daninhas”. Isso aumenta custos e mesmo com os recursos da transgenia, da clonagem, da mutagênese, de novos produtos químicos, da adubação suplementar, esses problemas são amenizados por alguns anos e depois voltam com mais força. As monoculturas atraem cada vez mais doenças nas plantas. Isso é fruto do desequilíbrio do meio ambiente, da falta de biodiversidade, do empobrecimento do solo. Nesse modelo, os problemas tornam-se crônicos e sem solução dentro do arsenal de meios oferecidos pelo instrumental técnico-científico da “revolução verde”. Essas doenças são tratadas com meios químicos que aumentam os custos para o agricultor na mesma medida em que diminuem a eficácia. E se isso implica aumento de custos, está acrescentando insustentabilidade econômica ao esgotamento tecnológico.

O que foi posto por Guterres deixa claro que o agronegócio (ou o que ela vem chamando de agricultura química), com seus sistemas de monocultura, traz sérios prejuízos ao meio ambiente e à sociedade na medida em que empobrece o solo, reduz a biodiversidade do agroecossistema e encarece a tecnologia de produção para o agricultor, subjugando-o a um sistema de dependência aos pacotes tecnológicos fornecidos pelas multinacionais do agronegócio; isto é: o agronegócio cria o problema e depois vem repleto de propaganda enganosa oferecer suas “soluções milagrosas”, a exemplo dos agrotóxicos, dos fertilizantes sintéticos, dos adubos químicos e das sementes transgênicas.

O Brasil vem se afirmando como potência agrícola mundial (expressão ideológica, destinada a inflar o ego do país na medida em que afirma sua importância na política econômica mundial), devido a características ótimas para a produção de diversos gêneros agrícolas, como a extensa área de terras agricultáveis, o clima favorável, e a dominação política pelos países desenvolvidos. Esse cenário o coloca como um alvo cobiçado pelas grandes multinacionais que dominam o agronegócio, a exemplo da Monsanto, o que o torna um consumidor altamente visado para os pacotes tecnológicos, que incluem sementes transgênicas e agrotóxicos.

Não nos é equivocado afirmar que a grande maioria dos alimentos provenientes do agronegócio que encontramos à venda não são saudáveis, são alimentos doentes pelo uso de agrotóxicos. A estrutura da planta é alterada com o uso destes, portanto a textura, a aparência, o sabor, a composição nutricional desses alimentos são igualmente alterados.

Esse processo pode ser convenientemente explicado pela contribuição de Francis Chaboussou com sua teoria da trofobiose trazida no livro *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas: a teoria da trofobiose*, publicado em sua primeira edição no ano de 2006 pela Editora Expressão Popular. Neste livro Chaboussou reúne evidências, com base em seus próprios estudos e na literatura científica, de que tanto pesticidas quanto fertilizantes podem alterar a composição da seiva vegetal, tornando-a mais suscetível ao ataque e multiplicação de patógenos e parasitas causadores de doenças.

As considerações do autor acerca dos efeitos danosos dos agrotóxicos e fertilizantes químicos vêm fundamentar o que ele chamou de teoria da trofobiose, um dos pilares da agroecologia. O principal argumento dessa teoria diz que uma planta nutricionalmente desequilibrada torna-se mais suscetível a pragas e patógenos. Esse processo é explicado por Chaboussou da seguinte forma: a adição de agrotóxicos e fertilizantes químicos provoca nas plantas um estado de desordem metabólica que desregula os mecanismos de proteólise (quebra de proteínas) e proteossíntese (síntese de proteínas) nos tecidos vegetais. Em consequência, sobram nutrientes (aminoácidos e compostos nitrogenados) na seiva das plantas.

Em seus estudos, Chaboussou verificou que a principal fonte alimentar dos predadores e parasitas das plantas são substâncias de alta solubilidade presentes nos tecidos vegetais, a exemplo dos açúcares solúveis e dos aminoácidos livres. Sendo assim, quanto mais metabolicamente desregulado estiver o vegetal pelo efeito dos agrotóxicos e adubos químicos, mais suscetível será ao ataque das pragas, já que a falha metabólica induzida pela adição dos insumos agrícolas citados impede que a planta produza normalmente suas proteínas e demais moléculas que lhe servem como defesa natural contra o ataque das pragas.

A planta é nutrida pelo solo, e não pela adição artificial de adubos e fertilizantes sintéticos. Quanto mais equilibrada for a composição mineral do solo,

mais saudável será o desenvolvimento da planta. As práticas empregadas pelo agronegócio desgastam o solo e o empobrecem. A solução então é adicionar artificialmente adubos e fertilizantes, forçando o crescimento do vegetal, principalmente tendo em vista o aumento de produtividade. Com isso a própria composição nutricional do vegetal é alterada, já que os agrotóxicos e fertilizantes desregulam o metabolismo vegetal, comprometendo a síntese e quebra de proteínas, o que torna disponíveis aminoácidos e compostos nitrogenados livres na seiva que atraem os fitopatógenos e fitoparasitas.

Chaboussou nos fornece mais um exemplo do fracasso do agronegócio em suas técnicas de produção. É evidente aqui, que a degradação e a contaminação dos solos, a prática da monocultura, as modificações genéticas das sementes, trazem efeitos indesejáveis e exigem medidas compensatórias e emergenciais, como o uso indiscriminado e abusivo de agrotóxicos, a adição de adubos e fertilizantes químicos que comprometem o equilíbrio metabólico da planta alterando sua qualidade nutricional e resistência natural a fitopatógenos e fitoparasitas.

No âmbito social, esse modelo de agricultura cria uma dependência do produtor em relação às empresas que dominam o setor agrícola. Essa dependência se expressa quando o produtor fica impedido (ou esse processo é dificultado) de produzir caso não consuma os produtos originados das grandes corporações do agronegócio. A semente, os insumos agrícolas, as tecnologias desenvolvidas para fomentar este setor pertencem a quem tem o monopólio mundial da produção agrícola. Assim, o produtor é condicionado a consumir esses produtos, incentivado pelas vantagens - produtividade, economia, concorrência dos produtos no mercado - tão fortemente presentes nos discursos propagados por estas empresas.

Esta é uma lógica injusta para quem produz o alimento (o agricultor), e para quem o consome. A grande questão aqui, é que tanto o trabalhador quanto o alimento são vistos como meras mercadorias, cuja função é gerar lucro. Daí não podermos aceitar a veracidade da preocupação do agronegócio, quando se autodenomina “agricultura sustentável” com ambos os elementos citados.

De acordo com Rüeg et al (1991, p. 8), como o uso de agrotóxicos:

a contaminação do ar, das águas e do solo é freqüente. Resíduos nos alimentos muitas vezes ultrapassam os limites considerados toleráveis. O homem, no fim da cadeia alimentar, vai acumulando os agrotóxicos, as lesões bioquímicas, com consequências graves para a saúde sob o ponto de vista crônico.

A partir do que os autores nos colocam, compreendemos que o uso indiscriminado e exagerado de agrotóxicos, como vem sendo implementado largamente pelo agronegócio traz prejuízos tanto a quem consome os alimentos contaminados com os resíduos desses produtos, pela deterioração de sua saúde, quanto ao meio ambiente que também sofre os efeitos danosos da contaminação química ocasionada por estes compostos. Vemos também que os efeitos do uso destes tende a permanecer com o passar do tempo, e não o contrário, já que se acumulam nos tecidos orgânicos sendo transferidos ao longo da cadeia alimentar.

Os autores citados, ao comentar os impactos trazidos pelo uso de agrotóxicos sobre a saúde, ainda acrescentam:

Casos agudos de intoxicações por agrotóxicos são frequentemente observados e relatados, principalmente nos trabalhadores agrícolas. Por outro lado, os resíduos liberados no ambiente ou remanescentes nas culturas são progressivamente transferidos para os alimentos e para o homem. **Esta exposição continuada, por período longo, a níveis relativamente baixos de agrotóxicos pode afetar a saúde humana, levando a casos crônicos, mal definidos, às vezes extremamente graves** (p. 10, grifo nosso).

No caso específico do uso de inseticidas, de acordo com Larini (1979), a aplicação dos mesmos - principalmente os classificados como sistêmicos por serem metabolizados no interior do vegetal - estende aos consumidores a possibilidade de contaminação e os efeitos desta pela ação danosa do material residual presente nos alimentos, como os frutos frescos e as verduras. Os praguicidas aplicados nos cultivos ainda podem sofrer alterações em sua estrutura quando metabolizados pelos vegetais (no caso dos sistêmicos), resultando na formação de produtos do metabolismo por vezes mais tóxicos que o produto original.

A situação colocada pelo autor nos fornece um exemplo de que os defensivos agrícolas não são seguros, como nos veicula a indústria agroquímica a fim de impulsionar sua venda. Os resíduos desses produtos presentes nos alimentos e no ambiente, quando chegam aos consumidores, seres humanos e outros animais, são

progressivamente concentrados nos organismos ao longo da cadeia alimentar. Além dos alimentos, outro recurso essencial à existência dos seres vivos, a água, pode ser contaminado principalmente pelos resíduos de defensivos agrícolas depositados no solo que alcançam os lençóis freáticos.

6. PARA UMA OUTRA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

6. 1. Agroecologia: a agricultura como atividade produtora de alimentos

Em seu sentido mais amplo, a agroecologia é vista como uma ciência ou disciplina científica, conforme defendem Caporal e Costabeber (2002), a qual se atribui uma série de princípios, conceitos e metodologias que nos possibilitam o estudo dos agroecossistemas dentro de uma proposta de agricultura sustentável. No entanto, em nosso estudo, referimos a produção agroecológica como um modelo outro de produção agrícola, ao qual desejamos frente ao domínio do agronegócio, consolidado, este último, por uma técnica que permite alta produtividade e lucratividade, baseada na obtenção de excedentes de produção, e que, portanto, está em consonância com a lógica do modo de produção capitalista.

Publicação do Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA) traz importante contribuição para a compreensão sobre o que seja a agroecologia. Os seus autores, Crivellaro et al (2008, p. 3) referem a existência de interpretações e análises conceituais diversas do que seja agroecologia; porém, para o contexto da obra referida, estes autores compreendem este modelo de produção agrícola *enquanto “uma prática amigável de produção de alimentos que respeita a natureza e possui relações de trabalho, produção e comercialização socialmente justas”*.

Em sua denúncia à lógica insustentável da agricultura química, Ivani Guterres (2006), resgatando os saberes deixados por Enio Guterres, estudioso e militante em favor dos camponeses, vem nos atentar para a necessidade de trabalharmos para a transição do modelo de agricultura química ou convencional, baseada na geração de lucro para um outro modelo de agricultura que seja compatível com a existência humana saudável e a preservação da natureza.

Nos textos que Ivani Guterres organiza no formato de livro compreendemos a diametral distinção entre o modelo de agricultura química em comparação ao

modelo agroecológico de produção agrícola. Tão dissonantes são os princípios que fundamentam esses dois modelos, que se torna inviável uma transição imediata, de um dia para o outro, ou mesmo de um ano para o outro, do modelo baseado na obtenção do lucro para um modelo organicamente compatível com a qualidade da vida humana, a preservação do meio ambiente e com a conservação dos recursos naturais. Com isso Guterres nos atenta sobre a necessidade de um processo de transição (que pode se dar lenta e gradualmente, baseada no desenvolvimento de uma consciência crítico-emancipatória por parte dos produtores) da agricultura química para uma agricultura de bases ecológicas.

A produção agroecológica utiliza princípios fundamentais que são muito distintos daqueles que movem o agronegócio. Um destes princípios é o não uso de defensivos agrícolas nos processos de produção e processamento do alimento (produção orgânica). Em substituição aos insumos químicos do agronegócio, a produção agroecológica utiliza adubos naturais, - muitas vezes resultantes do aproveitamento de uma outra atividade realizada, como a criação de animais, e faz uso do controle biológico de pragas substituindo assim os perigosos agrotóxicos por algo que não tenha como consequência a deterioração do ambiente e da saúde de quem consome o alimento contaminado por venenos.

Outro princípio da produção agroecológica é a substituição das monoculturas pelo modelo de integração com outras espécies de vegetais, além da utilização adequada do solo. Atentar para este aspecto torna-se importante já que, enquanto algumas plantas fazem uso de determinados tipos de nutriente do solo, outras utilizam espectro diverso e em quantidades distintas. Reduz-se dessa forma a competição intraespecífica por nutrientes do solo.

As monoculturas constituem ecossistemas artificiais¹⁸. Em ecologia compreende-se que esse tipo de ecossistema, devido a sua baixa complexidade e diversidade reduzida de espécies, quando em comparação com os ecossistemas naturais, tende a sofrer o ataque das chamadas pragas agrícolas, já que, justamente

¹⁸ Ecossistema artificial é aquele criado artificialmente pelo homem, como a exemplo dos monocultivos (culturas onde se planta uma única espécie). Nesse caso, as espécies nativas do local são substituídas ou suplantadas por outras espécies de interesse humano, ou então, que se proliferam devido à concentração elevada de alimento (o próprio cultivar serve como alimento), no caso das chamadas pragas agrícolas. Como esses ecossistemas geralmente apresentam baixa diversidade biológica, a proliferação das “espécies-praga” pode ser agravada pela ausência de inimigos naturais que atuam no seu controle.

pelo fato de se tratar de um ambiente de baixa complexidade, pode haver ausência de inimigos naturais que controlam as pragas. Observa-se também que o cultivar representa um recurso alimentar que se encontra concentrado e em grande quantidade. Nesse caso observa-se elevado grau reprodutivo e crescimento rápido da (s) espécie (s) considerada praga¹⁹ (s).

Também como um dos princípios da produção agroecológica temos a criação de microclimas favoráveis ao plantio. As espécies vegetais se desenvolvem e se adaptam a determinadas condições climáticas, como temperatura, chuvas e ventos. O conhecimento das preferências climáticas específicas reduz custos de produção e otimiza o processo já que contribui para o aumento da produtividade dos cultivos. O aproveitamento das potencialidades do território pretendido para plantio e o estudo dos ciclos das plantas, sua biologia e fisiologia favorece o sucesso da produção na ausência de defensivos químicos.

Outro aspecto importante da produção agroecológica é a prática do controle biológico²⁰ de pragas, que associado ao fortalecimento dos cultivares e ao estabelecimento de relações harmônicas entre planta, solo, clima traz benefícios tanto aos seres humanos que dependem da terra para se alimentar, quanto da natureza, que não sofre agressões (ou tem estas minimizadas) no processo de produção de alimentos.

¹⁹ É importante entendermos aqui o que estamos denominando praga. Essas espécies apenas recebem tal denominação por que trazem prejuízos à produção agrícola. Esses prejuízos são geralmente de ordem econômica, o que acentua a preocupação com essas espécies e objetiva o seu controle. Numa concepção ecológica, praga representa um fator biótico de controle populacional. Em se tratando dos ecossistemas artificiais, como no caso das monoculturas, observa-se superpopulação da espécie tida como praga ocasionada pela alta disponibilidade de recursos, principalmente alimentares, que permitem sobrevivência e rápida expansão da espécie. Cabe a essa espécie, de acordo com a concepção ecológica, a função de restabelecer o equilíbrio do ecossistema.

²⁰ Expressão usada pela primeira vez em 1919, pelo pesquisador Harry S. Smith, ao se referir ao uso de inimigos naturais para controlar insetos-praga. Debach (1964) entende que controle biológico é a ação de parasitos, predadores e patógenos que mantém a densidade populacional de outros organismos em uma média mais baixa que ocorreria em sua ausência. Para Van de Bosch et al. (1982) essa forma de controle é a regulação do número de plantas e animais por inimigos naturais ou, simplesmente, o restabelecimento do equilíbrio natural. Robert van de Bosch (1978) também coloca que o controle biológico, um fenômeno natural, é uma grande força biótica que ajuda regular populações de insetos e também de milhares de outros organismos. Como muito de nossos recursos naturais, o controle biológico pode ser negligenciado em detrimento de nós e do nosso ambiente, ou conservado, aumentado e manipulado com resultados benéficos. Nós temos o poder de escolher entre estas duas alternativas. A natureza desta escolha terá importante significado no nosso sucesso como espécie neste planeta.

É possível também enxergar a agroecologia como um processo educativo de apoio à emancipação alimentar dos sujeitos, quando estes rompem as amarras impostas pela pressão de consumo implementada pelo modelo de agricultura convencional e passam a determinar sua própria alimentação, ao produzirem seus alimentos em hortas urbanas, por exemplo, canteiros que não demandam espaço amplo, mas que permitem ao seu criador a possibilidade de consumir um alimento livre de agrotóxicos.

A emancipação alimentar dos sujeitos está sendo por nós considerada no mesmo sentido que Freire usa quando se refere ao papel da educação libertadora/problematizadora. A emancipação consiste na libertação engendrada em relação aos condicionantes sociais que obstaculizam ou impedem o desenvolvimento humano, e na alimentação não é diferente. Sendo assim, no sentido em que Paulo Freire (1980) nos traz, a emancipação dos sujeitos passa necessariamente pelo desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o contexto real de sua existência, bem como o reconhecimento de si nessa realidade.

Buscamos em Freire também o sentido de conscientização, conforme este a compreende, de acordo com o qual, o processo de conscientização afasta-se em sentido contrário àquela conscientização ingênua que muitas vezes vemos permear as práticas do âmbito da Educação Ambiental. A conscientização assume para Freire o seguinte sentido: *“A conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “des-vela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante”* (1980, p. 29).

Assim como em todas as dimensões sociais, na produção de alimentos esses mitos dos quais nos fala Freire são amplamente difundidos, assumindo, muitas vezes, o caráter de verdade ancorada em parâmetros supostamente científicos, ideologicamente disseminados. Esses mitos, que no ato em que se travestem de realidade ocultam sua verdadeira face, tendem a direcionar a conduta social no sentido em que manipulam o agir e o pensar das pessoas.

São mitos popularmente difundidos em relação à produção de alimentos aqueles que dizem que o agronegócio é a melhor solução para a fome, que o agrotóxico não traz riscos à saúde, pois seus efeitos são previamente e adequadamente testados, que as vantagens para o consumo de orgânicos não é significativa, que os alimentos geneticamente modificados não trazem malefícios à

quem os consome, já que “estudos científicos” nada detectaram a esse respeito. Esses mitos, quando apropriados pela subjetividade dos sujeitos, quando se impregnam nesta, passam então a conduzi-lo como uma peça de manutenção do modo produtivo dominante.

É por isso que Freire nos alerta: somente a reflexão crítica sobre a realidade, uma reflexão que a des-vela, é capaz de reconhecer nesta realidade os mitos existentes e então, desmistificá-la. Os mitos em relação ao real são um grande obstáculo, senão o maior, à emancipação humana.

6.2. Produção Orgânica

Dentre as técnicas de produção de alimentos que seguem os princípios agroecológicos, foi-nos de especial interesse para este estudo a produção orgânica, já que nossos objetos de estudo foram os produtos de origem orgânica comercializados na Feira Ecológica da FURG, e especialmente devido ao compromisso desse tipo de produção em oferecer alimentos saudáveis aos consumidores, livres de venenos que comprometem a saúde dos mesmos.

A produção orgânica, assim como a permacultura²¹ e a biodinâmica²², consiste em uma prática agroecológica de produção agrícola. Isso significa,

²¹ O termo permacultura significa cultura permanente. É um modelo agroecológico que inclui sistemas de desenho para a criação de meio-ambientes humanos sustentáveis (MOLLISON e STAY, 1999). Conforme Crivellaro, et al (2008, p. 13), *“na permacultura, a agricultura faz parte de um desenho ou planejamento que podemos construir, no qual nunca devemos esquecer de incluir o ser humano como parte desse desenho. No planejamento de uma propriedade com base nos princípios da permacultura, é muito importante economizarmos espaço e energia. Faz parte da ética da permacultura cuidarmos não só de nossas hortas, mas da sobrevivência do planeta”*.

²² O termo “biodinâmica” significa bio (vida), dinâmica (ativação das potencialidades). Segundo Crivellaro, et al (2008, p.15) *“a biodinâmica enfoca a ativação das potencialidades da vida. Ela utiliza os conhecimentos dos ciclos lunares e suas ações benéficas na agricultura. Este conhecimento, herdado de nossos ancestrais, que tanto nos tem auxiliado, foi ampliado pelo estudo da filosofia antroposófica idealizada por Rudolf Steiner (1861-1925). Ele descobriu a contribuição não só da lua, mas também das constelações que influenciam as plantações. Steiner descreve a propriedade agrícola como um organismo, cujos órgãos são a terra, o animal, a planta e o ser humano, que formam parte do cosmo inteiro”*. *“De acordo com a biodinâmica, há dias mais propícios para semear, transplantar e colher hortaliças, assim como há diferentes dias para tratar de cultivos de raízes, frutos ou flores. Maria Thun, agricultora alemã que há mais de 50 anos vem pesquisando a influência dos astros na agricultura dentro desta abordagem, desenhou um calendário baseado na passagem das constelações pelo espaço sideral, o calendário biodinâmico. A aplicação desse calendário nos auxilia*

considerando a particularidade de cada técnica, que elas estão de acordo com os princípios gerais defendidos pela agroecologia enquanto ciência em construção, e também como um modelo de produção agrícola, como a estamos reconhecendo nesse estudo, que vem se afirmando em contraposição ao domínio do agronegócio.

No Brasil, o Decreto nº 6323, publicado em dezembro de 2007 (Anexo A) regulamenta a Lei Federal nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003 que dispõe as normas reguladoras para a produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação da qualidade do alimento proveniente de produção orgânica. Esse modelo de produção inclui tanto os alimentos de origem vegetal quanto animal, sendo que o principal parâmetro de classificação para o produto orgânico é o não uso de adubos químicos e agrotóxicos, bem como de hormônios e outros produtos químicos (no caso da pecuária) em seu processo produtivo, seja o alimento comercializado na qualidade *in natura* ou processado.

De acordo com texto de Lucimar Santiago de Abreu, professora do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (*Embrapa*), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

No Brasil a institucionalização da agricultura de base ecológica ocorreu com o decreto da Lei Federal 10.831 de 23 de dezembro 2003, que qualificam diferentes modelos alternativos de produção ecológica sob o nome da produção orgânica: agricultura orgânica, biodinâmica, permacultura, agricultura natural, entre outros. De acordo com essa Lei, a produção denominada orgânica, é fruto do conjunto das agriculturas de base ecológica que busca conciliar autonomia alimentar e renda, com o respeito aos limites do meio natural ou ecológico, se propõe a resgatar e a redefinir o patrimônio cultural das comunidades locais, orientando a produção para múltiplos mercados que inclui formas inovadoras de relação entre produtores e consumidores. Observa-se que os princípios da agroecologia foram integrados no corpo da lei, entretanto, muitos ambientalistas e setores do governo discordam entre si sobre a denominação. E pelo fato de que a agricultura orgânica propriamente dita busca ocupar espaços nos grandes mercados, caracterizada por uma organização produtiva que privilegia o uso de sistemas tecnológicos para o aumento constante da produtividade. Essa lógica de produção não está articulada à uma estrutura fundiária particular da produção orgânica.

em nossas atividades agrícolas diárias, como semear, transplantar, capinar e colher nos dias mais apropriados” (THUN, 2006 apud CRIVELLARO et al, 2008, p. 15).

Como vimos, a lei 10.831/2003, que regulamenta a produção orgânica no Brasil tende a colocar esta última como uma produção “ecológica”, incluindo, dessa forma, em seus pilares embaixadores os princípios agroecológicos, e inclusive colocando sob o nome de produção orgânica outros modelos alternativos de produção agroecológica, como a biodinâmica e a permacultura; compreendemos que se trata, pois, de um equívoco, já que cada um desses modelos agroecológicos, apesar de terem em comum as práticas ecológicas, difere uns dos outros e, portanto, não podem ser considerados como se fossem uma coisa só. O pilar principal da produção orgânica propriamente dita é o não uso de adubos *químicos* e agrotóxicos. No modelo biodinâmico e na permacultura, embora possam compartilhar com a produção orgânica os principais princípios agroecológicos, os pilares fundamentais são outros.

Há, portanto que se notar, que a classificação “produção orgânica”, ou “produto orgânico” vem sendo utilizada no âmbito dos interesses comerciais movidos pelo desejo do lucro no Modo de Produção Capitalista. A produção orgânica é aquela que se funda nos princípios agroecológicos, constituindo-se em um de seus modelos produtivos, assim como a biodinâmica e a permacultura. O mercado tem se apropriado da “marca” orgânica para agregar valor comercial ao produto, nesse caso trata-se de valor de troca²³ e não de uso, como deveria ser. Um exemplo típico da distorção ideológica empregada como estratégia para manter vivo o metabolismo do capital.

A agricultura orgânica é vista como aquela que é orientada para a substituição de insumos químicos. No Brasil, a lógica do modelo orgânico, propriamente dito, é baseada no cálculo econômico (orientado para processo de acumulação capitalista ou a forma encontrada por agricultores desarticulados socialmente de garantir a sobrevivência). De forma distinta da dos agricultores orgânicos, o comportamento e os sistemas de valores dos agricultores envolvidos nos modelos agroecológicos, biodinâmico e da permacultura são calcados em valores éticos e humanistas, embora se diferenciem entre si (ABREU, s/d; *Embrapa*).

²³ Valor de uso e valor de troca são categorias do Materialismo Histórico compreendidas distintamente por Karl Marx, em sua obra “O capital”. Conforme o cientista social, o valor de uso, que se refere ao produto do trabalho humano, é compreendido de acordo com sua utilidade, que deve ser uma utilidade concreta, real que vem atender as necessidades humanas. Já o valor de troca se refere à mercadoria, que carrega em si a função de produzir mais-valia (o lucro do proprietário dos meios de produção extraído na exploração da força de trabalho humana). Diferentemente do valor de troca, pode-se dizer que o valor de uso tem uma relação qualitativa, enquanto o valor de troca tem relação quantitativa.

A autora nos atenta aqui que a compreensão do que seja a produção orgânica vem sendo distorcida por interesses comerciais, que visam colocá-la como mais uma forma de agregar valor ao produto e impulsionar sua venda. No entanto, precisamos ter em mente que, quando seguido em seus princípios originais, esse modelo de produção, que é também um modelo agroecológico, inclui sim, os valores éticos e humanísticos presentes nos demais modelos agroecológicos. São esses valores que devem ser compreendidos e praticados na produção orgânica, e não aqueles ditados pela lógica de mercado.

A produção orgânica, quando não agregada à lógica do capital, é um modelo produtivo sustentável. Com o agronegócio, a sustentabilidade se apresenta como um artifício para falsear e ocultar os conflitos ambientais e sociais existentes, mantendo a lógica exploratória e desumana. Ao contrário, a produção orgânica almeja produzir alimentos sem agredir o ambiente, estabelecendo relações de pertencimento do trabalhador em relação à terra e à sociedade, sentimento de estar contribuindo para o desenvolvimento humano e para a continuidade e o equilíbrio das funções ambientais.

Outros princípios defendidos e praticados no âmbito da produção orgânica de alimentos são a valorização da diversidade vegetal e animal, a preocupação em oferecer condições dignas e justas de trabalho aos que participam do processo produtivo e o enfoque à melhoria das condições de vida dos trabalhadores envolvidos. O empenho desse modelo de produção também se preocupa em evitar o desgaste do solo e conservar sua fertilidade com o uso de adubos naturais. Além do não uso de agrotóxicos para o controle das pragas agrícolas, na produção orgânica também não são utilizadas sementes transgênicas, a fim de não pôr em risco as variedades naturais de cultivar.

O princípio fundamental da produção orgânica, o não uso de agrotóxicos e outras substâncias químicas na produção e processamento dos alimentos traz consigo a preocupação com a saúde do produtor, bem como do consumidor, e com a conservação do meio ambiente, servindo como base para a produção da nossa existência em uma outra sociedade, que não esta que degrada a natureza e o sentido da vida humana.

6.3 Produtos orgânicos

Há apenas alguns anos os alimentos orgânicos só podiam ser encontrados em lojas de produtos naturais ou em mercados e feiras de pequenos agricultores. Hoje os produtos de origem orgânica podem ser facilmente encontrados nas grandes redes de supermercados, onde ganham seções exclusivas nas prateleiras, assim como os alimentos convencionais. Encontram-se nas “seções de orgânicos” desde alimentos vendidos *in natura*, como frutos e hortaliças, até os industrializados²⁴, a exemplo dos sucos, chás, biscoitos, grãos processados, conservas, massas, cafés, entre outros.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento²⁵ traz no item “Agricultura Orgânica”, subitem “O que são produtos orgânicos” a seguinte compreensão para esse tipo de produto:

Para ser considerado orgânico, o produto tem que ser produzido em um ambiente de produção orgânica, onde se utiliza como base do processo produtivo os princípios agroecológicos que contemplam o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais. Na agricultura orgânica não é permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente. Não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis, agrotóxicos e transgênicos.

O Ministério ainda incentiva a preferência aos produtos orgânicos colocando alguns motivos para tal:

Os produtos orgânicos, tanto de origem animal como vegetal, são mais saudáveis, têm mais sabor e podem estar bem perto de você. Ao consumir os orgânicos, você leva à mesa da sua casa produtos mais saborosos e com todas as vitaminas e minerais preservados. Tal resultado decorre do manejo diferenciado que é dado às plantas e aos animais.

Vemos aqui que a atenção dada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento aos produtos orgânicos, bem como o incentivo ao seu consumo reside especialmente no aspecto da saúde, quando coloca que os orgânicos, tanto de origem animal quanto vegetal são mais saudáveis, pois têm preservados na sua

²⁴ Alimentos orgânicos industrializados também devem ser produzidos sem a adição de produtos químicos artificiais, como os corantes e aromatizantes artificiais. O caráter de produto orgânico não se restringe, portanto, ao âmbito da produção agrícola, mas também ao processamento do alimento.

²⁵ <http://www.prefiraorganicos.com.br/oquesao.aspx>. Acesso em 09 nov. 2010.

composição as vitaminas e os minerais, ou seja, elementos nutritivos e, portanto, necessários à saúde humana. Também é citado o aspecto da palatabilidade diferenciada do alimento orgânico, quando foi colocado que o mesmo apresenta “mais sabor”, o que sugere uma aceitação positiva do consumidor em relação a este aspecto.

Outro ponto importante que podemos reconhecer no trecho citado é a ênfase dada ao modelo diferenciado de manejo das plantas e animais como o fator que leva à obtenção de um produto saudável e com sabor mais pronunciado²⁶. É preciso atentar que, embora não seja referido no trecho, as vantagens da produção orgânica, enquanto técnica associada ao modelo de produção agroecológica, sugerem uma contraposição com o modelo do agronegócio, e conseqüentemente, com os alimentos dele originados, no qual o manejo, privilegia a obtenção de lucro sobre o alimento, em detrimento de sua composição nutricional²⁷ e de seu sabor.

O mesmo referencial ainda relaciona a produção orgânica com a conservação e o equilíbrio do meio ambiente, ao lembrar que:

²⁶ Tomemos um exemplo: o sabor mais pronunciado é como se fosse a “galinha caipira” entre os vegetais. Criada ao ar livre e com crescimento normal, sem a aceleração induzida por hormônios, a galinha caipira tem um sabor mais característico, e menor teor de gorduras, quando em comparação com as galinhas criadas em confinamento. Da mesma forma, no caso dos alimentos de origem vegetal ocorre situação semelhante. O uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos na produção convencional, bem como a própria técnica adotada, tendem a alterar o sabor dos alimentos, assim como a sua composição nutricional; o resultado é um alimento com sabor menos concentrado e, às vezes mesmo “sem sabor”, “aguado”, além de perder em vitaminas e minerais, quando em comparação com o alimento de origem orgânica.

²⁷ Quanto às vantagens nutricionais dos alimentos orgânicos quando em comparação aos alimentos convencionais as opiniões divergem. Há estudos indicando que, em termos de macronutrientes (carboidratos, proteínas e gorduras), não se observam diferenças significativas entre estes alimentos e os convencionais. No entanto, tem-se observado que, como os vegetais cultivados sem agrotóxicos, e com uso de fertilizantes naturais, desenvolvem mais defesas naturais, ou seja, são mais saudáveis, os orgânicos possuem mais micronutrientes (minerais, vitaminas, fitonutrientes e antioxidantes), sintetizados como defesa natural contra os insetos e plantas competitivas. Um exemplo disso é que a riqueza nutricional dos alimentos orgânicos foi oficializada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) após a divulgação de uma pesquisa no *Journal of Applied Nutrition* (Jornal da Nutrição Aplicada), em 1993. A pesquisa foi realizada em Chicago, nos Estados Unidos, e analisou amostras de maçã, batata, pera, trigo e milho, orgânicos e convencionais. Esse estudo mostrou uma vantagem significativa dos alimentos orgânicos sobre os convencionais, no que diz respeito à diferença acentuada no conteúdo de alguns minerais essenciais – e na quantidade de mercúrio, um metal extremamente tóxico para humanos e outros animais. Temos a compreensão de que um vegetal que se desenvolve sob condições adequadas, em um ambiente equilibrado e solo saudável irá desenvolver-se saudavelmente, tendo sua composição nutricional equilibrada e, portanto, maior resistência a doenças e parasitoses. Nesse sentido, nos apoiamos na teoria da trofobiose desenvolvida por Francis Chaboussou (2006) para explicar como a composição, e com isso a qualidade nutricional da planta pode ser alterada pelo uso de agrotóxicos, adubos e fertilizantes químicos. A adição desses produtos afeta principalmente a síntese de proteínas pela planta, tornando essas moléculas essenciais - principalmente para a defesa da planta - indisponíveis, enquanto há a presença de aminoácidos (moléculas formadoras das proteínas) e compostos nitrogenados livres na seiva da planta, o que atrai fitopatógenos e fitoparasitas.

Uma das características fundamentais da produção orgânica é a preocupação com o meio ambiente. Os sistemas orgânicos de produção priorizam o uso responsável dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. A agricultura orgânica busca diversificar e integrar a produção de espécies vegetais e animais com o objetivo de criar ecossistemas mais equilibrados.

Aqui resgatamos alguns princípios ecológicos, como o que sugere que o equilíbrio se dá na presença de ecossistemas complexos, como a exemplo dos ecossistemas naturais, já que nestes a complexidade das formas de vida age como reguladora do ecossistema, devido à presença de formas de vida diversas que desempenham funções ecológicas também diversas, como decomposição, fixação de nitrogênio, controle interespecífico (como nas relações predador-presa, ou parasita-hospedeiro), competição reguladora.

Ao contrário, em ecossistemas de baixa complexidade, a exemplo das monoculturas largamente empregadas pelo agronegócio, como há concentração elevada de alimento, esta disponibilidade atrai espécies tidas como pragas, que preferem aquele alimento. Nesse caso, a baixa complexidade do ecossistema artificial, e a ação tóxica dos agrotóxicos utilizados no cultivo, podem levar à ausência de inimigos naturais das “espécies-praga”, o que favorece a sua proliferação, exigindo formas cada vez mais elaboradas de controle.

A respeito do que destacamos sobre as vantagens nutricionais e de palatibilidade dos alimentos de origem agroecológica quando comparados aos fornecidos pelo agronegócio, os autores Crivellaro et al (2008, p. 10) vêm de encontro ao que estamos destacando:

Quando cultivados de maneira convencional, os produtos agrícolas podem conter substâncias tóxicas potencialmente indutoras de vários tipos de doenças. A qualidade nutricional e o sabor desses alimentos muitas vezes também são alterados. A produção de alimentos de maneira ecológica é feita sem a utilização de agrotóxicos e em solos com intensa atividade biológica, em harmonia com o meio do cultivo. Esses alimentos tendem a apresentar melhor qualidade nutricional e sabor, e também se conservam melhor do que os produtos da agricultura convencional.

6.4. A Feira Ecológica da FURG

A Feira Ecológica da FURG teve início com o Programa Costa Sul (Anexo B) desenvolvido sob o apoio da Universidade Federal do Rio Grande em parceria com o Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA) – organização ambientalista situada na praia do Cassino, município do Rio Grande, RS. O Programa Costa Sul²⁸ envolveu diversas ações referentes ao desenvolvimento da área costeira a Lagoa dos Patos e um de seus resultados foi a criação da Feira Ecológica da FURG, respeitando ao objetivo de fortalecer as atividades econômicas sustentáveis.

De acordo com informação fornecida pelo NEMA, a participação desta organização junto ao Programa Costa Sul foi, através do Projeto Agroecologia, desenvolver o cultivo orgânico. Mesmo após o término do período de ações do Programa Costa Sul, o NEMA realiza um trabalho continuado com um pequeno grupo de produtores Ecológicos. Para fazerem a Feira Ecológica da FURG estão habilitados 4 famílias de produtores orgânicos.

O Projeto Agroecologia implementa ações que tem como principal objetivo difundir e implantar tecnologias agroecológicas acessíveis ao pequeno produtor rural, que possibilitem o desenvolvimento sustentável da pequena propriedade e a produção de alimentos mais saudáveis e tem como princípios básicos o respeito à natureza, ao produtor e ao consumidor. Suas ações são desenvolvidas junto ao Grupo de Produtores Ecológicos, criado com o objetivo de implantar tecnologias agroecológicas que têm como compromisso a qualidade dos alimentos e a

²⁸ Programa realizado no período de maio de 2005 a junho de 2008 com recursos do BID e Fundo Especial Japonês (JSF), com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável na região do baixo estuário da Lagoa dos Patos, que compreende os municípios de Rio Grande e São José do Norte. O programa foi concebido sobre quatro linhas estratégicas e integradas: fortalecimento institucional para a gestão ambiental integrada; o fortalecimento de atividades econômicas tradicionais e ecoturismo; a geração de novas alternativas para as comunidades de baixa renda; a recuperação de habitats e recursos costeiros. Nas suas diversas linhas de atuação, o programa apresentou um marcante caráter educativo, onde se estabelecem vários espaços e oportunidades de discussão com diferentes atores sociais. O projeto resultou na elaboração e aprovação do Plano Ambiental do município de Rio Grande, do Zoneamento Ambiental do município, do Plano ambiental da Ilha dos Marinheiros entre outros.

responsabilidade com o consumidor. Fazem parte do grupo agricultores devidamente identificados que produzem um ou mais produtos sem a utilização de agroquímicos (fertilizantes químicos e agrotóxicos).

Entre as atividades do Projeto Agroecologia está a realização de cursos informativos para o conhecimento e aperfeiçoamento das técnicas agroecológicas. Ao todo foram realizados três cursos de Agroecologia, dois na Ilha dos Marinheiros com a participação de 15 pessoas de oito famílias, e outro no Cassino onde participaram 27 pessoas. Também são realizadas reuniões periódicas para discutir formas de implementar ações mais eficientes de produção e comercialização de produtos ecológicos.

O trabalho do NEMA junto aos produtores ecológicos também conta com o acompanhamento sistemático da assessoria técnica composta por um Técnico Agropecuário e uma Eng^a de Alimentos. Os dez agricultores integrantes do grupo são acompanhados durante o cultivo e a comercialização, a fim de garantir a qualidade ecológica e sanitária dos produtos.

Os produtos oriundos da produção ecológica estão sendo comercializados nas feiras livres: Feira do Produtor no Cassino aos sábados, Feira no Bolaxa aos domingos e na Feira Ecológica da FURG às quartas e, desde 2011, também às sextas feiras. A Feira Ecológica da FURG representa um espaço diferenciado de comercialização, já que trabalha somente com produtos orgânicos. A fim de assegurar a qualidade de produto orgânico, os alimentos comercializados na Feira da FURG e aqueles que são vendidos em outras feiras são identificados através de adesivos nos produtos embalados, faixa ou placa, cartaz e caixas com adesivos que representam um selo de qualidade dos produtos, assegurada pelo acompanhamento feito pelo próprio NEMA aos produtores ecológicos.

A Feira Ecológica da FURG é realizada tradicionalmente das 8h00 as 13h00 durante o período letivo do ano, sempre às quartas feiras no Campus Carreiros em frente ao Centro de Convivência, e desde 2011 ganhou também a sexta feira neste mesmo horário, de acordo com notícia publicada no Jornal Agora de 03/05/2011 (Anexo F). A disponibilidade de mais um dia na semana para o funcionamento da feira permitiu dobrar as vendas, além de agradar ao público que não podia visitar a feira nas quartas feiras.

Esta feira iniciou em 2005 e vem se consagrando no espaço da Universidade. De acordo com o *Relatório de Avaliação da Feira Ecológica da FURG – 2010*, realizado pelo NEMA (Anexo C), a partir de 2011 os feirantes poderão contar com bancas fixas (Anexo D) recentemente construídas para lhes oferecer maior conforto a fim de que possam melhor atender seus clientes.

7. SOBRE OS ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

7.1. Motivação de pesquisa

Esse tema de pesquisa muito nos instiga, pelo implícito desejo coletivo de termos saúde, desejo este compartilhado socialmente no exercício revolucionário de alteridade que fazemos para contrapor as práticas vigentes da sociedade capitalista em que vivemos. Reconhecemos que não se trata de uma vontade solitária, mas compartilhada com todos aqueles que anseiam viver sem o ônus da doença quando esta encontra sua origem na alimentação inadequada, mais propriamente, no que se refere à ingestão de alimentos contaminados por defensivos agrícolas.

Pensamos ser, em princípio, livres para escolher os alimentos que desejamos comer. Porém, esta liberdade é tão falsa quanto aquela pregada em nossa sociedade do capital, sociedade da livre iniciativa. É importante que estejamos atentos para que possamos entender que esta liberdade, a qual vivenciamos sob a égide do Modo de Produção Capitalista não é liberdade, pois as condições materiais de existência por ela oferecidas oprimem, limitam e até impedem o desenvolvimento humano.

Somos livres então, somente para escolher alimentos, que na sua maioria apresentam-se disponíveis para consumo, pela sua produção estar maximizada pelas substâncias químicas potencialmente prejudiciais ao organismo, contaminados com venenos que possibilitam uma produção sem prejuízo ao lucro.

Sabemos, entretanto da existência de alimentos saudáveis, como aqueles produzidos de forma orgânica, fora da lógica do capital, livres de substâncias saudáveis ao lucro e prejudiciais à saúde humana. Porém, a opção por este tipo de alimento não se populariza, uma vez que em geral vem agregada de um tempo maior de trabalho e produção, que acarreta um custo financeiro maior, inacessível ao consumo para a grande maioria da população.

Mesmo não sendo o foco principal desse estudo, tornou-se necessário buscarmos compreender como o jogo de interesses no campo das relações sociais de produção nos afeta diretamente, para podermos romper com a situação de passividade e exigir, com práticas radicais, no âmbito político, alimentos saudáveis para todos, e não somente para uma pequena parcela da população que, com poder aquisitivo bem maior, pode ter acesso e consumir um alimento de melhor qualidade.

7.2. Justificativa

Nosso tema de estudo, enquanto pertinente às questões ambientais as quais vêm emergindo no contexto de nossa organização social é influenciado por um conjunto de elementos que são próprios desta forma de organização, a saber, o modo de produção capitalista, o qual vem, com seu metabolismo se desenvolvendo de modo a alcançar a expressão de complexidade no presente da contemporaneidade.

O processo histórico do contexto atual vem sendo marcado pela relação indissociável, e inevitável, entre a natureza e o ser humano. Desde os primórdios da história da humanidade, temos, como seres humanos, desenvolvido grande capacidade de alterarmos os elementos da natureza a nosso favor, produzindo ferramentas e cultura por meio de nossa força de trabalho.

Com o desenvolvimento da história da humanidade nós humanos somos os responsáveis pela nossa produção social, histórica, cultural. Isso nos remete a forma como viemos nos produzindo historicamente como espécie, causando impactos provenientes das intervenções que implementamos no meio natural.

As fortes ações metabólicas do Capital têm intensificado as alterações da natureza em prol do abastecimento de nossas necessidades humanas, cada vez mais elaboradas e, podemos dizer, sem ingenuidade, necessidades “desnecessárias”, criadas no interior de uma lógica alheia ao interesse humano, mas a favor do lucro. Na base deste modo produtivo estão relações de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho humana.

Uma prova disso é que a civilização moderna, ancorada na tecnologia sob a lógica capitalista vem experimentando um declínio importante da qualidade

nutricional dos alimentos fornecidos pela indústria alimentícia sob o fomento dos avanços tecnológicos indevidamente apropriados. Charles McGee (1986, p. 12) nos traz esse cenário no prefácio de seu livro “Como sobreviver à tecnologia: um guia para escapar dos poluentes da vida moderna” quando coloca que:

[...] cada “avanço” tecnológico que aceitamos traz riscos sutis. Estes riscos não foram considerados ou pesquisados enquanto estas tecnologias se desenvolveram, mas seus efeitos acumulativos têm sido devastadores à nossa saúde. As mudanças negativas que fizemos em nosso alimento, ar, água e modo de vida voltaram como um bumerangue para nos atormentar.

Os alimentos fornecidos hoje apresentam uma redução drástica de sua qualidade nutricional, com o declínio considerável de nutrientes indispensáveis à saúde humana, a exemplo das fibras, vitaminas e microminerais²⁹. Esse processo de perda de qualidade nutricional dos alimentos - embora não seja acompanhado de uma perda de paladar e aparência, devido ao acréscimo de açúcares, gorduras, sal e aditivos químicos sintéticos que mantêm no alimento estas características - vem ocorrendo ao longo dos últimos 150 anos.

Esse declínio nutricional dos alimentos a princípio não se deu de forma intencional por parte da indústria alimentícia, mesmo por que os conhecimentos sobre nutrição eram ainda escassos. O que se questiona é por que atualmente, com o grande avanço dos conhecimentos nessa área, ainda continuamos a produzir alimentos por meio de processos que deterioram sua qualidade nutricional, vindo a comprometer de forma importante a saúde das pessoas. Essa perda da qualidade alimentar ocorreu gradualmente, impulsionada pelos interesses comerciais da indústria de alimentos, quando ainda não se tinha conhecimento dos riscos dessa depleção nutricional para a saúde humana (MCGEE, 1986).

Porém, hoje, à luz do que sabemos sobre a relação nutrição/saúde-doença, e considerando a continuidade da produção alimentar que deteriora os nutrientes dos alimentos e adiciona a estas substâncias químicas sintéticas prejudiciais à saúde humana, não nos é difícil reconhecer que, mais do que nunca, o interesse comercial sobressai-se ao interesse do bem humano comum. Reconhecendo assim, a verdadeira face do vilão, compreendemos que, mais do que nunca o alimento passa

²⁹ Esses minerais são assim chamados, pois são necessários em pequenas quantidades para a normalidade das funções vitais do organismo humano.

a ser visto como mera mercadoria, e não como elemento necessário à promoção da saúde das pessoas, assim como, na mesma medida, os seres humanos são considerados meros consumidores cuja única função existencial é circular o capital no processo de consumo junto a outros processos estruturais e organizativos de nossa sociedade capitalista.

A perda da qualidade dos alimentos não se restringe ao aspecto nutricional, quando se reduz ou elimina, por refino ou processamento, certos nutrientes essenciais para a boa saúde humana. A qualidade alimentar também pode ser deteriorada quando, no caso do uso de agrotóxicos, fertilizantes, hormônios e outras substâncias químicas sintéticas na produção agropecuária de alimentos, os resíduos destas substâncias permanecem no alimento, muitas vezes em doses elevadas, incompatíveis com o metabolismo orgânico e certamente prejudiciais à saúde de quem os ingere.

É dessa forma que, compreendendo a alimentação como uma necessidade que não é supérflua, mas, sim, essencial aos seres humanos, e considerando os impactos socioambientais gerados na lógica do agronegócio (que é a lógica mesma do capital) é que justificamos esse nosso estudo e essa nossa proposta de pesquisa.

Ao entendermos que a qualidade alimentar se faz condição material necessária, não somente para a existência, mas para a qualidade de vida das pessoas, negamo-nos a compactuar com a permanência e a expansão do agronegócio, e atentamos para a necessidade de outro modelo de produção de alimentos que não inclua em si a degradação humana e da natureza.

Também em vista da carência de abordagens abrangentes em relação ao estudo dos fenômenos sociais buscamos conhecer nosso fenômeno de pesquisa partindo da consciência de sua totalidade e de sua historicidade, de forma a não afastá-lo do contexto social no qual o mesmo se desenvolve.

Essa tentativa de nos aproximarmos dialeticamente de nosso fenômeno de pesquisa vai de acordo com o proposto por Lênine, segundo o qual:

o conhecimento é o processo pelo qual o pensamento se aproxima infinita e eternamente do objeto. O reflexo da Natureza no pensamento humano deve ser compreendido não de maneira “morta”, não “abstratamente”, não sem movimento, não sem contradição, mas sim no processo eterno do movimento, do nascimento das contradições e sua resolução. (LÉNINE, 1975, p.123).

Nesse ponto o autor destaca uma das categorias mais importantes da Dialética Materialista, que é a contradição. Pela existência de contradições em todo e qualquer fenômeno real é que podemos afirmar que nada é estático, “morto”, abstrato, mas tudo é concreto - e que, portanto, existe - se desenvolve no movimento que as contradições implementam nos fenômenos reais. Este movimento é eterno na medida em que nenhum fenômeno real desaparece, mas sim se transforma em outro, e assim sucessivamente, através do processo de nascimento das contradições e sua resolução.

Em relação à escolha de nossos sujeitos de pesquisa, o principal motivo, e talvez o que nos tenha sido de maior interesse para este estudo, é o fato de compreendermos que os consumidores, dentro das relações de manutenção do agronegócio, representam a fragilidade do elo que nos direciona a um modo de agricultura alternativo na produção de alimentos, já que a ausência de consciência sobre o que sejam essas possibilidades alternativas de produção, bem como o desconhecimento das relações que transformam o alimento e o trabalhador que o produz em meras mercadorias, impede a estes consumidores emancipar sua alimentação, e fazer escolhas no sentido da saúde, da preservação ambiental, e da justiça social.

7.3. Metodologia de pesquisa

Nossa análise voltou-se à identificação das contradições presentes nas representações dos sujeitos da pesquisa em relação ao contexto real do fenômeno estudado. Para tal, conduzimos nossa investigação sob o fundamento teórico-metodológico do Materialismo Dialético e do Materialismo Histórico, proposto por Karl Marx como método de análise da realidade.

Sendo assim, nossa análise do fenômeno de pesquisa, constitui-se como um estudo de caso, na perspectiva qualitativa da dialética materialista, delimitado

metodologicamente pelas categorias filosóficas e históricas, respectivamente, contidas no fundamento referido.

As representações sociais são os instrumentos capazes de revelar as visões de mundo dos sujeitos da pesquisa, caminho pelo qual podemos identificar as contradições existentes entre o que foi dito, ou seja, as representações dos sujeitos e o contexto do fenômeno material social, considerado em sua totalidade.

A totalidade, juntamente com a contradição, é uma categoria do Materialismo Dialético que representa o conjunto de relações e ligações estabelecidas no âmbito do fenômeno real. A contradição corresponde ao mecanismo pelo qual o fenômeno se desenvolve, sendo que o processo de desenvolvimento do fenômeno somente é possível pela existência de contradições internas e externas a este que o levam, por fim, a transformar-se em outro fenômeno pela resolução das contradições. Quanto mais evidentes e conflitantes são as contradições existentes no fenômeno, maior é a possibilidade dialética, ou seja, maiores são as condições para a transformação do fenômeno em outro.

Em nossa pesquisa nos apoiamos no princípio de que é necessário conhecer a realidade, e não apenas na sua superficialidade, mas em sua profundidade possível, para que possamos então intervir de alguma forma para a transformação das condições que oprimem e limitam o desenvolvimento humano, sem esquecer que tal desenvolvimento não pode se acontecer à custa da exploração indevida e da destruição da natureza.

A obtenção das informações frente aos sujeitos da pesquisa deu-se por meio de um questionário prévio e entrevistas semiestruturadas, a partir dos quais buscamos localizar nas respostas e nas falas dos mesmos as representações destes em relação aos produtos comprados na Feira Ecológica da FURG³⁰, Campus Carreiros, e conseqüentemente, sobre temas que se relacionam à totalidade de nosso fenômeno de pesquisa.

³⁰ A Feira Ecológica da FURG teve origem a partir do Projeto Costa Sul como nova via de comercialização dos produtos do Grupo de Agricultores Ecológicos do Rio Grande, e vem sendo mantida pelo apoio da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), mais particularmente através do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – Nudese/FURG e conta com o importante acompanhamento continuado do Núcleo de Estudos e Monitoramento Ambiental – Nema. A feira é aberta todas as quartas feiras, no Campus Carreiros da FURG, entre o Centro de Convivência e o Restaurante Universitário. Esta feira já é tradicional no Campus da FURG, e oferece produtos de origem orgânica, como frutos, legumes, verduras, doces e patês vegetais.

Em se tratando desse instrumento metodológico – a entrevista semiestruturada - de acordo com Minayo (1994), o mesmo é utilizado pelas suas possibilidades de revelar condições estruturais, valorativas e simbólicas dos indivíduos ou grupos de estudo. Ainda, segundo a autora, este instrumento nos permite entrar em contato com as representações sociais de um grupo, em condições históricas e culturais específicas.

Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dão fruto a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal é colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152), além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Buscamos relacionar as representações obtidas a partir dos questionários e das entrevistas semiestruturadas ao contexto social no qual vivemos, lançando mão de algumas categorias do Materialismo Dialético, Materialismo Histórico e da Economia Política para explicar principalmente como o Modo de Produção Capitalista condiciona os processos produtivos (a produção de alimentos), o consumo, a saúde, a vida das pessoas.

Esse estudo buscou investigar as representações sociais elaboradas pelos sujeitos de pesquisa em relação aos alimentos orgânicos comercializados na Feira Ecológica da FURG. Partimos, para isso, do pressuposto de que: a realidade subjetiva, ou o pensamento, ou as representações dos sujeitos constituem-se no intermédio com o concreto, ou a realidade objetiva. Quando o sujeito, em sua capacidade intelectual comum aos humanos, percebe o real por meio dos sentidos, essa “imagem” percebida é então permeada pelos elementos que constituem a consciência individual. Neste “diálogo” entre a realidade percebida pelos sentidos e a consciência do sujeito são geradas as representações dos fenômenos reais, elaboradas de maneira singular pelo sujeito.

Mas, na prática, podemos inferir a existência de representações semelhantes entre grupos de sujeitos submetidos a condições materiais que são comuns. A força

destes condicionantes sociais é importante no momento em que os sujeitos representam os fenômenos vividos, ou percebidos. Ousando tecer aqui um exemplo para tal, que podemos facilmente transpor para a realidade a ser pesquisada. Podemos considerar que, a forma como estudantes de uma escola pública de periferia representam o fenômeno social “mercado de trabalho” poderá ser notadamente distinto daquela elaborada por estudantes em realidade contrária, como no caso dos que freqüentam uma escola privada em área nobre, ou mesmo pública.

Os incentivos, os recursos, as exigências, as condições materiais são outras. E embora os processos globalizantes tendam a diminuir os abismos existentes entre as “realidades”, por meio principalmente dos artefatos midiáticos e da circulação de mercadorias, produtos, culturas em esfera global sob a forma do consumo e dos relacionamentos virtuais estabelecidos no âmbito das redes de internet, por exemplo, ainda assim os sujeitos “sofrem” forte influência de suas relações sociais próximas e de seu contexto quando elaboram suas representações de mundo.

As representações sociais enquanto corpus empírico sobre o qual nos lançamos à análise neste estudo são apoiadas na teoria do reflexo³¹ de Alexandre Cheptulin (1982). Essa teoria parte da concepção de que a matéria, ou seja, a realidade objetiva, ou tudo o que existe materialmente no mundo tem a propriedade de ser refletido. Uma das formas de reflexo, a mais elaborada delas, é a consciência humana.

A atividade psíquica dos animais superiores, a um certo grau de desenvolvimento de seu sistema nervoso, do cérebro, transforma-se necessariamente em uma forma qualitativamente de reflexo da realidade, transforma-se em consciência. Desde modo a consciência é uma forma de reflexo da matéria mais altamente desenvolvida, o cérebro. A consciência é um aspecto da forma social do movimento da matéria. A consciência é um produto social (CHEPTULIN, 1982, p.90). " A consciência é a compreensão do que se produz na realidade ambiente". (p.99).

³¹ De acordo com Alexandre Cheptulin (1982, p.78), “o reflexo representa a faculdade de uma formação material reagir de uma maneira determinada, sob a influência de uma outra forma material, e, através das modificações correspondentes de certas propriedades ou estados, a faculdade de representar ou de reproduzir as particularidades desta outra formação material”.

A propriedade essencial da consciência é a de refletir a realidade. Porém, esse reflexo não pode ser uma analogia à imagem que se forma no espelho tal qual é a forma do objeto refletido. Na consciência o reflexo se dá criativamente, constituindo as sensações, as representações, os juízos e os conceitos, todos eles condicionados também às condições próprias, peculiares e inerentes à própria consciência.

Como dito, o reflexo da realidade na consciência humana não é um reflexo espelhado, mas se realiza a partir das categorias e leis da dialética materialista em busca da máxima compreensão em nível de aprofundamento que podemos desenvolver da realidade. O reflexo é a realidade objetiva compreendida na subjetividade humana. É assim que as representações sociais são as “tentativas” de compreensão da realidade que se dão ao nível da consciência, quando esta busca interpretar e explicar os fenômenos da realidade.

Representar é uma necessidade fundamental aos seres humanos, pois quando representamos o que é percebido pelos sentidos estamos buscando explicar e compreender a realidade, para que ela não nos seja alienadora. Porém, mesmo quando buscamos compreender a realidade por meio do processo de desenvolvimento de uma ideologia crítica, deparamo-nos com as investidas constantes da ideologia burguesa, que nos mostra saberes invertidos, mitos, convencendo-nos de que eles são a realidade, quando na verdade, se nos lançarmos a compreender o movimento engendrado na ideologia burguesa, estaremos então expondo a lógica perversa do capital.

As representações sociais são, nessa investigação, os instrumentos capazes de revelar as visões de mundo dos sujeitos da pesquisa, caminho pelo qual foi possível identificar certas contradições existentes entre o que foi dito, ou seja, as representações dos sujeitos e o contexto do fenômeno pesquisado, considerado em sua totalidade.

7.4. Fenômeno e Problema de Pesquisa

Ao apresentar nosso fenômeno de estudo: “As representações sociais dos consumidores dos produtos da Feira Ecológica da FURG”, buscamos estudá-lo, com certa audácia, dentro da perspectiva teórica do Materialismo Dialético, pois pensamos que seja a mais coerente com relação à concepção de mundo, natureza, homem, sociedade que temos nos pautado. Para tal, não poderia ser diferente, apoiamo-nos nas categorias do Materialismo Dialético e Materialismo Histórico, pelas quais buscamos determinar a natureza do objeto estudado com mais precisão e clareza possível.

O Fenômeno Material Social Sensível que estudamos - “Os alimentos ecologicamente produzidos e seu consumo pela população consumidora da Feira Ecológica da FURG” - como todos os demais não se encontrou isolado, mas sim, dentro de um conjunto de fenômenos materiais da mesma espécie e de outras naturezas, apresentando relações e ligações com os demais, fazendo parte constante de nossas atividades alimentares como seres vivos.

Os alimentos ecologicamente produzidos e seu consumo pela população consumidora da Feira Ecológica das quartas e sextas feiras na FURG constituiu-se em si, nosso Fenômeno Material Social de Pesquisa. Esse fenômeno apresentou em sua essência um conjunto de relações sociais que o envolvem em sua totalidade a Natureza, no geral e o Ser Social em sua particularidade. As representações sociais que esses consumidores fazem desse produto enquanto qualidade alimentar foi o foco da pesquisa.

Como todo fenômeno material ele apresentou contradições geradores do movimento que estabeleceu o seu desenvolvimento. Isso criou para nós a necessidade de conhecer, investigar o mais profundamente possível a representação social que os consumidores desta Feira Ecológica continuam fazendo da saúde e da Natureza - meio ambiente - ao usarem um produto orgânico em detrimento a um produto com agrotóxico, enquanto consciência do agir coerente do vir a ser humano.

Assim, para a formulação de nosso problema de pesquisa, consideramos o desenvolvimento de estudos que são realizados na área. Consideramos os escritos

que antecederam esse momento de nossa dissertação, como alerta e fase do próprio método, onde sua compreensão está no poder de abstrair a realidade para nela nos inserirmos. Com esse entendimento, salientamos as contradições da consciência, quando se usa conhecimentos velhos em situações e momento de hoje, que estão a exigir outras formas de compreender a realidade e de nela participar.

Conhecer a produção dos alimentos sem compreendê-la nas contradições do Modo de Produção Capitalista impede o “pensar certo”. Torna dicotômica a oposição teoria e prática. A contradição que se produz entre teoria e prática dá-se quando as práticas desenvolvidas não são equivalentes às práticas indicadas pela teoria usada, – pela compreensão de mundo – saúde e alimentação necessária para uma vida saudável.

Marx tem recomendado, no *Método da Economia Política* que após distinguirmos, através dos processos de abstração ou de análise, as partes mais importantes que constituem o fenômeno material social sensível, devemos determinar, dentre os principais e não principais, o elemento dominante. Embora não tenhamos nomeado esses elementos, eles fizeram parte da análise de nosso fenômeno. Porém, estamos destacando as representações sociais dos consumidores dos produtos agroecológicos comercializados na pequena feira no Campus da FURG como sua essência, por encontrar nelas um nível de consciência que poderá ajudar na formação de seres comprometidos com a saúde geral do planeta.

Como Marx o fez ao escrever *O Capital*, buscando, aqui, conhecer, primeiramente, como surgem e como acontecem as relações entre os fenômenos materiais sociais que ele observava, e como eles vão se constituindo ao longo da história, como vão se transformando, desde sua origem, as passagens de uma fase para outra, e quais efeitos se manifestam na vida em sociedade para ser tal qual se apresenta em um determinado momento histórico. Foi assim que organizamos e desenvolvemos nosso trabalho, buscando situar a origem e o desenvolvimento de nosso fenômeno material dentro de uma referência histórica dinâmica de fatos que se têm apresentado no processo social.

Essa referência histórica, que buscamos mostrar na primeira parte desta dissertação, tem a intenção de confrontar o consumo dos produtos de processo

agroecológico e sua relação com a saúde humana com o de outros processos de produção, vinculados ao lucro previsto no agronegócio, e não com teorias ou idéias sobre esse particular. Isso nos permite, até certo ponto, ratificar as explicações que temos concluído de leituras e análises, que explicam o porquê de termos trabalhado esse tema e não outro, na defesa da produção saudável de alimentos para a população.

Assim, para encontrar as propriedades específicas desse processo de desenvolvimento alimentar, foi-nos necessário encontrar as contradições que ele apresenta e cuja origem está fundamentada no Modo de Produção Capitalista.

Na análise que realizamos, nossa preocupação fundamental foi descobrir as contradições presentes no desenvolvimento do processo educativo do agronegócio, enquanto agricultura como atividade produtora de riqueza, e a Educação Ambiental, no desenvolvimento de novas práticas direcionadas a superar as contradições que dificultam ou mesmo impedem a qualidade alimentar e a saúde da população. Essas contradições de forma essencial se apresentam como a “Teoria” e a “Prática”, presentes no cotidiano desses consumidores.

A partir dessa compreensão, destacamos nosso problema de pesquisa constituindo-se em um estudo que buscou desvelar: Que contradições existem nas representações sociais dos consumidores dos produtos da Feira Ecológica da FURG e como elas se apresentam em suas práticas alimentares?

A existência da feira ecológica nas quartas e sextas feiras no Campus Carreiros da FURG, em nosso entendimento, precisa constituir-se cada vez mais como uma proposta político-pedagógico progressista voltada para todos aqueles que buscam nos alimentos ali comercializados a superação das condições de dominação a que estamos submetidos pelo agronegócio, propiciando uma ação pedagógica, dialética, em que se efetive na organização e na sistematização de saberes sobre a qualidade dos produtos ecologicamente produzidos e seus resultados salutareos para a vida humana.

7.5. Hipóteses e objetivos perseguidos na investigação

Vivendo em uma sociedade em que o *“modo de produção tem desaparecido o ser humano como pessoa”* (QUINTANILHA, 1985, p. 327), em que os trabalhadores sofrem os desmandos do capital, que se nutre principalmente do lucro, da extração da mais valia, ou seja, da exploração do trabalho assalariado, somos levados a entender que esse modo de produção vigente em nossa sociedade igualmente domina não só as atividades da fábrica, da agricultura, mas de todos os setores produtivos da sociedade. Nesse sentido, a existência humana, configura-se também em forma de mercadoria.

Em Marx (1985, p. 975) lemos:

Supomos assim que o modo de produção capitalista domina, além da atividade fabril, **a agricultura**, isto é, que esta é explorada por capitalistas que de saída só se distinguem dos demais capitalistas pelo setor em que aplicam o capital e o trabalho assalariado mobilizado por esse capital [...] A suposição do modo capitalista de produção se ter apoderado da agricultura, implica que ele domina todas as esferas da produção burguesa. O modo de produção capitalista desapropria o trabalhador das condições de produção e, **do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro.**

Segue Marx (1985, p. 975) com a explicação:

O lucro, essa forma de mais valia, mesmo quando o lucro se converta em capital, não constitui a fonte de novo capital. A mais valia passa simplesmente, de uma forma, para outra, mas não é essa mudança de forma o que faz dela capital. O que funciona então como capital é a mercadoria e o valor dela.

Essa contradição apresentada pela lógica do capitalismo faz-nos crer, segundo Wood (2003, p. 15), que é necessário e urgente refletirmos criticamente sobre o modo de produção vigente e excludente, e que façamos nessa crítica o anúncio de que *“as leis do “movimento” capitalista não são leis universais da história”*, buscando no materialismo histórico crítico, cujas raízes estão na crítica da economia política, uma crítica ao capitalismo que derrote a convicção de muitos de que nada mais é possível.

Uma vez identificada que a produção agrícola fundada no agronegócio se constitui como efeito do modo de produção de sua vida material, faz-se necessário pensar que forma ou que estrutura de agricultura precisam ser desenvolvidos, para impedir que os diagnósticos já conhecidos sejam prescrições dadas como sem solução.

Aqui, torna-se importante conhecer, para nosso melhor entendimento, o que expressam Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, quando se referem especificamente ao modo de produção e à sua influência sobre o desenvolvimento do indivíduo, ser humano.

Pois, como dizem Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*:

O modo como os homens produzem seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exprimem sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com sua produção, com o *que* produzem e também *como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (1984, p. 15).

Mais adiante, na mesma obra Marx e Engels expressam:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, surge agora imediatamente e como uma dupla relação: por um lado, como relação natural, por outro lado, como relação social, social no sentido em que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstâncias for e não importa de que modo e com que fim. Daqui resulta que determinado modo de produção, ou fase, industrial, está sempre ligado a um determinado modo de cooperação, ou fase social, e este modo da cooperação é ele próprio uma força produtiva, e que quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade, e, portanto a “história da humanidade” tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca (1984, p. 15).

A natureza dialética pretendida nesse estudo já indica o caminho difícil por onde essa pesquisa trilhou, imposta pelo fato de a nossa formação escolar e acadêmica ter sido de forte teor positivista, e o método Materialista Dialético exige uma visão do fenômeno em sua totalidade.

Só conseguiremos compreender o fenômeno em sua totalidade a partir do conhecimento das contradições, no caminhar histórico, não em sentido linear, mas na dinâmica da vida material. E assim, poderemos conseguir ir além das aparências, em busca da essência dos fenômenos.

Os objetivos desta pesquisa foram:

1- Conhecer, interpretar, explicar e compreender as contradições existentes nas representações sociais dos consumidores dos produtos da Feira Ecológica da FURG e como elas se apresentam em suas práticas alimentares.

2- Analisar e interpretar o discurso cotidiano dos consumidores dos produtos ecologicamente produzidos e comercializados na Feira Ecológica da FURG, a compreensão da produção orgânica de alimentos agrícolas e a saúde das pessoas.

3- Propor sugestões, à luz dos resultados da pesquisa, de saberes e recomendações que sejam capazes de contribuir na elaboração de uma produção agrícola de alimentos como proposta pedagógica de Educação Ambiental transformadora na saúde da população.

A formulação de hipóteses, nesta pesquisa, como em qualquer outra de cunho qualitativo, não significou um caminho obrigatório a seguir, embora se tenha apresentado de forma bastante precisa em todas as análises realizadas. Consideradas dentro da proposta metodológica como um possível resultado a ser encontrado, nossas hipóteses levantadas, embora passivas de reformulações, ou mesmo de serem substituídas por outras que melhor pudessem corresponder às descobertas que buscávamos, foram nossa bússola à medida que íamos desenvolvendo as análises dos conteúdos das entrevistas semi-estruturadas que foram realizadas com os consumidores da feira.

Três foram as hipóteses trabalhadas:

1 Existem contradições fundamentais no discurso dos consumidores dos produtos ecologicamente produzidos e comercializados na Feira Ecológica da FURG que impedem ou dificultam uma prática coerente com a perspectiva de uma alimentação totalmente sem agrotóxicos.

2 Há situações-problema, como a persistência e as condições materiais apresentadas pela realidade objetiva de vida, que levam os consumidores dos

produtos da Feira Ecológica da FURG a desenvolverem um referencial teórico crítico em sua alimentação, que os impedem de vivenciá-lo como prática pedagógica revolucionária de saúde alimentar.

Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, consegue nos mostrar uma possibilidade para tal hipótese ser verdadeira, que está intuída por nós com o apoio da fala de Freire, quando diz:

Os oprimidos, que introjetam a “sombra” dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que “preenchessem” o “vazio” deixado pela expulsão com outro “conteúdo” – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres (2000, p. 34).

A idéia trazida por Freire, no que tange à “liberdade”, assume o sentido por nós compreendido de que ela seja uma conquista, e não uma doação, e que exige de todos uma permanente busca. Por outro lado, segundo o mesmo autor, essa busca permanente só vai existir no ato responsável de quem a faz. E, “*ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem [...]*” (2000, p. 34).

Continuando com Freire, buscando justificar nossos objetivos, destacamos da *Pedagogia do Oprimido*:

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que lutar por ela significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões (2000, p. 34).

Ao descobrirmos como superar as contradições que se apresentam em todo o processo de vida, às vezes descobrimos que não somos livres para assumirmos uma prática revolucionária, em nossa própria alimentação, e assim, não conseguimos ser autênticos.

Os consumidores em geral, quando querem ser, pelo domínio de teorias revolucionárias, temem ser, suas lutas se travam entre assumir na prática os

conhecimentos verdadeiros sobre saúde alimentar, construídos no desenvolvimento das práticas sociais, ou ter a ilusão de que, ao se alimentarem na forma convencional, atuam na ação opressora das direções do econômico que o agronegócio oferece.

Para Freire, a superação dessas contradições é um “parto” que traz ao mundo um novo consumidor, não mais oprimido, alienado, dependente, fetichizado e temeroso, mas um cidadão de seu consumo, libertando-se.

3. As condições como se organizam e se desenvolvem as práticas de oferta e compra dos produtos da Feira Ecológica da FURG, podem não estar possibilitando um nível de conscientização mais audaciosa deles frente às necessidades humanas de uma política permanente de mudanças de hábitos alimentares.

Nessa hipótese, atribuímos aos organizadores da feira de produtos ecológicos da FURG parte das causas que possibilitaram essas práticas ter um tipo de desenvolvimento, conduzindo a uma prática pedagógica de facilidade de compra, própria das condições criada pela FURG com esse projeto.

Essas condições que se criaram, resultado de múltiplas práticas do cotidiano dos agricultores ecologicamente corretos e suas compreensões sobre os efeitos na saúde alimentar, ligados à garantia de um público assíduo, por ser seu local de trabalho, garantido pela Instituição como projeto de extensão universitária, oferecem à qualidade da feira um espaço privilegiado pelo grau acadêmico de seus frequentadores, e interferem sobremaneira na formação de novos hábitos de alimentação, mas que poderão ser causa do sentimento de comodidade na aquisição desses produtos e não a busca radical por produtos dessa qualidade.

As questões estarão aí para uma busca intermitente e o debate precisa continuar aberto, sem que se tenha a pretensão de esgotá-lo. O que se buscou foram tentativas de respostas que procuram não fechar a discussão, de modo que a teoria não se constitua como “camisa de força”, mas como possibilidade de instigação de novas questões de pesquisa.

Assim, procuramos, na busca desses objetivos e hipóteses, resgatar a intenção de desvelar que contradições existem nas representações sociais dos consumidores dos produtos da Feira Ecológica da FURG e como elas se apresentam em suas práticas alimentares, ao interpretar como se dá a relação entre

consumidor e produto, enquanto processo humano e histórico de satisfazer a necessidade humana de alimentação.

7.6 Das informações às análises

As informações obtidas a partir dos questionários e das entrevistas semi-estruturadas constituíram o *corpus empírico* sobre o qual trabalhamos no empenho de categorizar sua forma e conteúdo de acordo com o que estamos compreendendo em nossa base materialista dialética. Nesse processo voltam a atuar, assim como da análise da realidade na qual se fizeram notar como afirmação de nosso processo enquanto sujeitos da constituição dialética, ou subjetivamente se fizeram presentes nos parágrafos que se antepõem a estes, as categorias do Materialismo Dialético, Materialismo Histórico e Economia Política.

Na investigação do *corpus empírico* específico deste estudo de caso, buscamos investigar, explicar, interpretar e compreender como nosso fenômeno de pesquisa em sua condição de totalidade relaciona-se com a realidade sócio-histórica por nós vivenciada no contexto da sociedade capitalista. Assim, buscamos compreender os pormenores de nosso fenômeno de pesquisa, reconhecendo nele próprio as relações que acontecem no âmbito da ordem capitalista enquanto organização social direcionada a influenciar ou mesmo determinar todas as funções vitais de nossa sociedade, incluindo a produção de alimentos.

Vimos insistindo no decorrer desta dissertação que a concordância entre o agronegócio - enquanto atividade produtora de riquezas - e o capital é indubitável aos que buscam compreendê-lo a partir da consciência crítica. É assim que, ao nos depararmos com as representações sociais dos nossos sujeitos de pesquisa, os consumidores da Feira Ecológica da FURG, estamos encontrando de alguma forma o conteúdo da sociedade capitalista ideologicamente colocado.

As representações sociais, enquanto subjetividade humana, revelam-nos a possibilidade de nelas reconhecermos diversas categorias empíricas e também as categorias filosóficas e históricas do Materialismo Dialético e Histórico, além das categorias da Economia Política, enquanto conjunto categorial específico elucidado por Marx em sua análise da realidade burguesa, mas que, diante da continuidade do

período sócio-histórico moderno, e não o seu fim como supõem os movimentos pós-modernos³², não deixaram de na sociedade hoje.

As contradições são reveladas entre o que é pensado: o desejo de ter saúde e qualidade de vida, e a prática, quando o consumidor diz que fuma, faz uso de álcool, não pratica nenhum tipo de atividade física (comportamentos que reconhecidamente deterioram a saúde), pela discordância entre esses dois elementos da práxis, entre o que é pensado e o que está sendo feito. Nesse caso, entre o ideal de vida almejado, cuja ação é a busca pelo alimento orgânico, livre de substâncias prejudiciais, há diversas condições materiais da própria vida, que por vezes se articulam mesmo independentemente da nossa vontade, como no caso da dieta alimentar contemporânea e ocidental que nos é “imposta”, na realidade social do Modo Capitalista de Produção e de um conjunto cultural que limitam ou impedem práticas coerentes com o ideal desejado.

De forma a preservar os sujeitos da pesquisa, aqueles que responderam aos questionários e às entrevistas semiestruturadas (Anexo G) foram identificados por código contendo letra e número; no primeiro caso utilizamos uma identificação contendo a letra C (referente ao termo “consumidor”), e numeração de 1 a 28, totalizando o número de questionários respondidos. Para as entrevistas, o código é: E1; E2; E3, correspondente aos três sujeitos entrevistados para essa pesquisa.

³² No Modo de Produção Capitalista, a ideologia burguesa ganha espaço pelo recrudescimento da visão pós-moderna de mundo que procura desviar da compreensão social temas imprescindíveis para o necessário processo de transição da sociedade, como enfatiza Iasi: “O pensamento pós-moderno tenta resolver esse dilema decretando o fim da “totalidade”. A verdade agora está na parte, no concreto concretamente existente, na singularidade do acontecimento. A totalidade e os fantasmas que a materializaram todos estes anos, como a história, a sociedade, o Capitalismo, as classes, o socialismo, o homem, foram desmascarados como meras construções, como discursos que tentam em vão reduzir o fluxo vivo do presente em esqueletos conceituais compreensivos. Eis que fica assim resolvido um dilema que assombrou todo o pensamento humano desde os velhos gregos: a relação entre o todo e suas partes. É na particularidade que encontramos a existência, decreta o pensamento pós-moderno, o todo não mais seria que uma projeção defensiva na qual os seres humanos buscam fugir do jogo aleatório da existência” (IASI, 2006, p. 24).

8 PREÂMBULOS: O CONSUMIDOR E A FEIRA

A análise das representações sociais dos consumidores da Feira Ecológica da FURG sobre os produtos ali adquiridos teve como ponto de partida a elaboração de um questionário objetivo destinado a colher informações de identificação de “quem são” os consumidores de seus produtos, contendo uma questão aberta sobre os produtos vendidos na feira. O objetivo deste questionamento foi buscar uma compreensão inicial sobre quem são as pessoas que procuram esse tipo de alimento.

Fizemos uma categorização do conteúdo dessa questão aberta respondida pelos sujeitos da pesquisa, a fim de identificar as representações e também algumas contradições que foram reveladas pela metodologia utilizada.

A organização e materialização das respostas dos consumidores a essa questão originou onze categorias empíricas, que foram reconhecidas como “as representações que têm os consumidores da Feira Ecológica da FURG sobre os produtos ali vendidos”. São elas: (1) Produtos orgânicos; (2) Sem agrotóxicos; (3) Produzidos pelos feirantes; (4) Projeto da FURG; (5) Produtos de alta qualidade; (6) Qualidade ambiental; (7) Produtos saudáveis; (8) Produtos saborosos; (9) Produtos naturais; (10) Atendimento excelente; (11) Agricultura familiar.

Com base nessas categorias, reunimos dois eixos para discutir as relações e ligações possíveis entre essas categorias empíricas, trazendo, sempre que possível, as categorias do Materialismo Dialético, do Materialismo Histórico e da Economia Política, como fundamento em nosso estudo.

Nas representações dos consumidores, pudemos reconhecer a existência de vínculos entre o consumidor, o produtor, o produto, e o modelo de produção, afirmando para nós a totalidade de ligações e relações que constituem a existência e o desenvolvimento de nosso fenômeno de pesquisa.

No entanto, antes que nos lancemos à análise das representações sociais dos consumidores a partir das categorias empíricas, filosóficas e históricas, faz-se necessário traçar alguns breves parágrafos sobre a identificação dos consumidores da Feira Ecológica da FURG. Quanto à ligação dos sujeitos da pesquisa com a FURG, responderam a este questionário 20 estudantes, três professores, quatro funcionários e um transeunte.

Uma análise, sem grandes pretensões, sobre esses números possibilita-nos questionar os motivos que levam ao consumo prevalente ser praticado por estudantes, ao invés de ser praticado pelos docentes da FURG. Se partirmos da concepção hipotética de que os professores, por terem nível de formação acadêmica mais elevado que estudantes de graduação e mesmo de pós-graduação, e supondo que informações sobre o produto vendido na feira, bem como sobre a importância da produção ecológica devam acompanhar o nível de formação, questionamos que motivos estão a limitar o consumo desses produtos pela categoria docente da FURG?

É-nos possível reconhecer aqui uma contradição entre aquilo que se espera como prática consciente de um professor de Ensino Superior, e o que realmente se concretiza. A diretividade de nossa reflexão vem também no sentido de supor que a existência de determinadas condições reais materiais da vida dos docentes da FURG - como um fenômeno particular, mas que pode incluir em semelhança outras Universidades pelo próprio modelo de Educação que temos em nossa sociedade – têm se articulado como um fator limitante para permitir a esses professores o consumo dos produtos da Feira.

O conjunto de tarefas diárias a cumprir pela demanda de sua função na Universidade, que se apresentam como uma limitação de tempo, é um fator a ser pensado, já que, na vida moderna, o Modo de Produção Capitalista, muitas pessoas reclamam a falta de tempo para cuidar de sua saúde, pela impossibilidade de escolher e preparar adequadamente alimentos saudáveis, bem como de praticar atividades físicas e de lazer.

Uma análise das relações de trabalho existentes no modo de produção Capitalista leva-nos a compreender que nossa prática social deixou de ser criativa, no processo mesmo em que deixa de ser prazerosa e de nos trazer felicidade. São, estas relações, típicas do trabalho alienado, que contém em si a exploração da força

de trabalho humana ao retirar dela um valor que será convertido no lucro do capitalista pela mais-valia³³.

O trabalho criativo é a prática social, que transforma a natureza para produzir as condições materiais da existência humana no mundo, ou seja, é a condição *sine qua non* dessa existência. O trabalho criativo não poderá existir sobre as leis do Modo de Produção Capitalista, pois que não é gerador de lucro para quem detêm os meios de produção. Somente em uma sociedade de base socialista, onde a posse dos meios de produção seja coletiva o trabalho humano criativo poderá existir, como prática social transformadora e em favor do desenvolvimento da humanidade.

³³ A mais-valia é uma categoria histórica explicada por Karl Marx no Volume 1 de sua obra *O Capital* (1968) como uma tese que comprova a exploração da força de trabalho humana no Modo de Produção Capitalista. Basicamente, a mais-valia é o valor não pago ao trabalhador pelo seu trabalho, que vai gerar o lucro do capitalista, ou seja, é a diferença entre o valor real da força de trabalho e o salário pago ao trabalhador. O “verdadeiro valor” cobrado pela mercadoria na comercialização desta corresponde ao tempo, ou à quantidade de trabalho consumida no seu processo de produção. Isso significa dizer que houve um trabalho real, que ocupou determinado período de tempo para que a mercadoria fosse produzida. Mas, pensemos, se o verdadeiro valor da mercadoria-trabalho utilizada no processo de produção fosse pago a quem vende a força de trabalho (o trabalhador) necessariamente, para que houvesse lucro ao proprietário, o valor da mercadoria deveria ser elevado quando da sua comercialização. O que permite então, ao proprietário vender a mercadoria pelo seu verdadeiro valor na comercialização desta é por que o lucro já foi extraído anteriormente na produção, por meio da mais-valia, ou seja, o valor não pago pela força de trabalho de quem a vende, ou a exploração desta. Identificamos aqui o “truque” gerador do lucro: o capitalista não necessita elevar o valor final da mercadoria para ter lucro, basta que reduza os custos de produção, especialmente no que se refere ao valor pago pela força de trabalho humana empregada na produção desta mercadoria (Ex. modelo chinês; mão de obra barata). Em outras palavras, ao pagar um salário injusto ao trabalhador, ao subtrair deste salário o verdadeiro valor do trabalho, eis que a parcela não paga, que é a mais-valia, torna-se o lucro do proprietário, sem que haja necessidade de elevar o valor de final da mercadoria, pois o lucro já está “implícito” no processo de produção. Na produção condicionada ao modo capitalista, é preciso que o trabalho seja capaz de gerar lucro ao proprietário dos meios de produção. Naturalmente o trabalho em si, sendo um trabalho produtivo, gera valores-de-uso. Nesse caso o produto do processo de trabalho não é capaz de fornecer lucro ao proprietário. O lucro surge quando o produto passa a agregar em si o excedente do trabalho humano, ou seja, a mais-valia, assumindo então o caráter de mercadoria, à qual se associam valores-de-troca. Na produção capitalista, a força de trabalho humana assume esta também caráter de mercadoria, possuindo assim, valor-de-troca, como qualquer outra mercadoria. Nesse caso, para que a força de trabalho assuma a função de gerar o lucro do comprador desta, é preciso que o trabalhador, ao vendê-la, aliene o valor-de-uso intrínseco do seu trabalho produtivo. A alienação ocorre quando o produto, que é o resultado do processo de trabalho produtivo, não é consumido por aquele que o produziu: o trabalhador, pois seu destino é transformar-se em mercadoria pela exploração da força de trabalho humana. A função da mercadoria, possuidora de valores-de-troca, não é suprir as necessidades de quem a produziu, mas sim gerar o lucro do proprietário dos meios de produção. Do que entendemos que: o trabalho, quando condicionado às leis do capital, sempre será trabalho alienado, quando a lógica deste não permite a quem produziu consumir o produto do próprio trabalho, explorando-o. A exploração da força de trabalho humana, ou seja, a mais valia, que é a base da lucratividade de quem se apropria desta. O trabalhador nunca recebe, quando inserido nesta lógica injusta, o valor total do trabalho empregado para a produção da mercadoria, pois a sua função, também enquanto mercadoria é gerar a mais-valia, ou seja, aquilo que não é pago ao trabalhador na forma de salário, e que vai enriquecer o proprietário.

É imprescindível falarmos, em nosso estudo, nas relações de trabalho na sociedade em que vivemos, já que a agroecologia representa o trabalho criativo lutando para existir e expandir-se contra uma lógica que lhe é totalmente adversa e prejudicial, o agronegócio. O agronegócio tem como base a apropriação e a exploração da terra e da força de trabalho humana, como forma de gerar o lucro para as grandes corporações que dominam o setor agrícola.

O trabalho realizado pelos produtores que estão praticando os princípios agroecológicos é emancipador, já que objetiva a libertação dos trabalhadores em relação ao modelo de produção de alimentos baseado na mais-valia e no lucro. O interesse desses produtores concorda com o ideal coletivo de termos alimentos saudáveis disponíveis para consumo, de preservarmos a natureza que é provedora dos processos produtivos e de reatarmos o elo perdido entre o produtor e o produto de seu trabalho, e entre quem produz o alimento, e quem o consome, reforçando a exigência de certas relações necessárias à formação de uma sociedade humana solidária.

8.1 Quem são os consumidores da feira?

Neste item dispomos as informações coletadas a partir do questionário objetivo, que reúnem conteúdo referente ao tempo e a frequência de consumo na feira, o (s) motivo (s) de compra e a (s) preferência (s) de consumo.

Quando questionados sobre “a quanto tempo compra na Feira Ecológica da FURG? “, a maioria (13) dos sujeitos revelou ser consumidor da feira “a pouco tempo”, porém seguido de um grupo de oito consumidores que indicou: “sempre comprei aqui”. Quatro pessoas disseram comprar na feira “há mais de dois anos”, e três pessoas, “há mais de um ano”.

Em relação à frequência de compra dos produtos vendidos na feira, 15 consumidores disseram comprar nesse comércio “ocasionalmente, isto é, às vezes”. Onze pessoas referiram “consumo regular, isto é, semanalmente”. Apenas dois consumidores disseram: “raramente, isto é, dificilmente compro aqui”. Com base nestas informações, podemos inferir que elas demonstram certa fidelidade no consumo dos produtos da feira.

Essa fidelidade é afirmada quando estabelecemos uma relação entre o tempo que os sujeitos referiram consumir os produtos da feira e a frequência de consumo. Essa relação se expressa de forma evidente naqueles consumidores que disseram sempre comprar na feira, com uma frequência regular, ou seja, semanalmente. A fidelidade no consumo dos produtos ecológicos também pode ser reconhecida quando, embora 13 pessoas tenham dito que consomem na feira a pouco tempo, apenas duas, dentro do total, responderam que consomem raramente os produtos da feira. Isso se traduz: tanto os que sempre consumiram na feira, quanto aqueles que consomem há pouco tempo desenvolveram uma frequência de consumo regular (semanalmente) ou então ocasional (às vezes), e apenas dois consumidores compram raramente (dificilmente compro aqui).

Em relação ao motivo de compra, dos 28 consumidores questionados, 25, em situação quase unânime, referiram o fator “qualidade dos produtos” como motivo especial de compra, o que reforça a representação que estes consumidores possuem sobre o diferencial dos alimentos vendidos na feira em relação ao alimento encontrado fora deste espaço privilegiado de comércio.

Podemos inferir que ao representarem os alimentos como “produtos de qualidade”, os consumidores estão reunindo nessa compreensão um conjunto de fatores positivos que eles pensam ter os alimentos ecologicamente produzidos, como a salubridade (pela ausência do agrotóxico), o sabor, a textura e a forma como são produzidos.

O motivo de compra “facilidade no acesso a esses produtos”, que se refere ao espaço concedido pela FURG às quartas e sextas-feiras para a realização da Feira Ecológica, recebeu 12 apontamentos pelos consumidores. Um número de 14 consumidores revelou como motivo de compra o “incentivo ao projeto da Feira e aos produtores ecológicos”.

Associar os consumidores que dizem buscar a feira pela facilidade no acesso aos produtos vem ao encontro de nossa terceira hipótese inicial de pesquisa, que diz que as condições como se organizam e se desenvolvem as práticas de oferta e compra dos produtos da Feira Ecológica da FURG, podem não estar possibilitando um nível de conscientização mais audaciosa deles frente às necessidades humanas de uma política permanente de mudanças de hábitos alimentares, pois o “ambiente facilitador”, e o “fácil acesso” limitam a busca por uma transformação radical na

produção de alimentos. A feira passa então a representar uma “ilha” de produção ecológica, cercada de agronegócio, ou seja, constitui-se como um espaço privilegiado concedido e facilitado pelo Projeto da FURG, não se realizando no nível da totalidade como prática transformadora. Deste modo, a busca pelos alimentos ali vendidos acaba sendo meramente um anseio individual por alimentos livres de agrotóxicos, não sendo suficientemente capaz de mobilizar coletivamente o consumidor na busca eficaz da transformação do modelo de produção de alimentos.

O “fácil acesso” implica acomodação, que se expressa na inibição coletiva em contribuir para a mudança radical das relações que comandam a produção de alimentos. Facilidades, acomodação, a difusão de informações superficiais, acríticas e a-históricas sobre a realidade, inertes para a transformação social necessária, são situações desejáveis ao capital a fim de impedir ou limitar o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade, que ocorre pelo processo freireano de *emancipação dos sentidos e libertação da consciência* para a crítica.

Há uma tendência na realidade social em que vivemos, de transformar a Educação em um forte instrumento reprodutor da ideologia burguesa, e uma forma disso acontecer eficazmente em favor da classe dominante, é facilitar o acesso à Educação, porém não à Educação emancipadora (à qual são impostos imensos obstáculos que se expressam nas condições materiais desfavoráveis), mas a uma Educação pré-fabricada nos moldes desejados para manter o *status quo*. Essas facilidades em nada contribuem para a emancipação dos sujeitos e para o desenvolvimento neles, de uma consciência crítica do mundo, que lhes possibilite uma prática transformadora das condições reais materiais que retrocedem a ontologia humana de “ser mais”.

A Feira Ecológica, cuja existência é garantida pelo apoio da FURG, é um fenômeno insular de produção e consumo baseados em valores distintos da sociedade do capital. Nesta “ilha” da produção ecológica de alimentos há o rompimento revolucionário com o modelo convencional de produção de alimentos: o agronegócio. Há nela também trabalho humano criativo, onde o produtor possui um vínculo com o produto de seu trabalho, e onde esse vínculo se expande ao consumidor, que por sua parte, valoriza não apenas o produto (que para ele é objeto

especial de consumo e tem eminentemente valor de uso³⁴), mas também o produtor que lhe fornece um alimento diferenciado, e de qualidade, como representaram os consumidores.

Compreendemos essa “ilha” configurada no tempo-espaço como um espaço privilegiado, um oásis no deserto do agronegócio. Esse privilégio torna-se um reduto aos consumidores ávidos por alimentos, como eles vêm representando, de qualidade e *saudáveis* (C9, C11, C16), *sem agrotóxicos ou aditivos* (C1). Assim, a feira torna-se uma “salvação” diante dos comércios abarrotados de alimentos envenenados pelo uso de químicos em sua produção e processamento.

Sendo assim, os consumidores sentem-se confortáveis com a existência da Feira Ecológica da FURG, mas esse sentimento do consumidor-individual não contribui com a formação de uma “massa” coletiva de “participantes sociais” comprometidos em mudar radicalmente o modelo convencional de produção de alimentos em um modelo desenvolvido para suprir as reais necessidades humanas, capaz de contribuir concretamente para o processo de saúde da população, a qualidade da vida e a qualidade do ambiente do qual somos parte integrante, interligada e inter-relacionada.

Esta feira tem suas condições materiais de existência facilitadas pelo projeto da FURG, que cede o espaço para que a mesma aconteça todas as quartas e sextas-feiras. Esse processo facilitador para o produtor ecológico - que possivelmente encontra sérias dificuldades em comercializar seus produtos em outros espaços, pela concorrência dos alimentos produzidos convencionalmente, sempre variados, grandes e coloridos e em grande quantidade, além da inexistência nos consumidores fora do espaço da feira, de uma consciência sobre o diferencial destes alimentos - dificulta a difusão das práticas de quem faz a feira e de quem nela consome, de alcançarem um patamar coletivo.

As representações dos consumidores nos dizem que a acessibilidade da Feira Ecológica da FURG, no espaço mesmo em que os professores, estudantes e funcionários desta Universidade realizam suas atividades acadêmicas e funcionais, é um fator bastante importante como incentivo ao consumo dos produtos ecológicos, que são escassos no mercado, e são, como escreve C16 *muito difíceis de achar*.

³⁴ O conceito de valor de uso, bem como de valor de troca já foram explicados anteriormente nessa dissertação, especificamente em nota de rodapé na página 68.

Em relação à nossa segunda hipótese inicial da pesquisa - a qual supõe que há situações-problema, como a persistência e as condições materiais apresentadas pela realidade objetiva de vida, que levam os consumidores dos produtos da Feira Ecológica da FURG a desenvolverem um referencial teórico crítico em sua alimentação, que os impedem de vivenciá-lo como prática pedagógica revolucionária de saúde alimentar - encontramos suporte nas representações dos consumidores da feira. Os alimentos, para se tornarem ecologicamente e socialmente saudáveis, por meio de processos produtivos baseados no não uso de substâncias prejudiciais à saúde e ao ambiente, na não exploração da terra, dos recursos naturais e da força humana de trabalho, necessitam um empenho prático baseado na compreensão coletiva do quão prejudicial à vida humana e ao ambiente tem sido o agronegócio, movido pelas leis da produção capitalista.

Deste modo, se os consumidores que frequentam a Feira Ecológica da FURG o fazem movidos apenas pelo desejo individual, em detrimento da necessidade de difundirmos os saberes libertadores pela compreensão o mais aprofundada possível da produção convencional, e também dos princípios agroecológicos, o seu papel na transformação social começa e termina ali, no momento da compra.

Supondo que o consumidor consome o alimento produzido ecologicamente movido pelo conhecimento libertador de que aqueles produzidos pelo agronegócio não são saudáveis, que o agronegócio degrada o ambiente e explora o trabalhador, esses conhecimentos não podem ficar restritos ao ambiente de oferta-procura da feira, mas devem ser socializados a todos, para que então, todos busquem a transformação do modelo de produção de alimentos, sabendo que o agronegócio é socialmente e ambientalmente prejudicial.

Há nos consumidores o desejo de consumir alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, e de oferecer à sua família esses alimentos que significam saúde. Porém, esse desejo, quando se constitui numa busca meramente individual por saúde e qualidade de vida, esquece que essas são necessidades também coletivas. A questão é que há, além das barreiras à difusão dos saberes libertadores - que se configuram na Educação reprodutora dos valores e dos interesses capitalistas - barreiras ainda maiores e mais debilitantes à prática transformadora nas condições reais-materiais que a sociedade capitalista nos tem imposto.

A inexistência de um terreno fértil à possibilidade da transformação social, apesar de sabermos a História como possibilidade, é expressa na dominação e redução do papel do Estado pelos imperativos do capital, e conseqüentemente, na falta de políticas públicas que sirvam às necessidades reais dos seres humanos, nas leis desumanizadoras de mercado, que pressionam todos os setores produtivos (incluindo a agricultura) a operarem segundo os princípios do trabalho alienado, da mais-valia e do lucro, e no “estilo de vida moderno”, imposto como um ideário burguês que mantêm as pessoas atadas à produção capitalista e ao consumo que se deturpa em consumismo pela mercantilização cada vez mais evidente da vida que transforma alimento em “coisa”, na mesma medida em que para o capital, o trabalhador é mercadoria.

Sobre o terceiro motivo de compra na feira (incentivo ao projeto da Feira e aos produtores ecológicos) 14 sujeitos o assumiram. Essa representação lembra a necessidade de existir o vínculo entre o produtor e o consumidor, pois o enfraquecimento desse elo de ligação pelas relações do trabalho alienado, que na agricultura se expressam na insana lógica produtiva do agronegócio, cria um abismo danoso na busca de uma vida humana solidária. Ao desejar incentivar o produtor ecológico, o consumidor reconhece o seu trabalho como diferenciado e o valoriza, e em apoio ao Projeto da FURG, vê, na realidade vivida, a necessidade de espaços prioritários para apoiar a produção agroecológica, em vista do domínio do agronegócio como modelo de produção de alimentos, e conseqüentemente, de suas mazelas sociais e ambientais.

Sobre as preferências de compra, os consumidores (18) buscam principalmente o morango. A segunda maior preferência de compra (17) são as hortaliças e legumes (alface, cenoura, couve-flor, etc). Seis consumidores referiram consumir alimentos processados (pães, patês, doces, geléias, iogurte, etc). O mel é preferência de compra referida por três pessoas. Duas pessoas disseram não ter preferência de compra, isto é, consomem sempre o que estiver sendo oferecido na feira.

Eixo 1: Representações sobre o produto ecológico

Este eixo de discussão reúne as categorias empíricas: (1) Produtos orgânicos, (2) Sem agrotóxicos, (5) Produtos de alta qualidade, (7) Produtos saudáveis, (8) Produtos saborosos, (9) Produtos naturais.

As categorias empíricas identificadas reúnem um conjunto de representações dos consumidores sobre o alimento fornecido na Feira Ecológica da FURG, que o caracterizam como um alimento diferenciado do convencional, de acordo com algumas características que eles compreendem ter esses produtos que os situam como um *produto de qualidade*. De forma quase unânime, os consumidores representam os produtos comprados na feira como “de alta qualidade”.

Cabe relacionarmos a essas representações duas categorias importantes nesta pesquisa, o trabalho e o tempo. O alimento orgânico exige em seu processo produtivo, um tempo maior de trabalho e dedicação do produtor quando comparado à produção convencional do alimento. Nesse tempo está o valor de uso do produto, e sua qualidade distinta do produto originado do agronegócio, onde o alimento é transformado em mercadoria, e tem valor de troca.

A qualidade é a expressão maior, que resume a representação principal do consumidor em relação ao objeto de consumo. Nela estão contidas outras representações sobre a *qualidade* dos produtos, relatadas pelos sujeitos da pesquisa em suas respostas ao questionário de identificação, como as que consideram esses produtos *orgânicos* (C1, C6, C7, C10, C12, C25), *sem agrotóxicos* (C1, C2, C4, C10, C11, C15, C20, C22, C23, C24, C26, C27), *saudáveis* (C2, C7, C16, C23, C24, C25), *saborosos* (C18, C21, C23, C25) e *naturais* (C13, C18).

8.2 Considerações sobre o natural, o artificial, e o orgânico

Tendo em vista a referência direta de seis consumidores, quando questionados sobre o que conheciam dos produtos comprados na feira, de que esses eram “orgânicos”, e de outros dois, que eram “naturais”, sentimos

necessidade de discorrer, mesmo que brevemente e sem profundas pretensões, sobre o natural, o artificial e o orgânico.

Lê-se no dicionário Aurélio em sua versão *online* a seguinte conceituação para o termo “natural”: “que se refere ou pertence à natureza. / Produzido pela natureza ou de acordo com suas leis”. É certo dizer que o alimento orgânico é natural, já que sua origem é a natureza e sua produção dá-se conforme as leis desta.

Mas, dizer que um produto é natural não é o mesmo que dizer que um produto é orgânico, pois também, em primeira análise, são naturais os alimentos “frescos”, frutos e hortaliças provenientes do agronegócio, pois não são processadas, vêm diretamente da terra. No entanto, se pensarmos que natural é aquilo que vem da natureza, e que, por não se afastar de suas leis, não contém em si a anomalia de alterar e prejudicar funções que são em nós, seres humanos, natureza, então estaremos questionando se são naturais os alimentos transgênicos, fruto de alteração forçada de seu material genético, ou então, se são naturais os alimentos que têm seu metabolismo desregulado pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos³⁵ e são afastados das leis da natureza e dos ciclos vitais para atender às leis insanas e desmedidas do capital.

Se pensarmos nessa direção, não é exagerado dizer que estamos cada vez mais consumindo alimentos que estão muito longe de serem naturais, e que, mesmo frescos, como as frutas e legumes, não podem assim ser chamados por que contêm em seu processo produtivo a negação às leis da natureza, as quais buscam condições favoráveis e adequadas à continuidade e qualidade da vida. Comemos plásticos, metais pesados e outros metais, comemos venenos incapazes de serem metabolizados sem dano ao organismo. Tudo isso em prol de uma lógica insustentável que objetiva unicamente a obtenção do lucro sobre o consumo dos alimentos. Não há maior manifestação de descaso aos seres humanos do que alterar em favor do lucro o que tão intimamente os constitui e influencia sua qualidade de vida: o alimento.

³⁵ Esse fenômeno recebeu uma explicação a partir da página 58 com a teoria da trofobiose, desenvolvida por Francis Chaboussou e divulgada em sua obra *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas: a teoria da trofobiose*, publicado em sua primeira edição no ano de 2006.

Vejamos o exemplo do sal, tão bem aceito na sociedade moderna como conservante e para acrescentar sabor aos alimentos processados, que é consumido exageradamente pelo condicionamento de nosso paladar à representação de que “alimento sem sal não é saboroso”. Em seu processo de refino esse composto perde uma quantidade imensa de sais minerais de origem marinha que são necessários às funções orgânicas. O mesmo ocorre com o açúcar, refinado e tornado alvo e aprazível ao nosso olhar e paladar condicionados, que em seu refino também perde substâncias essenciais à vida, como vitaminas, o ferro e alguns minerais. O açúcar “branco”, nada mais é que puro carboidrato, e deveria ser evitado na alimentação humana, já que tem contribuído de forma importante para a ocorrência de casos de obesidade, e para as doenças degenerativas, e não possui nenhuma coerência de ser largamente consumido junto a uma “cultura” em que as pessoas estão cada vez mais sedentárias.

Processo semelhante ocorre com os grãos integrais, que são preferidos quase sempre refinados, quando pouco restou dos nutrientes presentes no alimento original que necessários ao bom funcionamento das funções vitais; os sucos naturais das frutas ganham aditivos diversos, sabores artificiais e conservantes, ao mesmo tempo em que perdem seu conteúdo vital de vitaminas e minerais e fibras.

Esses alimentos produzidos na lógica do agronegócio e processados por uma indústria de alimentos ávida por lucro não são naturais, não apenas pelo processo de modificação ou industrialização que sofreram, mas pela alteração grosseira de suas características de origem (determinadas pelas leis da natureza), que são benéficas e necessárias à saúde. As tecnologias impulsionadas pela Revolução Verde, disseminadas inicialmente com o *slogan* de “acabar com a falta de alimentos”, têm sido utilizadas pelo agronegócio como uma forma altamente eficaz de produzir lucro pela venda do alimento-mercadoria.

O que não temos hoje com o agronegócio são alimentos de qualidade. Consumimos, muitas vezes sem saber, doses diárias de venenos. Venenos são as substâncias que não podem ser metabolizadas, ou, que ao sofrerem esse processo em nosso organismo produzem compostos deletérios e alteram as funções orgânicas desencadeando anomalias. É impossível ignorar a influência direta da nossa dieta alimentar no desenvolvimento de doenças degenerativas – câncer,

diabetes, doenças dos sistemas cardiovascular e nervoso - cada vez mais comuns na vida moderna do Modo Capitalista de Produção.

Um estudo recente de como o estilo de vida moderno e marcadamente ocidental pode influenciar o caso específico do desenvolvimento do câncer, e de como a alimentação adequada e rica em compostos anticancerígenos pode reduzir significativamente as chances de desenvolver esta doença é desenvolvido por Richard Béliveau e Denis Gingras em *Os alimentos contra o câncer: a prevenção e o tratamento do câncer pela alimentação*, de 2007.

Ao constatar que os casos (e seus tipos diversos) de câncer não são uniformemente distribuídos no mundo, os autores sugerem atentar para a alimentação como o principal fator de influência no aparecimento e progressão, ou não, desta doença em determinados países que reúnem culturas alimentares muito distintas. As informações reunidas nesse importante estudo deixam claro que os países onde a alimentação é rica em substâncias não desejáveis - como os aditivos químicos, os venenos residuais, ou mesmo certas gorduras e açúcares consumidas excessivamente - e pobres naquelas que contribuem para a saúde do organismo prevenindo tanto o aparecimento como a progressão de certas doenças, apresentam uma alta incidência nos casos de câncer em comparação com países ou regiões de cultura alimentar distinta (2007, p. 21).

O estudo citado nos mostra que a alimentação, como insistentemente viemos afirmando em nosso estudo, não é uma necessidade secundária para os seres humanos, mas realmente uma demanda principal, já que influencia de forma importante a saúde e a qualidade da vida humana.

Ao dissertarmos aqui sobre o natural, o artificial e o orgânico, lembramos de um fato ocorrido nos Estados Unidos da América, que de certa forma revela o estado de crise que se anuncia na relação homem-natureza, como um sintoma de uma sociedade que artificializa as relações, inclusive naquelas que envolvem a produção, o processamento, a comercialização e o consumo dos alimentos, direcionando-as para uma única função que é a geração e o acúmulo de riquezas. Dá-nos, de certa forma, a ilustração deste exemplo-diagnóstico François Ost (1995, p. 3), em sua obra *A natureza à margem da lei*:

Em Janeiro de 1972, o conselho municipal de Los Angeles decide *plantar* novecentas árvores de plástico ao longo das principais avenidas da cidade. São invocados bons argumentos: na atmosfera poluída da cidade, resistirão melhor do que as árvores *verdadeiras* e, pelo menos, aquelas – é um fato confirmado – não perdem as folhas no Inverno³⁶ (itálicos do autor).

Com os alimentos hoje disponíveis, e desde a intensificação tecnológica da indústria de alimentos, e da expansão do agronegócio com a Revolução Verde - que representam, em sua particularidade a totalidade do modo de produção moderno, baseado nos avanços da técnica, na conversão do produto do trabalho humano em mercadorias, e na busca incansável do lucro - vem ocorrendo processo semelhante ao demonstrado com o exemplo das árvores de plástico: a artificialização do alimento, que nos faz refletir até que ponto não estamos nós sob à sombra desta grande árvore de plástico, e ingerindo seus frutos postiços?

Mais adiante, Ost pergunta “O que é que nos choca nestas histórias de árvores reduzidas a simples artifícios?”. Pois bem, na questão dos alimentos, chocamos a conversão destes, de necessidade humana, de elemento essencial à vida e ao estado saudável, ou a qualidade da vida, em meras mercadorias (os artifícios) geradoras de lucro. Todo esse processo vem ocorrendo no interior de uma lógica que vem transformando o ambiente em que vivemos em risco à vida, repleto de químicos que nos afetam por diversas interfaces e de maneiras distintas.

Substituir *árvores verdadeiras*, aquelas de madeira, por árvores de plástico revela-nos, mais que tudo, uma crise no âmbito das relações dos seres humanos entre si, e deles com a natureza. Esta crise é expressa na perda do valor que a vida, seja ela humana ou não humana, possui. A crise que vivemos no Modo Capitalista de Produção é uma crise de valores, em que somos tratados, tanto nós como a natureza como “coisas” mortas.

Em uma análise crítica da amplitude do contexto ambiental no qual vivemos, chegamos à conclusão de que a dieta alimentar moderna, sob a lógica do Modo de Produção Capitalista, vem degradando a saúde humana, pelo fato de que o alimento é visto como uma mercadoria, fonte de lucro, e não como algo vital aos humanos.

³⁶ Este fato é citado por François Ost em referência ao relato original publicado no periódico *Times*, na data de oito de fevereiro de 1972.

A constatação da contradição insuperável a não ser pela transformação social da ordem burguesa é expressa nos processos produtivos como a situação real em que *“A produção capitalista, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador”* (MARX, 1984, p. 579).

Nesse ponto, como situa Marx em sua crítica à sociedade de sua época, que é em essência a mesma que estamos vivendo, já que o modo de produção é o mesmo, está colocada a noção vital da insustentabilidade de nosso modelo produtivo. Um modelo em cuja lógica está a exploração da natureza como matéria-prima, e dos seres humanos quando subjugados por relações de trabalho alienado.

Sua lógica também é a da “descartabilidade”, do desperdício de tudo o que se produz e não é consumido, revelando o ponto crucial do equívoco social que vivemos: nossa sociedade é ancorada em um modo de produção, que, como ensina Marx, sustenta-se na exploração da terra (e aqui incluímos os recursos naturais) e do trabalhador, e assim, exclui a possibilidade real de sustentabilidade.

O que esperar dos alimentos produzidos nesse modelo? Um modelo produtivo que vê o alimento como uma simples mercadoria, uma fonte de riqueza, e, portanto, não se abstém de incluir na produção deste alimento elementos nocivos à saúde de quem o produz e de quem o consome.

O produto orgânico, embora seja imediatamente associado aquele alimento livre de agrotóxicos, representa uma qualidade que envolve um conjunto muito mais amplo e complexo de práticas do que a mera ausência de agrotóxicos e aditivos químicos alimentares na produção e processamento do alimento. A produção orgânica opera de acordo com um conjunto de princípios, procedimentos e técnicas que fazem dela algo essencialmente distinto da produção convencional no agronegócio³⁷.

³⁷ Falamos sobre os princípios e as práticas da produção agroecológica, bem como da produção orgânica, no Capítulo 6 dessa dissertação.

Eixo 2 : Representações sobre produção agroecológica, agricultura familiar e qualidade ambiental

O corpo empírico deste eixo é composto pelas seguintes categorias: (3) Produzidos pelos feirantes, (4) Projeto da FURG, (6) Qualidade ambiental, (10) Atendimento excelente, (11) Agricultura familiar.

A produção agroecológica difere do agronegócio de forma essencial, como dissertado nos capítulos 5 e 6. Cabe-nos atentar aqui para a base familiar em que se desenvolve essa produção nas famílias de produtores ecológicos que fazem a Feira da FURG.

A agricultura familiar³⁸ é caracterizada pela divisão de tarefas entre os componentes da família, e pela produção destinada ao consumo próprio dela. O excedente dessa produção, como no caso dos produtores da Feira Ecológica da FURG, é comercializado a fim de possibilitar ao produtor a disponibilidade de recursos materiais para a compra de outros gêneros necessários, mas que não são produzidos por ele.

Nesse sentido, a existência da Feira como um Projeto da FURG, com apoio do NEMA, que recebe o espaço e incentivos, revela o comprometimento desta Universidade e da referida instituição com uma produção de alimentos saudáveis, muito distintas do que prega o agronegócio, onde o alimento é considerado riqueza, ou seja, mercadoria geradora de lucro, e não uma necessidade humana de consumir alimentos saudáveis e saborosos.

Problematizamos nesse ponto a abertura, ou seja, o espaço existente, fora deste privilegiado pela Universidade, para a venda dos alimentos de origem ecológica. Sabemos que não é intenção do agronegócio incentivar esse modelo de produção, já que a agroecologia não está preocupada em gerar lucro e acumular riquezas, mas é uma ciência, que se constitui como um modelo de produção de alimentos fundamentada em princípios cuja base são as necessidades humanas de

³⁸ De acordo Rubens Altmann (1997, p. 9), “entende-se por agricultura familiar aquela em que os trabalhos são realizados predominantemente pelo produtor e sua família, que tem a iniciativa, o domínio e o controle do *que* e do *como* produzir (domínio tecnológico) e a família constitui, ao mesmo tempo, uma unidade de patrimônio, de produção, de renda e de consumo. Quando o trabalho é exclusivamente realizado pelo produtor e sua família e não há uma divisão clara entre o orçamento familiar e o da produção agrícola, considera-se que se trata de uma agricultura familiar-artesanal”.

ter saúde pelo alimento, incentivando o trabalho criativo do produtor e o vínculo com o produto e o consumidor, aliada às práticas não prejudiciais ao meio ambiente.

Isso nos conduz a compreender a agricultura familiar como um espaço que se configura na forma de resistência ao modelo imposto pelo Modo de Produção Capitalista, cujas bases estão voltadas à produção coletiva e cujo motor não é o desejo do lucro, como ocorre com as vastas terras trabalhadas por máquinas e controladas por químicos que prega o agronegócio.

O agronegócio é um forte opressor para o produtor familiar, que é visto como um empecilho para a expansão das fronteiras agrícolas no formato predatório do agronegócio. De forma mais intensa essa opressão se revela naqueles produtores cuja base é familiar, e que se comprometem a produzir ecologicamente com base nos princípios da agroecologia.

Na agricultura familiar, a soberania alimentar do produtor significa a libertação deste da lógica escravizadora do agronegócio, associada principalmente à compra de *pacotes tecnológicos* destinados a assegurar a lucratividade das grandes corporações agrícolas e o seu domínio sobre este setor. Assim, como entende Enio Guterres (1996, p. 23): *“Produzir sua própria alimentação variada e de forma estável, com qualidade e sem agrotóxicos, contribui para aumentar significativamente as áreas descontaminadas de venenos químicos”*. Além disso, contribui para a *“autonomia dos pequenos agricultores”*.

Os conhecimentos científicos e as tecnologias, como forças produtivas, devem ser utilizados para melhorar a vida e as condições de trabalho dos produtores rurais, e não para explorá-los, como faz o capital. A dominação dos setores agrícolas pelas grandes corporações do agronegócio revela a insustentabilidade de suas práticas na exploração da força humana de trabalho e dos recursos naturais enquanto matéria-prima de produção, na despreocupação legítima com a saúde dos consumidores, e também de quem produz, bem como na total falta de cuidado com o meio ambiente, suplantando princípios básicos para a saúde da natureza e da sociedade.

As alternativas ao agronegócio, que buscam difundir práticas não prejudiciais aos produtores e ao ambiente, com a produção de alimentos saudáveis ao consumidor, representam um passo à frente na luta de classes correspondente à

defesa dos interesses da coletividade e não de uma minoria que detêm a posse sobre os meios de produção e, portanto, dita as regras da vida social.

Essas alternativas ao modelo dominante de produção, que se dão com a participação coletiva da família (caso da agricultura familiar que abastece a Feira Ecológica da FURG), e ancoram-se nos princípios da agroecologia são, sem dúvida, uma iniciativa revolucionária em luta à lógica escravizadora das grandes corporações do agronegócio, que mantêm os produtores presos à compra de “pacotes tecnológicos”, cujo *marketing* é a alta produtividade e o rendimento ao produtor.

Para estes produtores, a opressão e a exploração a que estão submetidos é percebida e representada. Porém, são necessários saberes verdadeiros e libertadores sobre a realidade, que os possibilitem reconhecer e compreender as causas originárias para essas duas situações, que são expressas no modelo dominante de produção agrícola, e de modo essencial, na ordem social capitalista.

Processo semelhante ocorre com os consumidores, que, cientes, pelas suas representações da realidade, de que o alimento produzido com o uso de agrotóxicos é fonte potencial de danos à saúde humana, são desprovidos da possibilidade de transformar essa condição por que as contradições existentes em suas representações da realidade criam um obstáculo à prática transformadora.

É-nos muito claro, em nossa visão de mundo, que essas elaborações mentais sobre o que seja o produto consumido e por que ele passa por processos produtivos que o empobrecem nutricionalmente, ao mesmo tempo em que o contaminam com venenos, necessitam superar revolucionariamente o campo empírico para qualificar-se como teoria coletiva que significa a compreensão o mais aprofundada possível das contradições reais do agronegócio e da sociedade que lhe é matriz.

Mais do que nunca carecemos de saberes coletivos capazes de conduzir as pessoas a práticas transformadoras do modelo de produção agrícola dominante para uma forma de produzir o alimento que seja verdadeiramente sustentável, ancorada em princípios capazes de retornar às relações de trabalho criativo, de posse coletiva da terra, e de cuidado com as necessidades humanas, que se expressam na forma de práticas em favor da saúde humana coletiva através da alimentação saudável.

Recorremos a Antonio Gramsci, que em seus “Cadernos do Cárcere”, contribui para a elucidação de como o “senso comum” necessita ser teorizado coletivamente a fim de prepararmos o terreno para a transformação social. Esse processo inclui o compromisso do *intelectual orgânico*, que somos nós, pesquisadores e educadores, com a classe da qual fazemos parte (a classe trabalhadora), e com o mundo no qual vivemos, buscando superar nele as contradições que lhe são próprias em busca de uma sociedade livre e voltada às necessidades reais da humanidade.

Em sua leitura da obra de Antonio Gramsci, Portelli (1977, p. 83) nos traz o pensamento deste teórico italiano a respeito do papel que desempenham os intelectuais no seio do bloco histórico:

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos – entre governantes e governados -, é dada por uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, portanto saber (não mecanicamente, mas de forma viva) é somente então que a relação é de representação e que se produz o intercâmbio de elementos individuais entre governados e governantes, entre dirigidos e dirigentes, isto é: que se realiza a vida conjunta que, só ela, é a vida social; cria-se um bloco histórico.

Nesse sentido, o intelectual orgânico, enquanto sujeito possuidor de uma visão de mundo que lhe permite compreender os processos e contradições de sua sociedade deve direcionar seus esforços para que tal compreensão se estenda para a classe por ele representada (a classe trabalhadora). Faz-se então o alicerce para a transformação social. No momento em que as “massas” trabalhadoras desenvolvem consciência de si enquanto classe e passam a reconhecer as contradições do modo de produção do qual fazem parte então se convencem de que a transformação é necessária e possível. Nenhuma sociedade se faz sem ideologia, do que urge a produção de uma ideologia própria da classe trabalhadora para que então se possa pensar uma nova forma de sociedade que não a existente.

O *intelectual orgânico* de Gramsci vem reforçar a função primordial da Educação: contribuir para a formação de sujeitos emancipados, autônomos, críticos, participantes do processo social. Entre o educador orgânico e o educador

tradicional existe um grande diferencial que permite ao primeiro não ser um mero reprodutor das ideologias dominantes, mas um desafiador para a revolução social.

Dessa forma, diante da disparidade de objetivos colocada entre o educador orgânico e o educador tradicional não podemos admitir meios termos; é preciso que o educador assuma completamente o seu papel na sociedade enquanto intelectual orgânico rompendo necessariamente com o modelo de Educação difundido pela classe dominante e reprodutor de sua ideologia. A Educação é um direito fundamental a todas as pessoas, mas alguns estudiosos, como Paulo Freire a enxergam como necessidade essencial, inerente à própria condição humana. De acordo com o pensamento desse autor, o ser humano somente se desenvolve ao aprender, e no aprender também ensina. É nesse processo de ensino-aprendizagem, fruto de sua interação com o mundo e com os outros que homens e mulheres se humanizam e se historicizam através da cultura.

Conforme as palavras de Freire (1979) “não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem”. O autor compreende que a existência humana possui uma característica que lhe é singular, o núcleo que nos permite, caso haja esperança, que nosso processo educativo seja constante: o inacabamento ou a inconclusão do homem.

O processo educativo - o qual tem como princípio o inacabamento dos sujeitos enquanto seres de consciência, e, portanto, capazes de aprender de uma forma diferenciada do que o simples treinamento ou determinação – leva-nos a atentar para o importante papel atribuído ao educador nesse processo como um “desafiador” para a emancipação, a libertação, a autonomia do ser dos seus educandos. O aprendizado somente se concretiza quando desenvolvido no interior do próprio sujeito da aprendizagem, influenciado pela sua interação com o mundo e com os outros.

Não podemos, ao falar de Educação, contentar-nos com atitudes acríticas, a-históricas, incoerentes, mais próximas do ativismo ingênuo, impensado, do que com uma forma de consciência crítica capaz de compreender a realidade e reconhecer nela as contradições que exigem urgente superação por meio da transformação social.

Assim, o que anunciamos com essa reflexão é a necessidade da Educação Ambiental como campo de práxis que abrange as relações entre sociedade e natureza, ser a formadora de educadores ambientais com a qualidade do intelectual orgânico da compreensão gramsciana, capazes de reconhecer as contradições existentes no ambiente do qual fazemos parte, e de contribuir para o desenvolvimento coletivo, que se dá no processo da emancipação dos sentidos e libertação das consciências, de saberes libertadores, que formam a teoria necessária à prática transformadora.

8.3 A agricultura e o Modo de Produção Capitalista

Faz-se necessário situar que todos os setores produtivos estão ligados à dialética do capitalismo. Sendo assim, as questões que envolvem os fenômenos materiais sociais e históricos não podem ser compreendidos isoladamente do contexto real em que se desenvolvem, mas somente pela compreensão da natureza de suas partes, que constituem a unidade (implica totalidade, não homogeneidade) do Modo de Produção Capitalista.

Deste modo, a agricultura precisa ser compreendida em suas ligações e relações com a ordem social vigente, e não como um fenômeno à parte ou autodeterminado. As determinações que influenciam a agricultura na modernidade têm evoluído dialeticamente junto ao desenvolvimento histórico do Modo de Produção Capitalista. Assim, podemos compreender que

[...] a agricultura está ligada, por relações estreitas e complexas, ao resto da economia. À medida que avança o processo de desenvolvimento, as trocas do setor agrícola com outros agentes econômicos tornam-se mais intensas, **a agricultura torna-se menos autônoma e as decisões que lhe dizem respeito são tomadas, cada vez mais, por agentes econômicos externos a seu meio** (ALTMANN, 1997, p. 13 – grifo nosso).

Em capítulo de *A questão agrária e o capitalismo*, intitulado *o capitalismo e a renda fundiária: a dominação do capitalismo sobre a agricultura*, Samir Amin (1977) analisa o desenvolvimento do capitalismo agrário *strictu sensu*, e as influências que vem sofrendo a agricultura no Modo de Produção Capitalista.

O autor adverte que o entendimento das relações que envolvem a agricultura necessita a compreensão do capitalismo enquanto modo de produção, tendo em vista que certas tendências a-históricas das ciências sociais têm levado a uma compreensão fragmentada do capitalismo, colocando-o em termos abstratos, que não contribuem para a concepção crítica e dialética da totalidade, na qual tudo está ligado e se relaciona com a ordem social vigente.

Kostas Vergopoulos (1977) complementa em outro capítulo da obra supracitada, intitulado *Capitalismo disforme: o caso da agricultura no capitalismo*, o entendimento das influências da ordem social sobre a agricultura. O autor entende que o capitalismo apresenta-se em seu corpo social como um sistema irregular, desigual e disforme, com graus de desenvolvimento distintos (o desenvolvimento histórico do progresso capitalista não é linear), o que possibilita compreender, de certa forma, a agricultura contemporânea como um “capitalismo sem capitalistas”, já que os verdadeiros capitalistas da produção agrícola lhe são exteriores: o capital bancário e o comercial, os complexos agroindustriais e o Estado.

O capitalismo, no entanto, tende a homogeneizar-se, subordinando os “resquícios” de outros modos de produção, para que então possa expressar a sua dominação mundial. Deste modo, compreendemos que o capitalismo estende a “alienação mercante” a todas as relações, como forma de obter lucro em todas as instâncias sociais. Essa ânsia de tornar tudo (e todos) mercadoria explora as forças produtivas alienando a força humana de trabalho através da extração da mais-valia. Perde-se no Modo de produção Capitalista, o papel social do trabalho enquanto produção criativa e o valor de uso do produto, cuja função é atender às reais demandas da humanidade, que nesse modo de produção é ocultado. Como sabemos,

a mercadoria é a primeira chave do sistema: é veículo do valor de troca, oculta o valor de uso, é fetiche. [...] A redução da própria força de trabalho a uma mercadoria é a segunda chave do sistema. Esta mercadoria, cujo valor de uso tem a propriedade de criar mais valor do que o que consome, permite descobrir a fonte do excedente (o sobretrabalho do proletário), apreender sua forma específica (a mais-valia), desmitificar a aparência (a da “produtividade” do capital), apreender a natureza da ideologia do modo capitalista (o economicismo) e suas relações com a infra-estrutura (a dominância desta) (AMIN, 1977, p. 16).

A compreensão de Vergopoulos (1977) reforça o encaminhamento de Samir Amin sobre as influências do Modo de Produção Capitalista sobre a agricultura, o qual, por meios ainda que externos busca estreitar a dominação sobre o setor agrícola impondo-lhe a mesma lógica que lhe é essencial. Nesse processo, o capital busca superar seu próprio caráter disforme, desigual e irregular que o acompanha em seu desenvolvimento histórico a partir da transformação do Modo de Produção Feudal. A intenção é tornar a agricultura cada vez mais próxima ao sistema funcional da produção capitalista, para que ela opere de acordo com as leis de mercado e como provedora de mais-valia, semelhante ao que ocorre com a indústria.

Não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial, em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade das relações caracteristicamente capitalistas de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários ramos da produção no campo e na cidade. [...] A concepção de Marx com a qual Marx trabalhava não era do desenvolvimento igual, e sim a do desenvolvimento desigual. É o que permite entender transformações sociais profundas em sociedade, desse ponto de vista, atrasadas (MARTINS, 1981, p. 14).

O Modo de Produção Capitalista contemporâneo desenvolve velhas formas *ressuscitadas e reconstituídas*, um laboratório de *disformidade*, principalmente na agricultura, como mostra Vergopoulos (1977). Sua intenção não é causar o desaparecimento do mundo rural, mas reinventar seus sistemas sociais para deles tirar proveito.

Samir Amin (1977, p. 21) compreende o movimento de desenvolvimento do capitalismo e sua influência do sobre a agricultura, em linhas gerais, da seguinte forma:

As relações de produção capitalistas aparecem inicialmente na vida rural, mas limitadas pela resistência do Modo de Produção Feudal; em seguida, estas relações se transportam para o campo de atividades novas, a indústria urbana, onde assumem forma definitiva e abandonam a agricultura; enfim, apropriam-se de toda a vida social e integram a agricultura de forma tal e muito mais profunda.

Esse movimento oscilante do capitalismo para estabelecer-se como modo de produção bem definido exigiu superar o que para o anterior era essencial. A

mudança de importância das relações do meio rural, para a indústria com a formação do proletariado como classe com interesses contrários à burguesia que se constituía, foi o passo inicial necessário à superação do feudalismo. No entanto, notemos que depois, como conduz Amin, o capitalismo enfim apropria-se de toda a vida social, integrando a agricultura imprimindo sobre esta a sua lógica.

Refletir sobre as influências do capitalismo sobre a agricultura possibilita-nos compreender melhor como o modo de produção vigente vem expandindo seu controle sobre a agricultura familiar. A produção agrícola familiar vem tendo sua autonomia suplantada em razão do controle pelos “meios externos” do capital. Um exemplo bem conhecido disso são os pacotes tecnológicos que escravizam os produtores rurais e servem como um diagnóstico do sucesso da dominação do setor agrícola pelas grandes corporações agroindustriais.

O desafio, portanto, é de fortalecermos a autonomia do produtor agrícola familiar, a fim de que reúna saberes suficientes para libertar-se da rede de relações que garantem o controle do capital sobre a sua produção, rompendo com a exploração da força de trabalho, e a transformação do produto do trabalho em mercadoria.

Maior desafio é, junto à autonomia do produtor familiar em relação à dominação imposta pelo Modo de Produção Capitalista, rompermos com o próprio modelo de produção de alimentos, o que significa necessariamente a superação do capitalismo. Somente a partir desse movimento de desenvolvimento social da humanidade, é que poderemos resgatar o valor de uso do produto do trabalho humano. É por isso que uma outra produção de alimentos é revolucionária não apenas por que seu intuito é romper com a dominação do capital, mas no sentido em que para realizar-se precisa a participação da classe trabalhadora, tanto a urbana quanto a rural, para que ocorra e se sustente.

Vivemos um contexto em que as condições de mercado obrigam os setores produtivos a reduzir custos de produção para manterem-se competitivos. É assim que, na produção agrícola, quando pelos fins justificam-se os meios, há a exploração das forças produtivas: a terra, os recursos naturais e a força humana de trabalho. Deste modo, os produtores rurais que não conseguem se adequar às exigências de mercado são forçados à exclusão e à eliminação frente às leis do Modo de Produção Capitalista. Tão mais eficaz é a dominação do capitalismo sobre

o produtor rural quanto menor for a autonomia deste em relação à lógica de mercado. Esse produtor torna-se para o capital dispensável quando não satisfaz em seu processo produtivo a geração do lucro.

“Este capital impõe ao produtor agrícola um programa de trabalho preciso, através da padronização dos produtos, extensão da transformação industrial, concentração das redes de coleta e comercialização” (AMIN e VERGOPOULOS, 1977, p. 31). Em razão desse processo, o produtor agrícola

não é mais, na realidade, um produtor mercante livre que produz primeiro o que quer e como quer, e depois vende uma parte disso. Está reduzido a uma condição vizinha ao proletariado. Esta intervenção no processo produtivo indica claramente que o capital não é a soma de capitais individuais; é mais do que isso: é global, antes de ser individualizado (AMIN e VERGOPOULOS, 1977, p. 31-32).

O capital insere-se no processo produtivo e comanda-o verdadeiramente.

É rico o arsenal de meios administrativos posto em funcionamento para obrigar o camponês (**o produtor agrícola**) a produzir aquilo que querem que produza, da maneira como querem: há, desde uma ordem pura e simples, a velada (a da imposição pelo dinheiro, quando o ameaçam de lhe comprar um só produto) ou a obrigação decorrente da ação dita de promoção ou modernização dos serviços do “quadro rural”, (divulgação acompanhada de vendas de material praticamente forçadas: arados, semeadores, inseticidas, adubos), “sociedades de previdência” e “cooperativas” etc. (AMIN e VERGOPOULOS, 1977, p. 37 - parêntese grifado nosso). [...] Dominado desta forma, o produtor é desprovido do controle real de seus meios de produção (op cit., p. 38).

A luta de classes não se trava no dualismo hermético entre o proletariado e a burguesia, embora seja por estes representadas, mas se expressa na luta real entre dominantes e dominados, exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Essas são as contradições que originam a luta. É assim que para os trabalhadores rurais, o interesse da transformação social se iguala àquele desejado pelo proletariado, já que o capital não distingue o setor de produção na intenção do lucro através da mais-valia: o capital explora a força humana de trabalho tanto na indústria quanto na agricultura, embora por mecanismos aparentemente distintos.

As mazelas que são expressas no corpo social como contradições do Modo de Produção Capitalista atentam para a necessidade real de desenvolvermos políticas públicas que amparem a agricultura familiar evitando a sua extinção em razão das leis capitalistas de mercado. No entanto, essas políticas públicas não devem operar como medidas paternalistas e compensatórias implementadas pelo Estado, destinadas a “solucionar” no nível das aparências, de forma superficial e emergencial, os problemas que envolvem a agricultura familiar, sem impor qualquer tipo de transformação de suas causas reais.

A autonomia produtiva do agricultor familiar precisa ser o ponto principal da superação das contradições da ordem burguesa que são humanamente impróprias à saúde e à vida social. Na produção ecológica de alimentos, a sustentação social dessa produção diferenciada deve ser amparada em saberes coletivos dos consumidores que valorizam e apóiam o alimento produzido sem ônus social e ambiental, em detrimento daqueles que desrespeitam a saúde do ambiente, de quem produz e de quem consome o alimento. Essa sustentação implica, no entanto, uma ruptura radical em relação ao modelo de produção de alimentos dominante, que por sua vez, relaciona-se diretamente à transformação do Modo Capitalista de Produção.

Como recomenda Enio Guterres (2006, p. 88):

A ruptura da dependência do campesinato das políticas públicas compensatórias, por um lado, e dos grandes grupos econômicos transnacionais, por outro lado, exigirá mudanças em profundidade da matriz dominante de produção imposta como o único caminho da modernização rural desde o início da década de 1970 (com o desenvolvimento da Revolução Verde – nota nossa); exigirá a construção de uma nova matriz de produção. Essa nova matriz de produção deverá atender a alguns critérios, tais como:

- Substituição, no nível da unidade de produção camponesa, da importação de insumos para a produção.
- Diversificação das atividades de cultivos, criações e extrativistas (estas quando pertinentes);
- Redefinição das relações de convivência com o ambiente;
- Geração de produtos do trabalho e de processos de trabalho saudáveis, seja em relação à natureza, seja em relação ao consumidor.

Em processo semelhante, ao produtor ecológico cabe compreender seu trabalho como prática social criativa, profundamente revolucionária frente à lógica

dominadora e alienadora de mercado, que impõe à maioria dos trabalhadores rurais a ignorância do processo produtivo em sua totalidade. Resgatar os valores de uso do produto do trabalho é resgatar nos seres humanos sua essência criativa que se realiza no mundo pela consciência das reais necessidades de uma vida social saudável e feliz.

9 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS CONSUMIDORES DA FEIRA ECOLÓGICA DA FURG

Quando perguntada sobre o que está faltando para a conscientização das pessoas sobre os males do uso de substâncias químicas na produção e processamento dos alimentos, E2 representa o problema da alimentação como uma “questão cultural”, atentando que há falta de informações que possibilitem às pessoas desenvolverem hábitos alimentares saudáveis, como por exemplo, a escolha pelos alimentos orgânicos:

Acho que as pessoas não têm essa informação. E acho que as pessoas precisam ter a oportunidade de ter essa informação, mas de uma maneira bem real. É uma questão cultural. O fato das pessoas não fazerem a opção pelo produto orgânico é uma questão cultural.

A informação, na forma de saberes sobre o mundo, é necessária, mas precisamos ter clareza de que informação é esta, a que e a quem se destina, e para que objetivos. Como conjunto de conhecimentos, valores e cultura destinada a reproduzir a lógica do capital, não nos é válida. Ao contrário, enquanto saberes libertadores para a transformação das condições, como o agronegócio, que nos são adversas e nos têm desumanizado em nossa busca humana do ser-mais, a informação é sempre essencial.

Em nossa sociedade, pela cumplicidade do Estado com o modo de produção vigente, não há interesse político em divulgar informações verdadeiras sobre a realidade, já que elas poderiam ser o passo indispensável ao desenvolvimento da consciência crítica que leva à transformação desta realidade.

Parafraseando Massimo Canevacci (1981, p. 14-15), quando ele vem falando do *espírito de especialização* (conhecimento fragmentado e isolado da totalidade) da ciência positiva como forma de assegurar o “Monsieur le Capital” (o senhor capital), “se toda a parcela do homem ou da sociedade é articulada em sua essência com a

totalidade, a informação, ou a verdade parcial, fragmentada, ideologizada, só pode constituir-se em uma “*verdade capenga, à ‘verdade funcional’ de um aspecto individual, metodologicamente separado das necessárias conexões mais gerais*”.

Mas essa “verdade”, parcial e funcional, é – do ponto de vista de uma sociedade dividida em classes – a produtividade por excelência. A essência dessa funcionalidade contém em seu interior uma contradição mortalmente antagônica, que faz continuamente explodir toda a sua aparente naturalidade racional. **A divisão em classes é o motor perene e, ao mesmo tempo, o freio interno de um tipo de desenvolvimento que se baseia em tais antagonismos** (CANEVACCI, 1981, p. 15 - grifo nosso).

O que é difundido como “verdades” na ordem burguesa são os conhecimentos necessários para manter o *status quo* do Capital. O mito da neutralidade da ciência, ancorado no pressuposto de que, para o cientista moderno, não interessam os fins (tanto ideológicos como práticos) dos resultados de sua investigação tem se mostrado um empecilho à possibilidade histórica da transformação social. A ciência é operada dentro da lógica do capital, para assegurar e certificar a continuidade deste. Por isso é que o conhecimento fragmentado e isolado do todo não tem compromisso com a compreensão crítica da realidade de acordo com o que ela está a nos dizer em sua totalidade, que é preciso transformar.

Para que possa ser socialmente útil, a ciência (assim como a técnica e a Educação) deve contribuir para a “*superação da divisão do trabalho, da sociedade dividida em classes*” (CANEVACCI, 1981, p. 14). Mas, para isso é preciso engendrar uma nova ciência, já que “*a natureza histórica da ciência atual – a funcionalidade cega do espírito de especialização – deverá sofrer o mesmo destino da estrutura produtiva na qual ela se baseia*” (op. cit): a transformação social pela materialização de saberes libertadores coletivamente produzidos no seio da e para a classe trabalhadora.

É importante que compreendamos nesse ponto que a desinformação não é o único problema, mas a informação alienadora que tem sido perversamente veiculada por vários meios e de diversas formas a fim de manter o poder e a hegemonia da classe dominante, tem sido para nós que desejamos a revolução social e a superação das condições que nos são adversas, o principal problema hoje.

A informação como um recurso ideológico destinado a mascarar a realidade refletindo nas consciências uma compreensão superficial e inócua desta realidade é uma estratégia crucial a qual lança mão o capital para manter atadas as amarras que impedem a libertação humana no caminho de vivermos e participarmos do processo de transformação social.

Se pensarmos que a cultura difundida na sociedade capitalista na forma de uma ideologia que deseja fortemente suplantar outras formas de cultura existentes - como das populações tradicionais que preservam hábitos alimentares desenvolvidos na necessidade de trazer benefícios à saúde humana - é aquela que está a favor do lucro, estaremos certos da necessidade de uma revolução cultural que envolva a própria ordem social existente, para que então tenhamos uma mudança eficaz nos hábitos alimentares das pessoas, para que estes estejam voltados a produzir saúde, e não para suprir necessidades puramente energéticas ou do paladar, que estão de acordo com um padrão ocidental de alimentação, onde a tecnologia industrial de produção de alimentos está consolidada para satisfazer as demandas econômicas do capital.

No entanto, nenhuma transformação cultural poderá ocorrer sem que se desenvolva no âmbito coletivo a consciência crítica sobre os processos, fenômenos e objetos da realidade, pois só se pode transformar o que é profundamente compreendido, com base na utopia de mundo desejada.

Ressaltamos neste ponto uma categoria chave desta pesquisa: **a conscientização**. Esta categoria teve suas bases desenvolvidas pelo educador Paulo Freire, que pensou a formação de uma consciência crítica sobre o mundo e a totalidade das suas ligações e relações como a condição *sine qua non* para o processo de libertação da classe trabalhadora, que constitui a classe a quem deverá servir a mudança radical das condições que hoje estão cada vez mais sendo desumanizadas pela ordem social capitalista.

O desenvolvimento da consciência crítica é um processo e não algo que se dá de imediato; pensando desta forma é possível reconhecermos nesse processo a existência de estágios inferiores e transitórios de consciência que precisam ser superados para que então possamos compreender o mais aprofundadamente possível o mundo. Nesse sentido, as representações sociais dos consumidores da Feira Ecológica da FURG fornecem-nos o que Freire chama de “estágios” da

consciência. A luta dialética que se trava na consciência humana a todo o momento para compreender e explicar o mundo precisa ser estudada e é objeto de investigação para que possamos reunir condições materiais das pessoas se educarem participando dos processos de transformação social necessária e desejada para o mundo e para nós mesmos.

Com isso, as práticas educativas precisam ser direcionadas para o desenvolvimento, nos sujeitos, da consciência crítica, como estágio a ser alcançado para que se tornem eficazmente participantes da transformação social, e não meros coadjuvantes desse processo.

Por ser um processo, a formação da consciência crítica necessita de um esforço educativo libertador, pelo qual os sujeitos aprendam a pensar o mundo em que vivem a fim de compreendê-lo, e assim, não aceitem cegamente as informações, os saberes, os valores e os interesses de quem deseja a sociedade tal como está – alienada e alienadora.

Não podemos nos iludir a pensar que a formação da consciência crítica, que é a própria compreensão, a mais aprofundada possível da realidade, é algo que se dá de imediato, como “num passe de mágica”. Devemos desconfiar de certas “práticas conscientizadoras”, que quando não respeitam o processo dialético da evolução dos estágios da consciência, nada mais são que iniciativas superficiais, “atos simbólicos” e “manifestações de impacto” que, embora inicialmente movidas por motivos nobres e causas necessárias, acabam por perder-se em seu papel na sociedade resultando ineficazes para transformar o que precisa ser transformado.

A realidade precisa ser pelo educador anunciada e denunciada tal como ela é e não como tem sido mostrada, engendrando a compreensão o mais próxima de sua essência pelo educando. A produção convencional de alimentos, que hoje temos no Modo Capitalista de Produção, precisa ser compreendida coletivamente na totalidade dialética de suas ligações e relações e em seu processo original e desenvolvimento histórico. Aí então, no esforço revolucionário coletivo poderemos superá-la em outra forma de produzir alimentos, essencialmente distinta em questão de valores, princípios e interesses.

A Educação capitalista ensina as pessoas a pensarem que tudo está como deveria estar, atando-as ao fatalismo da impossibilidade de transformação, por que

há fortes interesses envolvidos na massificação de informações socialmente inócuas para reconhecer as causas dos problemas que envolvem a alimentação humana em nossa sociedade.

A entrevistada E2, em um dos momentos de sua fala, relaciona a necessidade de uma *reeducação* das pessoas para ficarem atentas para a questão de como estão sendo produzidos os alimentos que consomem, bem como, compreender a necessidade premente de reeducar seus hábitos alimentares considerando as exigências de nossa contemporaneidade.

Nesse sentido destacamos da entrevista dois, os dizeres:

Acho que tudo é uma reeducação. Não é culpa das pessoas usarem agrotóxico, ensinaram elas assim, elas foram constituídas assim. Mas acho que a gente está sempre aprendendo e tem que estar aberto para aprender. A nossa luta como educadores ambientais é nesse ponto; a reeducação da sociedade, para não prejudicar todo o sistema em que a gente está vivendo. E nós estamos incluídos nesse sistema junto com a natureza (E2).

Em nossas análises sobre as práticas evidenciadas pela sociedade e pela Educação que ajuda a reproduzi-la, a emancipação humana não é um projeto da sociedade capitalista nem de suas instituições sociais, uma vez que, ao escamotear os saberes necessários a crítica, promovem a alienação do povo, facilitando de forma subliminar a criação das condições absolutamente adequadas para a continuidade do capital.

Essa consumidora dos produtos da Feira Ecológica da FURG - E2 – frisa que o processo educativo para modificar os hábitos alimentares das pessoas e a compreensão que elas têm da totalidade da produção de alimentos precisa *começar desde cedo*, de forma efetiva, a partir de práticas que consigam realizar aquilo que é colocado como teoria, e, como exemplo cita os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais – que em sua filosofia de educação rompe, teoricamente, com os empecilhos que se apresentam na sociedade como condições materiais não favoráveis à transformação social.

Desde cedo temos que começar **a educar**. Nas escolas mesmo, essa Educação podia ser mais efetiva por meio dos PCN, por que a Educação Ambiental está nos PCN como tema transversal, só que não é trabalhada. Porque infelizmente ainda hoje as pessoas acham que Educação Ambiental não é esse cuidado com o outro. Eles acham que a Educação Ambiental é só para preservação, dos “três R”. Não, não é isso, é muito mais. É toda essa relação que a gente está tendo, **é toda essa relação com o outro e o cuidado com a alimentação, o cuidado com o corpo**, com o que vais oferecer para a tua família, é tu pensares em ti e pensares no outro. Tudo isso é Educação Ambiental. Só que eu acho que tem que começar a ser mais efetivo (E2).

No entanto, precisamos realmente romper com a concepção de Educação Ambiental que ainda compõe as representações sociais de muitas pessoas, tanto nas escolas ou mesmo em instituições de Ensino Superior, que não conseguem abandonar a compreensão ingênua – os “três R” (reduzir, reutilizar e reciclar), a concepção puramente *ecológica* de meio ambiente, desligando suas compreensões do contexto social, político, econômico, cultural e histórico - do papel da Educação Ambiental na sociedade que não para o seu processo de transformação.

E2 também resgata a importância da humanização em um contexto social em que a estética da vida encontra-se apagada pela lógica desumanizadora do capital, que incentiva o individualismo e a competição para a obtenção das condições materiais de existência em uma sociedade que abomina os laços entre os seres humanos, tornando-os cada vez mais frouxos e artificializando-os. Como representa a entrevistada, é preciso cuidar de si mesmo, cuidar de sua família, para então poder cuidar do outro.

Frente ao questionamento de como cada usuária da feira relaciona o consumo dos alimentos orgânicos e o vínculo que faz com o cuidado do meio ambiente e a saúde da sociedade no seu todo, as respostas caminharam no sentido da importância de práticas cidadãs, conforme podemos sentir nas falas das entrevistadas

Eu acho que é fundamental. Acho que é um papel de toda pessoa, de todo cidadão, ter esse cuidado. Temos que cuidar de nós mesmos para podermos cuidar do outro. Temos que ter esse olhar para a nossa alimentação para conseguirmos entender e ajudar o próximo. Como é que tu vais pensar no outro se tu não pensas em ti? Eu penso na minha alimentação, e eu penso na alimentação que ofereço à minha família. Por essa preocupação mesmo, de cuidado. Em relação ao meio ambiente, é uma consequência: se o agrotóxico traz malefícios para nós, imagina para a natureza. Então eu acho que os dois estão interligados porque nós somos natureza. A gente não tem que pensar assim: “nós não somos parte, a natureza está lá e eu estou aqui e vou usufruir”. Nós estamos integrados, todos no mesmo sistema, vivendo no mesmo sistema. É uma

consequência, faz mal para o homem, vai fazer mal para natureza também, porque hoje ele (o homem – nota nossa) está danificando com o agrotóxico todo o ambiente.

A falta de cuidado próprio está tornando as pessoas anestesiadas para as necessidades das outras pessoas. Quanto mais atentos estivermos para o que nosso corpo e mente estão a nos dizer que precisamos suprir como necessidades verdadeiras, mais atentos estaremos às demandas humanas reais da vida, para que possamos retroceder as relações desumanizadoras do Modo Capitalista de Produção, criando possibilidades para a vida comum, e não afastando cada vez mais os laços e os vínculos que unem as pessoas.

Um dos sujeitos da pesquisa ressalta em sua compreensão a necessidade de revermos, junto ao processo de transformação das relações sociais, dos seres humanos “entre si”, também aquelas relações dos seres humanos com a natureza. A produção de alimentos não deve significar a falência dos recursos naturais, a deterioração dos ecossistemas, a contaminação e a poluição do ambiente como uma consequência inevitável dos processos produtivos e daqueles que envolvem o processamento, o consumo e o descarte dos alimentos.

A representação de que “somos algo à parte da natureza” não pode conduzir-nos ao equívoco de compreender a natureza como mero recurso inesgotável para os processos produtivos. A natureza, assim como a nossa própria natureza humanizada em sua particularidade - que é a consciência, o mais alto grau do reflexo da realidade - precisa ser amplamente compreendida na ética e estética da vida, como cuidado e respeito à vida, expressando-se no cultivo de relações saudáveis. Disponibilizar alimentos produzidos sem ônus ambiental e saudáveis para o consumidor significa para nós, um exercício de humanidade – uma prática essencialmente humana.

Mas, precisamos, todavia, atentar para a contradição na representação de E2: não é o *homem* que degrada o meio ambiente com o uso do agrotóxico, mas sim o ser humano alienado e subordinado aos ditames do Modo de Produção Capitalista. Não há que se crer que seja desejo e vontade de homens e mulheres degradar o ambiente em que vivem, a natureza da qual fazem parte, a sociedade na qual se organizam e realizam. A vontade e o desejo dos seres humanos é realizar seu caminho ontológico em busca de uma vida social livre, fraterna e feliz. É, portanto,

superficial e ideológico creditar os seres humanos como *predatórios à natureza* e culpá-los genericamente pelos problemas ambientais e pelo estado de crise em relação à natureza, que estamos vivendo. São realmente seres humanos que fazem o Modo de Produção Capitalista, mas aqueles poucos que, obcecados na busca do lucro, subjagam uma massa imensa de homens e mulheres à sua lógica perversa, fazendo-lhes pesar para a representação dos desavisados, a culpa da degradação social e ambiental.

A entrevistada E3 revela estar compreendendo criticamente a realidade quando sugere em suas representações que a produção de alimentos de base agroecológica não deve ser apenas uma *alternativa* ao modelo dominante, mas deve constituir-se, ela própria, o modelo dominante. Isso exige uma *postura*, uma *escolha*, que se traduz no projeto de uma outra sociedade na qual a produção de alimentos não mais terá o papel de produzir riquezas, mas sim, de produzir alimentos saudáveis para suprir as necessidades da vida humana. Deste modo, a opção pelo consumo de alimentos saudáveis não pode ser concebida como um modo alternativo de vida, mas precisa ser realmente o modo de vida *padrão* em nossa sociedade.

Na fala de E3 sobre alimentos orgânicos e o cuidado do meio ambiente, ela responde com certa convicção, dizendo:

Eu entendo assim: não é nem no sentido do ecologismo ou de um modo de vida só “alternativo”. É uma postura mesmo, uma escolha, digamos assim. A gente faz escolhas cotidianamente. E eu acredito que tem umas escolhas que quando a gente pode optar por determinadas coisas, tem condições, condições financeiras... **Não só por uma questão individual de comer algo mais saudável e com isso cultivar um bem estar na minha família, mas também como forma de apoiar, de valorizar o trabalho de algumas pessoas que estão pensando, estão trabalhando por uma outra lógica na produção, nos meios de produção, na forma como o dinheiro pode ser distribuído na nossa sociedade.** Então ao invés de ir pra um supermercado [...] se eu posso comprar do produtor, porque que eu não vou comprar dele? Eu vou comprar dele. Eu prefiro comprar dele. Se o meu entendimento tem uma lógica de romper com o ciclo econômico, pode ser ínfimo isso dentro do contexto do que é hoje o mercado e do que é hoje a política financeira mundial. Por outro lado se a gente não começa a fazer assim, a gente estende a toalha e dá tudo como perdido, porque realmente, **frente ao mercado a gente não tem uma força individualmente, mas coletivamente eu acredito que sim** (E3).

No entanto, a forma de pensar de E3, onde a transformação dos hábitos alimentares, expressa na escolha pelo alimento saudável, não pode restringir-se a uma busca individual por saúde e bem estar, mas precisa incluir a coletividade na

compreensão de que somente o apoio concreto a quem age e pensa de forma diferente do que é imposto pelo capital é que a possibilidade da transformação poderá realizar-se. O fatalismo faz-nos aceitar que não temos força coletiva, que não temos poder político frente às leis de mercado. É assim que, frente à necessidade real da transformação, que é a busca por romper com o agronegócio, de *romper com o ciclo econômico*, é que a consciência crítica da possibilidade histórica da transformação se faz indispensável à coletividade.

Por outro lado, E2 ressalta em suas representações o aspecto preventivo da alimentação para a saúde e a qualidade de vida das pessoas, assim, como também nós estamos compreendendo que a prevenção de uma vida inteira de cuidados com a alimentação e com os demais aspectos envolvidos na vida saudável são o ideal em relação à abordagem remediativa, que visa o tratamento do mal quando este já está instalado, o que muitas vezes se constitui uma prática infrutífera, e que traz sofrimento ao doente, já que muitas das “sequelas” dos excessos e das faltas na alimentação constituem-se desequilíbrios irreparáveis.

Nesse enfoque, este estudo evidencia, pelo pensar de seus sujeitos, que a busca de alimentos com a qualidade negociada na Feira Ecológica no Campus Carreiros da FURG propicia reunir propriedades qualitativas nos alimentos com perspectivas que visam a saúde de todos os consumidores de seus produtos com preços acessíveis. Uma das entrevistadas assim se posicionou quando questionado sobre a opção entre saúde e preço dos alimentos:

Eu vou pelo alimento, por que acho que estou ganhando. Pode ser mais caro um produto orgânico, mas estou ganhando em saúde. **Mais adiante eu não vou ter certos problemas que eu poderia ter se eu não tivesse esse cuidado hoje.** A gente gasta muito em alimentação, é fato. A gente gasta muito, mas é a nossa energia diária. E eu fico pensando, se a gente coloca para dentro do nosso corpo uma alimentação que não é saudável, que energia vamos ter para trabalhar, para viver. É claro que o corpo vai ficar doente. Então eu prefiro gastar um pouco mais e acreditar que um dia os produtos vão se equilibrar nos valores, por que hoje eles têm esse valor por que realmente é um público restrito que consome, é um público que tem consciência que consome, mas eu ainda faço a opção pelo alimento (E2).

A entrevistada representa o preço do alimento orgânico como limitante para o consumo, mas relaciona que o investimento vale a pena em razão dos benefícios

que o consumo do alimento orgânico - mais caro devido às particularidades e ao tempo necessário a sua produção, que são convertidos na qualidade do produto – traz à saúde não somente em curto, mas em longo prazo.

Relacionar o custo dos produtos com os cuidados e o tempo de trabalho que exige a sua produção para a qualidade que se agrega a esses alimentos, provoca um preço que torna o consumo desse tipo de alimento inibidor da grande maioria da população.

Eu acho que o que dificulta é por eles serem um pouquinho mais caros, mas também eu acho que vale a pena, porque tu vais ter um resultado muito melhor na tua qualidade de vida, se tu pensares assim não seria uma dificuldade. Tu pagares um pouco mais por um produto, mas sabendo que estás consumindo algo que não vai te intoxicar. E eu acho que isso aí não seria uma dificuldade. E, eu acho, mais é o oferecimento para a sociedade riograndina mesmo. Eu acho que não está sendo ofertado, a gente não tem um supermercado específico [...] (E2).

A representação social da entrevistada, embora com fundamento, parece esquecer o grau de desenvolvimento da consciência existente na sociedade ou na formação da classe trabalhadora.

É possível nesta fala identificar a falta do poder aquisitivo da população em geral, ligada à própria cultura do consumo de produtos de qualidade referenciada. Pensamos que esses comportamentos são reflexos da Educação que temos desenvolvido na escola em relação à vida – saúde – prioridade humanas, que a escola relega em seus ensinamentos.

Eu acho que é um pouco mais caro, mas eu acho que vale a pena. Porque o resultado que tu vais ter [...] O que adianta tu comprares um morango, por exemplo, que tu vais pagar menos pelo quilo mas tu não vais ter um morango saudável. Ele pode te causar, vai te causar algum dano. Não sei se imediatamente, mas no futuro. Porque o que que o agrotóxico faz no teu corpo? Ele vai acumulando, é acumulativo, aí vai chegar um momento que as tuas células realmente vão reagir, as doenças vão aparecer (E2).

No entanto, nem todas as pessoas, devido à desigualdade na distribuição econômica, têm realmente a possibilidade de consumir alimentos saudáveis, por que não podem adquiri-los pelo preço que custam. Inclui-se a isso a apropriação do alimento orgânico como um mercado específico de venda para obter lucros.

Crescem os setores que vendem esse tipo de alimento em supermercados, por exemplo, mas a preços absurdos, incompatíveis com as possibilidades financeiras da maioria da população, e diferente do que seria o consumo mediado apenas na relação produtor-consumidor, sem o atravessador, que é o centro de vendas.

A diferença de preço entre o alimento orgânico em relação ao produzido convencionalmente foi representada por E1, em resposta ao questionamento: *Os preços são compatíveis com os produtos produzidos convencionalmente?* da seguinte forma: *“Eu acho caro. Embora aqui na feira, de repente pelo tipo de produtos, tendo sempre frutas, legumes e verduras, até que é um preço mais em conta. Mas os produtos industrializados, como biscoitos, pães são mais caros, embora a gente saiba a qualidade”* (E1).

Quando perguntada: *Por que achas que esses alimentos custam mais caro e o motivo do preço ser maior do que o convencional?* E1 representa essa diferença de preço com o exemplo do produto *natural* (suco de frutas), que custa mais quando comparado ao alimento *artificial* (o suco de pacotinho) em razão do tempo de trabalho investido na produção do primeiro: *“Por exemplo, se tu vais comprar um suco de pacotinho, ele custa centavos, mas se vais comprar um suco de fruta né, realmente [...] Suco de fruta tu tens que ir lá colher a fruta, conservar a fruta, investe tempo”* (E1).

A categoria *tempo* aparece nessa pesquisa em duas situações distintas, mas sempre relacionada ao trabalho. O tempo pode ser aquilo que, acrescido ao trabalho, confere um valor diferencial ao produto: quanto mais tempo de trabalho investido, maior será, portanto, o preço do produto, como ocorre com os alimentos produzidos ecologicamente. Devido à particularidade dos princípios e técnicas utilizadas na produção ecológica, bem como a dedicação e o cuidado que se configuram na mão de obra humana necessária à produção, os alimentos ecológicos exigem tempo maior para serem produzidos, se comparados aos convencionais, cujos processos produtivos são acelerados pelo uso de sementes geneticamente modificadas, de insumos agrícolas como os fertilizantes e os agrotóxicos, hormônios e antibióticos (no caso da pecuária) e o uso quase exclusivo de máquinas e equipamentos que são convertidos em rapidez na produção e elevada produtividade.

A outra situação em que a categoria tempo se relaciona com a categoria trabalho é expressa na condição social material do Modo de Produção Capitalista

imposta aos trabalhadores, na forma de falta de tempo para cuidar de sua saúde e para engendrar qualidade de vida: falta de tempo para escolher e preparar (ou mesmo produzir, quando possível for) os alimentos de forma saudável, falta deste tempo para realizar atividades que são benéficas à saúde, como os exercícios físicos, o descanso, o lazer e o estudo.

O sujeito da pesquisa E1 representa a segunda situação em que aparece a categoria tempo, a falta deste para engendrar uma qualidade de vida saudável, como a *correria do dia-a-dia*, que pode ser traduzida como o estilo de vida moderno, no qual a luta para obter as condições materiais de existência impõe aos seres humanos, muitas vezes, uma rotina de trabalho desgastante que lhe “roubam” saúde.

Assim, o tempo, enquanto meio para se trabalhar e produzir recursos de troca – como o dinheiro – aparece em nosso estudo, como em toda a classe trabalhadora afastada do consumo de tudo que é produzido, como fator que tem impedido a socialização dos meios de saúde.

Um dos nossos sujeitos expressa sua posição referente aos aspectos que impedem ou mesmo dificultam a qualidade de vida saudável das pessoas, dizendo:

A primeira coisa que impede é a correria do dia-a-dia. O dinheiro. O dinheiro e as questões financeiras. Essas questões, se a gente for ver no geral, a população é trabalhadora. O trabalhador trabalha com uma carga horária de trabalho do quê? No geral, doze horas por dia [...] Doze horas por dia e até mais né? Dorme pouco, se alimenta mal. Então tudo isso engloba a questão de saúde. É uma sobrevivência fora do normal. E é aí que a saúde vai se degradando. As pessoas podem não ver isso agora assim, mas [...] Até veem porque, vamos pensar assim, a gente mesmo que é estudante, e sabe que têm muitas pessoas que estudam e trabalham aqui, mas às vezes as pessoas só estudam e se veem numa tensão, num estresse, num esgotamento, que às vezes o físico está ali, mas a cabeça já não está aguentando mais, sabe [...] aí sai alergia aqui, alergia acolá, e tudo isso é o organismo respondendo que está ficando cansado, que não está saudável, que está estressado. Então, no geral, é a correria do dia-a-dia, as questões de trabalho, salário, falta de dinheiro [...] Porque, se tu tivesses condições financeiras boas, tu te alimentarias melhor, tu terias como fazer um esporte, tu terias como ter o lazer, tu terias condições de até pagar um médico a hora que precisar de um *check-up*. Porque tem doenças que tu podes te prevenir, te cuidar. A grande maioria da população não tem essas condições e vai levando como pode (E1).

O dinheiro, ou *as questões financeiras*, como representa E1, que se traduzem na necessidade de sustentar-se, de poder comprar alimento, moradia, vestimentas,

lazer, cultura (cultura como arte e não como ideologia burguesa) agem como desencadeadores de estresse e preocupação, e acabam por deteriorar a qualidade da vida em uma sociedade na qual a atenção às demandas verdadeiras da humanidade são precarizadas e de fato, ignoradas.

Para E2, em uma sociedade na qual o tempo é muito limitado devido às diversas atividades que as pessoas assumem para obter suas condições materiais de existência, essa categoria é representada como um *fator limitante* para a saúde. Nesse caso, é a falta de tempo para investir em uma vida saudável o limitante. Afinal, *dá trabalho ter uma vida saudável*; é preciso escolher, e se possível, cultivar por conta própria os alimentos, para que estejam livres de venenos e aditivos químicos, é preciso prepará-los adequadamente, e também praticar atividades físicas, ter um tempo para o descanso e o lazer, e ainda conciliar tudo isso com as possibilidades financeiras.

Neste ponto, as facilidades da vida moderna aparecem como uma solução para a falta de tempo necessária para termos uma vida saudável. Há milhares de ofertas de alimentos industrializados nos centros de compra, os quais prometem, aos consumidores atarefados, praticidade na hora de procurar adquirir alimentos com preços acessíveis.

Para E2, a praticidade é compreendida como uma alternativa de consumo no cotidiano das pessoas frente à falta de tempo ou recursos financeiros para engendrar saúde na vida moderna.

Eu acho que a praticidade. Hoje em dia os produtos são muitos, e práticos de consumir. Realmente, se tu fores pensar, dá trabalho ter uma vida saudável. Porque tu tens que pensar no exercício físico, tu tens que pensar em dormir mais cedo, tu tens que pensar num alimento que [...] aí tu vais ter que buscar, e geralmente não é perto da tua casa, ou o local que tu compras não oferece. Ou também a questão financeira. Às vezes pela praticidade dos produtos, a facilidade. As pessoas hoje em dia estão trabalhando mais, para consumirem mais. Essa é uma questão que eu vejo. Então as pessoas muitas vezes deixam de fazer algum exercício físico, uma caminhada, porque estão geralmente trabalhando. Só que as pessoas estão sedentárias e estão engordando (E2).

O modelo capitalista oferece ao consumidor desprovido de tempo para produzir, escolher, e preparar os alimentos adequadamente - justificando a todo o momento o estilo moderno de vida - uma oferta rica e variada de produtos

industrializados, muito bem embalados, conservados, coloridos e saborizados graças ao auxílio de um arsenal imenso de aditivos químicos sintéticos utilizados largamente pela indústria de alimentos.

Essa realidade engendrada pelo Modo de Produção Capitalista é representada por E2 como *praticidade*. O fácil acesso a uma gama diversa de alimentos industrializados é o canto da sereia a enganar o consumidor que não compreende os riscos à saúde que esses alimentos oferecem, e tampouco conhece uma outra possibilidade de produzir alimentos saudáveis. E mesmo, para aqueles que compreendem, há, muitas vezes, o impedimento financeiro para o consumo, já que os alimentos produzidos organicamente são caros, não somente pelo tempo de trabalho exigido a sua produção, mas atualmente pelo *marketing* que o mercado tem direcionado a esse tipo de produto diferenciado.

Em resposta ao mesmo questionamento, o sujeito da pesquisa E3 representa que há impedimentos, na realidade material da vida, à *reflexão*, o que seria por nós compreendido como a maneira como o capital aliena as pessoas a ponto de subordinar nelas o pensamento e a ação, impedindo-as de produzir os saberes libertadores que são necessários ao rompimento com o agronegócio, para o desenvolvimento de outro modo de produção de alimentos que acarretará obrigatoriamente outro *modo de vida*.

O nosso modo de vida. A gente vive, não sei se é momentâneo isso, mas nesse momento, uma pressa, uma ansiedade muito grande, uma busca de satisfação, muito no consumo e no modelo de vida. É o automóvel, é o celular, é o computador. Então eu acredito que isso nos afasta muito da reflexão. Talvez seja isso. É novamente a questão do equilíbrio, talvez a gente esteja muito voltado a uma velocidade acelerada e isso não é legal (E3).

O modo de vida moderno nos leva à pressa, à ansiedade, a consumir desmedidamente os fetiches produzidos pelo capital, distorcendo o equilíbrio dinâmico de condições que tornam a vida saudável, a partir de dois extremos formadores de contradições dialéticas: os excessos e as faltas. Diz um provérbio árabe: “O excesso de alguma coisa é a falta de alguma coisa”. O excesso do trabalho alienado é a falta de um tempo de sono necessário a manter a boa saúde.

Pode ser a falta de tempo para escolher e preparar alimentos saudáveis, ou a falta deste tempo para atividades de descanso, estudo e lazer.

Se o valor de um produto é explicado pelo tempo de trabalho investido em sua produção, qual é o valor que em nossa sociedade é dada aos seres humanos quando estes, mergulhados em funções diárias desgastantes, destinadas a perpetuar a lógica do capital, não têm o tempo necessário a ser dedicado a si mesmos para que possam reunir as condições para serem saudáveis? Como alerta Marx (2002), quanto mais o trabalhador deseja ou precisa ganhar, mais tem de abrir mão do seu tempo e realizar um trabalho em que a sua liberdade se encontra totalmente alienada e a serviço da mesquinhez. Assim, é que os trabalhadores vão abreviando suas vidas.

É assim que o Modo de Produção Capitalista revela um dos aspectos principais de sua insustentabilidade, quando cria para ele próprio uma contradição em que a debilidade de saúde do trabalhador, devido a condições inadequadas de vida, e de necessidades reais não supridas, repercute negativamente sobre o trabalho. Mas isso não constitui em si um problema maior, já que o ser humano para o capital é mera mercadoria, e sempre haverá novos trabalhadores sendo forjados na Educação Capitalista.

É principalmente nas relações de trabalho que reconhecemos a alienação engendrada pelo capital sobre os seres humanos, quando eles são forçados a vender sua força de trabalho para obter as condições materiais de existência numa sociedade onde a competição causada pela falta de oportunidades reais de vida obrigam as pessoas a submeterem-se a relações degradantes de trabalho. O Modo de Produção Capitalista ao mesmo tempo em que aperfeiçoa trabalhador, degrada o ser humano, pois o objetivo deste é a posse da riqueza e não a felicidade humana (MARX, 2002).

A alienação é representada na venda do trabalho humano, que deixa de ser criativo para ser força produtiva sob o jugo capitalista, quando uma parcela de seu valor (o valor não pago ao trabalhador), vai gerar o lucro do proprietário dos meios de produção. O trabalho alienado rompe a relação necessária entre o trabalhador, quem produz, e o produto do trabalho, transformando ambos em mercadoria. *“Todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador, mas ele só recebe a parte mínima desse produto, tanto quanto precisa para subsistir como trabalhador, não como ser*

humano, e para organizar a classe aprisionada dos trabalhadores, não a humanidade” (MARX, 2002, p. 70).

Mas não somente nas relações de produção (o trabalho), mas também naquelas de consumo, como as que envolvem o alimento-mercadoria a alienação se faz notar. Em uma dieta tipicamente ocidental, onde o capitalismo consolidou sua dominação cultural (o modo de vida), há o excesso no consumo de gorduras, açúcares e proteínas de origem animal, ao mesmo tempo em que há a falta de alimentos reguladores (ricos em vitaminas e minerais) das funções vitais e protetores (fitoquímicos³⁹). Isso é impulsionado pela difusão do consumismo e pela oferta, dominância e fácil acesso dos alimentos industrializados, que representam a investida bem sucedida da indústria de alimentos, assim como do agronegócio, de tornar o consumo desses alimentos de baixa qualidade nutricional e ricos em componentes danosos à saúde humana uma *anormalidade normal* da produção e do consumo no Modo de Produção Capitalista.

No processo produtivo, o trabalho *manual* utilizado na produção do alimento orgânico, representado por E1 nessa pesquisa, exige um investimento em tempo para ser realizado, que é convertido no *valor* do produto. Quanto mais tempo de trabalho investido, mais valor tem o produto.

Como explica Karl Marx (1996, p. 47) em *O capital: crítica da economia política*, sobre a produtividade do trabalho:

[...] quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e **quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor**. Inversamente, quanto menor a produtividade do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo e tanto maior seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade, e na inversa da produtividade, do trabalho que nela se aplica (grifo nosso).

³⁹ Termo em cujo prefixo transcreve-se o sentido do grego *phyto* (planta), os compostos fitoquímicos são, de acordo com Béliveau e Gingras (2007) as moléculas responsáveis pela cor e pelas propriedades organolépticas (que atuam sobre os órgãos dos sentidos) tão particulares, não apenas às frutas e aos legumes, mas também a várias bebidas, como o chá verde e o vinho, e temperos, como o alho e o cúrcuma. A função desses compostos nos vegetais é a proteção contra o ataque de agentes infecciosos, infestações e agressões externas. Segundo os autores, de acordo com estudos laboratoriais e epidemiológicos, os compostos fitoquímicos se revelaram como substâncias protetoras, principalmente nos processos que levam ao desenvolvimento do câncer, constituindo uma estratégia poderosa na prevenção dessa doença pela alimentação.

Para E1, na produção orgânica, *“quem produz tem que estar sempre cuidando, então é um trabalho bem manual; contra as pragas, por exemplo, não são usados químicos”*. Ao contrário, ao representar que no agronegócio, *“o produto é produzido mais rápido por ter as químicas”*, a entrevistada situa a distinção essencial entre a produção convencional, o agronegócio que se consagrou com a Revolução Verde, e a produção orgânica como um dos princípios da agroecologia.

Na produção orgânica o alimento demanda cuidados que movem constantemente a mão de obra humana, como preparar a terra, combater com métodos não artificiais as “pragas” da lavoura, e a competição com espécies “daninhas” através da capina manual da área cultivada. Não há nenhum químico para fazer esse trabalho, capaz de acelerar a produção e elevar o seu resultado, como ocorre no agronegócio. Por isso o alimento orgânico tem menor produtividade, e seu valor, que é expresso no preço do produto é maior.

Nesse ponto são ressaltadas duas importantes categorias históricas criadas por Marx para explicar os processos de valorização do trabalho humano e do produto deste: os valores de uso e os valores de troca⁴⁰.

Nosso embasamento teórico leva-nos a compreender o produto comercializado na Feira Ecológica da FURG em seu valor de uso, ou seja, partindo da compreensão de sua utilidade para as necessidades humanas: a necessidade de consumir um alimento saudável, livre de venenos, condição para os processos de saúde. Na produção ecológica, o trabalhador, quem produz, e o produto de seu trabalho permanecem ligados desde o início até o fim do processo produtivo. Essa relação, revelada no acesso do trabalhador ao produto que ele próprio produziu revela uma transformação de conduta em uma sociedade que aliena o valor de uso do trabalho para dele extrair um valor excedente, a mais-valia.

Nesta sociedade, a lógica do Modo Capitalista de Produção determina que:

⁴⁰ Os conceitos de valor de uso e valor de troca já foram explicados anteriormente nessa dissertação, especificamente em nota de rodapé na página 68.

ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem (MARX, 1996, Livro I vol. I, p. 210).

A relação feita por Marx deixa claro que a mercadoria é um elemento essencial ao Modo de Produção Capitalista. As relações neste modo de produção acontecem entre *as coisas que o capitalista comprou*, mediadas pela alienação dos valores de uso do trabalho humano e do produto.

Uma característica da mercadoria, é que sua origem do processo produtivo capitalista exige alienar a força humana de trabalho, roubando aos seres humanos o trabalho como prática social, como arte. Também o produto do trabalho alienado perde seu papel primordial na sociedade sendo muitas vezes acrescido de alterações grosseiras de suas propriedades e de sua qualidade para que possa gerar lucro, como vem ocorrendo com os alimentos.

Sobre a mercadoria-alimento, E1 revela uma contradição em relação à realidade do que são os alimentos convencionais quando comparados aos orgânicos ao representar: *“eu entendo que também a conservação destes (dos alimentos convencionais – parêntese nosso) é muito fraca”*. Sabemos que é justamente o contrário: os alimentos produzidos convencionalmente, tanto aqueles disponibilizados para consumo *in natura* quanto os industrializados, têm uma duração às vezes bastante superior aos alimentos produzidos sem agrotóxicos e sem aditivos químicos, já que certas substâncias (como por exemplo, os agrotóxicos e os conservantes) adicionadas durante a produção convencional e o processamento retardam o processo de deterioração do alimento, já que são tóxicas aos microrganismos decompositores.

Essas funções dos defensivos agrícolas e dos aditivos químicos largamente utilizados na produção e na industrialização dos alimentos são práticas consagradas por causa dos interesses econômicos exercidos pelo agronegócio e pela indústria de alimentos. O imperativo nesses casos é a obtenção do lucro com a venda do

alimento como mercadoria. Não há preocupação legítima com a saúde e a qualidade de vida dos seres humanos, a não ser quando isso afeta de alguma forma a continuidade do modo de produção. Vivemos em uma sociedade feita de e para as coisas, não para as pessoas. Seu principal sintoma é a desumanização, a substituição do ser pelo ter.

Outra contradição encontrada na representação do produto orgânico em relação ao convencional, reconhecida nesta fala de E1 “(o produto convencional – *parêntese nosso*) não é um produto firme, não tem uma aparência tão bonita”, diz respeito à inversão na compreensão do alimento orgânico como *mais bonito e firme*, quando sabemos que essas são características típicas de alimentos produzidos convencionalmente, onde a aparência do produto é uma preocupação importante para a comercialização deste.

Os alimentos produzidos pelo agronegócio, resultado da adição de fertilizantes e agrotóxicos, costumam ser reconhecidos pelo seu tamanho, coloração e superfície homogênea, sem marcas ou manchas, em função das exigências de mercado. A firmeza do alimento, como ocorre com os tomates e os morangos, é um aspecto importante para que eles resistam melhor aos atritos mecânicos durante a colheita e o transporte. Essas e outras características são fruto da engenharia genética e da seleção e melhoramento de sementes, práticas utilizadas pelo agronegócio para selecionar ou criar caracteres desejáveis no alimento, alterando-o profundamente.

O alimento orgânico não é produzido com o intuito de obedecer a um padrão de tamanho, forma, coloração e homogeneidade desejada pelo mercado. Sua produção não utiliza defensivos agrícolas destinados a acelerar a produção e forçar o crescimento do vegetal, ou de hormônios que aumentam a produtividade de alimentos de origem animal, o que geralmente agrega água a este alimento reduzindo o seu sabor e a concentração de nutrientes nas frutas e hortaliças, nas carnes, no leite, nos ovos.

O sabor é uma característica marcante na diferenciação entre o produto orgânico e o convencional, e tem sido representado como característica diferencial e um incentivo para o consumo e a preferência do primeiro, como refere E2:

O que diferencia é o sabor. Por exemplo, a alface que eles vendem aqui comparando com a outra alface que a gente compra no supermercado é muito mais saborosa.

[...] o sabor é diferente, e isso foi muito percebido pela minha família quando eu levei pela primeira vez aquele morango deles (dos feirantes na Feira Ecológica da FURG – nota nossa); a minha filha pequena disse: "mãe que estranho o teu morango". Eles estranharam o sabor do morango, porque o morango que a gente comprava no supermercado tinha uma coloração e um sabor diferente, e ela já estava acostumada com esse sabor com agrotóxico, porque ela disse: "mãe, o teu morango é um pouquinho mais ácido", ela conseguiu perceber, e eu disse "sim filha, o morango que eu tô te trazendo agora é o morango mesmo, é o sabor certo, o que tu estavas consumindo, aquele morango é morango que vem de fora e que geralmente a gente não sabe a procedência".

Quando perguntados sobre o que pensam ser a saúde, ou *ser saudável*, os consumidores da feira entrevistados representam que essa condição não está atrelada a um único fator de influência, mas a uma totalidade de elementos que desencadeiam os processos de saúde:

Os entrevistados assim se pronunciam na relação ter saúde ou ser uma pessoa saudável:

Essa pergunta eu acho ela bem pertinente, por que eu sou técnica em enfermagem e a gente sabe que pelo o que o Ministério da Saúde diz a saúde não é só o bem estar físico, ele é o bem estar emocional, é o bem estar cultural, social, lazer, de alimentação, então, no momento eu não me sinto saudável, se eu pensar, eu estou num pico de estresse, psicologicamente abalada com o final do ano [...] essa questão do estresse é uma coisa que não é saudável para nós. Saúde é um conjunto; então, pensando nesse conceito do Ministério da Saúde, em geral as pessoas não andam "cem por cento" saudáveis. Podem estar acima do peso ou, muitas vezes a pessoa é magra e tem o colesterol alto. Não se têm essa cultura de cuidar tanto da saúde [...] Não me considero "cem por cento" saudável. Sei que não estou saudável, tenho consciência disso, mas, no momento estou levando, "empurrando com a barriga" (E1).

Eu acho que é o cuidado que tu tens com tudo, não só com a alimentação, mas com o teu sono. Eu me preocupo quando não durmo as oito horas que eu deveria dormir, então no outro dia eu compenso, eu tento sempre compensar. A mesma coisa a alimentação, quando eu excedo a alimentação de noite, no outro dia eu tento equilibrar. E eu procuro não jantar de noite, porque eu não gosto e me sinto pesada, eu gosto mais de fazer um lanche, pra me sentir mais tranquila pra dormir, ter um sono mais tranquilo. E comidas pesadas, frituras, eu não gosto muito. Eu gosto mais de comidas grelhadas. E, não sou vegetariana, sou carnívora, mas eu não sou aquela pessoa que tem que comer carne todo o dia. Mas eu gosto mais de do grelhado (E2).

A saúde passa por um bem estar que não é só esse do prazer. Por exemplo, uma pessoa come muito, sente prazer em comer, embora não necessariamente isso seja uma atitude saudável. Acho que é um equilíbrio entre o que tu pensas, o que tu sentes, a forma como tu te relacionas com o outro, e esse outro pode ser a comida, as pessoas com as quais tu convive. O teu próprio corpo mesmo, como é que a gente lida com o corpo, as relações emocionais. Então acho que tem uma mistura disso tudo. Para a gente ser saudável não é só ser sarado, esteticamente bonito. Acho que tem muita coisa em jogo. É um equilíbrio, e às vezes no pêndulo estamos mais para uma coisa, menos para outra, ou emocionalmente abalados, e já não estamos bem (E3).

Notamos, principalmente em relação à representação de E1, que certas condições materiais da vida como se apresentam em nossa sociedade limitam a possibilidade real de termos saúde, já que agem como desencadeadoras de estresse e não possibilitam realizar práticas que são benéficas à saúde, como praticar atividades físicas.

Karel Kosik, em sua obra “A Dialética do concreto”, vem nos lembrar que a totalidade é um todo real, não um todo artificial, abstrato, no qual se somam as partes, mas as interconexões e inter-relações entre as partes constituintes do todo:

Totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de atos, conjuntos de fatos) pode ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimentos de realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade sai reconstituída – se são entendidos como partes estruturais do todo (1976, p 35).

Nesse sentido, também Marx (1999, p. 39) nos traz que “o concreto é o concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso”. É assim que os seres humanos, bem como os processos e fenômenos da realidade tornam-se concretos, reais, quando vistos em sua totalidade. Em outras palavras, cada ser humano, processo ou fenômeno só existe pela interação das inúmeras ligações e relações que os condicionam. É importante entendermos que cada ser humano, na totalidade que o torna singular, relaciona-se com a totalidade de seu ambiente, a qual também apresenta um conjunto de ligações e relações que lhe são próprias.

É desta forma que, na relação que estamos propondo fazer entre a saúde e a categoria da totalidade, é preciso entender o sujeito no interior do seu próprio processo de saúde, ou de adoecimento. E não como elemento passivo, não relacionado, alheio ao processo de existência da saúde ou da doença. Tomando a sociedade enquanto totalidade multideterminada, podemos também localizar no seio desta a totalidade de cada sujeito social: o ser humano em sua totalidade. Este sujeito reúne em si um conjunto de “movimentos dialéticos do todo”, constituinte deste ser e responsáveis pelo seu processo de “equilíbrio dinâmico” e de transformação.

A totalidade que constitui os seres humanos é dissonante e contraditória, o que lhe confere uma determinada organização e a possibilidade de transformação. Sendo assim, não é possível simplificar a relação saúde-doença enquanto “estado de saúde”, ou “estado de doença”. Considerando as multideterminações que tornam o ser humano concreto, é possível compreendê-lo em um processo contínuo de movimento dialético, onde um “estado” não anula o outro, mas ambos coexistem constantemente, em luta, expressando-se no movimento dialético desta relação saúde-doença. É o conflito constante das multideterminações que constituem a totalidade de cada ser humano.

Os estados de equilíbrio, os quais de forma geral chamamos saúde refletem-se na expressão orgânica, a série de sintomas e sinais que podem ser diagnosticados como estado de saúde ou doença. É assim que a medicina convencional tem focado o sujeito: nos aspectos orgânicos que evidenciam estados de saúde ou doença. Esta abordagem no campo da saúde é necessária, pois sem ela estamos rompendo logo de início a totalidade do ser humano, esquecendo o aspecto natural de sua constituição. Porém a mesma não basta para que seja eficaz a ação no campo da saúde, pois é necessário que também os elementos sociais e culturais constitutivos dos sujeitos, ou as demais partes do todo, sejam objeto de análise para que se reconheçam os processos de saúde/doença.

Em sua obra “A Dialética Materialista: categorias e leis da Dialética” Alexandre Cheptulin ensina:

o conhecimento das propriedades e das conexões universais da realidade, que se exprimem nas categorias filosóficas, é absolutamente indispensável ao homem para sua orientação, para que possa determinar as vias que lhe permitirão resolver as tarefas práticas que surgem no processo de desenvolvimento da sociedade (1982, p. 1).

Também no âmbito da saúde, quando consideramos a categoria da totalidade, devemos ter em mente que esta vem nos auxiliar em nosso empenho em compreender os aspectos da constituição dos sujeitos que fazem com se favoreçam processos de promoção e manutenção da saúde, ou, em seu contrário, processos de adoecimento.

No âmbito da saúde, a tendência a considerar o ser humano em seu aspecto natural, bem como de isolar a parte, o fragmento, em contraposição a uma análise da totalidade compromete a eficácia das ações em saúde, sejam elas preventivas, ou resolutivas. Quanto mais compreendermos o ser humano nos aspectos constituintes de sua totalidade, tanto mais poderemos intervir na transformação de suas condições de saúde.

A totalidade corresponde a uma das categorias mais importantes do materialismo dialético. No âmbito da saúde esta vem representar a própria unidade da forma e conteúdo da constituição dos sujeitos enquanto seres naturais, em sua estrutura orgânica, sociais, no sentidos das relações que vivenciam em sociedade, e culturais, quando falamos nas convenções humanas que condicionam modos de viver em sociedade e, contribuem para as diferentes formas de subjetividades.

E2 representa que na falta de certas condições materiais necessárias para ter saúde, a compensação é uma alternativa: *“Bem, eu estou com um acúmulo de trabalho bem grande por que estou trabalhando e estudando, mas eu tento sempre dormir oito horas. Quando eu não durmo eu compenso, no dia eu tento compensar”*.

As ações compensatórias não são benéficas ao organismo, pois sua consequência é o desequilíbrio. Da mesma forma que para o ambiente e a sociedade são prejudiciais as compensações que se disseminam como medidas mitigatórias e como forma de atenuar conflitos que estão constantemente sendo revelados pela lógica insustentável do capital.

A compensação é uma estratégia comum da ordem social burguesa, para atenuar os resultados de seus excessos. Quando os trabalhadores são forçados a

assumir práticas compensatórias em sua vida, como em sua alimentação, em seu lazer, em seu tempo de descanso, eles revelam a desumanização pelas relações do trabalho alienado, cuja rotina os força a tais situações de desgaste físico e psicológico que culminam na degradação de sua saúde e de sua qualidade de vida. Como afirma Mészáros (2005), não basta negar o capitalismo, é necessário construir possibilidade de mudança para transformar a realidade social.

As compensações não são reconhecidas apenas nas práticas cotidianas individuais, mas também socialmente, quando não se encontram condições adequadas para transformar as causas que originam problemas sociais, como o desemprego e a fome. É aí que o Estado é usado como provedor, lançando mão de medidas mitigadoras, emergenciais e paternalistas para reduzir os efeitos, como o aumento da violência, originados na lógica do capital, em função da falta de condições adequadas de vida da população. Isso significa uma compensação social, por um conjunto de condições materiais que não estão sendo ofertadas à população, em razão dos processos desumanizadores desencadeados pelo Modo de Produção Capitalista.

Uma categoria empírica importante evidenciada por nossa pesquisa é a confiança. A confiança do consumidor da Feira Ecológica da FURG em relação ao produto do consumo e ao produtor que o comercializa, valoriza-os frente aos alimentos que dominam o mercado e ao agricultor que produz convencionalmente. Quando questionada sobre o motivo que a tem levado a consumir os alimentos orgânicos comercializados nesta feira – assim como também afirmam de modo muito semelhante os sujeitos da pesquisa - E2 ressalta:

Eu acho que o ponto principal é a confiança. **A confiança em tu comprares um produto que eles** (os feirantes da Feira Ecológica da FURG – nota nossa) **estão dizendo que não tem agrotóxico** e não tem mesmo. Eu acho que é a primeira coisa e porque **eu acredito na procedência** também, e **a forma como eles estão trabalhando com este produto, o cuidado que eles têm** (E2).

[...] E a outra razão é a questão do comprometimento dos produtores com o que vendem. Eu vejo que eles são muito comprometidos mesmo, eles são éticos. Eu percebi um tempo, acho que em julho, que havia umas duas semanas que não vinha a couve, e eu gosto da couve deles, porque ela não é amarga, é uma couve macia, o talo é macio, até porque eu acho que eles não usam produto, não usam agrotóxico, é diferente né? E aí eu perguntei para eles "e a couve, quando é que vem?", e ele chegou e disse "**olha, a couve, eu até tenho lá na minha horta, mas eu não estou trazendo porque deu uma praga e aí eu não gosto de oferecer algo que não seja de qualidade, então, como deu essa praga, eu peguei todinhas e acabei fazendo consumo pra nós, as que eu consegui, e as outras foram fora, e eu comecei a plantação toda de novo**". Eu acho que são essas razões, a primeira é tu acredites que realmente está consumindo um produto de qualidade, tu notas isso pelo sabor. E a outra porque **eles são éticos mesmo, eles não vendem por vender, eles vendem com qualidade** (E2).

Essa categoria ressalta a cumplicidade do consumidor em sua relação com o produtor pela razão da produção ecológica significar um fundamento para uma outra sociedade, já que está fundada em outras relações sociais entre as pessoas, na preocupação de quem produz o alimento com a saúde de quem vai consumi-lo, da mesma forma que há o cuidado com a qualidade do ambiente quando se utilizam os princípios agroecológicos como modelo de produção de alimentos.

Mesmo que essa prática revolucionária resulte num ônus ao produtor, como no caso das couves que E2 relata em sua fala, o produtor ecológico não abandona a ética humana de respeitar a saúde do consumidor, poupando-o de consumir um alimento inadequado para a saúde.

A referência de E2 à ética dos produtores que vendem na feira conduz-nos a refletir sobre a ética humana, que deve existir para possibilitar a vida social, e distingue-se diametralmente da chamada "ética de mercado", destinada a moldar a prática e o pensamento das pessoas conforme as necessidades do capital.

A ética de mercado assegura a livre iniciativa incitando o individualismo e a competição, motores da luta insana pela obtenção das condições materiais de existência. Essa ética exclui, por exemplo, a preocupação do produtor com quem vai consumir o alimento.

A praticidade e a acessibilidade foram representadas pelos consumidores da feira como motivos importantes de compra, atuando como condição facilitadora para o consumo nesta feira. Notamos na fala de nossos sujeitos a importância da Feira

Ecológica da Furg e o significado da relação dos produtos com o consumo dos alimentos consumidos.

Eu gostaria de ter mais feiras assim disponíveis porque faz falta. Faz mesmo. E facilita muito, para mim facilita muito, porque eu estou aqui trabalhando, e aí quando eu saio [...] o pessoal compra rápido né, às vezes tu ficas sem. Então eu vou lá e deixo reservado. Acaba rápido porque eles (os feirantes da Feira Ecológica da FURG – nota nossa) têm uma cota de quanto vai ser consumido. Eles não trazem em excesso, e esse também é um cuidado que eles têm com o produto, que estão vendendo. Isso é o diferencial, as pessoas se preocuparem com o que estão vendendo. E aí eu reservo, pago e deixo lá, aí quando eu vou embora eu pego. Já tenho esse cuidado pra não ficar sem. Mas é muito bom, eu acho muito bom. Tomara que continue sempre (E2).

Com certeza. Imagina, hoje, eu venho todos os dias na Universidade, na quarta e na sexta-feira eu tenho a possibilidade de fazer a feira dentro da própria Universidade. Então facilitou muito. Eu acho bacana a gente ter essa feira dentro da Universidade, é educativo também. É uma coisa legal para os estudantes também, para os colegas, a gente poder circular naquele espaço (E3).

Para E1, o fácil acesso aos produtos orgânicos e a praticidade de ter o espaço da feira semanalmente exercem clara influência sobre o consumo que esta pessoa faz desse tipo de alimento:

“A praticidade, por ser aqui dentro da FURG mesmo, eu não preciso sair para outro lugar para comprar” (E1).

“O acesso acho que é o fator principal. Tu saber que toda quarta e sexta, naqueles dias, naqueles horários eles vão estar lá” (E1).

O fato de a entrevistada revelar, assim como certamente é o padrão de consumo de muitos frequentadores da feira, que os produtos agroecologicamente consumidos são somente os comprados na feira da FURG, confirma nossas hipóteses acerca desse local como o grande facilitador das compras e não a qualidade que propriamente dita os produtores oferecem.

E1 explica sua relação com a feira dizendo:

Olha, para ser sincera, eu tenho consumido os produtos da Feira mesmo. Eu raramente consigo consumir outros produtos, até pela praticidade também. Mas quando eu tenho a oportunidade sim, mas, consumindo com periodicidade tem sido aqui mesmo, toda semana eu compro um produto (E1).

[...] devido a essa questão de a gente viver praticamente na Universidade, então é por aqui mesmo que eu me viro, sabe? Claro, quando eu vou no mercado para alguma coisa [...] Então não. Mas quando eu tenho a oportunidade, e são poucas vezes, eu até consumo um biscoito, um iogurte, um suco, alguma coisa assim mais natural (E1).

A forma e o consumo pelo fácil acesso e pela praticidade de ter os produtos “à mão” são motivos válidos para a necessidade social que temos de engendrar um modelo distinto de produção de alimentos que não o agronegócio? Há realmente uma consciência dessa necessidade coletiva de ter saúde e viver em ambiente adequado ou o consumo se dá, como dissertado nos preâmbulos de nossas análises das representações, por razões meramente individuais?

O consumo de E1 talvez esteja muito mais relacionado a uma representação superficial de que o alimento orgânico traz benefícios à saúde, do que em razão de uma compreensão aprofundada da totalidade que é a produção de alimentos no contexto do Modo de Produção Capitalista, bem como da produção agroecológica como um conjunto de princípios condizentes com o projeto de uma outra sociedade. Esse consumo se dá mais pela praticidade e o fácil acesso da feira ecológica do que por um nível de consciência crítica da necessidade de engendrarmos, com base em interesses coletivos de termos saúde e um ambiente adequado à qualidade da vida, uma sociedade onde seja resgatado do alimento o seu valor de uso em detrimento do interesse de lucro envolvido.

O consumo, quando atrelado ao fácil acesso e à praticidade pode não estar refletindo a existência de uma consciência crítica sobre a produção de alimentos, capaz de engendrar práticas revolucionárias em nossos hábitos alimentares. Nesse ponto, ocorre que as pessoas que tem o hábito de pela praticidade comprarem na Feira da FURG ficam restritas aos alimentos ali ofertados nesse meio, e como não tem uma maior variedade, acabam comprando em outros lugares, buscando alimentos que consideram *naturais*, mas que não necessariamente são orgânicos.

Os sujeitos E2 e E3 revelam buscar em outros espaços que não a Feira Ecológica da FURG os alimentos orgânicos, o que nos conduz à inferência de que sua procura não está limitada pelo fácil acesso ou pela praticidade, mas pela

compreensão de que sua dieta alimentar deve privilegiar esse tipo de alimento diferenciado, já que ele significa saúde.

Questionados sobre a procura de outros produtos de qualidade orgânica buscados fora da feira da Furg, a resposta em duas das entrevistas afirmam que, mesmo fora do espaço da feira, continuam buscando essa qualidade orgânica dos alimentos, mostrando que a importância e significado dessa busca está na certeza de seus resultados na saúde dessas pessoas.

Duas das entrevistas, assim se expressam quando perguntado sobre o consumo de outros produtos que não são vendidos na feira.

Eu procuro consumir. Engraçado isso, mas quando eu comecei a comprar aqui na feira eu comecei a procurar eles (os feirantes da Feira Ecológica da FURG – nota nossa) nos outros lugares, como a Feira do Cassino, do agricultor. E também eu já comprava antes em uma outra feira, em uma outra fruteira na verdade, que traz os produtos da ilha (Ilha dos Marinheiros, Rio Grande – nota nossa). E eu tinha me afastado um pouco por ser longe da minha casa, mas depois eu retornei. Nos mercados eu procuro ter mais esse cuidado. Isso eu perceci, até pelo gosto do morango, a gente não consegue mais comer aquele outro morango com agrotóxico. Porque agora a gente já acostumou com esse morango, e aí sentimos a diferença em relação ao com agrotóxico. É muito engraçada essa mudança que aconteceu. Quando eu levei o daqui da feira a minha família estranhou, mas aí a gente se acostumou, porque eu comecei a comprar dessa fruteira também que traz da ilha e que não usa agrotóxico e aí, quando, por acaso, eu ganho do meu pai uma bandejinha que vem do supermercado, a gente já nota a diferença de sabor, e a minha filha diz: "ah esse aqui não tá igual o teu mãe". E é muito engraçado que a família mesmo já pede, eles sabem que quarta e sexta tem a feira, que o ano passado era só um dia, aí esse ano eles já sabem que são dois. Aí quando eu venho eles já sabem que eu vou chegar com algum produto (E2).

Consumo. Às vezes, até no supermercado tem linhas de produtos que são orgânicos, aí eu opto por eles. Sempre que eu vou a Porto Alegre eu chego sábado de manhã e vou à Feira Ecológica, tem uma feira na Redenção. Eu compro ali o arroz integral ecológico que eu consumo; quando eu posso opto pela erva mate também nesse tipo de produção, e sucos também, geléias, outros processados também. Sempre que eu posso opto pelo orgânico (E3).

Sobre as dificuldades para encontrar alimentos orgânicos no mercado, E2 retoma a representação de que a questão é cultural, ressaltando a ausência de uma *filosofia* no Brasil, e especialmente na realidade riograndina, que possibilite às

pessoas exigirem políticas públicas de incentivo à produção orgânica, aumentando a disponibilidade dos alimentos produzidos organicamente no mercado.

Como nos foi possível verificar nas falas dos “fregueses” da Feira Ecológica da FURG, há dificuldades para encontrar alimentos orgânicos no mercado em geral, mesmo nas grandes redes do município, conforme relata E2.

Acho que Rio Grande não se preocupa com esse tipo de produto. Acho que eles se preocupam mais com vender o que o povo está consumindo e aí eu acho que o povo de Rio Grande ainda não está com essa característica de preocupação. Eu acho que temos que ter um comprometimento com a nossa alimentação. Acho que esse é o verdadeiro papel do educador, do educador ambiental. Se tu não te preocupares com o que tu estás comendo, se tu não te preocupares com o que tu ofereces à tua família, como é que tu vais te preocupares com o outro? E eu vejo que os supermercados têm pouca coisa, não ainda com o volume que deveria. A gente nem tem um mercado só orgânico, que nem a gente vê nos grandes centros, e fora do Brasil, que a gente vê os mercados que são só orgânicos. Aqui a gente não tem ainda. Vai custar um pouco pra gente ter essa filosofia. É uma questão cultural (E2).

Outra entrevista – a de E3 - também aponta a ausência de espaços na cidade de Rio Grande que possibilitam a expansão da produção ecológica de alimentos pelo incentivo à comercialização desse tipo de alimento:

É um mercado mais restrito mesmo. Não tem muito, não é ainda uma prática. Ainda que seja bastante antiga essa tendência a gente não tem em Rio Grande especificamente um espaço. Por exemplo, em Pelotas, tem o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – nota nossa) e tem a TEIA (Cooperativa Teia Ecológica – nota nossa) que é oriunda do Capa e ali tu vais encontrar esse tipo de produto. E aqui nós não temos. Tem a Feira da FURG, o Seu Hélio que comercializa aqui é meu vizinho no Bolaxa, então eu também compro do Seu Hélio quando não compro aqui, às vezes ele está ali na estrada, vendendo ali na entrada do Cassino, e no supermercado. No Nacional tem uma linha de produtos orgânicos também.

A produção convencional de alimentos, em seu caráter de agronegócio é criticada pelos consumidores da feira e representada como um modelo prejudicial à qualidade do ambiente e à saúde das pessoas, como foi explicado pelos nossos sujeitos de pesquisa sobre suas compreensões dos produtos gerados na forma do agronegócio.

Bom, para começar, o agronegócio, na minha opinião, não mantém o equilíbrio do meio ambiente, ele detona o meio ambiente. Detona com o meio ambiente, detona com as pessoas que trabalham, porque, a partir do pouco que eu conheço de negócio, o agricultor vai lá, planta, vende. O intermediário vende depois, e sempre quem é o prejudicado é a primeira pessoa lá da base né, o agricultor, que bem ou mal teve que comprar o agrotóxico, trabalhou no campo, comprou máquinas, tudo. Teve todo aquele trabalho base, e ele é o mais prejudicado na exploração tanto no salário dele, como na forma dele cuidar da própria terra e a questão dele também explorar essa terra. Para mim, há uma grande exploração; acho que no Brasil o sistema não consegue problematizar o que vem a ser bom pra todos, tanto pro o ecossistema, para as pessoas que trabalham, que produzem, quanto para as pessoas que consomem, porque de certa forma mesmo sendo um alimento bom, ele não é totalmente saudável, não é “cem por cento” saudável. E mesmo a gente tendo que consumir é uma coisa que ao longo do tempo é prejudicial (E1).

Bom, manter o equilíbrio é bem difícil. É complicado. Eu acho que o agronegócio, como o próprio nome diz é um negócio, que tem um fim lucrativo. E tem uma barganha ali de troca. Eu não vejo o agronegócio com bons olhos, eu me preocupo muito com os transgênicos, com essa mudança, essa alteração. Eu me preocupo muito com tudo que é utilizado para produzir lucro, porque quando tu ganhas lucro para si alguém está saindo prejudicado. É fato. Então, eu não vejo que tenha equilíbrio; eu me preocupo, mas eu acho que a nossa grande missão é tentar conscientizar o máximo de pessoas que estão a nossa volta, nas nossas relações, para que elas não consumam esses produtos porque com certeza vão trazer algum dano para sua saúde e conseqüentemente o ambiente já está sofrendo esse dano (E2).

Esse termo “agronegócio” me incomoda bastante. Hoje o agronegócio é *business*, é mercado. Por exemplo, com história dos transgênicos e do domínio das sementes pelas grandes corporações, o agricultor fica dependente da Monsanto, por exemplo, para poder produzir e por isso, dependendo dos agroquímicos que a própria Monsanto produz para aquela semente que ela está vendendo para o agricultor. Então, o agronegócio está numa escala de mercado, nesse modelo que a gente conhece hoje do mercado, que é o dominante. Portanto eu não gosto, eu não acredito nisso, porque se a produção de alimentos fosse para resolver o problema da fome no mundo a gente já teria resolvido. Na verdade, eu acho complicado, acho muito complicado. O produtor de soja no Rio Grande do Sul pensa: “ah, tô produzindo alimento”, mais ou menos né? Eu tenho muitas restrições com isso, com esse modo de enxergar a produção de alimentos, como é vista hoje e no âmbito do agronegócio. E os selos verdes entram na mesma coisa porque virou estampanaria, *marketing* (E3).

No entanto, a representação crítica em relação ao agronegócio, demonstrada pelos três sujeitos da pesquisa, aqui destacado por suas falas, não encontrou correspondência similar quando o questionamento buscou relacionar a compreensão de produção e produto orgânico e sua distinção em relação ao modelo dominante de produção de alimentos, o agronegócio.

Principalmente em E1, notamos que não há clareza na compreensão do que seja o produto orgânico, bem como das características da produção orgânica e sua distinção da convencional. Vemos que E1 representa o alimento orgânico como livre de agrotóxicos e de *produtos artificiais*. Embora este seja o aspecto principal da produção orgânica, a compreensão de produção orgânica não é satisfeita na simples *ausência no uso de agrotóxicos, de adubos artificiais e substâncias químicas durante o processo produtivo e o processamento dos alimentos*; a produção orgânica reúne uma série de princípios e técnicas distintos da produção convencional, que transcendem a mera questão do uso e não uso de venenos e aditivos químicos. Falta em E1 essa compreensão mais ampla da produção orgânica.

Observamos essa representação em E1 quando em uma de suas falas caracterizou o produção orgânica dos alimentos em comparação com o agronegócio dizendo:

Pelo que eu entendo dos produtos orgânicos é que eles não contêm agrotóxicos. Eles são produzidos com o maior cuidado possível para não ter produtos artificiais com eles. E o que [...] bem claramente assim eu não sei, eu sei que o adubo é orgânico, o adubo é natural. Essa é a compreensão. O adubo é natural, os cuidados também são cuidados bem manuais. Vamos supor, o cuidado contra as pragas, não são usados químicos. Quem produz tem que estar sempre cuidando, então é um trabalho bem manual. Eu entendo assim (E1).

Já o sujeito da pesquisa E2, mostra uma compreensão mais ampliada sobre a totalidade do tema questionado. Sobre o alimento orgânico, ressalta que o seu diferencial é a qualidade, e insiste no aspecto do sabor desse alimento, que para ela tem sido colocado como um aspecto de grande importância para o consumo. E2 representa a questão do lucro como incentivo da produção convencional, que é fomentada pelo uso de insumos agrícolas, o que torna a produção muito mais rápida. O combate às pragas agrícolas e a resistência às condições climáticas é apoiada na produção convencional pelo uso de sementes geneticamente modificadas, de fertilizantes, adubos químicos e agrotóxicos, ao contrário da produção orgânica, que é conduzida conforme as possibilidades que a natureza oferece, o que pode se constituir em fator limitante para a produção em larga escala.

E2 destaca ainda a falta de compromisso do produtor convencional de alimentos com a saúde do consumidor, diferenciando essa prática socialmente predatória da ética humana e do compromisso que demonstram os produtores ecológicos que comercializam na feira da FURG em oferecer aos consumidores alimentos de qualidade, benéficos à saúde.

Assim, se eu for caracterizar eu vejo a qualidade, o sabor, pois é diferente. [...] Hoje em dia eles (os produtores convencionais – nota nossa) usam o produto (o agrotóxico – nota nossa) porque eles vão ter a garantia de venda daquele legume ou daquela fruta, e eles vão ter o retorno, eles vão ter o lucro. E a produção é muito mais rápida também. Não fica sujeita às pragas, não fica sujeita ao clima que pode causar a perda da safra. Eu acho que o produtor fica com essas facilidades do agrotóxico para não ter prejuízo. O que é errado, porque na verdade ele não está pensando no consumidor, na pessoa que vai consumir. E isso eu vejo aqui (na Feira Ecológica da FURG – nota nossa), o pessoal daqui da banca é comprometido com o que está oferecendo, é diferente. (E2).

Para E3, a compreensão da totalidade da produção orgânica de alimentos em relação à convencional expressa aprofundamento no entendimento da realidade desta temática, distinguindo da representação de E1, para a qual o alimento orgânico é basicamente aquele produzido sem o uso de agrotóxicos e adubos sintéticos. E3 amplia essa representação, como podemos ler em sua fala:

É bastante diferente. Em primeiro lugar tem uma questão na lógica como o alimento é produzido. O alimento agroecológico não envolve só uma questão do não uso de defensivos químicos e da opção por adubação natural, digamos assim, sem o uso de fertilizantes sintéticos, por exemplo; tem também, além disso, toda uma postura de entendimento com relação ao tipo de produção, à organização familiar presente. **Então, diferentemente do agronegócio que visa especificamente a questão financeira, a produção agroecológica carrega um sentido ecológico de um outro modo de enxergar a terra, a produção, o alimento, o próprio comércio desse alimento.** Então eu diferencio dessa maneira, eu sei que muitas das produções que hoje temos como produção ecológica ainda estão em transição, digamos assim. Muitos param de usar defensivos químicos somente, não usam herbicida, qualquer outro pesticida, mas ainda não conseguem cultivar com adubação orgânica e estão descobrindo técnicas e modos de produção, por exemplo, com o uso do jornal em cima do canteiro, pra que não nasça o inço e não haja a necessidade de capinar. Então é complexo, **não é uma única prática**, assim só plantar, e ainda mais quando se pensa em grande escala ou média escala, nem chega a ser uma grande escala, mas uma média escala que possibilite a comercialização. Uma coisa é ter um canteiro como eu tenho na minha casa, onde eu planto rúcula, planto alguns pezinhos de tomate nessa época do ano, pimentão, temperos e outras coisas, e outra é plantar com o intuito de comercializar. Nesse caso é preciso um espaço, é preciso cuidar da produção de um outro modo que tenha lucro para o produtor rural. E nessa escala é preciso desenvolver técnicas justamente pra que se tenha produção, para não ficar vulnerável à seca, ao excesso de chuva, às pragas. Eu entendo assim, desse modo (E3).

E3 atenta para a influência das questões econômicas na produção de alimentos, na forma do *enfoque especificamente financeiro do agronegócio*. A agroecologia significa um outro modo de *enxergar a terra, a produção, o alimento, o próprio comércio desse alimento*, baseada não em uma única prática, mas em um conjunto de princípios e técnicas necessárias para manter a saúde do ambiente e dos seres humanos que nele estão integrados.

10 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROCESSO EDUCATIVO PARA A LIBERDADE E A EMANCIPAÇÃO HUMANA

A Educação Ambiental deve incluir, também na dinâmica de seus conteúdos e práticas, a produção de saberes libertadores sobre a realidade da produção de alimentos, de modo a possibilitar nos sujeitos o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o real, para que possam realizar sua emancipação. Para isso, ações facilitadoras não têm se mostrado socialmente úteis no sentido em que não contribuem para a formação da consciência crítica, por escamotear o necessário.

Esperamos que os saberes produzidos a partir dessa pesquisa sejam como os *temas geradores* do método de alfabetização de Paulo Freire: um meio de reconhecermos na realidade vivida suas contradições, conduzindo-nos à reflexão sobre a necessidade de transformarmos - dentro de uma proposta de Educação Ambiental transformadora⁴¹ - as condições que em nosso ambiente são adversas à saúde humana, no caso deste estudo, pela via da alimentação, que é uma das principais formas de degradação dos seres humanos.

Este estudo empenhou elucidar de alguma forma, a partir da análise do *corpus empírico* buscando relacioná-lo às categorias filosóficas e históricas de nosso referencial teórico, as origens para os nossos males, no que tange à alimentação. Essas origens estão intimamente ligadas ao Modo de Produção Capitalista e revelam contradições a serem por nós superadas no esforço coletivo de uma produção de alimentos voltada a suprir as necessidades vitais das pessoas, e não as demandas do capital.

O mecanismo remediativo, emergencial, o imediatismo com que temos agido diante dos efeitos nefastos de uma ordem social que degrada o ambiente e as

⁴¹ Nossa compreensão de Educação Ambiental transformadora, baseada no método educativo de Paulo Freire e em suas concepções de Educação foi tratada no Capítulo 3 dessa dissertação.

pessoas que nele vivem na busca incansável do lucro não nos serve como prática transformadora das reais causas para essa degradação.

É assim que, buscando investigar e compreender como os sujeitos da pesquisa vêm compreendendo o fenômeno material social *alimentos consumidos na Feira ecológica da FURG*, e buscando relacionar essas representações à totalidade de ligações e relações do fenômeno em estudo, fez-se necessário pensar os processos educativos em Educação Ambiental como um meio necessário ao desvelamento das contradições existentes no contexto real de nossa vida social.

10.1 Para além do capital: o processo educativo emancipador

A análise que István Mészáros faz da Educação no contexto da ordem social capitalista em sua obra *A Educação para além do capital*, publicada pela Boitempo em 2005 é profundamente dialética, e sua função não é reproduzir a cultura, os valores, e os conhecimentos funcionais ao “metabolismo social do capital” - termo este referido por Mészáros em *Para além do capital* - mas atentar para a necessidade de rompermos definitivamente com a lógica do capital, como única forma concreta de contemplarmos a produção de uma Educação qualitativamente distinta do que hoje temos.

A crise do Modo de Produção Capitalista, estudada em outra de suas importantes obras, *A crise estrutural do capital*, revela que as raízes da crise estrutural do capital - ou em suas manifestações no âmbito econômico, político, ambiental, que se fragmentam em diversas “crises” que em verdade são uma só - são o produto do próprio metabolismo do capital e sinalizam sua insustentabilidade intrínseca, que se expressam na contradição essencial: a luta de classes.

Com isso o autor atenta para a necessidade de superação das contradições da ordem burguesa para além de ações reformistas ou de simples “mudanças” e reorganizações de uma estrutura econômico-social que perpetua sua essência. Quando Mészáros fala no metabolismo do capital como uma forma de representar o modo como esta organização social luta fortemente para manter-se “viva”, através de reformas e de mudanças no nível superficial, ele sinaliza que a única solução é

extinguir esse metabolismo pela superação de suas contradições que se mostram insanáveis a não ser pela transformação social.

Os processos educativos emancipadores dos sentidos humanos e libertadores das consciências, para incluirmos a concepção freireana, são o caminho eficaz para superar o modelo educativo reprodutivista. A Educação emancipadora é a condição coletiva da possibilidade de compreendermos criticamente a realidade. Relembramos neste ponto o papel que têm os “intelectuais orgânicos”, dos quais nos fala Antonio Gramsci (1977), na sociedade em processo de transformação. O papel desses intelectuais orgânicos é de, assumindo seu papel social no seio da classe trabalhadora, da qual fazem parte e com a qual se comprometem, é contribuir para que os sujeitos desenvolvam, por meio do conhecimento crítico da realidade, a teoria necessária para a superação do senso comum, no qual há concepções ideologizadas da realidade, desenvolvendo o substrato da possibilidade para a transformação social.

A Educação não é uma mercadoria, não é um negócio, é criação (no sentido de processo criativo, não reprodutivista e não alienado). István Mészáros sinaliza neste ponto o principal problema do Modo de produção Capitalista, que é transformar tudo e todos em mercadoria a fim de suprir suas demandas por lucro e acúmulo de riquezas.

Mauro Iasi nos traz a seguinte analogia para esse caráter tão típico da ordem burguesa em uma palestra proferida para a abertura do seminário “A UFRJ em debate: A situação da Praia Vermelha”, no auditório Prof. Manoel Mauricio de Albuquerque, do CFCH, realizado em 27 de Agosto de 2011: *“O rei Capital é como aquele rei Midas (que transformava em ouro tudo que tocava). Só que o Capital transforma tudo em mercadoria; até mesmo a força de trabalho dos seres humanos”*.

A mercadoria é o produto da exploração. Ao transformar tudo nesse produto, o capital explora a natureza, transformando-a intensivamente e além de (em termos ecológicos) sua capacidade de suporte e estabilidade⁴², fazendo uso dela como mero recurso, matéria-prima para alimentar seus processos produtivos, apesar dos efeitos cada vez mais evidentes dessa prática predatória, que se popularizam na representação da “crise ambiental”.

⁴² **Estabilidade** - no contexto ambiental significa a capacidade dos ecossistemas manterem ou retornarem às variáveis que os caracterizam após terem sido perturbados.

De forma semelhante, a força de trabalho humana é explorada nas relações do trabalho alienado, no qual é dissolvida a ligação entre o produtor e o produto de seu trabalho. Com isso, perde-se o que há de mais essencial na existência humana, que é a capacidade de transformar o mundo pela arte (trabalho humano criativo), em satisfação às suas reais necessidades, e não de necessidades postíças que servem à acumulação de riquezas pelo capital. O capital ameaça a vida, seja ela humana ou nas inúmeras formas em que ela se manifesta, em processo igual em que são destruídas as condições naturais e sociais para a existência da vida com qualidade.

Carlos Rodrigues Brandão, no prefácio intitulado *Ainda há tempo?* que abre o conjunto de reflexões de *Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*, constata:

Em uma era em que tudo o que há e se transforma pode transmutar-se em diferentes formas de coisas e de produtos, a cada dia mais incorporadas à lógica, à ética, à estética, à técnica e à economia de mercado, nós e o que há ao redor (próximo ou distante) de nossas vidas, perdemos, aos poucos sempre um pouco mais de nossa aura (2007, p. 5).

Brandão nos atenta aqui para a existência de uma lógica, de uma ética, de uma estética, de uma técnica e de uma economia de mercado, voltadas à geração e acumulação de riquezas. Com isso, dá-se então o processo de *reificação*, onde a coisa substitui o valor humano. Substitui-se o “ser”, pelo “ter”. E os valores de uso são negligenciados ou substituídos pelos valores de troca. Com isso, numa condição de mundo em que tudo é mercadoria, perde-se também o “*sentido ancestral do valor dos sujeitos, seres, cenários, coisas e gestos que valem ou deveriam valer por si mesmos, em si mesmos*” (2007, p. 5).

Na questão alimentar não é diferente. O alimento é visto como uma mercadoria, e por isso sua função no Modo Capitalista de Produção não é suprir as necessidades humanas por saúde e qualidade de vida, mas gerar lucro. Por isso seu principal artifício é tornar-se poderosamente atrativo para o consumidor. Isso inclui a adição de substâncias que agradam ao paladar, ao olfato e à visão, mas não necessariamente são benéficas ou inócuas à saúde.

É importante pensarmos estas questões quando estamos vivendo um processo de mercantilização da vida, que é reforçada e perpetuada pela Educação

que propaga a ideologia e reproduz os valores, a cultura e os interesses da classe dominante na ordem social capitalista.

Produzir uma *Educação para além do capital*, como a que estamos defendendo assim como Mészáros, é resgatar as possibilidades criativas e emancipadoras do processo educativo, sabendo que “*as soluções não podem ser apenas formais, elas devem ser essenciais*” (2005, p. 35).

Para isso, a Educação deve ser feita por seres humanos que, como ensina Paulo Freire (1979), não estão apenas no mundo, mas com o mundo e pelo mundo. Por isso é que os processos educativos devem transcender os espaços formais estendendo-se a todas as instâncias da vida social (que são o contexto real onde se trava a luta de classes) como forma de realizar as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias e que se dão pela mudança radical do Modo de Produção Capitalista.

Esse processo inclui a clareza de que a Educação é feita *pelos* seres humanos, e *para* estes, assim como o alimento deve suprir necessidades humanas e não as demandas econômicas do capital. Somente a educação que tem por referência os homens e as mulheres que fazem o mundo poderá ser direcionada a emancipá-los tornando-os participantes do processo de transformação da sociedade, para que sejam sujeitos e não objetos da História.

Em Mészáros, como em Freire, educar não é a mera transmissão de conhecimentos, destinada a manter inalterado o *status quo*, mas sim emancipar os sujeitos para que possam compreender da maneira mais aprofundada possível a realidade, e sejam capazes de transformá-la. Para isso a conscientização, processo esse de libertação das consciências e conhecimento crítico do mundo (bem como das palavras, dos discursos) implica a desalienação dos seres humanos em mesmo grau em que neles se desenvolve as noções políticas necessárias ao comprometimento com o mundo e com os outros, um compromisso que essencialmente implica a luta de classes no campo aberto de possibilidades da história.

Não pode a Educação Ambiental, na sociedade em processo de mudança, abster-se de contribuir para a emancipação dos sujeitos com base em saberes libertadores, não superficiais, mas essenciais sobre a realidade. Seja na questão da

alimentação, ou em relação à crise econômica, social e ecológica – que estamos compreendendo como a própria crise estrutural do capital – a abordagem despolitizada, superficial, fragmentada e conservadora em nada contribui para a transformação que desejamos para o mundo, quando sofremos cotidianamente os efeitos danosos da lógica insustentável do capital.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, apresentamos algumas respostas enquanto síntese de nossas investigações acerca da forma como são produzidos e comercializados alguns alimentos agroecologicamente plantados, cuidados e colhidos dentro de uma forma que se diferencia da forma de agronegócio predominante no Modo de Produção Capitalista.

O rompimento do modelo agrário de produção industrial para a ênfase na agricultura familiar permitiu-nos, partindo do estudo das representações dos consumidores da Feira Ecológica da FURG, confirmarmos na pesquisa realizada, que não há esgotamento, por parte dos seres humanos, da compreensão acerca das causas e efeitos que se integram, interagem e se desenvolvem nos e pelos fenômenos materiais, quer sejam eles naturais ou sociais.

Um estudo dessa natureza nos possibilitou aumentar nossas esperanças em desenvolver um conjunto de relações justas e solidárias, onde todos possam participar de práticas eminentemente humanas nas quais a natureza seja a grande mediadora das conquistas de utopias viáveis. Há, no entendimento desencadeado pelo estudo, a possibilidade de tentativas, como a experiência da feira no campus da universidade, de aproximarmos-nos de condições favoráveis a uma tomada de consciência revolucionária quanto à manutenção da saúde e da vida.

A produção da saúde humana se dá por meio de alimentos saudáveis, ecologicamente produzidos através da compreensão de uma realidade que não é para nós estática, mas dialética, uma realidade que modifica o pensamento humano na mesma medida em que é por ele modificada, quando há correspondência entre o que é o real, e o seu reflexo na consciência.

Buscamos no decorrer de nosso estudo ter maior clareza sobre o fenômeno pesquisado. O conhecimento, para a dialética materialista, é produzido pela prática, no fazer que transforma a realidade, para então sobre ela novamente projetar-se. É

assim que na prática de nossos sujeitos da pesquisa, expressa em suas falas, há os indicativos de como a realidade está sendo compreendida por eles, com todas as contradições do pensamento e aquelas reconhecidas na própria realidade, e há também a constatação do que é preciso por nós ser feito para que as pessoas compreendam o mais aprofundadamente possível o mundo no qual vivem. Nosso estudo não é um ponto de chegada, mas apenas uma contribuição para a caminhada coletiva que todos devemos realizar para compreendermos criticamente a realidade.

Nessa pesquisa, afirmamos com maior clareza o que havíamos estabelecido como parâmetro para a compreensão da totalidade de nosso fenômeno material social: o alimento no Modo de Produção Capitalista é mercadoria, e serve ao acúmulo de riquezas, quando deveria ser o elemento vital para a saúde e a qualidade de vida das pessoas. Assim, para todos que vivemos a modernidade, há a necessidade de transformarmos essa lógica, a lógica desumana do capital.

O alimento-mercadoria é uma anormalidade forjada na e para a busca incansável do lucro. Isso precisa ser claramente compreendido por todos nós, para que possamos lançar-nos à transformação das relações que mercantilizam o alimento, como ocorre também com os demais aspectos da vida social e na interação dos seres humanos com a natureza.

Essa pesquisa evidenciou para nós a principal fonte de dominação dos seres humanos, o trabalho alienado, categoria basilar para o sustento do capital. Esse tipo de trabalho, próprio da produção capitalista, expôs os valores atribuídos à natureza e aos seres humanos, como valores de troca, situando-os no processo produtivo como meras mercadorias, como coisas que são apropriadas a fim de gerar lucro. É por isso que devemos lutar em favor de uma sociedade feita pelos e para os seres humanos, e não sermos coniventes com a alienação que nos faz ser menos, quando a nossa vocação ontológica é de ser mais.

A qualidade do alimento ecológico encontrado na feira da FURG, afirmada pelos sujeitos dessa pesquisa como motivo de compra desse tipo de alimento reflete que essa qualidade também é o anseio por um meio ambiente saudável, qualidade de vida e saúde, na totalidade materialista e dialética das relações entre natureza e sociedade.

De acordo propomos como hipótese inicial de investigação, há a existência de contradições entre o que os sujeitos da pesquisa entendem em relação aos produtos comercializados na Feira Ecológica da FURG, que se expressam em seus hábitos alimentares. O estudo mostrou a forma como algumas pessoas buscam *compensação* em produtos ecologicamente produzidos, como alternativa para contornar a falta de condições materiais adequadas à saúde em sua totalidade em nossa sociedade.

Essas contradições foram previstas, por considerarmos a categoria filosófica da contradição o motor da dialética de todo e qualquer fenômeno material social. A falta de clareza da importância e do significado de um alimento saudável constitui-se em uma contradição marcante no processo de conhecimento necessário do existir da coletividade universitária, por ser o âmbito da Universidade o principal foco disseminador de saberes críticos e organizadores de consciência crítica para tudo que se relaciona com a vida e a existência humana.

A compreensão do agronegócio como uma das formas de sustentação do Modo agrícola de Produção Capitalista, e da agroecologia como outro tipo de produção, baseada em princípios humanos e humanizadores, na maioria das vezes, não são percebidas ou mesmo compreendidas pelos frequentadores da feira.

As representações sociais, em nível um pouco mais crítico, aparecem nos consumidores que mantêm um certo compromisso com a mudança do *status quo* mantido pelas relações capitalistas de consumo. Apresentaram, no decorrer de nossos diálogos, uma consciência da importância em consumir produtos livres de agrotóxicos, por conhecerem relativamente bem os efeitos de todo o processo desumanizante imposto ao agricultor, caso este queira gerar somente o lucro.

Encontramos, entre os usuários da feira, uma minoria de fregueses que busca, conscientemente, no alimento ecologicamente desenvolvido, uma quantidade de propriedades naturais que transforma esses produtos em uma qualidade adequada à saúde de seus consumidores. O domínio dos saberes que estabelecem a diferença entre os dois tipos de produção - agroecológico e o agronegócio - não pertencem a todos que compram nesta feira. Muitos a utilizam pela facilidade de acesso, enquanto outros associam essa facilidade com a oportunidade e possibilidade de adquirirem alimentos com uma qualidade diferenciada, benéficas à saúde humana.

O fácil acesso determinado pela existência da feira semanalmente no período letivo de funcionamento da Universidade Federal do Rio Grande, enquanto um motivo e incentivo importante ou principal para o consumo, aponta para uma observação de que esse tipo de produto vendido na feira é por muitos adquirido pela oportunidade que eles têm, mas não porque sentem a necessidade da qualidade do produto ali vendido.

Nisso encontramos nossas hipóteses respondidas, uma vez que os discursos dos frequentadores da feira mostram que a oportunidade de poder comprar em horário de trabalho é um grande facilitador, que é sustentado pela persistência e as condições materiais apresentadas pela realidade objetiva de vida daqueles produtores que expõem semanalmente o resultado de seu trabalho, levando os consumidores dos produtos da Feira Ecológica da FURG a desenvolverem um referencial teórico crítico em sua alimentação, mas que fora daquele recinto ficam de certa forma impedidos de vivenciá-lo como prática pedagógica revolucionária de saúde alimentar em outros ambientes de mercado fora do específico da FURG.

Enquanto para alguns a feira oferece somente uma motivação para a compra dos alimentos, para outros, embora pouquíssimos, a existência da feira facilita manter uma postura constante na busca pelo alimento orgânico, uma vez que acontece essa busca independentemente da feira. Para estes últimos, o alimento orgânico representa um ideal de saúde, uma escolha e uma postura de vida, quando o domínio do alimento convencional determina em nossa sociedade a degradação da qualidade de vida das pessoas.

Nossa investigação também possibilitou-nos maior clareza em reconhecer as contradições da sociedade na qual vivemos, cuja explicação se embasa em nosso fundamento teórico e em função da necessidade de nos debruçarmos a desvelar as representações de nossos sujeitos, relacionando-as à totalidade do fenômeno estudado.

As representações dos sujeitos entrevistados nessa pesquisa apontaram alguns aspectos interessantes do “estilo de vida moderno”, como a falta de tempo para investir em práticas saudáveis de saúde, como praticar atividades físicas, descansar, cuidar de si e da família, para poder cuidar do outro.

O preço também foi apontado como fator limitante nessa sociedade para o consumo dos alimentos orgânicos.

Certas contradições em relação ao alimento orgânico comparado ao produzido convencionalmente, evidenciadas neste estudo, indicam uma compreensão muito ingênua, por parte dos frequentadores da feira, acerca da lógica do agronegócio, assim como dos princípios agroecológicos como processo revolucionário de produzir alimentos com qualidade para a vida.

As representações sociais relacionadas à função social da Feira Ecológica da FURG ainda revelam nos usuários desta um nível de consciência bastante frágil do sentido político de se manter em funcionamento um comércio desta natureza.

A compreensão necessária de todos, para adquirirem produtos de qualidade saudável e assim, criarem condições concretas para uma ampliação de políticas favoráveis a produtores agroecológicos ainda é muito incipiente para que se torne atividade comum, regular e hodierna no município.

Essa relação entre os saberes necessários e corretamente tratados sobre o processo de produção de alimentos sugere a todos os educadores em geral e aos educadores ambientais a necessidade de assumirem o papel de *intelectuais orgânicos* no seio da classe trabalhadora, engendrando a socialização das “descobertas” que se constituem de investigações que desvelam a fragilidade da compreensão popular sobre sua alimentação, forçando de alguma forma políticas públicas de estado, para a criação, manutenção e êxito nos projetos de feiras livres e livres de agrotóxicos.

A socialização politizada da importância da existência de feiras como a ecológica existente nos Campus Carreiros da FURG, pela forma consciente da qualidade de seus produtos e pelos inquestionáveis benefícios que traz à saúde o consumo destes alimentos, possibilita-nos uma constatação interessante com relação a Feira Ecológica da FURG, e a existência de outras feiras livres. Esta constatação refere-se à credibilidade que a feira ecológica apresenta para o mercado consumidor em geral e para os consumidores da FURG, no particular, a venda de produtos orgânicos de origem confiável.

O estudo apresentou-nos à ética do produtor ecológico da Feira Ecológica da FURG, que é diametralmente distinta da ética de mercado no agronegócio; esta

última revela o resgate dos laços entre quem produz e quem consome o alimento, quando a primeira resgata as bases para uma sociedade humanamente solidária, onde a saúde de todas as pessoas, e a qualidade do ambiente sejam condição real da felicidade humana no mundo, e onde a natureza enquanto força produtiva não será mais degradada em função dos imperativos do capital; há de ser apropriada não como mercadoria, mas desenvolvida como elemento essencial da produção humana criativa da existência e da contribuição humana no mundo.

O produtor que está comercializando os seus produtos no espaço da Feira Ecológica da FURG está inserido em uma rede que lhe fornece de fato um grau de credibilidade que atualmente está sendo interpretado como “certificação” pelos consumidores finais. Além disso, este espaço pode ser considerado um local de *marketing*, que viabiliza e potencializa a criação de outros lugares de venda, com condições de divulgar e possibilitar o encontro e a negociação permanente entre compradores e produtores com objetivos salutares para com a vida.

Porém, para chegarmos a um nível considerado de organização de toda a sociedade, precisaremos de saberes libertadores que envolvam a coletividade na transformação das relações de produção, exigindo com os movimentos sociais uma agricultura eminentemente ecológica e social, por meio da produção de produtos adequados aos ecossistemas, em contraposição à atual estrutura convencional capitalista de produção agrícola de mercado .

As representações dos sujeitos da pesquisa afirmam para nós a compreensão da saúde como totalidade, constituída como processo na participação dinâmica de elementos vitais, de necessidades reais atendidas, como o acesso ao alimento saudável. Reforça o que viemos defendendo ao longo de nosso estudo, que a qualidade alimentar precisa ser compreendida como qualidade do meio ambiente onde vivemos, já que determina a saúde e o bem estar das pessoas. Isso acentua para nós a necessidade de resgatarmos o alimento como produto, em seu valor de uso, transformando as relações da ordem social capitalista que fazem dele mercadoria.

Dessa forma, com base nos resultados de nossa investigação, ressaltamos a importância de transformarmos também as relações do trabalho alienado, resgatando-o enquanto prática social criativa, condição da vida social na interface das relações seres humanos-natureza.

Os efeitos do trabalho alienado, como representam os consumidores da feira ecológica, são uma condição maléfica à saúde do trabalhador, já que esse tipo de trabalho utiliza o produtor em seu valor de troca, esquecendo-o como ser humano. Esse processo deteriora as condições materiais da vida e reserva para as pessoas que a ele são submetidas a pobreza de espírito - de conhecimentos humanamente emancipadores, cuja subjetividade assim condicionada não consegue, embora precise, refletir o mundo em sua essência, compreendendo-o para melhor transformá-lo.

É assim que, para todo o educador ambiental que se compromete em compreender a realidade, desvelando na perspectiva crítica as relações perversas do capital - que em nossa sociedade degradam os seres humanos naquilo que de certa forma mais os desumaniza: a sua saúde e a sua qualidade de vida – o conhecimento produzido como resultado de sua investigação deve ser anunciado e socializado a todas as pessoas pelas quais, e para as quais, a utopia de uma sociedade humana, justa e fraterna, onde o alimento é fonte inesgotável de bem estar e saúde, poderá realizar-se.

Deste modo, nosso anseio profundo é que - após termos nos dedicado a desvelar um fenômeno material social que para nós se constitui de extrema importância para a Educação Ambiental, por que disserta sobre a qualidade alimentar, a saúde das pessoas, e a qualidade do ambiente onde vivemos, na forma de uma produção de alimentos compatível com os processos da natureza e com o desenvolvimento da humanidade – esse estudo que ora socializamos possa ser, assim como as palavras geradoras de Freire, uma contribuição para que possamos compreender criticamente o mundo no qual vivemos, no processo mesmo em que nos reconhecemos no seio da classe trabalhadora e buscamos superar as contradições insustentáveis da ordem social que tem buscado incansavelmente subjugar-nos ao fatalismo do término da História como possibilidade dialética de transformação.

E por fim, ainda destacamos a importância de considerar, no processo de abstração do fenômeno de nossa pesquisa, o desempenho dos vários aspectos que envolvem a sustentabilidade, como o ambiental, o social e o econômico, como alternativa dos aspectos que envolvem a competitividade entre o agronegócio e o agroecológico enquanto lógicas antagônicas econômica e social, respectivamente.

A competitividade atualmente possui várias abordagens que formam aspectos muito mais ligados à organização, seus mercados e os produtos que “fabricam”, do que a uma visão mais integrada do ambiente em que se inserem as pessoas e seus interesses.

Para além das dimensões que foram incluídas nas análises que envolveram o tema aqui apresentado, precisamos agora, ter a preocupação com ferramentas e metodologias de intervenção e busca da produção e desenvolvimento de saberes sobre o assunto.

Estes saberes precisam desenvolver nas pessoas uma consciência dialética de atendimento às demandas da saúde, sendo supridas por condições adequadas que potencializem os objetivos propostos para com a vida.

O tema aqui estudado, ao que nos parece, não se trata simplesmente de “olhar” através das lentes do mercado utilizado pelos diversos setores convencionais, e sim ajustar este foco para que se possa identificar o grau adequado de atendimento e funcionamento a um novo modo de comercialização.

Fundamentalmente, o estudo está nos levando a pensar na “cadeia de suprimento” da agricultura familiar, e com ela, por consequência, também a “agricultura ecológica”; estas abordagens não podem ser consideradas na sua concepção tradicional de fluxo de matéria prima e produtos, financeira e de informação, mas sim como a dinâmica a ser estabelecida entre todos os elos da cadeia produtiva no sentido de atingir objetivos específicos e primordiais relacionados à sustentabilidade, tais como a oferta de produtos adequados à sociedade, o cuidado com o meio ambiente, o desenvolvimento humano, a manutenção do homem no campo, e o resgate de práticas agrícolas alternativas e apropriadas culturalmente.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Lucimar Santiago. *Agricultura Orgânica*. Agência de informação Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Acesso em: 26 de Janeiro de 2011. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CONTAG01_56_210200792814.html.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALTMANN, Rubens. *A agricultura familiar e os contratos: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtos*. Florianópolis: Editora Pallotti, 1997.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. [Tradução de Beatriz Resende] Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BÉLIVEAU, R.; GINGRAS, D. *Os alimentos contra o câncer: a prevenção e o tratamento do câncer pela alimentação*. [Tradução de Lucy Magalhães] Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BORON, Atílio. A. *Saiba o que é o capitalismo*. Portal EcoDebate – Cidadania e Meio Ambiente – (on line) Maio, 2010.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Ainda há tempo?* in JÚNIOR, Luiz Antonio Ferraro (org). *Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. MMA, Departamento de Educação Ambiental. v. 2. Brasília - DF. 2007.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *O que são produtos orgânicos*. Acesso em: 09 de Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.prefiraorganicos.com.br/oquesao.aspx>

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Produtos orgânicos: o olho do consumidor*. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: MAPA/ACS, 2009.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. [tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas] 6 ed. Ver. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002.

CANEVACCI, Massimo (org.). *Dialética da Família*. São Paulo: Brasiliense [Tradução de Carlos Nelson Coutinho] 3 ed. 1981.

CHABOUSSOU, Francis. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas: a teoria da trofobiose*. [tradução de Maria José Guazzeli]. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

CLARK, E. G.; LEAVELL, H. R. *Medicina Preventiva*. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

CORAZZA, Vera. *Categoria do materialismo Histórico: Ideologia*. Porto Alegre: Pós UFRGS. Documento Preliminar de trabalho. Internet digitado, 2008.

CRIVELLARO, C. V. L; CASTELL, C. H. G. P; SILVEIRA, I. M. L; SILVA, K. G; CARVALHO, R. V; GROSSKOPF, T. A. C. *Agroecologia: um caminho amigável de conservação da natureza e valorização da vida*. Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA. Rio Grande: NEMA, 2008.

DEBACH, Paul. 1964. *Control biologico de las plagas de insectos y malas hierbas*. Chapman and Hal, Londres, 949p.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 149 p.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Coleção O Mundo hoje; v. 36)

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão de Benedito Eliseu Leite Cintra]. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (Coleção O Mundo hoje; v. 21).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo; ARAÚJO, Ana Maria (org.). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Mara Helena de Andréa (Org.) *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

GRANDA, E.; BREILH, J. *Saúde na sociedade*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GUTERRES, Ivani (org.). *Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HOGAN, D. J; VIEIRA, P. F. (organizadores) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2.ed - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

IASI, Mauro Luis. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KAPRÍVINE, V. *Que é o Materialismo Dialético: ABC dos conhecimentos sociais e políticos*. [tradução de G. Mélnikov], EDIÇÕES PROGRESSO MOSCOVO, 1986.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARINI, Lourival. *Toxicologia dos inseticidas*. São Paulo: SARVIER, 1979.

LÉNINE, V. I. *Os cadernos sobre a dialética de Hegel*. Lisboa: Minerva, 1975.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política do Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: DIFEL, 1985. Livro 3 Volume 6.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I vol. I. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna]. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. [traduzido por Alex Marins]. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. *Teses sobre Feuerbach*. Obras Escolhidas. v. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, s/a.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. [Tradução de Francisco Raul Cornejo et al.] São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. *A Educação para além do capital*. [Tradução de Isa Tavares]. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. [Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa] São Paulo: Boitempo, 2002.

MOLLISON, B; SLAY, R. *Introducción a la permacultura*. Quito: Centro de Investigación de los Bosques Tropicales, 1999.

MCGEE, Charles. *Como sobreviver à tecnologia: um guia para escapar dos poluentes da vida moderna*. [tradução de Bettina Becker]. Porto Alegre: L&PM, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: HUCITEC: Abrasco, 1994.

NOBRE, N.; LIMA, V. Sementes *terminator*: projetos podem prejudicar biodiversidade agrícola, dizem especialistas. (reportagem). *Portal EcoDebate*, 2010. Acesso em: 30 de Outubro de 2010. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/07/09/sementes-terminator-projetos-podem-prejudicar-biodiversidade-agricola-dizem-especialistas/>

OST, François. *A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito*. Tradução de Joana Chaves. INTITUTO PIAGET: Lisboa, 1995.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Pensamento crítico, v. 7), 1977.

QUINTANILHA, M. A. *Dicionário de Filosofia Contemporânea*. 3 ed. Salamanca: Ediciones Síngueme, 1985.

ROCHA, M. T; DORRESTEIJN, H; GONTIJO, M. J. (organizadores) *Empreendedorismo em negócios sustentáveis – Plano de Negócios como ferramenta do desenvolvimento*. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

RÜEGG, E. F; PUGA, F. R; SOUZA, M. C. M; ÚNGARO, M. T. S; FERREIRA, M.S; YOKOMIZO, Y; ALMEIDA, W. F. *Impacto dos agrotóxicos sobre o ambiente, a saúde e a sociedade*. São Paulo: Ícone Editora, 2.ed, 1991.

SANTOS, Daniel Marcos dos. *Forças produtivas, relações de produção, mais-valia e lucro*. Documento preliminar de trabalho. PPGEDU – UFRGS, 2004.

SILVA, Everson Moraes. *Proposta de uma sistemática de custeio para avaliação de performance ambiental*. Dissertação de mestrado. Florianópolis, 2003. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br>. Acesso: 12/05/10.

SMITH, Bob L. Organic Foods vs Supermarket Foods: Element Levels. *Journal of Applied Nutrition*, VOL 45-1, 1993. Copyright © International Academy of Nutrition and Preventive Medicine.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

VAN DEN BOSCH, R.; MESSENGER, P. S.; GUTIERREZ, A. P. *An introduction to biological control*. New York: Plenum Press. 247 p., 1982.

VAN DEN BOSCH, Robert. *The pesticide conspiracy*. Doubleday & Co. Inc., New York, USA. 212p., 1978.

VELLANI, C. L.; NAKAO, S. H. Investimentos ambientais e redução de custos. *Revista de Administração da UNIMEP*, v. 7, n.2, Maio / Agosto – 2009. Disponível em: <http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/108/288>. Acesso: 07/05/10.

<http://www.monsanto.com.br/index.asp>. Acesso em: 10 de Novembro de 2010.

ANEXOS

Anexo A – Decreto nº 6.323/2007, que regulamenta a Lei Federal nº 10.831/2003**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos****DECRETO Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007.**

Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º As atividades pertinentes ao desenvolvimento da agricultura orgânica, definidas pela Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, ficam disciplinadas por este Decreto, sem prejuízo do cumprimento das demais normas que estabeleçam outras medidas relativas à qualidade dos produtos e processos.

TÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****CAPÍTULO I****DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - acreditação: procedimento realizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) como parte inicial do processo de credenciamento dos organismos de avaliação da conformidade, realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

II - auditoria de credenciamento: procedimento pelo qual uma equipe oficial de auditores realiza a avaliação de uma entidade candidata ao credenciamento como organismo de avaliação da conformidade, para verificar a conformidade com a regulamentação oficial;

III - certificação orgânica: ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificados foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes;

IV - credenciamento: procedimento pelo qual o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reconhece formalmente que um organismo de avaliação da conformidade está habilitado para realizar a avaliação de conformidade de produtos orgânicos, de acordo com a regulamentação oficial de produção orgânica e com os critérios em vigor;

V - escopo: segmento produtivo objeto da avaliação da conformidade orgânica, tais como produção primária animal, produção primária vegetal, extrativismo, processamento de produtos de

origem animal, processamento de produtos de origem vegetal, entre outros definidos pela regulamentação oficial de produção orgânica em vigor;

VI - extrativismo sustentável orgânico: conjunto de práticas associadas ao manejo sustentado dos recursos naturais, com vistas ao reconhecimento da qualidade orgânica de seus produtos;

VII - integridade orgânica: condição de um produto em que estão preservadas todas as características inerentes a um produto orgânico;

VIII - organização de controle social: grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade;

IX - período de conversão: tempo decorrido entre o início do manejo orgânico, de extrativismo, culturas vegetais ou criações animais, e seu reconhecimento como sistema de produção orgânica;

X - produção paralela: produção obtida onde, na mesma unidade de produção ou estabelecimento, haja coleta, cultivo, criação ou processamento de produtos orgânico e não-orgânico;

XI - produtor: toda pessoa, física ou jurídica, responsável pela geração de produto orgânico, seja ele in natura ou processado, obtido em sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local;

XII - qualidade orgânica: qualidade que traz, vinculada a ela, os princípios da produção orgânica relacionados a questões sanitárias, ambientais e sociais;

XIII - rede de produção orgânica: envolve agentes que atuam nos diferentes níveis do processo da produção, processamento, transporte, armazenagem, comercialização ou consumo de produtos orgânicos;

XIV - relações de trabalho em condições especiais: onde há especificidades na participação da criança em tarefas que a família executa no campo, que objetivam incluí-la e prepará-la para um futuro trabalho e que, dessa forma, são respeitadas pela produção orgânica por constituir um dos alicerces das comunidades locais tradicionais;

XV - sistema de certificação: conjunto de regras e procedimentos adotados por uma entidade certificadora, que, por meio de auditoria, avalia a conformidade de um produto, processo ou serviço, objetivando a sua certificação;

XVI - Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica: conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa;

XVII - sistema orgânico de produção agropecuária: todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente;

XVIII - unidade de produção: empreendimento destinado à produção, manuseio ou processamento de produtos orgânicos; e

XIX - venda direta: relação comercial direta entre o produtor e o consumidor final, sem intermediários ou preposto, desde que seja o produtor ou membro da sua família inserido no processo de produção e que faça parte da sua própria estrutura organizacional.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES

Art. 3º São diretrizes da agricultura orgânica:

I - contribuição da rede de produção orgânica ao desenvolvimento local, social e econômico sustentáveis;

II - manutenção de esforços contínuos da rede de produção orgânica no cumprimento da legislação ambiental e trabalhista pertinentes na unidade de produção, considerada na sua totalidade;

III - desenvolvimento de sistemas agropecuários baseados em recursos renováveis e organizados localmente;

IV - incentivo à integração da rede de produção orgânica e à regionalização da produção e comércio dos produtos, estimulando a relação direta entre o produtor e o consumidor final;

V - inclusão de práticas sustentáveis em todo o seu processo, desde a escolha do produto a ser cultivado até sua colocação no mercado, incluindo o manejo dos sistemas de produção e dos resíduos gerados;

VI - preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção, com especial atenção às espécies ameaçadas de extinção;

VII - relações de trabalho baseadas no tratamento com justiça, dignidade e equidade, independentemente das formas de contrato de trabalho;

VIII - consumo responsável, comércio justo e solidário baseados em procedimentos éticos;

IX - oferta de produtos saudáveis, isentos de contaminantes, oriundos do emprego intencional de produtos e processos que possam gerá-los e que ponham em risco o meio ambiente e a saúde do produtor, do trabalhador ou do consumidor;

X - uso de boas práticas de manuseio e processamento com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas;

XI - adoção de práticas na unidade de produção que contemplem o uso saudável do solo, da água e do ar, de modo a reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação e desperdícios desses elementos;

XII - utilização de práticas de manejo produtivo que preservem as condições de bem-estar dos animais;

XIII - incremento dos meios necessários ao desenvolvimento e equilíbrio da atividade biológica do solo;

XIV - emprego de produtos e processos que mantenham ou incrementem a fertilidade do solo em longo prazo;

XV - reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis; e

XVI - conversão progressiva de toda a unidade de produção para o sistema orgânico.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Art. 4º Devem ser respeitados a tradição, a cultura e os mecanismos de organização social nas relações de trabalho em condições especiais, quando em comunidades locais tradicionais.

Art. 5º Nas unidades de produção orgânica deve ser observado o acesso dos trabalhadores aos serviços básicos, em ambiente de trabalho com segurança, salubridade, ordem e limpeza.

§ 1º O contratante é responsável pela segurança, informação e capacitação dos trabalhadores em relação ao caput deste artigo.

§ 2º Os organismos responsáveis pela garantia da qualidade orgânica podem exigir termo de compromisso, assumido pelo empregador com os trabalhadores, com medidas a serem adotadas para melhoria contínua da qualidade de vida.

CAPÍTULO II

DA PRODUÇÃO

Seção I

Da Conversão

Art. 6º Para que uma área dentro de uma unidade de produção seja considerada orgânica, deverá ser obedecido um período de conversão.

§ 1º O período de conversão variará de acordo com o tipo de exploração e a utilização anterior da unidade, considerada a situação socioambiental atual.

§ 2º As atividades a serem desenvolvidas durante o período de conversão deverão estar estabelecidas em plano de manejo orgânico da unidade de produção.

Seção II

Da Produção Paralela

Art. 7º É permitida a produção paralela nas unidades de produção e estabelecimentos onde haja cultivo, criação ou processamento de produtos orgânicos.

§ 1º Nas áreas e estabelecimentos em que ocorra a produção paralela, os produtos orgânicos deverão estar claramente separados dos produtos não orgânicos e será requerida descrição do processo de produção, do processamento e do armazenamento.

§ 2º No caso de unidade processadora de produtos orgânicos e não orgânicos, o processamento dos produtos orgânicos deve ser realizado de forma totalmente isolada dos produtos não orgânicos no espaço ou no tempo.

§ 3º Todas as unidades de produção e estabelecimentos de produção, orgânica e não orgânica, serão objeto de controle por parte do organismo de avaliação da conformidade ou da organização de controle social a que estiver vinculado o agricultor familiar em venda direta.

Art. 8º Nas unidades de produção ou estabelecimentos envolvidos com a geração de produtos orgânicos que apresentem produção paralela, a matéria-prima, insumos, medicamentos e substâncias utilizadas na produção não orgânica deverão ser mantidos sob rigoroso controle, em local isolado e apropriado.

Parágrafo único. A produção não orgânica, a que se refere o caput, não poderá conter organismos geneticamente modificados.

Seção III

Dos Regulamentos Técnicos de Produção

Art. 9º Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de forma isolada ou em conjunto com outros Ministérios, o estabelecimento de normas técnicas para a obtenção do produto orgânico.

§ 1º As normas deverão contemplar a produção animal e vegetal, extrativismo sustentável orgânico, processamento, envase, rotulagem, transporte, armazenamento e comercialização.

§ 2º As normas para produtos do extrativismo sustentável orgânico aplicar-se-ão somente para os que tiverem por objetivo a identificação como produto orgânico.

§ 3º As normas referentes ao processamento serão efetivadas em ato conjunto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com o Ministério da Saúde.

§ 4º As normas referentes ao extrativismo sustentável orgânico serão efetivadas em ato conjunto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com o Ministério do Meio Ambiente.

§ 5º Os processos de normatização deverão contemplar a participação das comissões de que trata o art. 33.

Seção IV

Das Boas Práticas

Art. 10. Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de forma isolada ou em conjunto com outros Ministérios, a elaboração de manual das boas práticas de produção orgânica.

Parágrafo único. O manual previsto no caput deverá orientar a melhoria contínua dos sistemas orgânicos de produção por meio da adoção progressiva de boas práticas de manejo, sempre que forem verificadas as condições necessárias para tanto.

CAPÍTULO III

DA COMERCIALIZAÇÃO

Seção I

Do Mercado Interno

Art. 11. Para a comercialização no mercado interno, os produtos orgânicos deverão atender ao disposto neste Decreto e demais disposições legais.

Art. 12. Os produtos orgânicos deverão ser protegidos continuamente para que não se misturem com produtos não orgânicos e não tenham contato com materiais e substâncias cujo uso não esteja autorizado para a produção orgânica.

Art. 13. Os produtos orgânicos passíveis de contaminação por contato ou que não possam ser diferenciados visualmente devem ser identificados e mantidos em local separado dos demais produtos não orgânicos.

Art. 14. No comércio varejista, os produtos orgânicos passíveis de contaminação por contato ou que não possam ser diferenciados visualmente dos similares não orgânicos devem ser mantidos em espaço delimitado e identificado, ocupado unicamente por produtos orgânicos.

Art. 15. Todos os produtos orgânicos comercializados a granel devem trazer a identificação do seu fornecedor no respectivo espaço de exposição.

Art. 16. Os restaurantes, hotéis, lanchonetes e similares que anunciarem em seus cardápios refeições preparadas com ingredientes orgânicos deverão:

I - manter, à disposição dos consumidores, lista atualizada dos itens orgânicos ofertados, dos itens que possuem ingredientes orgânicos e de seus fornecedores de produtos orgânicos; e

II - apresentar, quando solicitado pelos órgãos fiscalizadores, informações sobre seus fornecedores de produtos orgânicos, as quantidades adquiridas e as quantidades comercializadas de produtos orgânicos.

Art. 17. No momento da venda direta de produtos orgânicos aos consumidores, os agricultores familiares deverão manter disponível o comprovante de cadastro junto ao órgão fiscalizador de que trata o art. 22.

Seção II

Da Exportação

Art. 18. Não poderão ser comercializados como orgânicos, no mercado interno, os produtos destinados à exportação em que o atendimento de exigências do país de destino ou do importador implique a utilização de produtos ou processos proibidos na regulamentação brasileira.

Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput não poderão receber o selo do sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica.

Seção III

Da Importação

Art. 19. Para serem comercializados no País como orgânicos, os produtos orgânicos importados deverão estar de acordo com a regulamentação brasileira para produção orgânica.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, o produto deverá:

I - possuir certificação concedida por organismo de avaliação da conformidade orgânica credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ou

II - ser proveniente de país que possua acordo de equivalência ou de reconhecimento mútuo de sistemas de avaliação da conformidade orgânica com o Brasil.

§ 2º Perderão a condição de orgânicos os produtos importados que forem submetidos a tratamento quarentenário não compatível com a regulamentação da produção orgânica brasileira.

CAPÍTULO IV

DA INFORMAÇÃO DA QUALIDADE

Seção I

Da Rotulagem

Art. 20. Além de atender aos regulamentos técnicos vigentes específicos para o produto que está sendo rotulado, os produtos inseridos no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica de que trata o art. 29 deverão obedecer às determinações para rotulagem de produtos orgânicos e conter o selo deste Sistema.

Art. 21. Somente poderão utilizar o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica os produtos comercializados diretamente aos consumidores que tenham sido verificados por organismo de avaliação da conformidade credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. No ponto de comercialização ou no rótulo dos produtos previstos no caput, poderá constar a seguinte expressão: “produto orgânico não sujeito à certificação nos termos da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003”.

Seção II

Da Identificação na Venda Direta

Art. 22. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá as regras para a identificação dos agricultores familiares que comercializam diretamente aos consumidores, nos termos do art. 17 deste Decreto.

Parágrafo único. As regras previstas no caput deverão contemplar a emissão de comprovante de cadastramento do agricultor familiar pelo órgão fiscalizador.

Seção III

Da Publicidade e Propaganda

Art. 23. É proibido, na publicidade e propaganda de produtos que não sejam produzidos em sistemas orgânicos de produção, o uso de expressões, títulos, marcas, gravuras ou qualquer outro modo de informação capaz de induzir o consumidor a erro quanto à garantia da qualidade orgânica dos produtos.

CAPÍTULO V

DOS INSUMOS

Art. 24. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento deverá estabelecer mecanismos para priorização e simplificação dos registros de insumos aprovados para uso na agricultura orgânica.

Parágrafo único. No caso de insumos em que o registro envolva a participação de outros órgãos, os mecanismos de que trata o caput deverão ser estabelecidos em conjunto com os demais órgãos federais competentes, considerando os mesmos princípios de priorização e simplificação, desde que isso não importe em risco à saúde ou ao meio ambiente.

TÍTULO III

DOS MECANISMOS DE CONTROLE

Art. 25. As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que produzam, transportem, comercializem ou armazenem produtos orgânicos ficam obrigadas a promover a regularização de suas atividades junto aos órgãos competentes.

CAPÍTULO I

DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Art. 26. A regularização de que trata o art. 25 deverá atender aos requisitos estabelecidos para os agricultores familiares na venda direta sem certificação e, nos demais casos, aos requisitos estabelecidos pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, observadas as particularidades e restrições definidas para cada um.

Art. 27. Para a integridade do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, serão firmados acordos entre os produtores, os organismos de avaliação da conformidade orgânica credenciados e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, contendo, em especial, a definição de responsabilidades.

§ 1º Os produtores são responsáveis por:

I - seguir os regulamentos técnicos;

II - consentir com a realização de auditorias, incluindo as realizadas pelo organismo de avaliação da conformidade orgânica credenciado;

III - fornecer informações precisas e no prazo determinado;

IV - fornecer informações sobre sua participação em outras atividades referentes ao escopo, não incluídas no processo de certificação; e

V - informar o organismo de avaliação da conformidade orgânica credenciado sobre quaisquer alterações no seu sistema de produção e comercialização.

§ 2º Os organismos de avaliação da conformidade orgânica credenciados são responsáveis por atualizar as informações referentes aos produtores a eles vinculados no cadastro nacional de produtores orgânicos.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é responsável por manter atualizado e disponível o cadastro nacional de organismos de avaliação da conformidade orgânica e o cadastro nacional de produtores orgânicos.

CAPÍTULO II

DO CONTROLE SOCIAL NA VENDA DIRETA SEM CERTIFICAÇÃO

Art. 28. Para que possam comercializar diretamente ao consumidor, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado.

§ 1º No caso previsto no caput, os agricultores terão de garantir a rastreabilidade de seus produtos e o livre acesso dos órgãos fiscalizadores e dos consumidores aos locais de produção e processamento.

§ 2º Para que possa realizar convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento objetivando atuar no controle da venda direta sem certificação, o órgão da esfera federal, estadual ou distrital deverá possuir em seus quadros servidores com poderes para atuar na fiscalização, capacitados para trabalhar com agricultura orgânica.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá, em ato próprio, os procedimentos para o cadastramento de que trata o caput, ouvindo os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA

Seção I

Do Objetivo

Art. 29. Fica instituído o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, integrado por órgãos e entidades da administração pública federal e pelos organismos de avaliação da conformidade credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão integrar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica mediante convênios específicos firmados com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 2º O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica é integrado pelos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica e pela Certificação por Auditoria.

Art. 30. O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica será identificado por um selo único em todo o território nacional.

Parágrafo único. Agregado ao selo, deverá haver identificação do sistema de avaliação de conformidade orgânica utilizado.

Art. 31. O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica será gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o credenciamento, o acompanhamento e a fiscalização dos organismos de avaliação da conformidade orgânica.

Art. 32. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo registro de produtos identificados como orgânicos, será responsável pela fiscalização do cumprimento das normas regulamentadas para a produção orgânica nos estabelecimentos produtores registrados.

§ 1º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento criará meios para receber e processar as informações referentes aos registros e fiscalizações, previstos no caput, como forma de suporte de informações para o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.

§ 2º Os órgãos responsáveis pelo registro e fiscalização dos produtos previstos no caput serão os responsáveis por repassar à Coordenação de Agroecologia da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - informações referentes às infrações detectadas; e

II - o nome do organismo de avaliação da conformidade orgânica responsável pela garantia da qualidade do produto alvo de infração.

Seção II

Das Comissões

Art. 33. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento organizará, junto a cada Superintendência Federal de Agricultura, Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg-UF) e, junto à Coordenação de Agroecologia, uma Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPOrg), com a finalidade de auxiliar nas ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica, tendo por base a integração entre os diversos agentes da rede de produção orgânica do setor público e do privado, e a participação efetiva da sociedade no planejamento e gestão democrática das políticas públicas.

§ 1º As Comissões serão compostas de forma paritária por membros do setor público e da sociedade civil, de reconhecida atuação no âmbito da produção orgânica.

§ 2º O número mínimo e máximo de participantes que comporão as Comissões observará as diferentes realidades existentes nas unidades da Federação.

§ 3º A composição da CNPOrg deverá garantir a presença de pelo menos um representante do setor privado de cada região geográfica.

§ 4º Nas CPOrg-UF, os membros do setor público devem representar, sempre que possível, diferentes segmentos, tais como assistência técnica, pesquisa, ensino, fomento e fiscalização.

§ 5º Os membros do setor privado, nas CPOrg-UF devem representar, sempre que possível, diferentes segmentos, tais como produção, processamento, comercialização, assistência técnica, avaliação da conformidade, ensino, produção de insumos, mobilização social e defesa do consumidor.

Art. 34. São atribuições da CNPOrg:

I - emitir parecer sobre regulamentos que tratem da produção orgânica, considerando as manifestações enviadas pelas CPOrg-UF;

II - propor regulamentos que tenham por finalidade o aperfeiçoamento da rede de produção orgânica no âmbito nacional e internacional, considerando as propostas enviadas pelas CPOrg-UF;

III - assessorar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica;

IV - articular e fomentar a criação de fóruns setoriais e territoriais que aprimorem a representação do movimento social envolvido com a produção orgânica;

V - discutir e propor os posicionamentos a serem levados pelos representantes brasileiros em fóruns nacionais e internacionais que tratem da produção orgânica, consolidando as posições apresentadas pelas CPOrg-UF; e

VI - orientar e sugerir atividades a serem desenvolvidas pelas CPOrg-UF.

Art. 35. São atribuições das CPOrg-UF:

I - emitir parecer sobre regulamentos que tratem da produção orgânica;

II - propor à CNPOrg regulamentos que tenham por finalidade o aperfeiçoamento da rede de produção orgânica no âmbito nacional e internacional;

III - assessorar o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica;

IV - contribuir para elaboração dos bancos de especialistas capacitados a atuar no processo de acreditação;

V - articular e fomentar a criação de fóruns setoriais e territoriais que aprimorem a representação do movimento social envolvido com a produção orgânica;

VI - discutir e propor os posicionamentos a serem levados pelos representantes brasileiros em fóruns nacionais e internacionais que tratem da produção orgânica; e

VII - emitir parecer sobre pedidos de credenciamento de organismos de avaliação da conformidade orgânica.

Seção III

Dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica

Art. 36. Os organismos de avaliação da conformidade deverão ser pessoas jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público que se credenciem para avaliação da conformidade da produção orgânica não poderão ser também responsáveis por procedimentos de fiscalização relacionados à produção orgânica.

§ 2º Os organismos de avaliação da conformidade credenciados para a certificação por auditoria não poderão desenvolver atividades relacionadas à assistência técnica nas unidades de produção.

Seção IV

Dos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica

Art. 37. Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente deverão apoiar a construção de Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica.

Subseção I

Do Funcionamento dos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica

Art. 38. Cada Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica será composto pelo conjunto de seus membros e por um organismo participativo de avaliação da conformidade credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 1º São considerados membros do sistema os produtores, comercializadores, transportadores, armazenadores, consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas que atuam na rede de produção orgânica.

§ 2º Para os fins previstos no § 1º, consideram-se produtores os agricultores individuais as associações, as cooperativas, os condomínios e outras formas de organização, formais ou informais.

§ 3º O organismo participativo de avaliação da conformidade, previsto no caput, terá personalidade jurídica própria, com atribuições e responsabilidades formais no Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica, consignadas em seu estatuto social.

§ 4º O organismo participativo de avaliação da conformidade terá em sua estrutura, no mínimo, uma comissão de avaliação e um conselho de recursos, composto por representantes dos membros do Sistema.

§ 5º No caso de o organismo participativo de avaliação da conformidade vir a ser constituído como parte de uma organização já existente, esta deverá estabelecer em seu estatuto a criação de um setor específico para a finalidade de avaliação da conformidade orgânica, com mecanismo de gestão própria.

Art. 39. O organismo participativo de avaliação da conformidade manterá todos os registros que garantam a rastreabilidade dos produtos sob processo de avaliação da conformidade orgânica.

Subseção II

Do Credenciamento dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade

Art. 40. O organismo participativo de avaliação da conformidade solicitará seu credenciamento como organismo de avaliação da conformidade orgânica junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, devendo cumprir as seguintes exigências:

I - apresentar o seu estatuto social e declaração formal identificando o escopo de sua atuação;

II - apresentar o cadastro das unidades de produção onde já atua como organismo participativo de avaliação da conformidade da produção orgânica ou declaração de inexistência de projetos sob acompanhamento; e

III - obter parecer da CPOrg-UF, junto à Superintendência Federal de Agricultura da unidade da Federação em que estiver sediada.

Art. 41. O credenciamento deverá ser precedido de auditoria sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para verificação do cumprimento das exigências legais.

Parágrafo único. Os especialistas que comporão as equipes de auditoria deverão ter experiência comprovada e formação profissional compatível com o escopo de atuação solicitado pelo organismo participativo de avaliação da conformidade.

Art. 42. A solicitação de credenciamento poderá ser indeferida, mediante parecer fundamentado da Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Caberá recurso contra o indeferimento da solicitação de credenciamento ao Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma e nos prazos a serem fixados em portaria ministerial.

Art. 43. O organismo de avaliação da conformidade orgânica credenciado poderá requerer a extensão do credenciamento para outro escopo mediante a apresentação de documentação complementar.

Parágrafo único. A Comissão da Produção Orgânica na unidade da Federação responsável emitirá parecer, e a Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento definirá a necessidade de nova auditoria.

Art. 44. No caso de escopo que englobe produtos de competência de outros órgãos, estes deverão participar do processo de credenciamento, na forma estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seção V

Da Certificação por Auditoria

Subseção I

Do Funcionamento da Certificação por Auditoria

Art. 45. A certificação orgânica compreende o procedimento realizado em unidades de produção e comercialização, a fim de avaliar e garantir sua conformidade em relação aos regulamentos técnicos.

Art. 46. A concessão ou a manutenção da certificação será precedida de auditoria, a ser realizada por organismo de avaliação da conformidade credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a finalidade de avaliar a conformidade com as normas regulamentadas para a produção orgânica.

Parágrafo único. Os procedimentos utilizados no processo de certificação deverão seguir os critérios reconhecidos internacionalmente para organismos certificadores, acrescidos dos requisitos específicos estabelecidos nos regulamentos técnicos brasileiros de produção orgânica.

Art. 47. É vedado o estabelecimento de custo de certificação baseado unicamente em percentual sobre a produção certificada, vinculada à quantidade de área ou de produtos a serem certificados.

Subseção II

Do Credenciamento das Certificadoras

Art. 48. As certificadoras deverão se credenciar junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme detalhamento a ser estabelecido em normas complementares.

Art. 49. O credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento será precedido de etapa prévia de acreditação das certificadoras, a ser realizada pelo Inmetro.

§ 1º Para os fins de que trata o caput, o Inmetro publicará ato específico estabelecendo as exigências técnicas e os procedimentos necessários ao processo de acreditação, utilizando critérios reconhecidos internacionalmente para organismos certificadores, acrescidos dos requisitos específicos estabelecidos em normas técnicas brasileiras de produção orgânica.

§ 2º Os custos da acreditação serão arcados pelas pessoas jurídicas de direito público ou privado interessadas em obter o credenciamento como organismo de avaliação da conformidade orgânica, devendo o Inmetro aplicar somente valores que cubram as despesas com a operação de acreditação.

Art. 50. Concluído o processo de acreditação pelo Inmetro, o interessado solicitará o credenciamento como organismo de avaliação da conformidade orgânica junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, devendo cumprir as seguintes exigências:

I - apresentar o documento comprobatório da acreditação pelo Inmetro, vinculado ao escopo solicitado;

II - apresentar o cadastro das unidades de produção certificadas, se já estiver atuando na certificação da produção orgânica, ou declaração de inexistência de projetos certificados;

III - apresentar currículo dos inspetores indicados, que deverão estar regularmente inscritos nos conselhos profissionais pertinentes; e

IV - obter parecer da CPOrg-UF junto à Superintendência Federal de Agricultura da unidade da Federação em que estiver sediada.

Art. 51. Os processos de acreditação e de credenciamento deverão ser embasados em auditoria única que atenda às exigências necessárias.

§ 1º As equipes de auditoria deverão ser compostas por profissionais escolhidos conjuntamente pelos órgãos envolvidos nos processos de acreditação e de credenciamento.

§ 2º Os especialistas que comporão as equipes de auditoria deverão ter experiência comprovada e formação profissional compatível com o escopo de atuação solicitado pelo organismo de avaliação da conformidade.

Art. 52. A solicitação de credenciamento poderá ser indeferida, mediante parecer fundamentado da Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Caberá recurso contra o indeferimento da solicitação de credenciamento ao Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma e nos prazos a serem fixados em portaria ministerial.

Art. 53. A certificadora credenciada poderá requerer a extensão do credenciamento para outro escopo de certificação, mediante a apresentação de documentação complementar e de currículo dos inspetores regularmente inscritos nos conselhos profissionais pertinentes.

Parágrafo único. A CPOrg-UF responsável emitirá parecer técnico e a Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento definirá a necessidade de nova auditoria.

Art. 54. O credenciamento de certificadoras para atuarem na certificação orgânica não será objeto de delegação.

Parágrafo único. Nos casos de escopo de certificação que englobe produtos de competência de outros órgãos, estes deverão participar do processo de credenciamento, na forma estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CAPÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO

Seção I

Da Competência

Art. 55. Os procedimentos relativos à fiscalização e inspeção da produção, manipulação, industrialização, circulação, armazenamento, distribuição, comercialização e certificação de produtos orgânicos nacionais e estrangeiros obedecerão ao disposto neste Decreto e demais legislações aplicáveis, de acordo com as áreas de atuação administrativa dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente e da Saúde, em função da natureza do produto.

Art. 56. As ações de inspeção e de fiscalização efetivar-se-ão em caráter permanente e constituirão atividade de rotina.

Art. 57. Poderão ser celebrados convênios com os Estados e o Distrito Federal, para a execução de serviços relacionados com a inspeção e a fiscalização previstas neste Decreto.

Seção II

Do Âmbito da Inspeção e Fiscalização

Art. 58. A inspeção e a fiscalização de que trata este Decreto serão realizadas em unidades de produção, estabelecimentos comerciais e industriais, cooperativas, órgãos públicos, portos, aeroportos, postos de fronteira, veículos ou meios de transporte e quaisquer outros ambientes onde se verifique a produção, beneficiamento, manipulação, industrialização, embalagem, acondicionamento, transporte, distribuição, comércio, armazenamento, importação e exportação de produtos orgânicos.

Parágrafo único. A fiscalização de que trata este artigo se estenderá à publicidade e à propaganda de produtos orgânicos, qualquer que seja o veículo empregado para a sua divulgação.

Art. 59. As pessoas físicas ou jurídicas envolvidas com a produção, beneficiamento, transformação, embalagem, armazenamento, transporte, distribuição e comércio de produtos orgânicos, quando solicitadas pelos órgãos de fiscalização e inspeção, são obrigadas a prestar informações e esclarecimentos sobre os produtos e processos de produção, fornecer documentos e facilitar a colheita de amostras.

Art. 60. Os métodos oficiais de análise, compreendendo a colheita de amostras, as determinações analíticas, a interpretação dos resultados e os modelos de certificados oficiais de análise serão previamente definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seção III

Dos Documentos de Inspeção e Fiscalização

Art. 61. São documentos para inspeção e fiscalização:

I - o auto de infração;

II - a notificação de julgamento; e

III - os termos de:

a) inspeção;

b) intimação;

c) apreensão;

d) destinação de matéria-prima, produto ou equipamento;

e) colheita de amostras;

f) inutilização;

g) liberação;

h) interdição;

i) reaproveitamento;

j) aditivo; e

l) revelia.

Parágrafo único. Os modelos e os elementos informativos dos formulários oficiais de que trata este artigo serão definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seção IV

Das Atribuições

Art. 62. A inspeção e a fiscalização de que trata este Decreto serão exercidas por servidores públicos de nível superior, capacitados e autorizados pelo órgão competente, com formação profissional compatível com a atividade desempenhada.

Parágrafo único. Os agentes fiscalizadores, quando em serviço, deverão apresentar suas credenciais, sempre que solicitadas.

Seção V

Das Atribuições dos Agentes Fiscalizadores

Art. 63. Os agentes fiscalizadores no exercício de suas funções terão acesso aos meios de produção, beneficiamento, manipulação, transformação, embalagem, armazenamento, transporte, distribuição, comércio e avaliação da conformidade orgânica dos produtos abrangidos por este Decreto, para a execução das seguintes atribuições:

I - realizar auditorias técnicas em métodos e processos de produção e processos de avaliação da conformidade orgânica;

II - colher amostras necessárias e efetuar determinações microbiológicas, biológicas, físicas e químicas de matéria-prima, insumos, subprodutos, resíduos de produção, beneficiamento e transformação de produtos orgânicos, assim como de solo, água, tecidos vegetais e animais e de produto acabado, lavrando o respectivo termo;

III - realizar inspeções rotineiras para apuração da prática de infrações, ou de eventos que tornem os produtos passíveis de alteração, verificando a adequação de processos de produção, beneficiamento, manipulação, transformação, embalagem, armazenamento, transporte, distribuição, comércio e avaliação da conformidade orgânica, e lavrando os respectivos termos;

IV - verificar o atendimento das condições relativas à qualidade ambiental e à regularidade das relações de trabalho, notificando ao órgão competente quando for o caso;

V - verificar a procedência e condições de produtos, quando expostos à venda;

VI - promover, na forma disciplinada neste Decreto, a aplicação das penalidades decorrentes dos processos administrativos, nos termos do julgamento, bem como dar destinação à matéria-prima, insumos, produtos, subprodutos ou resíduos de produção, beneficiamento ou industrialização, lavrando o respectivo termo;

VII - proceder à apreensão de produto, insumo, matéria-prima ou de qualquer substância, encontrados nos locais de produção, manipulação, transporte, armazenamento, distribuição e comercialização, sem observância a este Decreto, principalmente nos casos de indício de fraude, falsificação, alteração, deterioração ou de perigo à saúde humana, lavrando o respectivo termo;

VIII - acompanhar as fases de recebimento, conservação, manipulação, preparação, acondicionamento, transporte e estocagem de produtos;

IX - examinar embalagem e rotulagem de produtos;

X - lavar auto de infração; e

XI - intimar, no âmbito de sua competência, para a adoção de providências corretivas e apresentação de documentos necessários à instrução dos processos de investigação ou apuração de adulteração, fraude ou falsificação.

CAPÍTULO V

DAS MEDIDAS DE FISCALIZAÇÃO

Seção I

Das Medidas Cautelares

Art. 64. Nos casos da existência de indícios de adulteração, falsificação, fraude ou inobservância do disposto nas normas legais, poderão ser adotadas as seguintes medidas cautelares:

I - apreensão temporária de produtos;

II - interdição temporária de estabelecimentos;

III - retirada temporária do cadastro de agricultores familiares autorizados a trabalhar com venda direta sem certificação; e

IV - suspensão temporária de credenciamento como organismo da avaliação da conformidade orgânica.

Parágrafo único. As medidas previstas no caput deverão ser mantidas até que se concluem análises, vistorias ou auditorias que dêem conclusão aos indícios que as geraram.

Seção II

Da Intimação

Art. 65. Nos casos relacionados com adequação de processos de geração de produtos aos princípios da produção animal e vegetal orgânica, bem como a solicitação de documentos e outras providências que não constituam infração, o instrumento hábil para tais reparações será a intimação.

Art. 66. A intimação deverá mencionar expressamente a providência exigida, respaldada pela devida fundamentação nas disposições legais vigentes, o prazo para seu cumprimento e, quando for o caso, o cronograma de execução.

Parágrafo único. O prazo fixado na intimação poderá ser prorrogado pela autoridade julgadora, mediante pedido fundamentado, por escrito, do interessado.

Art. 67. Decorrido o prazo estipulado na intimação sem que haja o cumprimento das exigências, lavrar-se-á o auto de infração.

Seção III

Da Apreensão

Art. 68. Caberá apreensão de produto, insumo, matéria-prima, substância, aditivo, embalagem ou rótulo, quando ocorrer adulteração, falsificação, fraude ou inobservância das exigências legais.

Art. 69. Proceder-se-á, ainda, à apreensão de produto, quando estiver sendo produzido, beneficiado, manipulado, industrializado, acondicionado, embalado, transportado, armazenado ou comercializado em desacordo com as exigências legais.

Art. 70. Lavrado o termo de apreensão, a autoridade fiscalizadora deverá adotar os procedimentos para a apuração da irregularidade constatada.

Art. 71. O produto apreendido ficará sob a guarda do responsável legal, nomeado depositário, sendo proibida a sua substituição, subtração ou remoção, total ou parcialmente, até a conclusão da apuração administrativa da infração correspondente.

Parágrafo único. A critério da autoridade fiscalizadora e sempre que houver necessidade de remoção, modificação, adequação, substituição, ou qualquer outra providência relacionada à matéria-prima, produto ou equipamento que tenham sido objeto de apreensão, será lavrado o termo de destinação de matéria-prima, produto ou equipamento, devendo, conforme as circunstâncias, ser lavrado novo termo de apreensão.

Art. 72. Procedente a apreensão, a autoridade fiscalizadora lavrará o auto de infração, iniciando o processo administrativo, ficando o produto apreendido até sua conclusão.

Art. 73. Não procedente a apreensão, após apuração administrativa, far-se-á a imediata liberação do produto.

Art. 74. A recusa injustificada de responsável legal de estabelecimento ou de pessoa física detentora de produto objeto de apreensão ao encargo de depositário caracteriza embaraço à ação da fiscalização, sujeitando-o às sanções estabelecidas, devendo, neste caso, ser lavrado auto de infração.

CAPÍTULO VI

DAS PROIBIÇÕES

Art. 75. É proibida a produção, o beneficiamento, a manipulação, a industrialização, o processamento, a embalagem, o armazenamento, a comercialização, a oferta, a distribuição, a propaganda e o transporte de produtos orgânicos que não atendam às exigências legais.

Art. 76. Nas unidades de produção e estabelecimentos destinados exclusivamente à geração de produtos orgânicos, será proibido adquirir, manter em depósito ou utilizar matéria-prima, material de multiplicação animal ou vegetal, animais, insumos, alimentos para animais, medicamentos ou qualquer substância em desacordo com as exigências legais.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica a casos em que a utilização seja admitida em caráter emergencial ou excepcionalidade, legalmente estabelecidos.

Art. 77. Nas unidades de produção e estabelecimentos destinados exclusivamente à geração de produtos orgânicos, será proibido utilizar qualquer método ou processo de produção, processamento, manejo, reprodução, colheita, controle ou prevenção de pragas e enfermidades em desacordo com as exigências legais.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica a casos em que a utilização seja admitida em caráter emergencial ou excepcionalidade, legalmente estabelecidos.

Art. 78. Nos estabelecimentos onde houver área específica, isolada e devidamente identificada para a exposição, a oferta e a comercialização de produtos orgânicos, será proibida a mistura, sob qualquer pretexto, com produtos não oriundos de sistemas orgânicos de produção agropecuária.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Art. 79. Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabível, a infringência às exigências legais para a produção orgânica sujeita, isolada ou cumulativamente, à aplicação das seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- III - suspensão da comercialização do produto;
- IV - condenação de produtos, rótulos, embalagens e matérias-primas;
- V - inutilização do produto;
- VI - suspensão do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença; e
- VII - cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença.

§ 1º A apuração de infração, na jurisdição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, não elide a aplicação da legislação de competência de outros órgãos da administração pública.

§ 2º Quando a infração constituir crime ou contravenção, a autoridade julgadora representará junto ao órgão competente para a apuração da responsabilidade penal.

Art. 80. As sanções previstas no art. 79 serão aplicadas de acordo com a natureza da infração, as circunstâncias em que forem cometidas e a relevância do prejuízo que elas causarem.

Art. 81. Quando a mesma infração for objeto de enquadramento em mais de um dispositivo deste Decreto, prevalecerá, para efeito de punição, o enquadramento mais específico em relação ao mais genérico.

Art. 82. Para a imposição da pena, serão levadas em conta as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Art. 83. Consideram-se circunstâncias atenuantes:

I - quando a ação do infrator não tiver sido fundamental para a consecução da infração;

II - ser o infrator primário e a falta cometida acidentalmente; e

III - quando o infrator, voluntariamente, procurar minorar ou reparar as conseqüências do ato lesivo que lhe for imputado.

Art. 84. Consideram-se circunstâncias agravantes:

I - a reincidência específica ou genérica por parte do infrator;

II - ter o infrator cometido a infração para obter qualquer tipo de vantagem;

III - trazer a infração conseqüências nocivas à saúde pública, ou ao meio ambiente, bem como prejuízos financeiros ao consumidor;

IV - ter o infrator conhecimento do ato lesivo e deixar de adotar as providências necessárias com o fim de evitá-lo;

V - ter o infrator agido com fraude ou má-fé;

VI - ter o infrator colocado obstáculo ou embaraço à ação da inspeção e fiscalização; e

VII - ter o infrator substituído, subtraído ou removido, total ou parcialmente, os bens apreendidos sem autorização do órgão fiscalizador.

Parágrafo único. No concurso de circunstâncias, atenuantes e agravantes, a aplicação da sanção será considerada em razão da que seja preponderante.

CAPÍTULO VIII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS

Seção I

Dos Organismos de Avaliação da Conformidade

Art. 85. Veicular informações incorretas no cadastro de produtores orgânicos ou não atualizá-las no prazo estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

Penalidade: advertência, multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), suspensão do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença e cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

Art. 86. Instalar ou operar organismo de avaliação da conformidade orgânica sem prévio credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em desacordo com as disposições legais definidas neste Decreto e legislação complementar:

Penalidade: advertência, multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), suspensão do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença e cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

Art. 87. Deixar de atender exigências no prazo determinado em notificação:

Penalidade: aplicação da penalidade superior entre as previstas para a infração que gerou a notificação.

Art. 88. Atestar a qualidade orgânica de produto ou processo de produção que não atenda aos requisitos técnicos, ambientais, econômicos e sociais definidos neste Decreto e legislação complementar:

Penalidade: advertência, multa, suspensão do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença e cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Seção II

Dos Produtores, Comercializadores, Transportadores e Armazenadores

Art. 89. Veicular qualquer forma de propaganda, publicidade ou apresentação de produto que contenha denominação, símbolo, desenho, figura ou qualquer indicação que possa induzir a erro ou equívoco quanto à origem, natureza, qualidade orgânica do produto ou atribuir características ou qualidades que não possua:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, condenação de produtos, de rótulos, de embalagens e de matérias-primas ou inutilização do produto, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Art. 90. Comercializar produtos orgânicos não certificados ou, quando em venda direta ao consumidor, nos termos do § 1º do art. 3º da Lei nº 10.831, de 2003, sem apresentação do comprovante de cadastro do agricultor familiar inserido em estrutura organizacional cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, condenação de produtos, rótulos, embalagens e matérias-primas ou inutilização do produto, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 91. Deixar de atender a exigências no prazo determinado em notificação:

Penalidade: aplicação da penalidade superior entre as previstas para a infração que gerou a notificação.

Art. 92. Impedir ou dificultar por qualquer meio a ação fiscalizadora:

Penalidade: advertência, multa no valor de R\$100,00 (cem reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), suspensão do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença e cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

Art. 93. Comercializar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, produto com comercialização suspensa pelo órgão fiscalizador:

Penalidade: multa, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 94. Distribuir, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, produtos, rótulos, embalagens ou matérias-primas condenadas pelo órgão fiscalizador, sem a sua autorização prévia:

Penalidade: multa, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 95. Utilizar-se de falsa declaração perante o órgão fiscalizador:

Penalidade: advertência, multa, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 96. Expor à venda ou comercializar produto como orgânico sem que tenha sido observado período de conversão estabelecido nas normas vigentes:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 97. Embalar, expor à venda ou comercializar produtos orgânicos utilizando-se de rótulos ou identificação em desacordo com as disposições legais definidas neste Decreto e legislação complementar:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 98. Transportar, comercializar ou armazenar produtos orgânicos juntamente com produtos não orgânicos sem o devido isolamento e identificação, ou de maneira que prejudique sua qualidade orgânica ou induza o consumidor a erro:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 99. Produzir produtos orgânicos mediante utilização de equipamentos e instalações em desacordo com os dispositivos legais pertinentes à produção orgânica:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 100. Operar produção paralela em desacordo com os dispositivos legais pertinentes à produção orgânica:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 101. Não atender às características e requisitos básicos dos sistemas orgânicos de produção em seus aspectos técnicos, ambientais, econômicos e sociais, conforme dispositivos legais pertinentes à produção orgânica:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 100,00 (cem reais) até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Art. 102. Comercializar produto orgânico importado em desacordo com o previsto neste Decreto:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 103. Não manter ou deixar de apresentar à autoridade competente documentos, licenças, relatórios e outras informações pertinentes ao processo de produção, processamento e avaliação da conformidade orgânica na unidade de produção, estabelecimento ou local de produção:

Penalidade: advertência, multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

Art. 104. Não manter à disposição dos consumidores e dos órgãos fiscalizadores informações atualizadas sobre os produtos utilizados, quando restaurantes, hotéis, lanchonetes e similares anunciarem em seus cardápios refeições preparadas com ingredientes orgânicos:

Penalidade: advertência, multa, suspensão da comercialização do produto, suspensão ou cancelamento do credenciamento, da certificação, da autorização, do registro ou da licença, podendo ser aplicadas cumulativamente ou não.

§ 1º Nos casos de aplicação de multa, será ela aplicada em valor equivalente a até duzentos e cinquenta por cento do valor de comercialização do produto que apresenta irregularidades, até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 2º Quando não for possível aplicar o disposto no § 1º, a pena de multa será aplicada a partir de R\$ 1.000,00 (mil reais) até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

CAPÍTULO IX

DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

Art. 105. A responsabilidade administrativa decorrente da prática de infrações previstas neste Decreto recairá, isolada ou cumulativamente, sobre:

I - o produtor que, por dolo ou culpa, omitir informações ou fornecê-las incorretamente;

II - aqueles que, investidos da responsabilidade técnica por produtos ou processos de produção, concorrerem para a prática da falsificação, adulteração ou fraude, caso em que a autoridade fiscalizadora deverá cientificar o conselho de classe profissional;

III - todo aquele que concorrer para a prática de infração ou dela obtiver vantagem;

IV - o transportador, o comerciante, o distribuidor ou armazenador, pelo produto que estiver sob sua guarda ou responsabilidade, quando desconhecida sua procedência;

V - o organismo de avaliação da conformidade, quando verificada falha no processo de controle ou conivência com o infrator; e

VI - a organização social em que estiver inserido o produtor familiar, quando responder solidariamente pela qualidade orgânica de seus associados.

Parágrafo único. Prevalecerá a responsabilidade do produtor, manipulador, industrializador, embalador, exportador e importador, enquanto o produto permanecer em embalagem ou recipiente fechado e inviolado.

CAPÍTULO X

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 106. As penalidades previstas neste Decreto serão aplicadas pelas autoridades competentes da União, dos Estados ou do Distrito Federal, conforme as atribuições que lhes sejam conferidas pelas legislações respectivas.

Art. 107. As sanções decorrentes da aplicação deste Decreto, acompanhadas da inscrição da penalidade no cadastro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento criado para esse fim, serão executadas mediante:

I - advertência, por meio de notificação enviada ao infrator;

II - multa, por meio de notificação para pagamento, fixando o prazo e os meios para recolhimento;

III - suspensão da comercialização do produto, por meio de notificação e da lavratura do respectivo termo;

IV - condenação de produtos, rótulos, embalagens e matérias-primas, por meio da lavratura do respectivo termo;

V - inutilização do produto por meio da lavratura do respectivo termo;

VI - suspensão do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença, por meio de notificação determinando a suspensão imediata da atividade, com a lavratura do respectivo termo e sua afixação em local de acesso ao público;

VII - cancelamento do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença, mediante o recolhimento dos respectivos certificados e publicação do ato para ciência dos demais agentes da rede de produção orgânica; e

VIII - cassação do registro, por meio de notificação do infrator e a anotação de baixa na ficha cadastral.

Art. 108. A infração às disposições da Lei nº 10.831, de 2003, e deste Decreto será apurada em regular processo administrativo iniciado com a lavratura do auto de infração, obedecido o rito e prazos fixados na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. A autoridade competente que tomar conhecimento, por qualquer meio, da ocorrência de infração às disposições deste Decreto é obrigada a promover a sua imediata apuração, sob pena de responsabilidade.

Art. 109. Não atendida a notificação ou no caso de embaraço à sua execução, a autoridade fiscalizadora poderá requisitar o auxílio de força policial, além de lavrar auto de infração por embaraço à ação da fiscalização.

Art. 110. A inutilização de produto, matéria-prima, embalagem, rótulo ou outro material obedecerá às disposições do órgão competente, devendo ser acompanhada pela fiscalização após a remessa da notificação ao autuado, informando dia, hora e local para a sua destruição, ficando os custos e os meios de execução a cargo do infrator.

Art. 111. O não comparecimento do infrator ao ato de inutilização constitui embaraço à ação de fiscalização, devendo ser executado à sua revelia, permanecendo os custos a cargo do infrator.

Art. 112. A multa deverá ser recolhida no prazo de trinta dias, a contar do recebimento da notificação.

Parágrafo único. A multa que não for paga no prazo previsto na notificação acarretará sua inscrição na dívida ativa da União e a conseqüente execução fiscal.

Art. 113. Os produtos apreendidos ou condenados poderão ser aproveitados para outros fins, a critério da autoridade julgadora.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 114. Os agentes fiscalizadores poderão solicitar o auxílio da autoridade policial no caso de embaraço ao desempenho de suas funções.

~~Art. 115. Todos os segmentos envolvidos na rede de produção orgânica terão prazo de dois anos, contados da data de publicação deste Decreto, para se adequarem às regras nele estabelecidas.~~

~~Parágrafo único. O uso nos produtos da marca do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica só será permitido a partir do décimo terceiro mês da data de sua criação.~~

Art. 115. Todos os segmentos envolvidos na rede de produção orgânica terão até 31 de dezembro de 2010 para se adequarem às regras estabelecidas neste Decreto e demais atos complementares. (Redação dada pelo Decreto nº 7.048, de 2009).

Parágrafo único. O uso, nos produtos, do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica será permitido a partir do momento que o produtor for considerado em conformidade com as regras de que trata o **caput** deste artigo, por Organismo de Avaliação da Conformidade credenciado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (Redação dada pelo Decreto nº 7.048, de 2009).

Art. 116. A elaboração, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dos atos necessários à execução do disposto neste Decreto deverá contemplar a participação dos demais órgãos federais envolvidos, da Câmara Setorial da Agricultura Orgânica daquele Ministério e das CPOrg-UF.

Parágrafo único. Os textos dos atos previstos no caput deverão ser submetidos à consulta pública pelo prazo mínimo de trinta dias.

Art. 117. O Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no âmbito de sua competência, expedirá os atos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 118. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Reinhold Stephanes
Miguel Jorge
José Gomes Temporão
João Paulo Ribeiro Capobianco
Guilherme Cassel

Anexo B – Programa Costa Sul

PROGRAMA COSTA SUL

Objetivos e descrição

O propósito do projeto é contribuir à restauração da qualidade ambiental e produtividade da pesca no estuário da Lagoa dos Patos (Rio Grande Sul) como uma base para recuperação econômica das comunidades litorâneas. Os objetivos específicos incluem:

1. A implementação de um programa para manejo costeiro e estuarino com participação ativa da sociedade civil e instituições locais.
2. A recuperação de atividades econômicas tradicionais e geração de alternativas de emprego para pequenas comunidades nas adjacências do estuário, incluindo pescadores artesanais; e
3. A recuperação e manejo de habitats e recursos costeiros.

Além destes objetivos específicos, o programa também irá gerar Planos de Gestão de longo termo para a região estuarina, e assim contribuirá para uma gestão estratégica para o permanente ao cuidado do ecossistema estuarino. Os Planos de Gestão, aperfeiçoados com os dados técnico-científicos de campo, validados e legitimados com a participação da comunidade constituirão um programa de gestão integrada para a região. Tal programa incluirá atividades de seguimento e projetos de investimento.

Componentes do Programa

O programa está estruturado em quatro componentes

- 1. Preparação de um Plano de Manejo Integrado para o estuário da Lagoa dos Patos**

Incluindo o desenvolvimento de um sistema de dados e informação. São planejadas os seguintes estudos e atividades: (i) desenvolvimento de um modelo matemático da qualidade de água do estuário, baseado em trabalho prévio iniciado nesta área; (ii) análise de mudança de uso de terra nos

entornos do estuário; (iii) desenvolvimento de um sistema monitoramento integrado para a qualidade ambiental do estuário - inclusive um inventário de fontes de efluentes, das áreas úmidas, e outros habitats; (iv) Levantamento do Esforço de pesca no estuário; (v) Desenvolvimento de uma avaliação socio-econômica de municipalidades litorais; e, ao término deste processo (vi) a preparação de um plano de administração costeira integrada para o estuário da Laguna de Patos.

2. Treinamento para o Manejo Costeiro Integrado

Esta atividade incluirá: (i) treinamento a curto prazo e em situ para grupos de atores selecionados como cooperativas de pescas e municipalidades locais; e (ii) treinando pessoal de apoio de agências participantes, melhorando as habilidades para coletar e analisar dados para o gerenciamento do estuário.

3. 3. Manutenção da pesca estuarina tradicional e geração de alternativas

Este componente será orientado a promover auto - administração e regulamentação da pesca estuarina que declinou na última década, introduzindo simultaneamente fontes alternativas de emprego para os pescadores e suas famílias. Incluirá: (i) a implementação de um projeto demonstrativo para aquacultura de camarão-rosa baseado em sistema familiar usando tecnologia em pequena escala desenvolvida na FURG; (ii) promoção de oportunidades de ecoturismo nas comunidades locais; e (iii) promoção de agricultura ecológica através de associações de produtores locais.

4. Recuperação de Conservação de Habitats e Recursos Costeiros

São reconhecidas várias atividades como prioridades urgentes dadas a fase atual de deterioração de ecossistemas associados à populações humanas. Esses são: (i) restauração *in-loco* de pântanos salgados que servem como áreas de berçário para recursos pesqueiros (ii) investimentos para melhorar qualidade de água em enseadas altamente degradada como o do Saco da Mangueira; (iii) a restauração de dunas costeiras; e (iv) esforços baseados na comunidade para resolver problemas associados com coleção e disposição

de resíduos sólidos em cidades pequenas durante o pico de estação turística. Este componente se beneficiará do desenvolvimento de uma base cartográfica que aportará os requisitos fisiográficos, hidrográficos e dados de vegetação para auxiliar uma melhor definição das áreas de intervenção.

O projeto proposto tem os seguintes resultados principais:

- O projeto produzirá plano de manejo costeiro integrado para Lagoa dos Patos e seu estuário, suportado por um diagnóstico detalhado, que consistirá em planos de ações participativos com as comunidades locais e técnicos que serão mais tarde responsáveis para sua execução. O Plano incluirá atividades da continuação e projetos potenciais de investimentos. Tais propostas aplicar-se-iam para o financiamento internacional e local;
- O projeto terá resultados concretos imediatos nos termos da restauração de habitats ameaçados, assim como a execução de diversos projetos demonstrativos com a função dupla de promover atividades produtivas ambientalmente corretas, e de promover a consciência a respeito do fragilidade e o valor dos recursos naturais da área. Estes projetos serão continuados após o fim do financiamento do projeto, sob a responsabilidade de FURG;
- No que concerne a capacitação, o projeto vem gerando diversos cursos incluindo o de aquacultura e cooperativismo para pescadores artesanais, agricultura ecológica, ecoturismo e de manejo de resíduos sólidos portuários;
- O projeto tem um custo total de US\$1,100,000, dos quais o equivalente a US\$750,000 estão sendo financiados pelo banco, com os fundos não reembolsáveis do Fundo Especial Japonês. O equivalente ao US\$350,000 restantes será contribuído pelas contrapartes locais, através do equipamento e dos materiais essenciais para a execução do projeto.

1. Quadro de referência

Contexto socioeconômico

No contexto da extensa zona costeira brasileira, a planície costeira do extremo sul do Brasil enfrenta o dilema contemporâneo entre desenvolvimento econômico e conservação de uma forma muito notável. Constituída por uma faixa

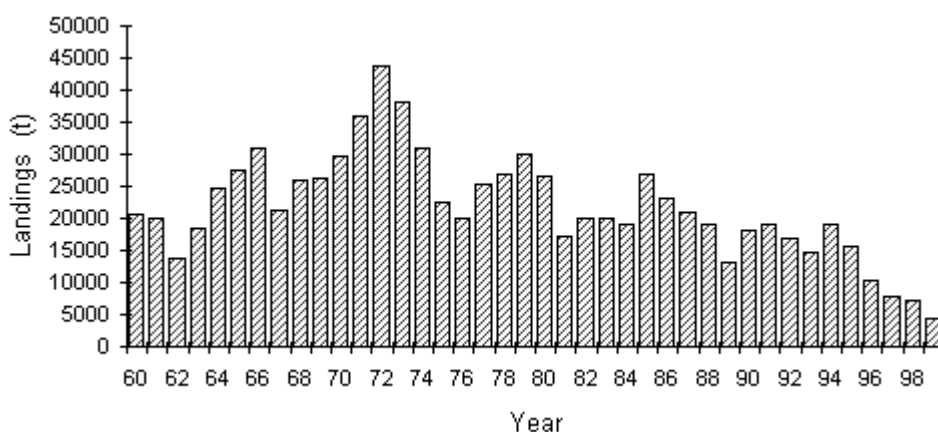
arenosa de aproximadamente 40 mil km², esta planície constitui o único bioma costeiro de clima subtropical do Brasil. Problemas comuns em países em desenvolvimento como a expansão explosiva da pobreza e da riqueza, carência de saneamento básico, incremento na densidade populacional, crescimento industrial, expansão urbana e turística descontrolada, poluição ambiental e perda de habitats e recursos são particularmente exacerbados nessa região.

A bacia hidrográfica desse sistema costeiro tem uma área de aproximadamente 184,000 km², o que corresponde a aproximadamente 2/3 da área do Rio Grande do Sul - o que por sua vez representa 3,2% da superfície total do país. Esta bacia hidrográfica suporta praticamente o conjunto da atividade econômica do estado, que representa o 5º PIB do país. A metade sul é a menos desenvolvida do estado, e inclui vários municípios com diferentes níveis de desenvolvimento social e econômico. A maioria das prefeituras locais carecem de projetos de desenvolvimento para captação de recursos, particularmente devido a uma escassez de recursos humanos qualificados para produzir diagnósticos adequados e identificar as potencialidades e demandas socioeconômicas. Consequentemente há poucos investimentos públicos na área ou esses não são adequadamente orientados à sustentabilidade.

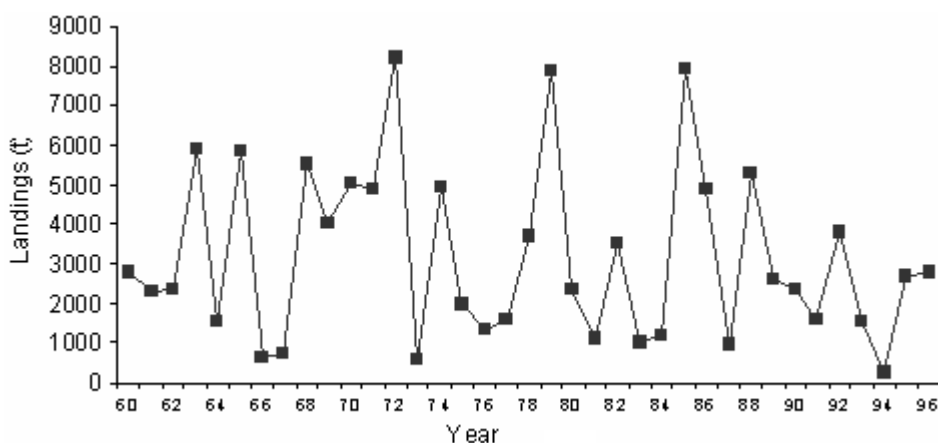
O estuário da Lagoa dos Patos, localizado no segmento sul desta planície, é margeado pelas cidades de São José do Norte e Rio Grande. Esta última assume um importante papel econômico no contexto regional. A economia é mantida por uma série de atividades, muitas delas conflitantes entre si, relacionadas com a presença do mar e do estuário, tais como pesca artesanal (de camarão e peixes), agricultura, turismo, atividades industriais e portuárias. Existe um alto potencial de poluição derivado das plantas de fertilizantes e refinaria de petróleo. Com aproximadamente 180 mil habitantes, esta cidade ocupa a 6ª posição no ranking econômico do estado, mas apresenta indicadores sociais incompatíveis com esta posição.

Apesar de sua importância ambiental e socioeconômica, o estuário da Lagoa dos Patos sofreu perturbações ambientais severas nos últimos 20 anos. Recentes estudos demonstraram a degradação ambiental de vários habitats litorais como dunas, enseadas e pântanos salgados. A maioria das pescas testemunhou um

declínio marcado que conduziu a uma crise social séria que afetou aproximadamente 50.000 pessoas diretamente ou indiretamente envolvido na atividade tradicional. Várias plantas de processamento de peixe fecharam nos últimos 10 anos (de mais que 30 para apenas 3 em operação hoje). A pobreza crescente de pequenos agricultores e pescadores tem resultado em demandas crescentes para os governos locais que estão tentando administrar conflitos entre setores tradicionais e não - tradicionais.



Desembarque da pesca artesanal na Lagoa dos Patos



Desembarque da pesca artesanal de camarão. O declínio do primeiro desde 1972 e a alta variabilidade da produção desse ultimo, traz importantes consequencias socioeconômicas.

A pesca, incluindo a pesca do camarão que é o recurso pesqueiro de maior valor no estuário é sazonal e altamente variável. Em um ano bom (uma captura total de 5.000 toneladas), a renda familiar média alcançará US\$ 164,00 por mês. Em um ano ruim, o qual infelizmente acontece freqüentemente, a renda familiar média é

reduzida a US\$ 65,00. Até mesmo o melhor cenário revela uma situação econômica restrita, no contexto de um país que tem um GDP de US\$ 4.000,00 per capita.

As razões por trás da diminuição da pesca na área do projeto podem ser atribuídas a dois fatores principais: degradação dos habitats naturais dos quais peixes locais dependem para reprodução e proteção, e adoção de práticas pesqueiras inadequadas que divergem dos padrões tradicionais seguros.

A menor população agrícola na área do projeto ocupa uma extensa ilha de barreira de aproximadamente 3.400 km² que constituem a Costa Leste da Lagoa dos Patos. Aqui estão localizados três pequenos distritos municipais com uma população total em torno de 15.000 habitantes. A economia está baseada em produção primária, principalmente agricultura (arroz e cebola), pescas e criação de gado. Desde o começo do século a área experimentou um processo de isolamento socioeconômico causado pela dificuldade de acesso. A única estrada que conecta estes distritos municipais ao resto do estado não é pavimentada. Tal situação restringe o fluxo da produção agrícola e o acesso da população a bens e serviços. Por estas razões, a área manteve razoavelmente bem conservada sua característica ambiental e cultural. Por exemplo, o padrão arquitetônico ascende ao último século. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe fica situado nesta área; o Parque sustenta a maior abundância e diversidade de aves costeiras migratórias da América do Sul.

Desde o início do último século a área experimentou um processo de isolamento socioeconômico causado pela falta de acesso. O pavimento da estrada é uma antiga exigência social e isso está sendo realizado hoje em dia. Porém, é esperado que a melhoria da estrada que une as comunidades litorâneas ao resto do estado provoque profundas mudanças sociais, econômicas e do uso da terra nas cidades costeiras pequenas, as quais estão despreparadas para os aumentos esperados no turismo.

Contexto ambiental

A paisagem do litoral do extremo sul do Brasil é dominada pelo complexo lagunar Lagoa dos Patos, Mirim e Mangueira, que formam o maior sistema de lagunas litorâneas no mundo. Escoando uma bacia de aproximadamente 184.000

km², estes complexos abarcam vários ecossistemas temperados como pântanos salgados, pradarias submersas e enseadas estuarinas que junto provêem habitats vitais para a pesca costeira no Sul do Brasil (o qual no passado respondia por 25% das capturas na pesca nacional)

A área inclui duas importantes áreas protegidas, a Estação Ecológica do Taim e o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, que tiveram sua importância ambiental mundialmente reconhecida com a sua inclusão na Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO. A área protegida forma uma grande extensão desde a “ Serra do Mar” até os “Humedales del Este” no Uruguai, formando a maior extensão contínua da Rede de Reservas da Biosfera do mundo.

A Laguna dos Patos tem uma área de superfície de aproximadamente 10.150 km², com 250 km de comprimento e 40 km de largura. É relativamente rasa, com uma profundidade média de 5 metros. É conectada ao Oceano Atlântico por meio do Canal da Barra de Rio Grande, o qual por sua vez tem 20 km de comprimento, de 1 a 2 km de largura e 12 metros de profundidade. Uma variação pequena no nível da água do mar de 0.32 metros na desembocadura da Laguna limita a entrada de água salgada a um ponto conhecido como Ponta da Ilha da Feitoria (reconhecida como Patrimônio Histórico). A água do Oceano pode penetrar mais ao norte quando o nível da Lagoa dos Patos está baixo.

Na desembocadura da Laguna, onde água salgada está presente, a vegetação de marismas é densa o bastante para agir como local de incubação para várias espécies de peixes e crustáceos. Camarão é particularmente abundante nestas águas; seu ciclo de vida começa com a deposição de ovos ao longo da costa, as larvas movem-se rapidamente para a desembocadura da lagoa em busca de alimento e abrigo, ao tornarem-se adultos retornam à costa e reiniciam o ciclo novamente.

Vastas áreas de banhados são observadas nas redondezas da Lagoa dos Patos. Uma cadeia montanhosa com elevações médias 500 metros surgem no oeste, enquanto que dunas de areia caracterizam a linha costeira do Atlântico oriental. A vida selvagem é abundante: jacarés, flamingos, capivaras, várias

espécies de flora ameaçadas e outras mais raras ou endêmicas completam o patrimônio natural desta área.

Apesar de sua excelente importância ambiental e socioeconômica, a Laguna de Patos sofreu perturbações ambientais de um modo contínuo, principalmente nos últimos 20 anos. Estudos recentes demonstraram a degradação ambiental de vários habitats estuarinos e outros habitats costeiros como dunas, enseadas e pântanos salgados (marismas). Contaminações por matéria orgânica e metais na água e sedimentos são causadas pela drenagem urbana e industrial, atividades ligadas aos terminais pesqueiros e a atividade do porto. Foram registradas mudanças morfológicas causadas por poluição em organismos planctônicos. Também foram informadas alterações no padrão hidrológico natural, como também uma série de impactos nos pântanos salgados (marismas) causados por várias fontes humanas.

Contaminação aérea nos municípios de Rio Grande e São José do Norte, causada por indústrias de fertilizantes e refinarias, é um problema sério que não foi focalizado adequadamente. O distrito municipal de Rio Grande produz 40 mil toneladas de lixo por ano, o qual foi depositado habitualmente em pântanos salgados às margens do estuário durante os últimos 20 anos. Não há soluções claras para tratamento de dejetos, embora algumas iniciativas interessantes estejam aparecendo, particularmente nas mãos de pequenas cooperativas de reciclagem (ONGs).

Sua condição estuarina e sua localização como o porto mais próximo para os países do MERCOSUR, colocam Rio Grande em uma posição altamente favorável dentro do contexto geopolítico internacional e nacional. Uma série de recentes investimentos em projetos de infra-estrutura, implementados ou anunciados em relação à consolidação do MERCOSUR, tais como o Programa de Modernização do Porto de Rio Grande, antecipam profundas transformações sociais e ambientais em um futuro próximo. Estas mudanças esperadas podem ameaçar mais adiante a estabilidade ecológica da Laguna e sistemas associados, e também podem ameaçar o sustento das comunidades locais pequenas. Turismo, ou mais especificamente ecoturismo, por outro lado poderia fazer um papel fundamental na preservação da área, como a manutenção de sua qualidade ambiental como um fator requerido para realizar benefícios potenciais desta atividade.

Porém, informação insuficiente tem sido dada as comunidades locais, impedindo assim sua participação na discussão de alternativas de desenvolvimento para sua região. Isto é particularmente importante desde que algumas das mudanças que estão no horizonte podem alterar a base econômica de tais comunidades, possivelmente arruinando por completo a vocação para turismo e pesca do estuário e zona costeira adjacente.

Estudos prévios recentes na área de projetos

A Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação, com fundos da Japan International Cooperation Agency (JICA), empreendeu o programa PRÓ-MAR DE DENTRO (PMD). O nome completo do programa é "Programa para o Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica Patos/Mirim". Este envolveu aproximadamente 40 instituições governamentais e não-governamentais, participando em uma ampla diagnose ambiental para a bacia inteira, entre qual estavam a FEPAM e FURG.

Resultados principais do PMD incluem um Plano de Manejo para a região inteira - da qual a Laguna dos Patos é uma parte. O plano inclui propostas para ação nas seguintes áreas: (i) serviço de saúde pública básico - tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos; (ii) plano de manejo para alagados locais; (iii) programa para monitorar qualidade de água e sedimentos baseado em modelagem matemática para áreas selecionadas na lagoa dos Patos e Mirim; (iv) educação ambiental; e (v) programa para controle da drenagem de bacias.

Implementação atual de projetos, como o proposto neste documento, precisará empreender estudos mais detalhados para fazer alguns dos produtos do PMD prontamente úteis como ferramentas efetivas de manejo. Este é o caso de modelagem para águas rasas no Saco da Mangueira e Arraial, estudos recomendados de fato como necessários seguem nos relatórios finais do programa. Um caso semelhante é o trabalho proposto para as Dunas Costeiras, uma prioridade de conservação apontada pelo PMD, a qual encontra seguimento dentro do projeto proposto.

O processo de coordenação e os resultados gerados pelo PMD provêm uma base significativa na qual o projeto proposto pode construir suas estruturas efetivas, metodológicas e organizacionais. Na realidade, as atividades envolvem na área do projeto atual um complemento necessário para uma extensão mais geral e acirrada do PMD.

Contexto Legal e Institucional

1. Legislação

Rio Grande do Sul tem uma base de legislação ambiental relativamente bem desenvolvida. A seguinte regulamentação é aplicável à área do projeto e proposta:

- a. Lei 7990 (19 de abril de 1985) estabelece a obrigação de executar pesquisa científica como uma base para avaliação de impacto ambiental e a necessidade de inventariar fauna e flora local, como condições antes da implementação de projetos de desenvolvimento, como complexo industrial, represas, estradas ou outras intervenções que insinuariam alterações potencialmente significativas do ambiente;
- b. Lei 9077 (4 de junho de 1990) estabelece a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), e a torna responsável pela vigilância da política ambiental do Estado;
- c. Lei 10330 (28 de dezembro de 1994) estabelece a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental Estado, como também os funcionamentos da elaboração, implementação e controle da política ambiental do Estado;
- d. Lei 10350 (30 de dezembro de 1994) estabelece o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, providenciando importantes instrumentos para o manejo de recursos de água como distribuição de propriedade de uso, tarifas e procedimentos de coleta de tarifa;
- e. Estatuto (Decreto Lei) 221 (28 de fevereiro de 1967) mandatos de proteção e promoção de pescas na área do projeto. Apesar da data antiga, esta lei permanece em vigor, depois de ter estado sujeita à várias emendas;

O Enquadramento das Águas está diretamente associado à administração e proteção do sistema da Lagoa dos Patos, uma regulamentação Estadual que objetiva aplicar a política federal pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Esta regulamentação estabelece medidas quantitativas para qualidade de água, e valores de concentrações máximas de vários parâmetros físicos (como turbidez, conteúdos de oxigênio, D.B.O., presença de substâncias oleosas, nutrientes e elementos metálicos, etc.). Também regulamenta as atividades de monitoramento. Assim, esta regulamentação é o principal instrumento legal para obrigar indústrias locais e conglomerados urbanos a obedecerem padrões de emissão de líquidos.

Com apoio da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), os Municípios de Rio Grande e São José do Norte foram os primeiros no Estado do Rio Grande do Sul a aplicar a Regulamentação do Manejo de Águas. O primeiro passo nesta direção foi o desenvolvimento do mapeamento dos níveis de qualidade da água para o estuário da Lagoa dos Patos, o qual logo se tornou Norma Técnica para a FEPAM. Este mapeamento constituiu a base para os esforços de monitoramento da FEPAM e foi uma ferramenta crucial para o planejamento e implementação de todas as atividades de projeto propostas pela FURG.

2. Estruturas Institucionais

A estrutura institucional associada ao manejo da Laguna dos Patos e sua área circunvizinha é bastante complexa; Ela inclui: filiais do governo federal, agências estaduais, entidades de governo municipais, conselhos regionais, Fundações, Companhias e Programas Especiais, os quais são implementados com a participação de todas ou várias destas instituições. As mais relevantes estão listadas abaixo:

- a. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), é uma agência ambiental federal;
- b. Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), é a agência estadual que toma conta da administração ambiental para o Rio

Grande do Sul. Também toma conta legalmente da implementação do Programa Nacional de Manejo Costeiro que providencia o contexto global e orientação para a operação proposta;

- c. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Rio Grande (CONDEMA), toma conta de aconselhar o Município em assuntos ambientais; suas funções são somente consultivas;
- d. Secretaria Municipal para Agricultura, Pescas e Ambiente do Rio Grande que toma conta de assuntos de manejos ambientais em nível municipal;
- e. Conselho de Desenvolvimento Regional (COREDE) que foi estabelecido através de Lei Estadual para aconselhar o governo do estado em assuntos de desenvolvimentos econômicos;
- f. Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), é responsável por manter a qualidade da água no porto de Rio Grande;
- g. Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), é uma fundação pública, parte da administração federal indireta. Em conexão a outras agências estaduais ou independentemente, administra a pesquisa ambiental científica em uma base estadual, e apóia a definição da política, monitoramento e outras funções do estado na área ambiental;
- h. Companhia Rio Grandense de Saneamento (CORSAN), toma conta de todos os trabalhos do serviço de saúde pública do estado;
- i. Fórum da Lagoa dos Patos, é uma organização formalmente estabelecida por Lei Estadual que reúne os políticos, pescadores, investigadores e organizações locais; serve como um foro de discussão para políticas regionais que afetam o setor pesqueiro, em busca de soluções para a crise que afeta este setor. Esta organização foi reconhecida e formalizada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e adquiriu assim um papel de coordenação central para todas as ações associadas ao setor de pescas na área do projeto.

A estratégia do programa

O presente projeto é a continuação do trabalho e de um planejamento anterior contribuídos pelo financiamento do JICA - PMD (Pró Mar de Dentro), visando conseguir a gerência sustentável para a região atendida pelo projeto. O projeto proposto prevê a melhoria das condições para a sustentação ambiental em longo prazo dos recursos naturais da Lagoa dos Patos e, em consequência, a sustentabilidade econômica em longo prazo das comunidades locais dependentes da atividade pesqueira e do cultivo da agricultura. A fim de conseguir essa finalidade, o projeto visa:

- i. Desenvolver um plano integrado de gerenciamento focado às comunidades locais em cooperação com as agências participantes;
- ii. Suporte da implementação do plano através de projetos de uso sustentável, educação da comunidade e treinamento;
- iii. Trabalhar na reabilitação dos ecossistemas críticos envolvendo o suporte dos membros da comunidade.

O projeto irá atuar também na inserção na estrutura institucional que abrange toda a área do projeto; isto resulta desde a realização havendo uma conexão insuficiente entre os objetivos e as ações das instituições responsáveis da administração ambiental e o desenvolvimento litorâneo em diferentes níveis, e porque as organizações locais são fracas e frágeis tecnicamente.

O sucesso do projeto é assegurado por um balanço entre atividades organizacionais (plano de gerenciamento, inserção institucional, o despertar da consciência) e as ações ambientais e sociais do elevado impacto claramente visível das ações (reabilitação dos ecossistemas críticos, de recursos sustentáveis baseados do uso do recurso natural pela comunidade, e treinamento). Uma garantia adicional vem do fato que a maioria da assistência técnica financiada nesta operação será fornecida por peritos locais e àqueles serão atendidos pela agência executora que tem uma presença e um compromisso próprios ao desenvolvimento da área de longo prazo.

2. Diretrizes

Os seguintes princípios guiam as ações do projeto:

O manejo de recursos costeiros renováveis é de importância estratégica para o desenvolvimento social e econômico e tem, portanto, um custo efetivo.

1. Há uma necessidade de manter a integridade do sistema costeiro, e isto implica em limites para uso dos recursos costeiros.
2. Há uma necessidade de cooperar para que o manejo ambiental se constitua em um manejo integral com a participação efetiva da sociedade civil organizada.
3. É necessário desenvolver estratégias de manejo integrado que permitam o uso múltiplo dos recursos costeiros, nas quais as atividades complementares são integradas e as atividades conflitantes são segregadas.
4. É necessário estabelecer uma integração entre manejo de ampla escala (políticas nacionais) com o manejo de escala local (políticas municipais).
5. As instituições e lideranças participantes na formulação deste plano tem a intenção de financiar o processo de gestão com seus aportes, ou de ampliar sua presente capacidade de financiamento.
6. É necessário atribuir tarefas específicas e responsabilidades claras a cada um dos atores e esses se constituam em acordos claros entre todos que intervenham no âmbito.
7. A enseada estuarina Saco da Mangueira e suas margens encontra-se com a sua qualidade ambiental indesejável e é necessário construir uma visão em comum sobre o futuro desejado deste ambiente.
8. É necessário empreender esforços urgentes no sentido resgatar o valor dos recursos naturais do estuário, antes que eles se percam na esteira do desenvolvimento industrial descontrolado e ambientalmente impactante.
9. É necessário coordenar e fortalecer a matriz institucional na gestão ambiental.
10. É responsabilidade das instituições públicas manter um sistema administrativo permanente e eficaz.
11. Deve ser estabelecida uma clara definição e integração de funções e responsabilidades públicas e privadas O Plano de Gestão Integrada deve ser

uma superação das abordagens tradicionais, um processo dinâmico, contínuo e democrático, que emprega uma perspectiva multidisciplinar e holística, na qual reconhece as interconexões entre sistemas costeiros e usos.

12. Deve ser um processo flexível e adaptativo, que permita corrigir decisões e ações com base na experiência acumulada do tipo “Aprendizado Interativo”.
13. Deve ainda ser um processo que exige soluções interativas para as complexas questões de caráter econômico, social, ambiental, legal e regulatórias e deve ser implementado através de arranjos legais e institucionais específicos, em nível de governo ou comunidade.
14. Deverá fornecer um mecanismo para reduzir ou resolver conflitos, envolvendo alocação de recursos ou usos do ambiente, aprovação de permissões ou licenças.

Anexo C – Relatório de Avaliação da Feira Ecológica da FURG – 2010



NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL- NEMA GRUPO DE PRODUTORES ECOLÓGICOS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA FEIRA ECOLÓGICA-2010



Equipe Técnica:

Ieda Maria Lopes da Silveira – Eng^a de Alimentos

Kleber Grüber da Silva – Oceanólogo

Rio Grande, março de 2010

I- Introdução:

A feira ecológica nas dependências da Furg iniciou durante o projeto Costa Sul. A partir do ano de 2005, a feira é realizada semanalmente no período letivo da nas dependências da FURG, em frente ao Centro de Convivência das 8h00 as 13h00.

Em 29 de novembro de 2010 foi realizada uma reunião de avaliação da feira Ecológica da Furg na sede do NEMA. Para a reunião foi solicitada a presença de todos os integrantes do Grupo de Produtores Ecológicos que participam da Feira Ecológica da Furg. Na ocasião estiveram presentes Luis Pacheco, Élio Pias da Silva, Zilá Funari, Alfredo Rocha e técnicos do NEMA Kleber Grüber da Silva e Ieda Silveira.

Os principais assuntos abordados foram:

- Os pontos positivos, os pontos negativos e sugestões para o próximo período de realização da feira;
- Metas a serem atingidas pelo Grupo de Produtores Ecológicos no próximo período;
- Data de encerramento da Feira da FURG;
- Planejamento da produção e comercialização dos produtos;

II - Resultados:

-Participam da feira ecológica da Furg cinco famílias representadas por quatro feirantes.

-A feira teve inicio de suas atividades na primeira semana de março de 2010 e término na segunda semana de dezembro de 2010. Ao todo a feira teve 36 edições.

- Durante o período teve 4 edições artísticas e culturais - O artista vai a feira. Estes eventos foram realizados pelo estudante de artes visuais João Alexandre Sena, que trabalha a mais de cinco anos com escultura em madeira e outros materiais alternativos. (fotos 6 e 7).

- Reuniões do Grupo: No período foram realizadas 3 reuniões na sede do NEMA e **duas** reuniões, com coordenador do projeto no NEMA, durante a realização da feira. (foto

Avaliação da Feira:

De acordo com os produtores e equipe técnica, a feira foi muito boa e superou as expectativas com relação a comercialização para este ano durante os dez meses de sua realização. A comercialização de produtos ecológicos vem crescendo a cada ano. O valor total dos produtos comercializado pelo produtor de hortigranjeiros passou de R\$ 5.105,00 ano de 2009 para R\$ 8.125,00 em 2010. Além da comunidade universitária, outras pessoas vêm do centro da cidade para adquirir os produtos comercializados na feira. Para os produtores a feira é um importante canal de comercialização e de divulgação de seus produtos.

Todos os problemas apontado pelos feirantes foram com relação a infraestrutura, ou seja, realização da feira nas bancas móveis, devido a falta de proteção oferecida pelas tendas no período de inverno, a dificuldade de montagem e desmontagem das bancas e o desgaste natural, pois muitas vezes as tendas ficaram montadas por mais de uma semana. Tudo isso estimulou problemas com o grupo. O grupo levou a feira na boa vontade e por existir a expectativa de um local eficaz.

Porém, até o final das atividades de 2010 as bancas fixas estavam em fase de construção. Para o próximo período de 2011 os feirantes já estarão desenvolvendo suas atividades nas bancas fixas. Estas proporcionarão conforto aos feirantes para melhor atendimento aos seus clientes

Produtos comercializados:

Sítio Pias: abóbora, aipim embalado descascado e cortado, beterraba, Couve em molho, couve cortada e embalada, alface, brócolis, cenoura, ervilhas em vagem, nabo, rabanete rúcula, mostarda, morangos. **Capril das Acácias:** Produtos derivados do leite de cabra, iogurtes com frutas orgânicas, queijos tradicional e temperado com ervas finas, bolachas amanteigados, bolo de aipim, geléias de morango, geléias de maçã. **Sítio Talismã:** Pães integrais de centeio e de trigo, pão das deusas, pão uruguaio (com frutas e mel), pão com rúcula, pasta flora com goiabada, bocadito (tipo de empadinha recheada com verduras diversas), pastéis de brócolis de cenoura e de proteína de soja, molho pesto, requeijão de soja com alho poro, patês de ervas finas, patês de cenoura, patês de beterraba, de brócolis, mostarda, couve misuno. **Casa do mel:** Mel em potes de 250g, 500g e de 1kg, favo em pedaços. Todos os produtos comercializados são produzidos pelos feirantes.

Reunião de Avaliação da Feira:

Quanto às Sugestões para Qualificação e Consolidação da feira:

Durante as discussões, foram sugeridas ações a serem realizadas pelos diversos atores envolvidos, no sentido de qualificar e consolidar as feiras. São elas:

a) Ações a serem executadas pelo Grupo de Produtores Ecológicos:

- Ampliar o número de feirantes;
- Diversificar os produtos;
- Fazer o planejamento da produção e comercialização;
- Realizar reuniões periódicas do grupo com a participação de todas as pessoas envolvidas;

- Acompanhamento e controle dos novos produtos a serem comercializados pela comissão de ética do grupo;
- Uso do selo comunitário do grupo nos produtos embalados;
- Uso de avental com as indicações do Grupo de Produtores Ecológicos;
- Continuação das ações de divulgação da feira através de distribuição de panfletos, faixas e cartazes.
- Mais informações sobre os produtos ecológicos que podem ser expostas através de banners e/ou panfletos.

b) Ações a serem executadas pela FURG:

- Manutenção da bancas fixas;
- Disponibilização de pontos de energia elétrica para o uso de estufas e equipamentos de refrigeração estes importantes para a preservação da qualidade dos produtos perecíveis;
- Colocação de lixeiras para coleta seletiva de lixo, próximas as bancas.
- Fazer contato com o pessoal da Biologia e com o mestrado de Educação Ambiental para apoiar a feira;
- Integrar o curso de Educação Artística para realizar atividades durante a feira;
- Estabelecer um Projeto pedagógico de conscientização da importância nutricional dos produtos comercializados, levando em conta as informações científicas e tradicionais.

Conclusões:

A Feira Ecológica da Furg cumpriu os objetivos propostos: Realizar uma feira agroecológica semanal; Oportunizar a aquisição de hortigranjeiros de qualidade pela comunidade universitária; Promover a troca de conhecimentos entre os produtores agroecológicos e a comunidade universitária; Difundir técnicas agroecológicas de melhoria e conservação dos solos, e de comércio justo. Promover um espaço de integração da feira com a comunidade universitária através de apresentações artísticas de diferentes linguagens. Todos os segmentos envolvidos na implantação da feira mostraram-se satisfeitos com os resultados e animados para dar continuidade neste projeto durante os próximos anos.

Anexos:

Feira Furg



Produtos comercializados



Reunião com o grupo



Feira Furg (banca não disponível)



O Artista vai a Feira

Anexo D - Imagem das bancas fixas construídas em 2011 para abrigar a Feira Ecológica da FURG.



Anexo E - Notícia do Jornal Agora de 03/05/2011

[Cadernos](#) [Guia local](#) [Sala de Jogos](#) [O Jornal](#) [Anuncie](#) [Assinaturas](#) [Classificados](#) [Política de privacidade](#)

Geral

SAÚDE - 03-05-2011 - 19h44min

 Curtir 5

Feira Ecológica da Furg funciona nas quartas e sextas

A Feira Ecológica da Universidade Federal do Rio Grande (Furg) colhe os resultados da abertura em mais de um dia na semana. Em apenas uma semana de funcionamento, a novidade para 2011 está duplicando as vendas e tem agradado aos consumidores que até o ano passado dispunham de apenas um dia para fazer as compras.

Verduras e legumes orgânicos, mel, derivados de leite de cabra e produtos voltados à alimentação vegetariana estão entre as atrações agora disponíveis nas quartas e sextas-feiras pela manhã, em frente ao Centro de Convivência no Campus Carreiros da Furg. **“Continuamos vendendo na quarta e temos mais a sexta-feira. Então as vendas dobraram”**, conta Samuel Pinheiro que integra a equipe da feira pelo Sítio Talismã.

Ele conta que abrir mais de uma vez por semana era um desejo antigo dos produtores, mudança que tem possibilitado alcançar outros públicos e atender por encomenda de forma mais ágil. **“Está sendo muito bom. Acabamos atendendo outras pessoas que na quarta-feira não podiam visitar a feira”**, explica, sobre os horários variados do público que frequenta o campus.

A aceitação é tão grande que o Sítio Talismã planeja proporcionar as encomendas via internet para retirada na feira nas quartas e sextas-feiras e mais informações podem ser obtidas no **endereço eletrônico** e pelo e-mail **www.sitiotalisma@yahoo.com.br**. Pinheiro explica que a feira, além de ampliar as vendas, funciona também como ponto de informações sobre as atividades dos produtores.

O sítio, por exemplo, desenvolve cursos de agroecologia, alimentação natural e prática de yoga aos sábados, atividades procuradas pelos clientes da feira.

A Feira Ecológica da Furg funciona no turno da manhã, a partir das 8h até o meio-dia. Conta com o apoio do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (Nudese) da universidade rio-grandina.

Foto: Tammie Faria Sandri, ACS/Furg



Vendas na Feira Ecológica dobraram

Anexo F – Modelo do Questionário de Identificação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Linha de Pesquisa - Educação Ambiental: Ensino e Formação de Educadores (as)
(EAEFE)

Pesquisadora: Andreisa Damo

Orientador: Luis Fernando Minasi

QUESTIONÁRIO PARA DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Dados de Identificação:

1. Nome

2. Endereço

3. E-mail

4. Telefone Res. _____ Telefone
Celular _____

5. Local de trabalho

5.1 Professor (Instituto ou Faculdade) _____

5.2 Funcionário (Local do Trabalho)

5.3 Estudante (Curso que realiza)

5.4 Transeunte (Onde Trabalha)

6. Tempo de trabalho

6.1 Professor _____ 6.3 Estudante (série ou semestre) _____

6.2 Funcionário _____ 6.4 Transeunte _____

7. Compra na Feira Ecológica da FURG há quanto tempo?

7.1 Há mais de um ano ()

7.3 Sempre comprei aqui ()

7.2 Há mais de dois anos ()

7.4 Faz pouco tempo ()

8. Com que freqüência compra os produtos vendidos nesta Feira?

8.1 Regularmente, isto é, semanalmente ()

8.2 Ocasionalmente, isto é, às vezes ()

- 8.3 Raramente, isto é, dificilmente compro aqui ()
- 9 Algum motivo especial em realizar compras nessa feira?
- 9.1 Qualidade dos produtos ()
 - 9.2 Facilidade no acesso a esses produtos ()
 - 9.3 Incentivo ao projeto da Feira e aos produtores ecológicos ()
- 10 Que produtos prioriza na suas compras?
- 10.1 Frutas (morango) ()
 - 10.2 Hortaliças e legumes (alface, cenoura, couve-flor, etc.) ()
 - 10.3 Pães, patês, doces, geléias, etc. ()
 - 10.4 Mel ()
 - 10.5 Outros (sem preferência, compro sempre o que estiver sendo oferecido) ()
- 11 O que sabe sobre os produtos aqui vendidos?

Anexo G – Roteiro de entrevista semiestruturada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Linha de Pesquisa - Educação Ambiental: Ensino e Formação de
Educadores (as) (EAEFE)
Pesquisadora: Andreisa Damo

E-mail: andreisadamo@yahoo.com.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações referentes à tal pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que será em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a).

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Educação Ambiental, Qualidade alimentar e Saúde: estudo de caso das representações sociais dos consumidores da Feira Ecológica da FURG.
 Pesquisadora Responsável: Andreisa Damo
 Orientador: Luis Fernando Minasi
 Telefone para contato do pesquisador (a): (53) 32018875

**DECLARAÇÃO DO (A) PARTICIPANTE OU DO (A) RESPONSÁVEL PELO (A)
 PARTICIPANTE:**

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Educação Ambiental, qualidade alimentar e saúde: estudo de caso das representações sociais dos consumidores da Feira Ecológica da FURG”. Fui informado pela pesquisadora Andreisa Damo dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____ / _____ / _____.

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou Responsável: _____

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Eixo 1. Feira Ecológica da FURG e produção orgânica /produtos orgânicos:

Para começarmos nossa conversa te pergunto:

1. O que realmente te motiva a consumir os produtos orgânicos na Feira Ecológica da FURG?
2. Como caracterizas um produto orgânico? Saberias dizer que práticas caracterizam a produção orgânica desses alimentos? O que diferencia da produção convencional – o agronegócio -?
3. O que tem te levado a consumir os alimentos orgânicos disponibilizados na Feira Ecológica da FURG?
4. Consomes outros produtos orgânicos que não são vendidos na Feira?
5. Encontras dificuldades para encontrar alimentos orgânicos no mercado?
6. O que pode dificultar a disponibilidade de alimentos orgânicos à população? Os preços são compatíveis com os produzidos convencionalmente?
7. Para ti, o acesso facilitado aos alimentos orgânicos, graças à Feira Ecológica da FURG, é um fator importante para o consumo que fazes desse tipo de alimento?
8. Se não existisse esta Feira, continuarias a buscar os alimentos orgânicos? Tens ideia de onde encontra-los?

Eixo 2. Meio ambiente e sociedade:

A sociedade e o meio ambiente são constituições sociais que ajudam no bom viver das pessoas. Os hábitos de comer da sociedade são estabelecidos de alguma forma pelo ambiente em que vivem as pessoas, assim, te pergunto:

1. Como relacionas a importância de consumir alimentos orgânicos, com a questão do cuidado com o meio ambiente e a saúde da sociedade?
2. Em tua compreensão, como avalias o agronegócio (agricultura convencional) como modelo de produção de alimentos? Como ele mantém o equilíbrio do meio ambiente e satisfaz as necessidades da sociedade?

Eixo 3. Saúde e Educação:

Em nosso último bloco de perguntas, estamos direcionando ao binômio Saúde e Educação. Para tal te pergunto:

1. Tu fumas, e/ou faz uso de álcool? Quantidades diárias?
2. Te sentes sedentário? Como é tua rotina de atividades físicas?
3. O que consideras ter saúde ou uma pessoa saudável?
4. Como avalias tua saúde, consideras-te saudável?
5. Que práticas realizas para te considerar uma pessoa saudável?
6. Consideras tua alimentação parte dessas práticas?
7. Poderias dizer o que limita ou mesmo impede das pessoas terem uma qualidade de vida saudável? (terem saúde)
8. Que tipo de informações pensas ser importante para a Educação das pessoas em relação a sua saúde?
9. Como pensas que a Educação, que atualmente temos, pode contribuir para modificar os hábitos alimentares das pessoas no sentido de torná-las mais saudáveis?
10. Que relação tens feito na hora de optar entre tua saúde, tua alimentação, e o preço dos alimentos?
11. Em tua compreensão, só saber sobre os males que o uso de agrotóxicos nos alimentos – inclusive os industrializados – causam a nossa saúde, é suficiente para mudar os hábitos alimentares? O que está faltando para uma conscientização?